

câmara e colegiado setorial de DANÇA

Relatório de atividades 2005-2010

CNPq

câmara e colegiado setorial
de

DANÇA

Relatório de atividades
2005-2010



Ministério da Cultura



CÂMARA E COLEGIADO SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005-2010

A Participação Social no Debate das
Políticas Públicas do Setor

Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Estado da Cultura

Juca Ferreira

Secretário Executivo

Alfredo Manevy

Secretário- Geral do Conselho Nacional de Política Cultural

Gustavo Vidigal

Secretaria do Conselho Nacional de Política Cultural

Coordenador-geral

Marcelo Veiga

Assessor Técnico

Fabiano Lima

Apoio Técnico-Administrativo

Aline Martins Santos

Dayse Santana Gabriel

Juliana Ehlert

Kênia Batista

Comunicação

Bruna Villarim

Presidente da Funarte

Sérgio Mamberti

Diretora Executiva

Myriam Lewin

Diretor do Centro de Artes Cênicas

Marcelo Victor Bones

Coordenador de Dança

Fabiano Carneiro

A cultura de um país democrático só é forte, articulada, com plenos poderes de discussão e decisão sobre os temas abordados pela sociedade civil na área, quando almejada com o mesmo objetivo por todos, quando direcionada para um mesmo horizonte. E esse olhar plural na mesma direção tem sido uma das metas alcançadas pelas políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, ao longo desses 8 anos do governo Lula.

Inseridos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) como importante ferramenta de articulação de ideias para o setor, os Colegiados – antes conhecidos como Câmaras Setoriais -, foram amplamente articulados na administração do ministro Juca Ferreira. Hoje, agregam valores e conceitos universais ao MinC e à política cultural defendida pela instituição. Isso acontece quando se promove o diálogo permanente do Estado brasileiro com a sociedade, por meio dos diversos segmentos artísticos nacionais como dança, música, teatro, circo, literatura e artes visuais.

Um esforço que permitiu avaliar o quanto avançamos em cada um desses seguimentos em quase uma década de gestão, enfatizando, mais do que nunca, o papel definitivo do Estado na consolidação da política cultural brasileira.

Com o tempo, os Colegiados amadureceram e ganharam legitimidade suficiente para envolver cada um dos segmentos na discussão das principais pautas do setor. Valiosa participação realizada por meio de formulações, avaliações, subsídios, diretrizes e soluções implementadas por essas áreas culturais do país e fornecidas ao Conselho Nacional de Política Cultural. Dirigentes e delegados culturais de todo o Brasil se debruçaram não sobre um vazio, mas sobre uma jornada de sete anos em que o Ministério da Cultura defendeu o direito universal à cultura, a ampliação vigorosa de recursos públicos, a superação do monólogo da renúncia fiscal, promovendo uma revolução conceitual na relação com a sociedade.

Prova dessa vitória é que o MinC voltou a dialogar com o Congresso Nacional, casa para onde envia diversos projetos de lei, transformando a participação da sociedade nos Colegiados em profundo processo institucional.

Com os projetos de lei em trâmite, as lutas superam o nível de mera negociação setorial, reivindicações de recursos corporativos e cooptações da velha política para se transformar em bandeiras globais do setor. A cultura deixa de ser um mundo isolado e passa a ser sujeito de grandes medidas estruturantes, que ampliam seu consenso na cabeça da sociedade brasileira.

É dentro deste contexto favorável ao cenário cultural no Brasil que o CNPC e seus Colegiados Setoriais surgem, ajudando a dar voz e legitimidade às políticas públicas do atual governo federal. Governo esse que tem um compromisso democrático com a sociedade. A sintonia com esse discurso republicano foi reafirmado pelo CNPC com a criação de três novos Colegiados - o das culturas populares, colegiados indígenas e moda -, reafirmando a importância desses segmentos na nossa cultura.

Ciente da necessidade e importância de ampliar o acesso de cada brasileiro à leitura, cinema, teatro, dança, artes visuais, além de estreitar o conhecimento e

contatos com nossas culturas populares e indígenas, estamos trabalhando arduamente na reestruturação e construção de novos modelos e propostas de fomento, democratizando o acesso. Algumas dessas novidades são o Procultura (reforma da Lei Rouanet), a modernização da Lei do Direito Autoral e a aprovação, no Congresso Nacional, do Vale cultura. Este último será o primeiro instrumento de política pública que permitirá que cerca de 12 milhões de trabalhadores desfrutem de bens culturais, como ingressos para espetáculos, livros, CDs, DVDs, além de outros acessórios.

O papel do Estado na cultura é, assim, necessário e legítimo. Deve ser democrático, republicano, participativo, presente e prestando serviços para a sociedade como um todo, dando conta da sua singularidade: a universalidade.

Alfredo Manevy

Secretário Executivo do Ministério da Cultura

O conjunto de livros que a parceira Conselho Nacional de Política Cultural/FUNARTE ora publica traz uma síntese de todo o trabalho desenvolvido ao longo do funcionamento das estruturas participativas, criadas no âmbito do Ministério da Cultura, desde seus primórdios, com as Câmaras Setoriais, até o presente momento, com o CNPC e seus Colegiados Setoriais.

Esta rica trajetória, explicitada a cada documento aqui contido, faz parte de um esforço, uníssono, de consolidar esferas de participação social em um campo até então não desbravado, qual seja, a cultura. O ineditismo da empreitada é fruto do interesse não apenas do governo, mas também da sociedade civil. Esforço este que vem consumindo horas e horas de árduo trabalho coletivo, visando, antes de mais nada, consolidar diretrizes e conceitos, propostas de ações e programas, enfim, entendimentos pactuados sobre o norte da política cultural no Brasil.

Os resultados podem ser vistos por todos os lados: Plano Nacional de Cultura, Planos Setoriais para Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais, Cultura Popular e Cultura Indígena, novo Fundo Nacional de Cultura e a reforma da Lei dos Direitos Autorais são apenas alguns exemplos de pautas relevantes e que carregam importantes contribuições, feitas a partir dos debates realizados tanto no Plenário como nos Colegiados. Vale frisar que a qualidade desta colaboração, que corroborou com o esforço de aprimorar as ações citadas, é exemplo a ser mostrado aos que, de uma forma ou de outra, ainda veem a participação social como ferramenta para obstruir o bom andamento das políticas pensadas em gabinetes.

As contribuições advindas dos trabalhos das Câmaras, Colegiados e Plenário do Conselho não se restringem apenas ao campo das políticas públicas, vão muito além e influenciam o próprio debate sobre a cultura política de nosso país. Podemos, a partir das experiências relatadas nestes livros, contribuir com a reflexão mais ampla sobre os rumos da participação social, levando em conta, principalmente, os desafios postados à frente do Conselho hoje.

Formação dos conselheiros e conselheiras, avaliação pormenorizada do papel do conselho na vida financeira, administrativa e política do órgão governamental, além da articulação com conselhos estaduais e municipais são exemplos de temas que precisam ser exaustivamente debatidos pelo CNPC e demais conselhos do governo federal. Podemos apontar caminhos interessantes para problemas comuns, que atualmente afetam o processo de democratização do Estado. Além destes pontos, destaco outra contribuição da cultura à agenda participativa, que é contraditória. Se por um lado inovamos ao incorporar, em nossas estruturas institucionais de diálogo com a sociedade, uma parte importante da enorme diversidade de segmentos que compõem o cenário político da cultura, do outro, esta mesma dinâmica intensa de subdivisões torna a tarefa da representação política muito complexa. A lógica da fragmentação dificulta, ainda, a criação de políticas abrangentes.

Mais que questionamentos, estes são pontos fundamentais a serem debatidos, para que possamos fazer avançar a agenda participativa da cultura. E como estas publicações explicitam, muito se avançou.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do Conselho Nacional de Política Cultural

Sumário

PARTE I – Câmara Setorial de Dança

1. Apresentação	8
2. Histórico da Câmara Setorial de Dança	10
3. Relatório 2005	14
4. Relatório 2006	103

PARTE II – Colegiado Setorial de Dança

1. Apresentação	235
2. Regimento Interno	237
3. Portaria de nomeação Biênio 2010/2011	242
4. Reuniões	244
5. Moções	245
6. Pré-Conferências Setoriais	246
7. Análise das políticas implementadas	249
8. Fundo Nacional de Cultura: Competências do Colegiado Setorial de Dança.	257
9. Plano Setorial de Dança	260

PARTE I

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

1. Apresentação

Criado em 2005, a Câmara Setorial de Dança, vem auxiliando a Funarte e o MinC na construção de políticas públicas para o desenvolvimento da área no país. Uma das atividades artísticas mais disseminadas no Brasil, a dança ainda precisava ser difundida como linguagem autônoma e área específica de conhecimento, para além dos vínculos comuns com as outras formas de representação cênica. Com a estruturação da Câmara, artistas, produtores, técnicos, associações e entidades culturais articularam suas reivindicações nacionalmente e, pela primeira vez, entraram em diálogo direto com o Governo Federal.

Para a estruturação da Câmara, o Ministério e a Funarte realizaram videoconferências e reuniões preparatórias, de dezembro de 2004 a janeiro de 2005, tanto no Distrito Federal como nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e São Paulo. Os encontros contaram com a presença da categoria e de representantes de entidades, associações, movimentos e fóruns. Logo no primeiro encontro da recém-formada Câmara, em fevereiro de 2005, os nós críticos da cadeia produtiva da dança foram apontados e os resultados almejados para o setor foram descritos. A partir daí, os participantes começaram a elaborar as diretrizes que orientariam as ações do Estado para o fomento da dança, uma iniciativa bem sucedida de gestão participativa.

Os temas de cada discussão, muitas vezes pautados pelos encontros das Videoconferências Setoriais de Dança, passaram por "Formação", "Difusão", "Consumo", "Gestão, Articulação e Diversidade Regional", "Leis Trabalhistas e Tributárias", "Metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura", "Mudanças na Lei Federal de Incentivo à Cultura", entre tantos outros.

Em junho de 2009, já no formato de Colegiado, houve a definição da primeira proposta do Plano Nacional da Dança. Esse documento, criado para fazer parte do Plano Nacional de Cultura, serviria de base para a implementação de políticas culturais de proteção e promoção da diversidade da dança brasileira. As diretrizes nele dispostas, estruturadas em seis grandes eixos (Gestão e Políticas Culturais; Economia e Financiamento da Dança; Formação em Dança e de Público; Pesquisa, Criação e Produção em Dança; Difusão e Circulação de Dança; Registro e Memória da Dança), preveem ações a serem executadas nos próximos dez anos, evidenciando o esforço da categoria no desenvolvimento de políticas de Estado continuadas, a serem submetidas pelo Colegiado a consulta pública, para que a sociedade possa legitimar o Plano.

Os debates gerados pelo Colegiado pautaram também algumas das discussões das duas edições da Conferência Nacional de Cultura, como a solicitação da inclusão de Dança na Subcomissão de Teatro, Cinema e Comunicação Social (uma das subcomissões da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte do Senado Federal).

Como resultado direto das demandas evidenciadas pelo Colegiado Setorial, foram lançados editais específicos para impulsionar a dança nas áreas de pesquisa, criação, produção, circulação, manutenção e difusão; criados cursos técnicos e de graduação em universidades públicas e privadas do país; bem

como implantadas divisões de dança nos organogramas de diversos estados e municípios. A área conquistou ainda dotação orçamentária própria.

Além da elaboração do Plano Nacional da Dança, uma grande vitória alcançada pela Câmara Setorial foi ter assento no Conselho Nacional de Políticas Culturais. A partir do diálogo permanente entre representantes da dança brasileira e poder público, o trabalho da Câmara possibilitou o aprofundamento das discussões sobre a cadeia produtiva do setor e apontou os primeiros caminhos para a elaboração de diretrizes e ações para o seu pleno desenvolvimento. As reuniões promovidas pela Câmara Setorial fortaleceram a mobilização da classe, trouxeram a público suas demandas e criaram um espaço até então inédito para a construção de políticas públicas na área de dança.

Sérgio Mamberti

Presidente da Funarte

2. Histórico da Câmara Setorial de Dança

A criação das Câmaras Setoriais, em 2004, tem relevância histórica. Pela primeira vez foi possível reunir diversos segmentos artísticos por meio de representantes estaduais. Sem dúvida, um salto qualitativo no processo de organização político-cultural em nosso país, representando um importante avanço no diálogo entre sociedade civil organizada e poder público.

A Câmara Setorial como órgão consultivo vem colaborando para a definição de políticas públicas no desenvolvimento da dança contribuindo para a articulação nacional da categoria num momento de intensa mobilização dos coletivos estaduais.

Vale ressaltar, que anterior a esta forma de organização a categoria já se articulava politicamente mesmo sem parceria do poder público. A exemplo disso: o Fórum Nacional de Dança, Fórum de Dança do Distrito Federal, Fórum Regional da Bahia, Fórum Regional do Rio de Janeiro, Fórum de Dança São Paulo, Movimento Mobilização Dança (SP), Movimento Dança Recife, o Fórum do Paraná, o Fórum do Ceará, Fórum de Dança de Santa Catarina, o Fórum de Dança de Uberlândia (MG), dentre outros.

A função principal da Câmara Setorial de Dança foi a de estabelecer diagnósticos, recomendar ao MINC/FUNARTE linhas de ação e estratégias para o desenvolvimento da dança, além de acompanhar continuamente os programas em andamento.

Para a criação das Câmaras Setoriais de Dança a equipe do MinC/Funarte realizou 7 reuniões, entre 6 e 21 de dezembro de 2004 nos Estados de RJ, RS, MG, DF, BA, PA, SP e uma oitava reunião em janeiro de 2005 em PR, contando com o comparecimento da categoria e representantes de entidades, associações, movimentos e fóruns.

Também foram contatadas lideranças nos estados do PR e CE que estavam articulados coletivamente e puderam somar ao processo. A partir desse momento, iniciou-se um processo de recepção da indicação dos representantes estaduais escolhidos em assembleias realizadas pelos coletivos e movimentos organizados.

A primeira reunião da Câmara Setorial de Dança foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de Maio de 2005. O lançamento oficial ocorreu no dia 30, em cerimônia conjunta à Câmara Setorial de Música, no Palácio Gustavo Capanema, Funarte/RJ, com a presença de Juca Ferreira, Secretário Executivo do MinC e representante do Presidente da Funarte em exercício, Antônio Grassi.

Ao comparecer, estes representantes regionais se comprometeram com este movimento e de forma militante iniciaram um ciclo de reuniões onde a partir do encontro e do confronto da realidade política e de formas de atuação de cada estado estabeleceu-se um diálogo nacional sem precedentes históricos.

Chegou-se à seguinte configuração:

1º Composição das Câmaras Setoriais

Da Sociedade Civil

11 representantes de Estados
5 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança, Formação | Difusão | Produção | Consumo/ Formação de Público | Política Cultural e Articulação | Questões Trabalhistas:

Representantes Estaduais

1. RS – Marise Siqueira | Suplente: Flávia Pessato
2. PR – Rosane Gonçalves | Suplente: Gládis Tridapalli
3. SP – Sofia Cavalcante | Suplente: Solange Borelli
4. RJ – Ângela Ferreira | Suplente: Thereza Rocha
5. MG – Rui Moreira | Suplente: Suely Machado
6. DF – Rosa Coimbra | Suplente: Yara de Cunto
7. BA – Lúcia Matos | Suplente: Cristina Castro
8. PE – Marília Rameh | Suplente: Roberta Ramos
9. CE – Ernesto Gadelha | Suplente: Cláudia Pires
10. PA – Waldete Britto | Suplente: Marilene Melo

Convidados por Área de Atuação

1. Formação: Dulce Aquino
2. Difusão: Inês Bogéa
3. Produção: Jacqueline Castro
4. Consumo/Formação de Público: Sigríd Nora
5. Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
6. Questões Trabalhistas: Lourdes Braga (CONATED)

Do Poder Público

Representante do MINC
Diretor de Artes Cênicas da Funarte
Coordenador de Dança da Funarte
Dois ou representantes convidados

eventualmente, de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc.

Em 2005

- I – 4 Reuniões Presenciais da Câmara Setorial de Dança
 - II - 3 Videoconferências.
- Na última reunião do ano foram elaboradas 14 moções, aprovadas por unanimidade pela plenária.

Em 2006:

- I – Encontros Nacionais da Câmara Setorial de Dança
- II – Reuniões dos GTEs/ Temas específicos de cada área
- III – Reuniões dos GTTs/ Temas Transversais

DIREITOS AUTORAIS | MINC/MEC | ECONOMIA DA CULTURA | MEMÓRIA DAS ARTES | TRABALHISTA/ TRIBUTAÇÃO

Na última reunião do ano foram escolhidas as Representantes da Dança no CNPC, titular e suplente respectivamente Dulce Aquino e Rosa Coimbra eleitas por unanimidade pela plenária.

Este movimento possibilitou o conhecimento das realidades e atitudes relacionadas às potencialidades e fragilidades de cada estado criando uma articulação nacional histórica, favorecendo a descentralização e principalmente a circulação de informações.

Em três anos de trabalho várias ações realizadas, dentre as quais, reuniões presenciais, vídeo-conferências, e discussões virtuais objetivando a compilação e o cruzamento de informações sobre a cadeia produtiva da dança (criação e pesquisa, difusão, produção, consumo/ formação de público, elos

transversais, gestão pública, questões trabalhistas, políticas culturais/ articulação nacional).

Algumas conquistas e avanços do setor A Câmara Setorial de Dança contribuiu para o fortalecimento e reconhecimento das mobilizações estaduais da categoria, reiterando para os gestores públicos o poder político das mesmas, além do levantamento de dados específicos e setorizados para organizar um plano de fruição da cultura nacional a partir da escuta da sociedade civil.

O censo revisado e registrado no caderno de diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura elaborado depois da Conferência Nacional de Cultura aponta a dança como segunda atividade artística mais disseminada no território nacional - 56% dos municípios brasileiros abrigam grupos desta linguagem, segundos dados do último levantamento fornecido pelo IBGE.

Apontamos como reflexos diretos da Câmara Setorial da Dança:

- A partir das ações desses coletivos, a dança conquista autonomia com a implantação de uma Câmara própria e específica e não como uma sub-câmara de artes cênicas como era a intenção da administração pública.
- Constitui-se um amplo leque de diagnósticos, problemáticas e caminhos para o desenvolvimento da dança e, especificamente, de uma política cultural voltada à área.
- A criação de Graduações e Cursos Técnicos de Dança tanto em universidades públicas quanto privadas;
- A implantação de Gerências, Divisões e Coordenadorias de Dança em diversos estados e municípios.
- A criação de editais específicos para a dança nas áreas de pesquisa, criação, produção, circulação, manutenção e difusão.
- A criação de dotação orçamentária específica para a dança em vários estados e municípios da federação.

Para além do exposto a principal função da Câmara Setorial de Dança, é subsidiar o Conselho Nacional de Política Cultural na elaboração e implantação do Plano Nacional de Cultura, a partir de 2008 como Colegiado Setorial de Dança.

O trabalho realizado pela Câmara Setorial de Dança que resultou nas diretrizes da área, teve uma repercussão positiva principalmente pelo caráter de representação estadual e é uma consequência direta da ação militante e das articulações políticas da sociedade civil organizada atuante há anos, o que destaca nossa diversidade e ao mesmo tempo apresenta elos em comum. Por esse motivo endossamos a permanência dos assentos estaduais com vias de ampliação conforme articulação dos coletivos de cada estado para em longo prazo todo os estados da federação estejam devidamente integrados ao processo.

Composição atual da Câmara Setorial de Dança agora em formato de Colegiado Setorial de Dança em 2008

1. Dulce Tâmara da Rocha Lamego Silva (BA) – Formação
2. Jacqueline Alves de Castro (MG) – Produção
3. Lourdes Braga (RJ) – Questões Trabalhistas
4. Sigríd Nora (Caxias do Sul/RS) – Formação de Público/Consumo
5. Ângela Ferreira (RJ)
6. Lúcia Matos (BA)
7. Marília Rameh (PE)
8. Cláudia Pires (CE)
9. Marise Gomes Siqueira (RS)
10. Marta César (SC)
11. Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF)
12. Rosane Gonçalves (PR)
13. Rui Moreira dos Santos (MG)
14. Sofia Cavalcante (SP)
15. Waldete Britto Silva de Freitas (PA)

3. Relatório 2005

REUNIÃO DE IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

28, 29 e 30 de Maio de 2005

Palácio Gustavo

Capanema

Sala Cândido Portinari

Rio de Janeiro

Índice

- | | |
|--|---|
| 1. Composição da câmara setorial de dança | 11. Detalhamento dos elos da cadeia produtiva |
| 2. Lista dos participantes | 11.1. Formação |
| 3. Introdução | 11.2. Criação e pesquisa |
| 4. Agenda | 11.3. Difusão |
| 5. Abertura e esclarecimentos | 11.4. Produção |
| 6. Tópicos levantados pelos representantes da câmara | 11.5. Consumo/formação de público |
| 7. Tópicos levantados pela funarte | 12. Grupos para discussão dos elos transversais |
| 8. Nós críticos, resultados almejados e diretrizes | 13. Elos transversais |
| 9. Metodologia | 13.1. Gestão pública |
| 10. Grupos de discussão dos elos da cadeia produtiva | 13.2. Questões trabalhistas |
| | 13.3. Políticas culturais/articulação nacional |
| | 14. Encaminhamentos finais |

1. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto para ir até dez/05)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

1. RS – Marise Siqueira (gestão) - ou em sistema de rotatividade: Airton Tomazzoni (educação); Eva Schull (criação); Flávia Pessato (produção); Paulo Guimarães (pesquisa);
2. PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gladis Tridapalli);
3. SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli);
4. RJ – Ângela Ferreira (suplente: Thereza Rocha);
5. MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado);
6. DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
7. BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro);
8. PE – Adriana Gehres (gestão, formação e produção) em sistema de rotatividade com Marília Rameh (políticas culturais e criação);
9. CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires);
10. PA – Waldete Britto e Maurício Quintaros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1. Representante do Minc;

2. Diretor de Artes Cênicas da Funarte
3. Coordenador de Dança da Funarte;
4. Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc.

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

1. - Formação: Dulce Aquino
2. - Difusão: Inês Bogeia
3. - Produção: Jacqueline Castro
4. - Formação de Público (Consumo): Sigrid Nora
5. - Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
6. - Questões Trabalhistas: Magdalena Rodrigues
7. - Gestão Pública: Regina Miranda

2. LISTA DOS PARTICIPANTES FUNARTE

1. - ANA LÚCIA PARDO – Ouvidora do MinC/RJ
2. - ANTONIO GILBERTO – Diretor do CEACEN
3. - CLÁUDIO ARANGHATHY – Técnico em Artes Cênicas (Coord. Dança)
4. - EDUARDO ROMBAUER – Moderador
5. - JANAÍNA BOTELHO – Assessora da Gerência de Programas
6. - LEONEL BRUM – Assessor da Câmara Setorial de Dança
7. - MARCOS MORAES – Coordenador de Dança
8. - MAYALU MATOS SILVA – Assessora das Câmaras Setoriais
9. - SUMAYA CRISTINA – Assistente do Moderador

10. - VITOR ORTIZ – Gerente Geral de Programas

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

1. Ângela Ferreira
2. Dino Garcia Carrera
3. Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva
4. Ernesto de Sousa Gadelha Costa
5. Inês Vieira Bogéa
6. Jacqueline Alves de Castro
7. Lúcia Helena Alfredi de Matos
8. Maria Magdalena Rodrigues da Silva
9. Marília Rameh Reis de Almeida Braga
10. Marise Gomes Siqueira
11. Regina Miranda Telles Ribeiro
12. Rosa Maria Leonardo Coimbra
13. Rosane Gonçalves de Almeida Torres
14. Rui Moreira dos Santos
15. Sigrid Augusta Busellato Nora
16. Sofia Helena Martins Cavalcante
17. Thereza Rocha
18. Waldete Brito Silva de Freitas

3. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados obtidos na reunião inaugural da Câmara Setorial de Dança, que teve como objetivo iniciar o processo de pactuação de diretrizes e linhas de ação para os debates da Câmara Setorial, a partir dos elos da cadeia produtiva da dança.

Durante os três dias de trabalho, foram identificados os “nós-críticos” de cada elo da cadeia produtiva, bem como apontados e priorizados os resultados almejados no futuro. Ao final foram definidos os próximos passos para continuidade do processo.

O desenvolvimento das atividades foi realizado conforme a agenda abaixo. Por sugestão dos participantes, houve uma mudança no roteiro: optaram por iniciar a definição de “nós críticos” e “resultados almejados” em todos os elos da cadeia produtiva, incluindo os eixos transversais (Gestão Pública, Políticas Culturais/Articulação Nacional e Questões Trabalhistas).

4. AGENDA

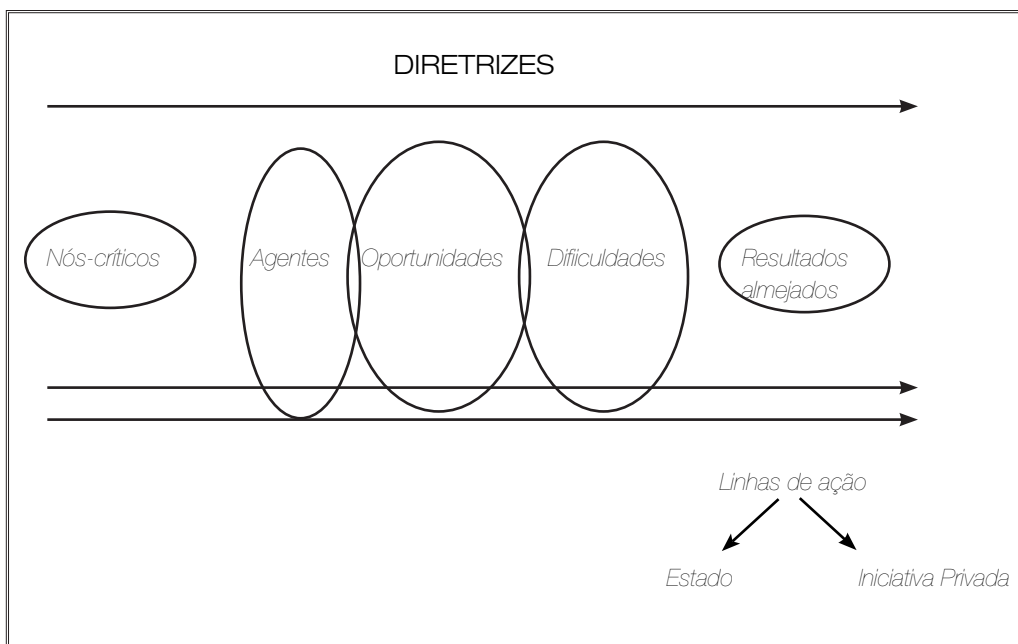
	DIA 1	DIA 2	DIA 3
<i>Manhã</i>	<i>- Abertura e esclarecimentos; - Equalizar expectativas.</i>	<i>- apontar os resultados almejados nos elos da cadeia produtiva</i>	<i>- proposta inicial: pactuar diretrizes e linhas de ação. - proposta seguida: pactuar nós críticos e resultados nos eixos transversais.</i>
<i>Tarde</i>	<i>- Identificar os nós-críticos</i>	<i>- proposta inicial: formular as diretrizes e linhas de ação. - proposta seguida: indicar nós críticos e resultados nos eixos transversais.</i>	<i>- priorizar resultados. - planejar as próximas reuniões.</i>

5. ABERTURA E ESCLARECIMENTOS

Os discursos inaugurais foram realizados pelo Coordenador de Artes Cênicas da FUNARTE, Antônio Gilberto, e pelo Coordenador da Câmara Setorial de Dança Marcos Moraes, seguido de uma fala do Gerente Geral de Programas Vitor Ortiz. Os representantes da Funarte abriram oficialmente os trabalhos saudando todos os presentes e ressaltaram a importância da Câmara

Setorial como um mecanismo de interlocução com o MinC.

Em seguida os participantes solucionaram dúvidas gerais relativas ao modo de condução das indicações a serem formuladas e funcionamento da Câmara Setorial. O momento inaugural foi concluído com uma fala do moderador expondo os marcos conceituais orientadores dos trabalhos, sintetizado no seguinte quadro:



6. Tópicos Levantados pelos Representantes da Câmara

- A composição do Conselho Nacional de Política Cultural será definida pelo decreto que cria o Sistema Federal de Cultura. Sugestão para que as Câmaras tenham voz nessa composição.
- Sugestão de incluir na agenda a discussão sobre uma nova regulamentação da dança. Solicitação para que seja providenciada a portaria regulamentando a representação de toda a composição da Câmara Setorial de Dança.
- Ressaltada a necessidade de se procurar parcerias com instituições locais para a implantação de "escritórios de representação" da Câmara em cada Estado.
- Pedido de disponibilização pela internet do documento da formação da Câmara Setorial de Dança. (Já foi atendido).
- Sugestão para que os documentos trazidos de cada Estado sejam socializados através da internet.
- Sugestão para que sejam enviados também via internet: Lei 6533; Código Brasileiro de Ocupação; materiais auxiliares.
- A representação do CONATED enviará informações sobre as "Fontes Alternativas de Financiamento".
- Participantes solicitaram suas declarações de participação na Câmara Setorial de Dança. Pedido atendido no último dia da reunião.

7. Tópicos Levantados pela Funarte

- O objetivo do Minc com relação a todas as Câmaras Setoriais (Dança, Música, Teatro, Circo e Artes Visuais) é que elas sejam um espaço de pactuação entre sociedade civil e o Governo.
- As Câmaras são consultivas e não deliberativas.
- O Minc está editando uma portaria provisória que cria o grupo de formação da Câmara Setorial de Dança.
- As formulações da Câmara Setorial serão dirigidas para o Conselho Nacional de Política Cultural, cujo sentido deverá ser explicitado melhor nas próximas reuniões da Câmara Setorial de Dança.
- Qualquer encaminhamento que saia da Câmara Setorial já terá por si só uma representatividade.
- O processo da Câmara Setorial de Dança será feito pela própria categoria acompanhada pela Funarte.
- Há sete meses para trabalhar e em dezembro avaliar as proposições e planejar para 2006. Limitação: os recursos financeiros das Câmaras Setoriais estão garantidos até o final deste ano.
- O Sistema Federal de Cultura inclui o Conselho Nacional de Políticas Culturais, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e o Plano Nacional de Cultura. Pretende-se incluir também os Estados e os Municípios que optarem por integrar o sistema.

- Solicitação para que todos os representantes chequem regularmente as informações sobre todas as Câmaras Setoriais no site do Minc.

- Comunicação de que a dança, com a Câmara Setorial de Dança, conquistou um assento no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

8. Nós Críticos, Resultados Almejados e Diretrizes

Conceitos

Nós Críticos: como orientação para análise de conjuntura inicial, foram identificados os nós críticos (principais entraves) encontrados em cada elo de cada cadeia produtiva.

Resultados Almejados: para cada nó crítico procurou-se identificar quais resultados (mudanças perceptíveis na realidade) se almejam conquistar em cada elo da cadeia produtiva. Ainda ficou indefinido se os resultados almejam um horizonte temporal predeterminado ou não.

Diretrizes: para atingir cada resultado almejado, deve-se pactuar qual ou quais as Diretrizes (eixo orientador de linhas de ação) que devem pautar as futuras intervenções.

Para cada Diretriz, serão analisados os seguintes elementos de contextualização:

Os agentes que já produzem ações no mesmo sentido.

As oportunidades existentes para a efetivação desta Diretriz.

As dificuldades existentes para que esta Diretriz se cumpra.

Linhas de Ação: uma vez formulada e contextualizada cada Diretriz, serão pactuadas as linhas de ação que devem ser desenvolvidas para atingir os resultados a que cada Diretriz se remete.

9. Metodologia

Os Nós Críticos e Resultados Almejados foram obtidos do seguinte modo: Os participantes foram convidados a formar um grupo para cada elo da cadeia produtiva, e responder à pergunta: quais os nós críticos que encontramos neste elo? As respostas foram organizadas em painéis e compartilhadas em plenária e comentadas, sendo acrescentados outros nós críticos.

Na sequência os grupos retornaram para rever as alterações de nós críticos e apontar os resultados respondendo à pergunta: que resultados as políticas a serem delineadas devem gerar neste elo? As respostas foram apresentadas e discutidas do mesmo modo que a pergunta anterior. Contudo, estes resultados não foram pactuados, mas considerados como um esboço para serem discutidos e pactuados na próxima reunião.

Para os eixos transversais, foi adotado um procedimento semelhante; contudo, os nós críticos e resultados foram elaborados nos grupos e apresentados em plenária conjuntamente.

A etapa final consistiu na priorização de alguns resultados estratégicos a serem discutidos nos próximos encontros. Esta priorização foi realizada da seguinte maneira: cada participante recebeu 9 adesivos e foram convidados a afixá-

los nos 9 resultados que considerassem prioritários.

Ao final obteve-se um conjunto de painéis reproduzidos nos quadros em seguida, no qual o número de indicações recebidas pelos resultados encontra-se em parênteses no final de sua formulação.

10. Grupos de Discussão dos Elos da Cadeia Produtiva

Formação: Waldete Freitas, Ângela Ferreira, Dulce Aquino e Magdalena Rodrigues

Criação e Pesquisa: Sofia Cavalcante, Lúcia Matos, Rosa Coimbra e Thereza Rocha

Produção: Rosane Gonçalves, Dino Carrera e Jacqueline Castro

Difusão: Inês Bogéa, Marília Rameh, Regina Miranda e Ernesto Gadelha

Consumo e Formação de Público: Rui Moreira, Sigrid Nora e Marise Siqueira

11. Detalhamento dos Elos da Cadeia Produtiva

11.1. FORMAÇÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desestímulo no campo acadêmico; propostas de origem mista academia versus ou + sociedade artística 2. Ensino Formal versus Ensino Informal (aqui está contemplado o ensino técnico) 3. Falta de circulação nacional de conhecimento na cadeia informal (ensino) 4. Financiamento público e privado 5. Diálogo entre as entidades representativas e a Universidade, Escolas Técnicas e Cursos Livres. 6. Capacitação profissional 7. Ausência de capacitação de trabalhadores ligados à profissão de dança 8. Número de cursos de graduação insuficientes, inexistência de cursos de pós-graduação em dança. 9. Falta de concursos específicos para a entrada do licenciado em dança nas escolas 10. Falta da definição de dança como área de conhecimento 11. Inexistência de articulação entre Minc/Mec para assegurar o ensino da dança nas escolas e formação de projetos artístico-educativos em dança 12. Ausência de centros de formação e de cursos superiores que atendam à demanda existente 13. Insuficiência de escolas públicas para a formação continuada de crianças e jovens na dança 14. O ensino formal não absorve a diversidade dos bailarinos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colocar a dança na hierarquia das disciplinas escolares, promover ao indivíduo a produção, reflexão e fruição através dela. (8 votos) 2. Aumento exponencial da produção de conhecimento em dança, com profissionais mais qualificados e maior quantidade de publicações. (5 votos) 3. Exercício pleno de trânsito de informação entre a formação formal e informal na dança (5 votos) 4. Jovens talentos, inclusive em situação de risco social, conseguiram a sua profissionalização em dança. / Jovens talentos têm acesso à profissionalização em dança, incluindo aqueles em situação de risco social. 5. Diminuição da perda de talentos 6. Há critérios de reconhecimentos de competência de profissionais oriundos da formação informal, habilitando-os ao ensino informal da dança.

DIRETRIZES

1. Em 4 anos: um curso de nível técnico público em cada capital do país
2. Em 10 anos: Implantação de centros de excelência, cursos de graduação e pós em dança strictu sensu nas cinco regiões do país.
3. Incorporar a dança na grade curricular do ensino fundamental, médio e educação infantil.

11.2. CRIAÇÃO E PESQUISA

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Inexistência de fomento a pesquisa e criação continuada 2. Identificação das principais dificuldades para formulação de projetos para criação em dança. / Dificuldades de conciliação das especificidades da criação em dança com a formulação de projetos. 3. Inadequação dos editais e programas às especificidades da dança 4. Inexistência de fomento/manutenção de grupos de trabalho independentes 5. Falta de ação para preservação da memória da dança 6. Incompreensão das terminologias e métodos de criação/pesquisa específicos da dança 7. Relação da criação/pesquisa com a formação formal e informal 8. Falta de definição do conceito de pesquisa na área de dança 9. Ausência de espaços públicos adequados à pesquisa e criação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inúmeros profissionais e grupos de dança têm manutenção garantida para desenvolvimento contínuo de pesquisa, produção de espetáculos e difusão dos trabalhos (7 votos) 2. Artistas tem espaços públicos assegurados para desenvolvimento e apresentação de pesquisa (1 votos) 3. Inúmeros grupos amadores têm atividade continuada. / A atividade continuada de grupos amadores está assegurada. 4. Inúmeros profissionais e grupos de dança têm produção continuada de qualidade. / Está assegurada a produção permanente de inúmeros profissionais e grupos de dança. 5. As terminologias e métodos de pesquisas artísticas e acadêmicas e a criação em dança são amplamente conhecidas em todos os setores da sociedade 6. Os editais específicos para criação/pesquisa em dança têm seu orçamento ampliado 7. Público especializado e leigo possui acesso à informação, memória e pesquisa na área de dança. 8. A criação e a pesquisa em dança no país são amplas, diversificadas e qualificadas. 9. Existem centros de referência direcionados para a preservação, a memória, divulgação de pesquisa e informação.

11.3. DIFUSÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. Circulação precária das informações sobre a dança.2. Carência de registros e difusão de dados da área de dança e de sua produção3. Inexistência de centros de referência para a divulgação da informação, memória, publicação.4. Carência de crítica e jornalismo especializado5. Ausência de programas de circulação permanente6. Intercâmbio de bens culturais e artísticos de projetos financiados pelo Governo em todas as regiões7. Trabalho de mídia como mediação e identidade da dança na sociedade8. Falta de reconhecimento da dança pela sociedade9. Ausência de um programa de apoio a publicações especializadas em dança10. Falta de estratégias de difusão/circulação da dança brasileira no Brasil e no exterior11. Necessidade de apoio a mostras e festivais, seminários	<ol style="list-style-type: none">1. Programas e banco de dados favorecem intercâmbio de ideias, informações e linguagens da dança (9 votos)2. Grupos brasileiros estão apresentando amplamente seus trabalhos no país e no exterior (8 votos)3. A sociedade como um todo conhece e valoriza a sua dança e seus artistas se sentem valorizados e reconhecidos.4. Público e profissionais estão informados sobre a dança nacional e internacional5. Ampla variedade de livros, dvds, vídeos, etc disponíveis para a população constrói a memória e amplia o acesso às informações na área de dança.6. Críticas e matérias de excelente qualidade são publicadas na mídia em geral7. O público está mais bem informado, curioso, e capacitado à fruição de espetáculos de dança.8. A dança, presente em publicações especializadas, e nos órgão de difusão maciça, faz parte da discussão central da cultura brasileira.

11.4. PRODUÇÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. A produção em si é um nó crítico2. Falta de técnicos em coordenações públicas3. Pequena participação do setor privado no apoio e financiamento à produção de dança4. Desigualdade: profissional, regional e econômica.5. Contrapartida Social / Obrigação de se apresentar contrapartida social.6. Falta de política de incentivo dos recursos estatais nos três poderes7. Problemas de superestrutura tributária legal do país gerando sonegação de associações sem fins lucrativos8. Falta de produtores especializados em dança9. Falta de uma otimização dos espaços públicos para dança (sala p/ensaios, apresentações, etc)10. Leis trabalhistas não integradas às necessidades da produção na atualidade11. Grupos independentes tem mais dificuldades. / Dificuldades de produção, sobretudo, dos grupos independentes.12. Ausência de residências para artistas e grupos independentes nos teatros e centros culturais públicos	<ol style="list-style-type: none">1. As cinco regiões do país possuem acesso e condições igualitárias à produção de dança (7 votos)2. Há uma política especial para a produção independente (1 voto)3. As direções dos processos relacionadas à produção em dança são geridas por profissionais da área.4. Maior participação do setor privado no apoio e financiamento à produção de dança/ Há uma grande participação do setor privado no apoio e financiamento à produção de dança.5. Evolução do conceito de contra partida ao investimento público / Não há obrigatoriedade de contrapartida social para se obter um financiamento público.6. Criou-se um sistema de financiamento à dança a partir da reformulação das políticas de incentivo. / Há um sistema de financiamento à dança adequado às políticas de incentivo.7. A estrutura tributária legal adequada às condições do setor possibilita seu desenvolvimento.8. A dança possui um número de produtores capacitados no mercado.9. O estado possui uma política democrática de utilização dos espaços públicos pela dança.10. Legislações trabalhistas contemplam as necessidades dos profissionais e mercado da dança.

11.5.

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de cultura de consumo da dança/ Demanda de arte 2. Falta de transversalidade com outras artes 3. Falta de política de reconhecimento e preservação da dança como patrimônio imaterial 4. Distribuição não igualitária das expressões da dança 5. Insuficiência de políticas para a disseminação de espetáculos de dança no interior do Estado 6. Tributação excessiva. 7. Qual uso dos espaços públicos / Uso inadequado dos espaços públicos. 8. Falta de respeito ao público 9. Falta de Pesquisa/diagnóstico 10. Insuficiência de mostras de dança c/ articulação entre o fazer e o pensar 11. Pouca atenção ao segmento de crianças e adolescentes 12. Falta de articulação da dança e dos demais segmentos da cultura 13. Falta de instrumentos de financiamento 14. Falta de comunicação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Há condições de circulação nacional de todas as formas de expressão na dança, sem tributações bis in idem¹ do produto artístico. Há circulação da produção nacional (10 votos) 2. A disponibilidade de recursos para pesquisa e implementação dos resultados gera quantitativo e qualitativo de produtos e consumo (7 votos) 3. O acesso a espaços públicos com destinação a cultura estão democratizados (1 voto) 4. Há condições de circulação nacional de todas as formas de expressão da dança 5. A dança está incluída no currículo do ensino formal, possibilitando o acessos ao fazer e ao fruir 6. Foi ampliado o alcance de informação sobre dança. 7. Existem centros de referência direcionada para a preservação da memória, divulgação de pesquisa e informação na área de dança de cada um dos estados.

¹Tributação bis in idem = dupla tributação

12. Grupos para Discussão dos Elos Transversais

1. Política Cultural: Lúcia Matos, Dino Carrera, Sofia Cavalcante, Jacqueline Castro.

2. Gestão Pública: Regina Miranda, Ernesto Gadelha, Rui Moreira, Waldeite Freitas, Sigrid Nora, Vítor Ortiz, The-reza Rocha.

3. Questões Trabalhistas: Magdale-na Rodrigues, Marise Siqueira, Rosa Coimbra, Inês Bogéa, Dulce Aquino, Marília Rameh, Rosane Gonçalves.

13. Elos Transversais

13.1. GESTÃO PÚBLICA

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. Falta de definição das respectivas responsabilidades das esferas governamentais no fomento à dança2. Falta de articulação da estratégica da dança com outras áreas/instâncias governamentais3. Faltam dados relativos às demandas e potencialidades da dança de forma geral4. A falta de especialistas em dança nos cargos de gestão pública em dança5. Falta de uma atitude pró-ativa de gestores e profissionais da dança no sentido da criação de instâncias de diálogo para gestão participativa6. A existência de populações sem acesso aos processos de fruição e produção em dança7. Distanciamento entre os gestores da cultura e a sociedade8. A não apropriação por parte da população dos bens simbólicos e equipamentos relativos à dança9. Ausência de concursos públicos para profissionais da dança nas diferentes áreas: bailarino, professor, especialistas10. Ausência de instrumentos transparentes e democráticos para acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto	<ol style="list-style-type: none">1. As esferas governamentais se articulam nos âmbitos federal, estadual e municipal e horizontalmente. (7 votos)2. Há instrumentos transparentes e democráticos para acessos ao financiamento público com aporte direto e indireto (6 votos)3. Sistema Nacional de Cultura está em pleno funcionamento (3 votos)4. A população tem acesso e se apropria da dança em suas diversas formas de manifestação (2 votos)5. Há dotação orçamentária específica para a dança6. Especialistas em dança e gestão ocupam cargos estratégicos de gestão pública em dança7. Políticas anti-discriminatórias e de inclusão encontram-se implementadas8. Há contemplação de demandas específicas dos diversos estados, considerando suas potencialidades.9. Mapeamento e identificação de demandas e potencialidades, com partilhamento das informações e implementação de ações efetivas nos vários âmbitos governamentais10. Existência de mecanismos facilitadores da participação da sociedade nas decisões governamentais relativas à dança

13.2. QUESTÕES TRABALHISTAS

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. <i>Problemas nas relações sindicais da dança</i>2. <i>Inadequação da regulamentação da profissão de dança</i>3. <i>A Insalubridade física</i>4. <i>Periculosidade</i>5. <i>A entrada no mercado de trabalho</i>6. <i>Ausência de regulamentação para aposentadoria especial</i>7. <i>Ausência da regulamentação do professor de dança (Maitre, ensaiador, coreógrafo, bailarino)</i>8. <i>Ausência de um órgão de registro para o artista criador</i>9. <i>Ausência de parâmetros para o ensino informal dança.</i>10. <i>Questões com o CONFEF</i>11. <i>Falta de critérios nos concursos públicos de dança</i>12. <i>Falta de um plano de carreira</i>13. <i>Ausência de um Conselho da Dança</i>14. <i>Falta entrelaçamento das diferentes normativas referentes à atuação do professor de dança nas seguintes instâncias: ministérios do trabalho e da educação</i>	<ol style="list-style-type: none">1. <i>Há adequação das relações sindicais na dança (10 votos)</i>2. <i>Ausência de um conselho da dança (8 votos)</i>3. <i>O bailarino tem garantia de aposentadoria após 25 anos de trabalho (3 votos)</i>4. <i>Existe um sistema legal eficiente na dança (Leis específicas) (2 votos)</i>5. <i>Há atuação satisfatória de representantes de dança nas entidades representativas (1 voto)</i>6. <i>Entidades representativas e artistas promovem acordos coletivos (1 voto)</i>7. <i>O mercado de trabalho absorve, regularmente, o bailarino a partir de 16 anos.</i>8. <i>O artista da dança tem sua regulamentação profissional redefinida/atualizada dentro das necessidades ou há uma lei específica para o artista da dança ou</i>9. <i>O artista da dança dentro das suas especificidades possui plano de carreira</i>10. <i>Artista da dança tem garantido os seus direitos autorais.</i>

13.3. POLÍTICAS CULTURAIS/ARTICULAÇÃO NACIONAL

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ineficiência da comunicação do Min. da Cultura com a categoria da dança 2. Inviabilidade do mecenato de pessoa física em decorrência da burocratização 3. Descontinuidade e inadequação dos editais 4. Inadequação das leis de incentivo (Lei Rouanet e outras) 5. Falta de clareza e articulação das diferentes competências da política cultural nas esferas municipal, estadual e federal 6. Ausência de articulação do cronograma da liberação de recursos do Minc com as reais necessidades da produção de dança 7. Descontinuidade dos programas de financiamento à produção, manutenção e circulação da dança 8. Ausência de instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas culturais por parte da sociedade civil 9. Ausência de ações programadas com incentivos específicos para cada um dos diferentes estágios e cada uma das diferentes naturezas da criação em dança 10. Inexistência da divulgação dos relatórios oriundos dos grupos de contemplados com qualquer tipo de subsídios 11. Inexistência de uma dotação orçamentária específica para a dança 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundo de patrocínios das estatais tem orçamento igualitário para apoio a projetos nas diversas linguagens artísticas (9 votos) 2. A dança é tratada de forma específica como manifestação artística e cultural no Plano Nacional de Cultura (9 votos) 3. Os Programas de financiamento público direto do estado são assegurados em lei (6 votos) 4. Leis de incentivo adequadas às realidades da dança em cada Estado. (Lei Rouanet e outras) (6 votos) 5. Ministério da Cultura destina orçamento igualitário para a dança e demais artes (5 votos) 6. O Ministério da Cultura tem comunicação eficiente com a categoria (3 votos) 7. Minc avalia liberação de recursos para os projetos aprovados atendendo os prazos específicos das produções de cada projeto (1 voto) 8. Otimização do investimento público a partir da articulação das esferas municipal, estadual e federal (1 voto) 9. Os relatórios dos grupos contemplados com subsídios encontram-se disponíveis nos sites do Minc 10. Projetos são promovidos semestralmente 11. Fomento para grupos estáveis tem dois editais ao ano 12. Ações da política cultural são viabilizadas através da divulgação de editais 13. Editais são julgados através de comissões formadas com especialistas com aval da sociedade civil organizada 14. Existência de doações de pessoa física para a dança 15. Prêmios estímulo para iniciantes são promovidos semestralmente 16. Os instrumentos de acesso ao financiamento público tomam-se claros e democráticos

14. Encaminhamentos

Finais

- 2ª REUNIÃO (próxima) – Julho – Sábado, 16 e Domingo, 17 – com proposta de um encontro prévio (sem caráter de reunião) na Sexta 15.

Temas criação/pesquisa e produção

- 3ª REUNIÃO – Setembro – Sábado, 10 e Domingo, 11 – com proposta de um encontro prévio (sem caráter de reunião) na Sexta, 9. Temas: difusão e consumo/formação de público

- 4ª REUNIÃO – Sem data marcada

Tema: Formação

- A 5ª REUNIÃO ficou com data e temas em aberto, sendo que deverá se concentrar na avaliação do trabalho realizado no ano e no planejamento do próximo mandato.

- Até o final do ano serão marcadas três videoconferências.

- Decidiu-se em plenária que os ELOS TRANSVERSAIS serão discutidos em paralelo aos temas elencados para cada reunião.

2ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

16 E 17 de Julho de 2005
Palácio Gustavo Capanema
Sala Cândido Portinari
Rio de Janeiro

Índice

1. Composição da câmara setorial de dança
2. Lista dos presentes
3. Introdução
4. Pauta: produção, criação e pesquisa
 - 4.1. Programação prevista
5. Reunião de 16/7/2005
 - 5.1. Abertura e esclarecimentos
 - 5.2. Distribuição dos grupos de trabalho
 - 5.3. Resumo da apresentação do grupo especial
6. Reunião de 17/7/2005
 - 6.1. Abertura
7. Resumo da apresentação do grupo 1
8. Resumo da apresentação do grupo 2
9. Programas, bolsas e editais
10. Encaminhamentos finais

1. Composição da Câmara Setorial de Dança

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto até dez/2005)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

1. RS – Marise Siqueira (gestão) ou, em sistema de rotatividade, Airton Tomazzoni (educação), Eva Schull (criação), Flávia Pessato (produção), Paulo Guimarães (pesquisa)
2. PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gládis Tridapalli)
3. SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli)
4. RJ – Angela Ferreira (suplente: Thereza Rocha)
5. MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado)
6. DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
7. BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro)
8. PE – Adriana Gehres (gestão, formação e produção) em sistema de rotatividade com Marília Rameh (políticas culturais e criação)
9. CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires)
10. PA – Waldete Britto e Maurício Quintaros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1. Representante do MinC
2. Diretor de Artes Cênicas da Funarte
3. Coordenador de Dança da Funarte
4. Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

1. Formação: Dulce Aquino
2. Difusão: Inês Bogéa
3. Produção: Jacqueline Castro
4. Formação de Público (Consumo): Sigrid Nora
5. Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
6. Gestão Pública: Regina Miranda
7. Questões Trabalhistas: Representante do CONATED – Lourdes Braga
8. Criação: (indefinido)

2. Lista dos Presentes

FUNARTE

1. Eliane Suarez – Assessora das Câmaras Setoriais
2. Janaína Botelho Guerreiro (Dia 16) - Assessora das Câmaras Setoriais
3. Leonel Brum – Assessor da Câmara Setorial de Dança
4. Marcos Moraes – Coordenador de Dança
5. Mayalu Matos Silva – Assessora das Câmaras Setoriais
6. Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas

CONVIDADOS

1. Ana Lúcia Pardo – Ouvidora do Minc/RJ
2. Marta Lúcia Hermeto (Dia 16) – Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho - DRT/RJ – Min. Trabalho e Emprego

3. Roberto Lima (Dia 16) – Gerente de Articulação do Sistema Nacional de Cultura (Secretaria de Articulação Institucional – SAI/MinC)

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

1. Ângela Ferreira (Dia 16)
2. Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva
3. Ernesto de Sousa Gadelha Costa
4. Inês Vieira Bogéa
5. Jacqueline Alves de Castro
6. Lúcia Helena Alfredi de Matos
7. Maria Magdalena Rodrigues da Silva
8. Marília Rameh Reis de Almeida Braga
9. Marise Gomes Siqueira
10. Rosa Maria Leonardo Coimbra
11. Rosane Gonçalves de Almeida Torres
12. Sigrid Augusta Busellato Nora
13. Sofia Helena Martins Cavalcante
14. Thereza Rocha (Dia 17)
15. Waldete Brito Silva de Freitas

3. Introdução

- Este relatório apresenta os produtos finais obtidos na reunião da Câmara Setorial de Dança de 16 e 17 de Julho de 2005, que teve como objetivo dar continuidade ao processo de pactuação de diretrizes e linhas de ação a partir dos elos da cadeia produtiva da dança.

- A partir do material elaborado na reunião anterior – na qual foram levantados Nós Críticos² e Resultados Almejados³ da Cadeia de Produção da Dança – organizou-se o material referente aos Elos de “Criação e Pesquisa” e “Produção” e foram apontadas Diretrizes⁴ para orientar as Linhas de Ação necessárias a uma Política de Estado voltada ao desenvolvimento da Dança. O mesmo será feito na próxima reunião com relação aos Elos “Formação”, “Difusão” e “Consumo (Formação de Público)”.

- Paralelamente, foram abordados assuntos específicos que procuram conciliar o trabalho da Câmara Setorial de Dança junto a outras instâncias governamentais ou institucionais, junto às demais Câmaras Setoriais em funcionamento, bem como assuntos referentes às ações de governo em andamento.

- É importante ressaltar que os resultados aqui apresentados não dão conta da riqueza do debate. Apresentam apenas a síntese e o material bruto de um documento que será redigido, ao final do ano, a partir do trabalho realizado durante o processo de pactuação da Câmara Setorial de Dança.

4. Pauta: Produção, Criação E Pesquisa

Pauta subjacente: “implicantes trabalhistas e tributários”

Objetivo Principal

A reunião procurou analisar os nós críticos nos elos da “produção”, “criação e pesquisa” da cadeia produtiva de dança, buscando a identificação das diretrizes políticas orientadoras para a conquista dos resultados Almejados.

²-Nós Críticos: como orientação para análise de conjuntura inicial, foram identificados os nós críticos (principais entraves) encontrados em cada elo de cada cadeia produtiva.

³- Resultados Almejados: para cada nó crítico procurou-se identificar quais resultados (mudanças perceptíveis na realidade) se almejam conquistar em cada elo da cadeia produtiva. Ainda ficou indefinido se os resultados almejam um horizonte temporal pre-determinado ou não.

⁴- Diretrizes: para atingir cada resultado Almejado, deve-se pactuar qual ou quais as Diretrizes (eixo orientador de linhas de ação) que devem pautar as futuras intervenções.

4.1. PROGRAMAÇÃO PREVISTA

Dia/Hora	Pauta	Responsável	Tempo
16/7 *9 h	*Abertura	*Marcos Moraes	*30 minutos
*9h30	*Apresentação: Proposta da Conferência Nacional de Cultura e detalhamento do Sistema Nacional de Cultura	* Roberto Lima (Secretaria de Articulação Institucional/MinC)	*30min apres. + 45min debate = total 1 hora e 15min
*10h45	*6533/78 – Questões Trabalhistas	*Dra. Marta Lúcia Hermeto DRT/RJ – Ministério do Trabalho e Emprego	*30 min apres. + 45 min debate = total 1 hora e 15min
*12h	*Apresentação do site das Câmaras Setoriais	*Eliane Suarez Funarte	*30min apres. + 30min debate = total 1 hora
*12h30	*Intervalo de almoço		
*14h	*Trabalho em grupo – produção das diretrizes 3 grupos: *Fomento *Financiamento *Trab. E Tribut.	*mediador	*2 horas
*16h	*Intervalo		
*16h30	*Grande Grupo: apresentação das diretrizes	*Coordenadores dos grupos	*1h30 - 10 min para cada grupo + 1 hora debate
*18h	*Encerramento		
Dia/Hora	Pauta	Responsável	Tempo
17/7	*Trabalho em grupo: Enquadramento/ Onde está a solução? Quais os encaminhamentos? *Intervalo *Próximos passos	*1h	
*9h30	*Trabalho em grupo: Enquadramento/ Onde está a solução? Quais os encaminhamentos?	*Coordenadores dos grupos	*1h30min 60 min para cada grupo + tempo debate (plenária)

*11h	*Intervalo		
*11h15	*Próximos passos	*Mediador	*1h
*12h15	*Intervalo de almoço		
*14h	*Apresentação do Edital Funarte/Petrobrás + Recebimento de propostas e critérios para a Comissão de Avaliação	*Marcos Moraes	*15min + 1 hora de debate
*15h	Intervalo		
*15h15	*Encaminhamentos finais - Bolsa Capes - Próximas reuniões - Outros	*Mediador	*15min
*16h15	*Encerramento	Marcos Moraes	

5. REUNIÃO DE 16/7/2005 (PROGRAMAÇÃO REALIZADA)

5.1. ABERTURA E ESCLARECIMENTOS

- O discurso inaugural foi realizado pelo Coordenador da Câmara Setorial de Dança, Marcos Moraes. Apresentou as boas-vindas e abriu oficialmente os trabalhos comunicando as eventuais faltas e substituições de alguns representantes na reunião. Em seguida, apresentou a proposta de pauta para o encaminhamento dos encontros deste fim de semana.

- Roberto Lima, Gerente de Articulação da Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério da Cultura (MinC), discursou sobre a implementação do Sis-

tema Nacional de Cultura, citando a Lei 10.683 de 2003, que o criou. Também falou sobre a proposta do Minc de realizar a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que terá como objetivo subsidiar o Conselho Nacional de Política Cultural na definição das diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, a ser encaminhado pelo Ministro de Estado da Cultura ao Congresso Nacional. Serão realizadas cinco pré-conferências setoriais para instituições e movimentos da sociedade civil, um encontro para cada região do Brasil.

CALENDÁRIO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

<i>Período</i>	<i>Atividade</i>
<i>Até 31/10/2005</i>	<i>Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura</i>
<i>Até 30/11/2005</i>	<i>Conferências Estaduais de Cultura</i>
	<i>Pré-Conferências Setoriais de Cultura</i>
<i>07 a 10/12/2005</i>	<i>Conferência Nacional de Cultura</i>

OBS.: Para mais detalhes consulte o arquivo anexo do "Calendário e Regulamento da I Conferência Nacional de Cultura", documento ainda em processo de elaboração.

INTERVALO

- Apresentação de Marta Lúcia Hermeto DRT/RJ – Ministério do Trabalho e Emprego sobre a Lei Nº 6.533, de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnicos em Espetáculos de Diversões. Discorreu sobre as três formas atuais de contratação: "nota contratual", "contrato por prazo determinado" e "contrato por prazo indeterminado". O discurso de Hermeto suscitou uma série de questões que foram esclarecidas pela convidada do DRT.

OBS.: Para mais detalhes sobre a Lei Nº 6.533 consulte o arquivo em anexo.

ALMOÇO

- Eliane Suarez fez uma apresentação sobre o espaço dedicado às Câmaras Setoriais dentro do website do MinC.

- Marcos Moraes e Vitor Ortiz distribuíram os grupos e apresentaram as propostas a serem trabalhadas na pauta do dia.

5.2. DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO 1 – "Fomento, Manutenção, Adequação dos Espaços, Editais": Waldete Freitas, Lúcia Matos, Ernesto Gadelha, Rosa Coimbra, Marília Rameh.

GRUPO 2 – "Financiamento, Leis, Sistema Federal, Desigualdades Regionais": Sofia Cavalcante, Dulce Aquino, Sigrid Nora, Jacqueline Castro e Inês Bogéa.

GRUPO ESPECIAL – "Legislação Trabalhista e Questões Tributárias": Rosane Gonçalves, Angela Ferreira, Marise Siqueira, Lourdes Braga e Lúcia Pardo (MinC).

- O Grupo Especial debateu em plenária os resultados dos trabalhos realizados no dia. O encaminhamento final sobre a posição da Câmara Setorial de Dança foi pactuado no dia seguinte estabelecendo a necessidade de "mudanças na legislação trabalhista".

- Vitor Ortiz encerrou os trabalhos comunicando que as Câmaras Setoriais serão apresentadas à Comissão de Educação e Cultura no dia 3 de agosto de 2005, quando serão encaminhadas as posições atuais da Câmara Setorial de Dança.

OBS.: Esta data foi alterada por decisão da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados para o dia 17 de agosto.

5.3. RESUMO DA APRESENTAÇÃO DO GRUPO ESPECIAL

“LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E QUESTÕES TRIBUTÁRIAS” (posteriormente discutido em plenária)

CRIAÇÃO, PESQUISA E PRODUÇÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Problemas de superestrutura tributária legal do país, gerando sonegação de associações sem fins lucrativos. 2. Legislações trabalhistas não integradas às necessidades da produção atual. 3. Falta de articulação estratégica da dança com outras áreas/instituições governamentais. 4. Ausência de concursos públicos nas diferentes áreas da dança (professores e bailarinos). 5. Problemas nas relações sindicais da dança. 6. Inadequação da regulamentação profissional: insalubridade, periculosidade, acesso ao mercado de trabalho, etc) 7. Ausência de regulamentação do professor em dança (maitre, ensaiador, coreógrafo). 8. Ausência de um órgão de registro para o criador (direito autoral). 9. Ausência de parâmetros para o ensino informal de dança. 10. Questões com o CONIFF. 11. Falta de critérios nos concursos públicos em dança. 12. Falta de um plano de carreira. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estrutura tributária legal adequada às condições do setor possibilitando seu desenvolvimento. 2. Legislações trabalhistas que contemplem as necessidades dos profissionais e mercado da dança. 3. Adequação das relações sindicais na dança. 4. Garantia de aposentadoria após 25 anos de trabalho para o bailarino. 5. Sistema legal eficiente na dança (leis específicas). 6. Atuação satisfatória de representantes de dança nas entidades representativas. 7. Promoção de acordos coletivos por entidades representativas de artistas. 8. Absorção regular do bailarino a partir de 16 anos pelo mercado de trabalho. 9. O artista da dança tem sua regulamentação profissional redefinida/atualizada dentro das necessidades ou há uma lei específica para o artista da dança. 10. Plano de carreira para o artista da dança nas suas especificidades. 11. Garantia de direitos autorais para o artista da dança.

DIRETRIZES

1. Ampliar a discussão acerca da excepcionalidade do produto cultural na legislação tributária e adequação às regras da modalidade "Simples".
2. Criação de grupo de trabalho específico intersetorial com técnicos da área tributária para a formulação de proposta de alteração (linha de ação).
3. Criação de órgão arrecadador e registrador para o criador (coreógrafo, dramaturgo em dança e roteirista e direito de imagem).
4. Criar e ampliar as relações sindicais no que se refere a: 1) atestado de capacitação; 2) fomento de acordos e convenções coletivas; 3) aposentadoria; 4) insalubridade; 5) periculosidade; 6) acesso ao mercado de trabalho a partir de 16 anos de idade.
5. Mudança da legislação que regulamenta a atuação do profissional da dança.

PENDÊNCIAS

1. Alteração/revisão da lei que regulamenta o profissional da dança seguindo três propostas observando a garantia dos direitos conexos:

- a) Alteração do Quadro Anexo do Dec. 82.385/78, tendo como base a categoria proposta pela CBO intitulado "artista da dança".
- b) Alteração da Lei 6.533/78 e como consequência o Dec. 82.385/78 e Quadro Anexo.
- c) Criação de uma lei específica para a dança.

OBS.: A plenária decidiu posicionar-se apenas por mudanças genéricas na Legislação Trabalhista, sem estabelecer uma posição final sobre o assunto.

2. Criação de Grupos de Trabalhos regionais para levantamentos de dados e fundamentação para a alteração da regulamentação da profissão.

3. Encaminhamento dos resultados a partir de votação regional para a Câmara Setorial de Dança.

6. REUNIÃO DE 17/7/2005

6.1. ABERTURA

- Marcos Moraes e Vitor Ortiz abriram os trabalhos do dia solicitando aos grupos 1 e 2 que apresentassem, em plenária, os resultados dos trabalhos desenvolvidos no dia anterior.

7. RESUMO DA APRESENTAÇÃO DO GRUPO 1

"FOMENTO, MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS, EDITAIS" (posteriormente discutido em plenária)

CRIAÇÃO E PESQUISA

NÓS CRÍTICOS

1. Inexistência de fomento a pesquisa e criação continuada.
 2. Dificuldades de conciliação das especificidades da criação em dança com a formulação de projetos.
 3. Inadequação dos editais e programas às especificidades da dança.
 4. Inexistência de fomento/manutenção de grupos de trabalho independentes.
- Ausência de espaços públicos adequados à pesquisa e criação.

RESULTADOS ALMEJADOS

1. Garantia de manutenção de desenvolvimento continuado de pesquisa, produção de espetáculos e difusão dos trabalhos para profissionais e grupos de dança.
2. Espaços públicos assegurados para desenvolvimento e apresentação de pesquisa.
3. Garantia de atividade continuada de grupos amadores.
4. Assegurada a produção permanente de inúmeros profissionais e grupos de dança.
5. Ampliação do orçamento dos editais específicos para criação/pesquisa em dança.
6. Criação e pesquisa em dança no país amplas, diversificadas e qualificadas.
7. Centros de referência direcionados para a preservação, a memória, divulgação de pesquisas e informação.

DIRETRIZES

1. Criação de programas continuados em dança.
2. Programas e ações públicas em dança devem ser continuados e adequados às necessidades e especificidades da dança.
3. Implementação de programa de apoio à criação e manutenção de centros estaduais destinados à constituição de acervos para a preservação da memória, pesquisa e divulgação de informações na área de dança.
4. Implementação de programa de apoio à criação e manutenção de centros estaduais de referência para o desenvolvimento de pesquisa e criação em dança.
5. Utilização de espaços públicos como teatros e centros culturais para a residência de grupos e artistas independentes da dança.
6. Aproveitamento dos próprios públicos federais para espaços de referências e/ou teatro.

PRODUÇÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. Falta de técnicos em coordenações públicas.2. Obrigação de se apresentar contrapartida social.3. Falta de produtores especializados em dança.4. Falta de otimização dos espaços públicos para dança (salas de ensaios e apresentações, etc).5. Dificuldades de produção, sobretudo, dos grupos independentes.6. Ausência de residências para artistas e grupos independentes nos teatros e centros culturais públicos.	<ol style="list-style-type: none">1. Uma política especial para a produção independente.2. Direções dos processos relacionadas à produção em dança geridas por profissionais da área.3. Suspensão da obrigatoriedade de contrapartida social para se obter um financiamento público.4. Um número de produtores capacitados no mercado.5. Uma política democrática de utilização dos espaços públicos pela dança.

DIRETRIZES

1. Ocupação das funções e dos cargos específicos da área de dança na gestão pública nos âmbitos federal, estadual e municipal por especialistas/gestores da área.
2. Teatro/Casas de Espetáculos Públicos devem ser programados por edital e assegurar pautas qualificadas para dança.

INTERVALO

8. RESUMO DA APRESENTAÇÃO DO GRUPO 2

“FINANCIAMENTO, LEIS, SISTEMA FEDERAL, DESIGUALDADES REGIONAIS” (depois discutido em plenária)

CRIAÇÃO E PESQUISA ARTÍSTICA E CRIAÇÃO CONTINUADA

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. Inexistência de fomento a pesquisa e criação continuada.2. Inexistência de programa de estímulos para grupos emergentes.3. Falta de programas de financiamento para preservação da memória da dança.4. Ausência de espaços públicos adequados à pesquisa e criação.5. Ausência de programas para pesquisa artística e criação continuada.	<ol style="list-style-type: none">1. Garantia de desenvolvimento continuado de pesquisa/produção e difusão.2. Garantia da atividade contínua de grupos de dança.3. Assegurada a produção permanente de professores e grupos de dança.4. Ampliação dos orçamentos dos editais para criação/pesquisa em dança.5. Público especial e leigo com acesso à informação, memória e pesquisa em dança.6. Criação/pesquisa amplas, diversificadas, qualificadas.7. Centro de referências direcionados para preservação/memória divulgação de pesquisa e informação.

DIRETRIZES

1. Todas as diretrizes foram migradas para Programas, Bolsas e Editais. (vide abaixo)

PRODUÇÃO

NÓS CRÍTICOS	RESULTADOS ALMEJADOS
<ol style="list-style-type: none">1. Ausência de política de incentivo de recursos estatais.2. Desigualdade: profissional, regional econômica.3. Falta de políticas de incentivo (recursos públicos) nos três poderes.4. Inexistência de programa de estímulos para grupos emergentes.	<ol style="list-style-type: none">1. Acesso e condições iguais a profissionais de dança para as cinco regiões do país2. Participação expressiva do setor privado no apoio/financiamento à produção de dança.3. Sistema de financiamento à dança adequado às políticas de incentivo.

DIRETRIZES

1. O investimento público deve ser direto através dos fundos e de editais.
2. Os fundos devem ser transparentes/democráticos com participação da sociedade civil.
3. Elaboração dos critérios para definição das dotações orçamentárias.
4. Desburocratização do investimento de pessoas físicas através de renúncia fiscal.
5. Estabelecer política nacional de incentivo ao ingresso/acesso com subsídios (públicos e/ou privados).
6. Destinação de recursos de Leis de incentivo deve ser a fundo público e utilizado através de editais.
7. Aplicação do recurso da iniciativa privada proveniente de renúncia fiscal em favor do incentivo à cultura deve ser correspondente à origem arrecadatória do tributo federal [a ser debatido na conferência nacional de cultura]. Encaminhamento: a Câmara utilizará sua prerrogativa para estabelecer uma consulta ao Ministério da Cultura por informações sobre este tema, sua pertinência e implicações.
8. Buscar a ampliação dos investimentos em dança dentro do Sistema "S" – SENAI/SENAC/SESI/SESC. Encaminhamento: Vitor Ortiz sugeriu convidar representantes dessas instituições para tratar do tema de forma ampliada.

9. Programas, Bolsas e

Editais

(Levantados extraordinariamente pelos grupos de trabalho e debatidos em plenária)

PROGRAMAS

1. Criação de programas continuados de estímulo à iniciação a pesquisa/criação artística em dança.
2. Promoção anual e contínua dos programas de fomento à criação e pesquisa em dança.
3. Criação de programas de apoio à pesquisa, mapeamento e memória da dança.

BOLSAS

1. Criação de programa de bolsas de aperfeiçoamento e/ou estudo de cunho artístico, criadores, pesquisadores, críticos e dançarinos.
2. Aprofundar propostas para Bolsa Capes.

EDITAIS

1. Implementação dos editais como mecanismo de acesso às diferentes formas de fomento à dança.
2. Ampliação gradual e contínua das dotações orçamentárias e das verbas destinadas aos editais para fomento à criação, pesquisa e produção em dança.
3. Editais devem estimular a diversidade criativa na dança.
4. Criação de programas continuados com editais semestrais elaborados e avaliados por especialistas da área visando ao fomento da pesquisa e criação artística de grupos e profissionais de dança.
5. Criação de programas continuados com editais anuais elaborados e avaliados por especialistas da área visando ao fomento, à manutenção de grupos e profissionais independentes de dança.
6. Revisão do conceito de contrapartida social dos editais públicos para a área de dança, com a participação de especialistas da área.
7. Constituição das comissões e análises dos projetos dos editais com representantes exclusivamente da área de dança.
8. Editais devem estimular a diversidade criativa na dança em todas as regiões.
9. Criação de editais específicos para a manutenção de grupos de dança, garantidos por leis que permitam a continuidade do trabalho.
10. Inclusão da dança como segmento específico nos programas de incentivo à cultura/editais das estatais e empresas públicas.
11. Criação de editais específicos para registro e conservação da memória da dança.

ALMOÇO

10. Encaminhamentos

Finais

- Marcos Moraes e Vitor Ortiz apresentaram o Edital Funarte/Petrobras dando esclarecimentos sobre o lançamento emergencial do mesmo.

- Abriu-se uma plenária para a discussão sobre os temas relacionados ao recebimento de propostas e os critérios para a Comissão de Avaliação. A Câmara preferiu deixar que o processo desse edital seja encaminhado exclusivamente pela Funarte. A participação da Câmara Setorial de Dança se dará somente em editais futuros.

- A Assessora das Câmaras Setoriais, Jaina Botelho, descreveu os objetivos de Maria Luiza Lombas (MEC) sobre a remodelação da Bolsa Capes, Apartes e Virtuose: uma iniciativa do MEC de se reunir

ao MinC no intuito de se restabelecer o financiamento de bolsas para artistas e pesquisadores brasileiros aperfeiçoarem sua pesquisas no Brasil e exterior. Seriam 34 bolsas de 12 meses, divididas em 12 bolsas no Brasil e 20 bolsas no exterior. Foram debatidas propostas básicas para esta bolsa e determinou-se que o processo será aprofundado oportunamente.

- Sugestão de análise da minuta da Lei para o Circo.

- A Câmara Setorial de Dança decidiu excluir definitivamente do processo de trabalho o GRUPO ESPECIAL, sem que essa decisão implique o prosseguimento do debate sobre a Legislação Trabalhista e as Questões Tributárias, que poderá ser mantido através de discussões na Plenária.

- A próxima reunião ficou confirmada para os dias 10, 11 e 12 de setembro, com os

seguintes temas "Formação", "Difusão" e "Consumo (Formação de Público)".

- Confirmada, para a próxima reunião, a participação dos seguintes componentes da Câmara: Sofia Cavalcante, Marília Rameh, Lúcia Matos, Jaqueline Castro, Marise Siqueira, Dulce Aquino, Rosa Coimbra, Ernesto Gadelha, Waldete Britto, Sigrid Nora.

- Será marcada uma Videoconferência no mês de agosto. Pactuou-se que as Videoconferências devem servir para a inclusão de outros participantes, inclusive de outras cidades e estados e para, pelo menos, uma breve manifestação de posições de cada Coletivo Estadual; mas, devido ao formato e à dinâmica das salas, devem também ser objetivas, absolutamente sintéticas.

- Marcos Moraes e Vitor Ortiz encerraram os trabalhos, agradecendo a participação e a dedicação de todos.

3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

10, 11 e 12 de
Setembro de 2005
Palácio Gustavo
Capanema
Sala Cândido Portinari
Rio de Janeiro

Índice

1. Composição da câmara setorial de dança
2. Lista dos presentes
3. Proposta de pauta
4. Reunião de 10/9/2005
5. Reunião de 11/9/2005 (programação realizada)
6. Diretrizes e linhas de ação sobre “difusão”
7. Reunião de 12/9/2005 (programação realizada),
8. Diretrizes e linhas de ação do tema “consumo”
9. Proposta a ser discutida como “elos transversais”

1. Composição da Câmara Setorial de Dança

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto até dez/2005)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

1. RS – Marise Siqueira (gestão) ou, em sistema de rotatividade, Airton Tomazzoni (educação), Eva Schull (criação), Flávia Pessato (produção), Paulo Guimarães (pesquisa)
2. PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gládis Tridapalli)
3. SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli)
4. RJ – Angela Ferreira (suplente: Thereza Rocha)
5. MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado)
6. DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
7. BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro)
8. PE – Marília Rameh (suplente: Roberta Ramos)
9. CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires)
10. PA – Waldete Britto e Maurício Quintaros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1. Representante do MinC
2. Diretor de Artes Cênicas da Funarte
3. Coordenador de Dança da Funarte
4. Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

1. Formação: Dulce Aquino
2. Difusão: Inês Bogéa
3. Produção: Jacqueline Castro
4. Formação de Público (Consumo): Sigríd Nora
5. Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
6. Questões Trabalhistas: Representante do Conated – Lourdes Braga
7. Criação: (indefinido)
8. Gestão Pública: Regina Miranda – indefinido *(vide item 2 da ABERTURA)

2. LISTA DOS PRESENTES

FUNARTE

1. Antonio Gilberto – Diretor do Ceacen
2. Eliane Suarez – Assessora das Câmaras Setoriais
3. Janaína Botelho Guerreiro - Assessora das Câmaras Setoriais
4. Leonel Brum – Assessor da Câmara Setorial de Dança
5. Marcos Moraes – Coordenador de Dança
6. Mayalu Matos Silva – Assessora das Câmaras Setoriais
7. Miriam Brum – Apoio Funarte
8. Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas (Dias 11 e 12)

CONVIDADOS

1. Ana Lúcia Pardo – Ouvidora do Minc/RJ
2. Angel Vianna (Faculdade e Escola de Dança Angel Vianna)
3. Ausônia Bernardes (Faculdade e Escola de Dança Angel Vianna)
4. Carlos Alberto Xavier (Assessor do Ministro da Educação)
5. Eduardo Bonito – Circuito Brasileiro de Festivais Internacionais de Dança
6. Fábio Ferreira – Núcleo de Festivais de Artes Cênicas do Brasil
7. Inês Calfa (Professora do Departamento de Arte Corporal da UFRJ)
8. Katya Gualter (Coordenadora do Depto. de Arte Corporal da UFRJ)
9. Maria Julieta Calazans (Faculdade e Escola de Dança Angel Vianna)
10. Roberto Pereira (Diretor da Faculdade de Dança da UniverCidade)

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

1. Angela Ferreira
2. Dino Carrera
3. Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva
4. Ernesto de Sousa Gadelha Costa
5. Inês Vieira Bogéa
6. Jacqueline Alves de Castro
7. Lourdes Braga
8. Lúcia Helena Alfredi de Matos
9. Marília Rameh Reis de Almeida Braga
10. Marise Gomes Siqueira
11. Rosa Maria Leonardo Coimbra
12. Rosane Gonçalves de Almeida Torres
13. Rui Moreira
14. Sigrid Augusta Busellato Nora
15. Sofia Helena Martins Cavalcante
16. Solange Borelli (Suplente de São Paulo)
17. Waldete Britto Silva de Freitas

3. Proposta de Pauta (Prevista)

DIA 10 – TEMA “DIFUSÃO”: FESTIVAIS E DIVULGAÇÃO

- 9h30 – Abertura.
- 10h – Apresentação de documento por Ernesto Gadelha e Eduardo Bonito – Circuito Brasileiro de Festivais Internacionais de Dança (Panorama Rio Dança/RJ, FID/BH, Bienal de Dança do Ceará e Festival de Dança de Recife), além de Fábio Ferreira, representante do Núcleo de Festivais de Artes Cênicas do Brasil (Festival riocenenacenacontemporânea/RJ, Fiti - Festival Internacional de Palco e Rua de Belo Horizonte/MG, Cena Contemporânea de Brasília/DF, Porto Alegre em Cena/RS, Filo - Festival Internacional de Teatro de Londrina/PR e Fiti - Festival Internacional de Teatro de São José do Rio Preto/SP)
- 11h30 – Debate entre os convidados e os participantes da Câmara.
- 12h30 – Almoço.
- 14h30 – Apresentação de documento: Inês Bogéa - Difusão.
- 15h – Trabalho em Grupo.
- 15h30 – Avaliação dos documentos.
- 16h30 – Ajuste de diretrizes e propostas no documento.
- 17h – Linhas de Ação.
- 17h30 – Trabalho em Grupo.
- 18h – Plenária de fechamento.

DIA 11 – TEMAS “CONSUMO/FORMAÇÃO DE PÚBLICO” e “FORMAÇÃO”

- 9h30 – Abertura.
- 10h – Apresentação de documento: Sigrid Nora (Consumo).
- 10h30 – Trabalho em Grupo.
- 11h – Avaliação do documento.
- 11h30 – Ajuste de Diretrizes e Linhas de Ação.
- 12h30 – Almoço.
- 14h30 – Apresentação de documento: Dulce Aquino.

15h – Trabalho em Grupo.
15h30 – Avaliação dos documentos.
16h30 – Ajuste de Diretrizes e Linhas de Ação.
17h30 – Trabalho em Grupo
18h – Plenária de fechamento.
Convidados das Faculdades: Katya Guaiter e Inês Calfa (UFRJ); Roberto Pereira e Silvia Soter (UniverCidade); Angel Vianna (Faculdade Angel Vianna).

DIA 12 – TEMA “FORMAÇÃO”

9h30 – Abertura.
10h – Carlos Alberto Xavier (Assessor do Ministro da Educação)
11h30 – Debate do convidado com os participantes da Câmara.
12h30 – Almoço.
14h30 – Encaminhamentos Finais.

4. Reunião de 10/9/2005 (programação realizada)

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

Relatório elaborado pela Coordenação de Dança. Os conteúdos aqui apresentados são um registro dos trabalhos e receberão tratamento específico para a constituição de um documento final ao término do exercício de 2005. Comentários e considerações podem ser enviadas através da seção “Converse Aqui” que acompanha cada matéria no site do MinC (www.cultura.gov.br/camarasetoriais/danca), ou diretamente a Eliane Suarez, responsável pela informação das Câmaras Setoriais geridas pela Funarte (elianesuarez@funarte.gov.br)

ABERTURA

- O discurso inaugural foi feito pelo Diretor do Ceacen, Antônio Gilberto. Apresentou as boas-vindas e abriu oficialmente a reunião elogiando o trabalho que vem sendo desenvol-

vido pela Câmara Setorial de Dança. Justificou sua ausência nas outras reuniões, ressaltando que está acompanhando o processo através dos relatórios das reuniões e das videoconferências, além dos relatos do Coordenador de Dança, Marcos Moraes.

- Marcos Moraes deu continuidade aos trabalhos apresentando os convidados e a proposta de pauta da reunião. Comunicou a desistência de Regina Miranda (especialista convidada na área de Gestão) motivada por questões pessoais. Sugeriu que a próxima reunião da Câmara Setorial de Dança seja realizada nos dias 19, 20 e 21 de novembro, a confirmar, e anunciou que a próxima Videoconferência está marcada para dia 24 de outubro, das 14h às 17h.

- Ernesto Gadelha e Eduardo Bonito apresentaram o trabalho e as inquietações do Circuito Brasileiro de Festivais Internacionais de Dança Contemporânea e ressaltaram que a constituição desse circuito se deu a partir de afinidades entre as propostas dos organizadores, guardando, no entanto, as particularidades de cada evento. Entre outras razões para sua criação, buscou-se a afinação das datas (que já existia informalmente), a coordenação da ação estratégica (como força política) e a redução de custos especialmente no que se refere aos artistas internacionais. Eduardo Bonito considerou que a organização dos festivais é também uma questão de sobrevivência, estabelecendo um eixo de circulação dentro do Brasil. Foram levantados também alguns questionamentos e considerações, a saber:

a. Há possibilidade de se pensar um circuito nacional mais abrangente ou seria mais inte-

ressante se houvesse vários circuitos formando um calendário nacional de dança?

b. Se o Governo reconhecesse um calendário da dança, poderia programar-se para apoiá-los?

c. Que critérios utilizar para apoiar os circuitos de eventos? Exemplos sugeridos: a política de preços de ingressos praticada nos eventos; as ações de formação de descentralização dos espetáculos e formação de plateia; o potencial artístico-formativo dos eventos; a consideração dos contextos no qual os eventos se inserem para a formatação da programação.

d. Os eventos podem ser apenas parte de uma estratégia maior de circulação de espetáculos de dança.

e. É importante que os eventos observem as particularidades locais e que isso se reflita nas programações, oportunizando a preservação da diversidade no perfil dos eventos. Esta seria uma forma possível de se evitar uma homogeneidade redutora nas programações dos circuitos.

f. No caso das referências internacionais, muitas vezes se limitam somente à vinda de países que têm condições de custear a vinda de seus artistas, dificultando a vinda de companhias de outros países sem as mesmas condições, como, por exemplo, companhias africanas e sul-americanas.

- Fábio Ferreira apresentou o diagnóstico do Núcleo de Festivais de Artes Cênicas do Brasil, uma instituição autônoma criada em 2003. Comunicou também que a importância da dança, performance e circo no riocenacontemporânea está voltada para o diálogo entre as artes "da cena". Ressaltou que a função básica do Núcleo está na troca de informações, especialmente de curadoria nacional e internacional, que representam custos altos. Também auxilia no aprofundamento das trocas entre artistas e público e artistas com outros artistas. Ao estabelecer critérios de afinidades entre estes

festivais que compõe o núcleo, elencou alguns deles:

a. Todos os festivais que utilizam verbas públicas têm caráter público, devem, portanto ter ingressos acessíveis que não ultrapassem os R\$ 15,00;

b. Devem ter, pelo menos, três edições realizadas anteriormente;

c. Têm caráter de Formação, com oficinas gratuitas;

d. São festivais nacionais que dialogam com públicos locais.

- Fez também alguns questionamentos:

a. Ainda não se sabe como funcionam as atribuições federais na área cultural, para o que será muito importante o estabelecimento do Sistema Federal de Cultura, atualmente em curso;

b. O Núcleo considera a ação dos festivais, junto aos poderes públicos e à sociedade em geral, como uma ação de co-responsabilidade. Neste sentido considera importante as ações que a Funarte vem desenvolvendo, inclusive junto às Câmaras Setoriais.

c. Há falta de verbas para manter o funcionamento dos festivais;

d. A importância de apoios como o da Funarte, independentemente do valor reduzido (no caso do riocenacontemporânea, corresponderia a 6% do custo do Festival) está no apoio e na sinalização que isso traz, por exemplo, junto a instituições internacionais, estatais, etc. Este é um tema em constante discussão. Qual a função do Governo Estadual, tendo como exemplo o riocenacontemporânea?

e. Quanto aos teatros, questiona-se se a manutenção de equipamentos deveria ser atribuição federal ou estar concentrada nos municípios.

- Apresentou também dados sobre os Festivais que integram o Núcleo:

a. Atingem mais de 500 mil pessoas;

b. 130 companhias nacionais;

- c. 60 companhias internacionais;
- d. Orçamento total seria de 9 milhões de reais, embora nunca se atinja esse valor;
- e. Será calculado o número de pessoas empregadas direta e indiretamente;
- f. Grande quantidade de oficinas e de artistas envolvidos;
- g. Através de um projeto junto a universitários, buscam levantar os dados sobre o perfil do público atingido;
- h. Promovem também a implantação de um Banco de Dados ligado à Universidade de Londrina, disponibilizando as informações sobre produção de grupos e companhias para eventuais consultas de curadorias.

- Antônio Gilberto ressaltou que as Câmaras Setoriais estão sendo um instrumento muito importante para ajudar a estabelecer as atribuições federais, estaduais e municipais na área cultural. Afirmou que existem vários teatros em todo o Brasil sendo geridos pela Funarte. Reformados por esta gestão, eles se encontram funcionando normalmente.

- Estabeleceu-se o debate dos convidados com os representantes da Câmara Setorial de Dança. Durante o debate, Marília Rameh falou sobre a situação atual do Festival de Dança do Recife, já que o representante deste festival, André Brasileiro, não pôde estar presente à reunião da Câmara Setorial de Dança. Comunicou que a comunidade de dança do Recife estaria promovendo discussões profundas sobre o caráter do festival e os procedimentos de curadoria e destino das verbas públicas.

- Outros temas tratados no debate se referiram à baixa porcentagem de espetáculos de dança em festivais de Artes Cênicas e à dificuldade de pautas para espetáculos de dança nos teatros em geral; ao questionamento dos critérios de uso do dinhei-

ro público em apoio a festivais; aos desafios no estabelecimento do diálogo entre a arte contemporânea e o público; a importância de estabelecer estratégias em que áreas artísticas afins estejam unidas politicamente; à necessidade de ampliar o diálogo com a área empresarial para ampliação das verbas privadas ou através de renúncia fiscal.

ALMOÇO

- Marcos Moraes abriu o turno da tarde com algumas comunicações técnicas sobre a continuidade dos trabalhos e, atendendo a uma solicitação da representante do Distrito Federal, Rosa Coimbra, colocou em pauta a discussão de questões relacionadas ao funcionamento da Câmara e o episódio de lançamento do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança.

- Rosa Coimbra solicitou que se fizesse constar no relatório sua contrariedade em relação ao processo que levou ao lançamento do edital do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança. Acrescentou que se sentiu desrespeitada profissionalmente com relação ao tratamento diferenciado dado pela Funarte às áreas de teatro e dança. Referiu-se às alterações feitas pelo teatro no edital do teatro, enquanto que a Câmara Setorial de Dança tinha recebido orientações anteriores para manter inalterado o edital da dança. E complementou, solicitando que fosse novamente esclarecido o papel da Câmara Setorial de Dança, argumentando que a mesma deveria ter sido consultada depois das mudanças feitas pelo teatro. Sugeriu, por fim, que seja elaborado um documento sobre o posicionamento da Câmara Setorial de Dança em

relação ao ocorrido com o referido edital.

- Marcos Moraes explicou que – conforme já esclarecido anteriormente (na Videoconferência do dia 25 de agosto – vide relatório) pelo Presidente da Funarte, Antônio Grassi – o ocorrido se deveu, sobretudo, a uma questão técnica de tempo entre a reunião da Câmara Setorial e à solicitação de alterações na proposta por parte da Petrobrás – que supre majoritariamente os recursos para a realização do Prêmio –, promovendo-se então uma emenda ao processo já encaminhado e aprovado na CNIC em Brasília. Portanto, assegurou não ter havido nenhum desrespeito com a classe, pois havia necessidade de dar continuidade ao processo. Esclareceu que se houvesse uma nova escuta da categoria da dança através, por exemplo, da realização de uma nova videoconferência, o edital, poderia não ser realizado ainda este ano.

- Por outro lado esclareceu também que a função da Câmara é, como já teria sido tratado em diversas ocasiões, a de estabelecer critérios, discutir prioridades e fornecer elementos para a elaboração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da área, embora tenha se constituído legitimamente também num fórum de representatividade nacional relativa, sendo-lhe reconhecida a possibilidade de se pronunciar coletivamente sobre qualquer tema referente à dança no país.

- Outra questão levantada na plenária foi se o teatro tinha sido convidado para contribuir na Câmara Setorial de Dança (referindo-se a participação de Fábio Ferreira), quais teriam sido as pessoas da Dança convida-

das para contribuir com a Câmara Setorial de Teatro? Marcos Moraes comunicou que participou de uma reunião da Câmara Setorial de Teatro a convite da Coordenadora de Teatro, Cristina Pereira, mas desconhecia se outros profissionais da dança tinham participado das mesmas. Esclareceu, por fim, que cada Câmara é autônoma em relação aos convidados e às pautas que estabelece a cada encontro, não cabendo aos representantes da Câmara de Dança determinar sobre o funcionamento da Câmara de Teatro. No entanto, havendo alguma questão específica relativa à Câmara de Teatro, isto poderia ser encaminhado à mesma.

- Sugestão da plenária de que a Câmara Setorial de Dança deveria se posicionar não somente em relação ao Governo, mas também internamente, entre os representantes da própria Câmara, devendo realmente ser legitimada institucionalmente.

- A representante do Paraná, Rosane Gonçalves, perguntou se já estavam definidos os critérios de escolha da comissão do Edital Funarte/Petrobras. Marcos Moraes respondeu que a lista de 50 nomes seria divulgada em breve e também a lista dos cinco selecionados. [A Coordenação de Dança esclarece que foram levados em conta os critérios encaminhados pelos documentos de alguns coletivos que elaboraram discussões a respeito, conjuntamente com a apresentação de suas indicações, embora a maioria das indicações tenha sido feita apenas com a apresentação de lista de nomes].

- Rosane Gonçalves e o representante de Minas Gerais, Rui Moreira, afirmaram ser importante ter pessoas de outras áreas contribuindo para a

Câmara de Dança. A representante de São Paulo, Sofia Cavalcante, corrobora a opinião de ambos, citando, como exemplo, a importante contribuição dada por Fabio Ferreira.

- A especialista convidada na área de Difusão, Inês Bogéa, afirmou ser a favor de uma discussão mais ampla sobre a participação de convidados de outras áreas artísticas e profissionais nas comissões de editais, em oposição à orientação estabelecida no texto da última reunião da Câmara Setorial de Dança.

- Lucia Pardo anunciou que sua participação como representante do MinC foi oficializada na mesma semana, através de portaria, garantindo seu assento em todas as Câmaras Setoriais.

- A representante do Conated, Lourdes Braga, sugere que potenciais patrocinadores também sejam convidados para as próximas reuniões da Câmara Setorial de Dança.

INTERVALO

- Inês Bogéa apresentou seu documento sobre o tema "Difusão", iniciando com uma questão que norteou esse documento: o conhecimento de quem somos, como somos, por onde andamos e como somos vistos?

- A representante da Bahia, Lúcia Matos, perguntou qual seria esse mapeamento de dança que pudesse disponibilizar acessos suficientes para as pesquisas? Disse que também gostaria de saber a quantidade de festivais de dança no Brasil.

- Iniciaram-se os trabalhos dos grupos sobre as "diretrizes" e "linhas de

ação" do tema "Difusão".

- Marcos Moraes finalizou o trabalho do dia adiando a apresentação dos resultados dos grupos para o primeiro horário de 11 de setembro.

5. Reunião de 11/9/2005 (Programação Realizada)

- Marcos Moraes deu início aos trabalhos apresentando a proposta de pauta do dia.

- Vitor Ortiz apresentou alguns esclarecimentos sobre a situação atual das Câmaras Setoriais, incluindo o processo em curso para a implantação da Câmara Setorial de Circo. Comunicou a síntese dos números das Câmaras Setoriais, a saber:

- Durante os meses de maio, junho, julho e agosto as Câmaras Setoriais realizaram 8 reuniões presenciais, com a participação de 232 pessoas; 11 videoconferências, com a participação de 540 pessoas. Na média, entre reuniões presenciais e videoconferências, as Câmaras tiveram, aproximadamente, 1 reunião a cada 6 dias. Além disso, foram definidos 72 representantes das Câmaras; 131 diretrizes e 77 linhas de ação (não incluindo as elaboradas na presente reunião). As Câmaras contaram ainda com o envolvimento de 60 fóruns e coletivos estaduais, 56 entidades de classe e 9 entidades governamentais.

- Comunicou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Decreto 5520 de 24/8/2005 que cria

o Sistema Nacional de Cultura e inclui as Câmaras Setoriais. Informou também que o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que apresenta emenda ao Artigo 215, parágrafo 3o, criando o Plano Nacional de Cultura, tendo sido aprovada pelo Senado Federal no dia 1 de julho de 2005. Desta forma, instituiu-se um instrumento legal e de controle da sociedade para o cumprimento de metas de desenvolvimento cultural de caráter plurianual

6. Diretrizes e Linhas de Ação Sobre "Difusão"

(Elaboradas pelos grupos na reunião de 10/9/2005)

DIFUSÃO	
DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>1. Criação de programas que gerem bancos de dados e outros mecanismos de fácil acesso no país e no exterior, oferecendo ampla gama de informações sobre a dança.</p> <p>2. Mapeamento das ações, programas, editais, legislação, nas diversas áreas de atuação e produção da dança no país.</p> <p>3. Incentivo à publicação, registro e difusão da dança.</p> <p>4. Estímulo à crítica especializada da área da dança.</p> <p>5. Criação de políticas públicas de circulação de espetáculos que abranjam a diversidade da dança.</p> <p>6. Transparência nas ações que envolvam subvenções públicas de qualquer natureza.</p>	<p>1.</p> <p>1.1 Criação de um Centro Nacional de Informação de Dança de caráter público e permanente.</p> <p>1.2 Criação de Banco Nacional de Dados da Dança de caráter público e permanente, e constantemente atualizado visando a difusão de informações, com cadastro de grupos, pesquisadores, criadores e eventos da área articulada com informações internacionais.</p> <p>1.3 Criação de programas de estímulo à constituição de acervos estaduais e municipais para preservação, registro e difusão de informações relativas à dança.</p> <p>2. Mapeamento e ampla difusão das leis e editais federais que se referem à dança ou outras fontes potenciais de recursos para a área.</p> <p>3.</p> <p>3.1 Criação de programas de incentivo à difusão da dança através de publicações impressas ou em outras mídias.</p> <p>3.2 Criação de regras de parcerias com editoras para viabilização de novas publicações.</p> <p>3.3 Organização de parcerias entre o MinC e as redes de comunicação públicas e privadas, objetivando a difusão de produções artísticas, pesquisas e informações da área da dança.</p>

- 3.3.1. *Estabelecimento de cota mínima para difusão das produções artísticas e informações da área da dança nas redes públicas de comunicação.*
- 3.4 *Criação de campanhas publicitárias para difusão da área e fomento a formação do público de dança.*
4. *Promoção da atuação do crítico especializado nos veículos públicos de comunicação.*
5.
 - 5.1 *Criação de programas contínuos de concessão de passagens para circulação de grupos e artistas de dança no Brasil e no exterior.*
 - 5.2 *Estímulo à criação de circuitos de festivais/mostras de dança no Brasil, com calendário definido.*
 - 5.3 *Incentivo ao estabelecimento de parcerias entre as Secretarias de Cultura estaduais e municipais e o MinC visando à circulação da dança em ambas as esferas.*
 - 5.4 *Incentivo à criação de editais estaduais e municipais de apoio à circulação de espetáculos de dança.*
6.
 - 6.1 *Elaboração de critérios transparentes e democráticos para a concessão de apoios a eventos que promovam a difusão e circulação da dança no país.*
 - 6.2 *Divulgação no website da Funarte/MinC dos relatórios com dados qualitativos e quantitativos de todos os projetos que recebem subvenção pública de qualquer natureza.*

ALMOÇO

- Sigrid Nora apresentou seu documento sobre o tema "Consumo/Formação de Público" através do relato de três experiências distintas relativas ao assunto, a saber: a gestão municipal da dança em Caxias do Sul no período de 1997 a 2004; a experiência internacional de Mark Ball com a direção do "FIERCE", festival de Birmingham (Inglaterra); e uma iniciativa da sociedade civil através do "Dança Alegre Alegrete", dirigido por Maria Waleska. Concluiu ressaltando que o consumo e a formação de público estão diretamente relacionados aos

demais elos da Cadeia de Produção da Dança, cujo funcionamento sistêmico garantiria os avanços na área. Além disso, ressaltou que a característica fundamental das experiências apresentadas é o envolvimento com a comunidade a que se dirigem e que apenas esse conhecimento (sobre o público) e essa prática podem determinar o crescimento e a qualificação dos públicos para a dança.

- Dulce Aquino apresentou o documento Algumas reflexões à guisa de pensar a formação em dança, abordando os cursos técnicos, cursos universitários, programas de pós-gra-

duação e o ensino formal. Defendeu a criação de Cursos Superiores de Dança nas universidades públicas. E concluiu lançando algumas questões para plenária:

- a. Como criar um amplo programa de cursos, publicações, oficinas etc. para atualização e informação dos atuais professores de dança da rede de ensino não formal?
- b. Como criar um programa de estímulo à criação, nos diversos Estados, de Escolas Técnicas?
- c. Como despertar o apetite político das Universidades Públicas para implantação de Cursos Superiores de Dança?
- d. Como compensar os poucos cursos de licenciatura existentes e em curto prazo formar docentes em dança?
- e. Como o MinC pode apoiar as atividades de extensão como produção artística dos cursos superiores de dança existentes?
- f. Como criar um programa de bolsas para inclusão de alunos carentes (dentro das ações afirmativas) em curso superiores de dança em universidades públicas ou privadas?

- Foi realizada uma plenária para discussão do documento apresentado por Aquino. Houve a participação de alguns convidados, como Maria Julieta Calazans, Angel Vianna e Ausônia Bernardes (todas representantes da Faculdade e Escola de Dança Angel Vianna) Katya Gualter (Coordenadora do Departamento de Arte Corporal da UFRJ), Roberto Pereira (Diretor da Faculdade de Dança da Universidade) fazendo esclarecimentos e propostas para serem discutidas na Câmara Setorial de Dança.

- Katya Gualter comunicou as recentes decisões do Departamento de Arte Corporal da UFRJ, na busca da construção de uma autonomia e suas relações com a Faculdade de Educação Física. Acrescentou que o departamento tem acompanhado os

avanços nas posições da dança em relação ao Confef e a outros temas e se colocou à disposição da Câmara para seguir encaminhando os temas ligados à formação em dança.

- Roberto Pereira fez sugestões para a Câmara Setorial de Dança procurar uma forma de manter os encontros nacionais das faculdades de dança e pensar a questão dos festivais competitivos de dança.

- Angel Vianna ressaltou que é preciso coragem para perseverar na área de formação e sugeriu o estímulo à criação de escolas e faculdades privadas de dança no Brasil. Elogiou a coragem e a continuidade dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos representantes da Câmara Setorial de Dança.

- Ausônia Bernardes solicitou para que se elabore uma espécie de perfil, radiografia ou mapeamento das atividades em dança no Brasil, para sabermos quem somos. Enfim, trabalhar algum documento sobre a história e experiências de formação universitária em dança e também levantar a bandeira do concurso público específico para a área.

- Rosane Gonçalves finalizou o bloco com questões relativas ao ensino formal e não formal. Comentou que a LDB (Lei de Diretrizes Básicas) é perigosa porque os estados e municípios tentam atender à mesma de uma forma meramente administrativa.

- Realizada a divisão dos grupos de trabalho de acordo com a lista a seguir:

Tema: "Formação" – Marise Siqueira, Rosane Gonçalves, Ausônia Bernardes, Lourdes Braga, Waldete Britto, Solange Borelli, Rosa Coimbra e Ernesto Gadelha.

Tema: "Consumo" – Sofia Cavalcante, Marília Rameh, Jaqueline Castro, Inês Bogéa, Sigrid Nora e Rui Moreira.

Tema: Elaboração de posicionamentos e questões a serem encaminhadas a Carlos Alberto Xavier (MEC) – Lúcia Matos, Dulce Aquino, Roberto Pereira, Katya Gualter, Ângela Ferreira, Angel Vianna e Maria Julieta Calazans.

- Marcos Moraes finalizou a reunião do dia sugerindo que a apresentação dos resultados elaborados pelos grupos seja realizada na reunião de 12 de setembro.

7. Reuniao de 12/9/5 (Programação Realizada)

- Marcos Moraes abriu os trabalhos do dia fazendo a apresentação de Carlos Alberto Xavier (MEC), assessor do Ministro da Educação Fernando Haddad. Anunciou também a proposta de pauta do dia.

- Discurso de Carlos Alberto Xavier:

a. Falou sobre as suas atribuições dentro do MEC. Apresentou algumas informações históricas sobre a Educação e Cultura no Brasil. Ressaltou que o projeto de Educação no país tornou-se centralizado.

b. Acrescentou que a LDB foi muito alterada através dos anos, transformando-se numa colcha de retalhos. A Educação hoje em dia estaria desprovida de qualquer ensino das artes. Concluiu declarando que as Câmaras Setoriais tem a possibilidade de propor a implantação definitiva do diálogo entre o MinC e o MEC, o que constitui, segundo ele, uma necessidade do país.

c. Doou à Câmara Setorial de Dança um exemplar do catálogo com apresentação e orientações da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.

- Abriu-se a plenária para perguntas dos representantes da Câmara Setorial de Dança e convidados presentes.

- Lucia Matos, Dulce Aquino e a representante do Rio de Janeiro, Ângela Ferreira, dirigiram a Xavier as questões elaboradas pelos grupos no dia anterior. Solicitaram um posicionamento oficial do MEC em relação ao conflito da Dança com o Sistema Cref-Confef. Defenderam a necessidade de que os cursos superiores de dança sejam originados nos Centros de Arte e não nas Faculdades de Educação Física.

- Xavier falou sobre a necessidade de regularização do Fundeb – Fundo de valorização do Ensino Básico, buscando-se o aumento do fundo. Com relação ao Fundef, defendeu a premissa pela inclusão e valorização do professor de arte. O Conselho Nacional de Educação deve criar critérios para estabelecer programas básicos para capacitação dos professores de dança. Acrescentou que as Câmaras Setoriais têm o poder de aglutinar os interesses da categoria e dialogar com os governos.

- Informou que a TV Escola está ligada a 72 mil escolas e tem resposta de 65% de cada uma delas, atingindo cerca de 1 milhão e 200 mil professores e aproximadamente 26 milhões de alunos. Declarou que todos os cursos são gravados e levados posteriormente para os alunos. Sugeriu programas específicos de dança dirigidos para essa rede. E acrescentou que a internet também pode ser uma possibilidade de envio de sinal sobre cursos de dança.

- Dulce Aquino sugeriu difundir através dessas redes as produções artísticas dos criadores brasileiros.

- Marcos Moraes passou a palavra para questões apresentadas por outros representantes da plenária.

- Vitor Ortiz esclareceu como estão sendo feitos os encaminhamentos das câmaras para o MEC e solicitou a apresentação de todos os participantes. Assegurou que também gostaria de consolidar o reconhecimento por parte do MEC da representatividade do trabalho das Câmaras Setoriais.

- Xavier declarou que o MEC criou recentemente 8 câmaras temáticas reunindo vários setores: ensino fundamental, ensino infantil, ensino de jovens e adultos, ensino médio, ensino especial, ensino superior, alfabetização e pós-graduação. Sugeriu que seja elaborado um projeto das Câmaras Setoriais que proponha a criação, no MEC, de uma câmara especial para assuntos culturais.

- Vitor Ortiz agradeceu a presença e participação de Carlos Alberto Xavier e reforçou a questão das organizações de representatividade como sendo muito importantes no contexto atual de diálogo favorável entre governo e sociedade.

ALMOÇO

- Vitor Ortiz abriu os trabalhos da tarde fazendo alguns esclarecimentos sobre a continuidade do funcionamento das Câmaras Setoriais e as suas interlocuções com os Seminários Regionais e a criação de um grupo de representação das Câmaras Setoriais dentro da Conferência Nacional de Cultura. Solicitou também que a Câmara Setorial avalie as possibilidades de participação nestes

seminários e apresentem uma lista de nomes possíveis para acompanhar as reuniões em cada região.

- Sugeriu que a reunião fosse encerrada com a apresentação do trabalho realizado pelo grupo de "Consumo" e que o material sobre o tema "Formação" fosse elaborado em grupo pela internet e finalizado na próxima reunião geral da Câmara Setorial de Dança marcada para 19, 20 e 21 de novembro.

- Lúcia Matos propôs que cada representante levante junto aos seus coletivos as "diretrizes" e "linhas de ação" de cada estado. Esse material seria socializado via internet para ser discutido coletivamente em plenária na próxima reunião geral.

- Houve também uma proposta da plenária de se avaliar a possibilidade de realização de uma reunião intermediária extra.

- Ortiz ainda sugeriu que as "diretrizes" e "linhas de ação" da "Formação" fossem elaboradas propositivamente pela Funarte e enviadas para análise dos coletivos locais.

- O grupo "Consumo", composto dos mesmos participantes do dia 11, iniciou os trabalhos de finalização das "diretrizes" e "linhas de ação" para serem discutidas na plenária do final do dia. Em seguida, apresentou e reelaborou em plenária o trabalho desenvolvido da seguinte forma:

8. Diretrizes e Linhas de Ação do Tema “Consumo”

CONSUMO

DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>1. Desenvolver pesquisas permanentes para fomentar o consumo da dança.</p> <p>2. Democratizar o acesso à fruição e aos processos de produção em dança</p> <p>3. Integração das ações da área da dança com a educação com vistas à formação de novos públicos.</p> <p>4. Integração das ações da área da dança com as áreas do turismo, ação social e meio ambiente, objetivando a ampliação de público.</p>	<p><i>Estimular os Estados e Municípios:</i></p> <p>a. Mapear os públicos potenciais para a dança;</p> <p>b. Criar diagnósticos técnicos sobre os públicos potenciais para a dança;</p> <p>c. Promover avaliações técnicas sobre o participação dos públicos nas ações realizadas.</p> <p>2.1 Descentralização das ações de estímulo à fruição e produção em dança</p> <p>Criação;</p> <p>2.2 Valorizar a difusão da programação existente na área de dança;</p> <p>2.3 Estimular projetos de ação local que integrem públicos de perfis diversos;</p> <p>2.4 Estabelecer estratégias que facilitem as conexões entre as ações locais, nacionais e internacionais;</p> <p>2.5 Articular poder público, comunidade e setor privado em programas de estímulo a fruição;</p> <p>2.6 Garantir a disponibilização dos espaços públicos para as atividades da dança;</p> <p>2.7 Implementação de mecanismos de subsídio ao ingresso;</p> <p>3.1 Fomentar a implementação de “projetos escola” em âmbito nacional.</p>

- Após a apresentação do documento acima, o grupo responsável pelo tema “Consumo” propôs que o material que se encontra no final deste resumo seja utilizado como um legado de “diretrizes” e “linhas de ação” para serem discutidos a seguir, juntamente aos “elos transversais”.

- Lourdes Braga leu em plenária o documento de avaliação emitido pelo Conated que apresentou seus argumentos para desaprovação da mi-

nuta da Lei da Dança que circulou, via internet, pelos representantes da Câmara Setorial de Dança após a última videoconferência de dança. O documento foi discutido na mesma plenária.

- Rosa Coimbra esclareceu que a minuta não pretendeu colocar nenhuma proposta final e elaborada, tendo sido divulgada como forma de ampliar o diálogo sobre a lei e estimular o debate.

- Marcos Moraes argumentou que a Câmara Setorial de Dança precisa repactuar a proposta de três dias de reunião, pois houve uma evasão gradual dos participantes durante este último dia. Agradeceu a presença e a participação de todos encerrando os trabalhos do dia.

9. Proposta a Ser Discutida como "Elos Transversais"

(Solicitação encaminhada pelo grupo "Consumo")

ELOS TRANSVERSAIS (CONSUMO)

DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
<p>1. Criação de estratégias para incentivar o consumo da dança através de diagnósticos e avaliação permanente.</p> <p>2. Democratização e descentralização da produção, circulação, difusão e consumo da dança.</p> <p>3. Representação da dança nos mecanismos de financiamento.</p> <p>4. Compatibilização da infra-estrutura às necessidades das ações da dança.</p> <p>5. Integração das ações da área da dança com a educação, turismo, ação social e meio ambiente.</p>	<p>1.</p> <p>1.1 Estimular os estados e municípios a mapear o público potencial para a dança.</p> <p>1.2 Estimular os estados e municípios a criar diagnósticos técnicos sobre o público potencial para a dança.</p> <p>1.3 Estimular os estados e municípios a promover avaliações técnicas sobre a participação do público nas ações realizadas.</p> <p>2.</p> <p>2.1 Criação de mecanismos de acesso aos bens culturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ampla difusão da programação existente na área. <p>2.2 Estimular projetos de ação local:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de programas de valorização e dignificação destinados às crianças, jovens (educação de base) e à terceira idade; e estímulo à frequência de espetáculos. <p>2.3 Estimular Projetos de ação em conexão com o nacional e o internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instituição de parcerias em programas facilitadores entre companhias e grupos nacionais e internacionais de dança, poder público e comunidade (liberação das taxas de ocupação de espaços e serviços públicos, facilitador de meios de transporte, pessoal e de cenários, estadias, alimentação, etc.). <p>2.4 Desenvolver mecanismos de participação popular.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivo e apoio a projetos conjuntos entre poder público, comunidade e setor privado. - Estímulo à criação de Conselhos Estadual/Municipal de Cultura, garantindo a participação de um representante da dança. <p>2.5 Criação de programas de descentralização da produção artística e acadêmica</p> <p>2.6 Disponibilização dos espaços públicos para apresentações, oficinas, etc.</p> <p>2.7 Mecanismos de subsídio ao ingresso.</p> <p>2.8 Promoção da circulação do produto.</p> <p>2.9 Implantação de mecanismos de informação, difusão e educação do público.</p> <p>2.10 Criação de mecanismos de trabalho em rede entre as instâncias governamentais.</p> <p>3.</p> <p>3.1 Representante da dança nas comissões de Leis de Incentivo a Cultura.</p> <p>3.2 Representante da dança nas comissões de Fundos Procultura.</p> <p>3.3 Estabelecimento de cotas orçamentárias específicas para a dança.</p> <p>4.</p> <p>4.1 Assessoria técnica permanente sobre a utilização dos mecanismos públicos de fomento (Lei e Fundo) para os artistas, empresas, proponentes, etc.</p> <p>4.2 Investimento na formação e qualificação de profissionais e staff técnico que atuam na área da dança.</p> <p>4.3 Criação, adaptação e recuperação de espaços públicos.</p> <p>4.4 Estímulo à formação e qualificação dos gestores e produtores específicos para a dança.</p>

4ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

18, 19 e 20 de Novembro de 2005

Palácio Gustavo Capanema

Sala Cândido Portinari

Rio de Janeiro

Índice

1. Composição da câmara setorial de dança
2. Lista dos presentes
3. Proposta de pauta
4. Reunião de 18/11/2005 (programação realizada)
5. Reunião de 19/11/2005 (programação realizada)
6. Reunião de 20/11/2005 (programação realizada)
7. Textos das moções
8. Nós, resultados e diretrizes dos elos da cadeia produtiva
9. Nós, resultados e diretrizes dos eixos transversais

1. Composição da Câmara Setorial de Dança

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto até dezembro/2005)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

1. RS – Marise Siqueira (suplente: Flávia Pessato)
2. PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gládis Tridapalli)
3. SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli)
4. RJ – Ângela Ferreira (suplente: Thereza Rocha)
5. MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado)
6. DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
7. BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro)
8. PE – Marília Rameh (suplente: Roberta Ramos)
9. CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires)
10. PA – Waldete Britto (suplente: Marilene Melo)

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1. Representante do MinC
2. Diretor de Artes Cênicas da Funarte
3. Coordenador de Dança da Funarte
4. Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

1. Formação: Dulce Aquino
2. Difusão: Inês Bogéa
3. Produção: Jacqueline Castro
4. Formação de Público (Consumo): Sigrid Nora
5. Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
6. Questões Trabalhistas: Representante do Conated – Lourdes Braga
7. Criação: (indefinido)
8. Gestão Pública: (indefinido)

2. Lista dos Presentes

FUNARTE

1. Janaína Botelho Guerreiro - Assessora das Câmaras Setoriais
2. Leonel Brum – Assessor da Câmara Setorial de Dança
3. Marcos Moraes – Coordenador de Dança
4. Mayalu Matos Silva – Assessora das Câmaras Setoriais
5. Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas
6. Ana Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC/RJ e Representante da Secretaria de Políticas Culturais do MinC na Câmara Setorial de Dança.

CONVIDADA

Thereza Cristina Rocha Azevedo de Oliveira – Secretária de Fomento de Brasília

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

1. Ângela Ferreira
2. Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva
3. Ernesto de Sousa Gadelha Costa
4. Jacqueline Alves de Castro

5. Lourdes Braga
6. Lúcia Helena Alfredi de Matos
7. Marília Farnes Reis de Almeida Braga
8. Marise Gomes Siqueira
9. Rosa Maria Leonardo Coimbra
10. Rui Moreira
11. Solange Borelli (Suplente de São Paulo)
12. Waldete Britto Silva de Freitas

3. Proposta de Pauta (Prevista)

Dia 18/11, sexta-feira, das 14h às 18h.
Tema formação – elencar diretrizes e linhas de ação. Escolher três diretrizes em ordem de prioridade.

Dia 19/11, sábado, das 9h30 às 18h – almoço - 12h30 às 14h.

Trabalho em grupos sobre os Elos da Cadeia Produtiva (Criação e Pesquisa, Produção, Difusão e Consumo/Formação de Público e Elos Transversais); Gestão, Articulação e Diversidade Regional e Leis Trabalhistas e Tributárias); escolha de três diretrizes por elo, em ordem de prioridade. Plenária para aprovação. Haverá um total de 24 diretrizes. Proposta de mais uma diretriz norteadora: "dança como área específica de conhecimento", com desdobramentos na gestão (por ex. técnicos da área), financiamento (ex. rubrica própria, etc.), marcos jurídicos (leis), espaços físicos adaptados, etc. Elaboração de um documento com 25 diretrizes.

Dia 20/11, domingo, das 9h30 às 18 h – almoço - 12h30 às 14h.

Manhã: Thereza Cristina Rocha Azevedo de Oliveira (Sefic/DF)

Tarde: escolha do representante para Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), acordos para Conferência Nacional de Cultura (CNC) em Brasília e encaminhamentos finais.

4. Reunião de 18/11/2005 (Programação Realizada)

ABERTURA

- O discurso inaugural foi feito, às 14h30, pelo Coordenador de Dança, Marcos Moraes. Apresentou as boas-vindas e abriu oficialmente a reunião, apresentando a pauta proposta de trabalho para o final de semana.
- Lúcia Matos leu documento elaborado pelo Grupo de Trabalho do Fórum Estadual de Dança da Bahia em 16/11/2005.
- Marcos Moraes apresentou esclarecimentos sobre algumas questões levantadas pelo referido documento.
- O grupo iniciou os trabalhos de reelaboração dos "nós críticos" e "resultados almejados" do tema "Formação".
- A reunião foi encerrada às 18h decidindo transferindo-se para o dia seguinte a elaboração das "diretrizes" e "resultados almejados" do tema "Formação".

5. Reunião de 19/11/2005 (Programação Realizada)

ABERTURA

- Marcos Moraes deu início a reunião, às 10h, com a pauta de trabalho proposta na abertura deste resumo. Definiu junto à plenária que o objetivo principal da reunião seria a revisão do material elaborado nas reuniões anteriores, buscando-se a formulação de três diretrizes por "elo", incluindo os "eixos transversais", organizados em ordem de prioridade.

- A plenária reivindicou a elaboração de documento contendo moções em favor de questões relevantes como posicionamento oficial da Câmara Setorial de Dança.
- Plenária realizou a elaboração das "diretrizes" e algumas "linhas de ação" do tema "Formação" (vide abaixo).
- A plenária preparou documento com moções de posicionamento da Câmara Setorial de Dança (vide abaixo).
- A reunião foi encerrada às 18h30 pelo Coordenador de Dança.

6. Reunião de 20/11/2005 (Programação Realizada)

- Marcos Moraes fez a abertura dos trabalhos do dia, às 9h30, passando a palavra a Thereza Cristina Rocha Azevedo de Oliveira, representante da Sefic/DF.
- Oliveira apresentou o documento intitulado Incentivos e Alternativas para a Dança, sobre a Lei Rouanet (em anexo). Em seguida, fez esclarecimentos específicos sobre as questões levantadas em plenária.
- Separados em grupos, os representantes da Câmara Setorial de Dança elaboraram "diretrizes" sobre os "nós críticos" e "resultados almejados" de todos os "elos", incluindo os transversais, levantados desde a primeira reunião da Câmara Setorial de Dança.
- Realizada, em plenária, a votação dos representantes da Câmara Setorial de Dança no Conselho Nacional de Cultura. Aprovadas por unanimidade: Dulce Aquino como titular e Rosa Coimbra como suplente.
- Realizada, em plenária, leitura, votação e assinatura das moções elaboradas pelos grupos de trabalho.

- Elaborado, aprovado e assinado documento de apoio à regulamentação do Projeto de Lei de Fomento à Dança de São Paulo. Trata-se de uma recomendação da Câmara Setorial de Dança para que a referida Lei seja sancionada na íntegra, sem quaisquer vetos, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo.
- Vitor Ortiz discursou sobre as conquistas alcançadas até o momento pela Câmara Setorial de Dança e o planejamento previsto para mesma em 2006.
- Marcos Moraes encerrou os trabalhos às 17h50.

TEXTOS DAS MOÇÕES

A CÂMARA SETORIAL DE DANÇA, órgão consultivo da Funarte/MinC, reconhecendo a conquista que a Dança obteve no ano de 2005 ao ser considerada pelo Ministério da Cultura Área Autônoma de Conhecimento, com linguagem artística específica, ao final dos trabalhos realizados no ano de 2005,

RECOMENDA

Que todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS, como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera.

Que os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Dança estejam vinculados à área de Arte.

Às Universidades Federais e Estaduais a criação de cursos de Dança para ampliar a formação acadêmica em Dança.

Seja implementada a Dança como disciplina de Arte nas Redes Estaduais e Municipais de Ensino, conforme previsto no artigo 26, parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB

9394/96), com atuação dos licenciados em dança, através da realização de concursos públicos específicos para a área.

O poder público nas esferas federal, estadual e municipal considerem as diretrizes elaboradas pela Câmara Setorial de Dança da Funarte/MinC elemento norteador para a formulação de políticas públicas para a Área de Dança.

Os coletivos da sociedade civil, com atuações específicas na área de Dança, sejam reconhecidos como interlocutores na discussão e consolidação de políticas públicas para a Área.

Em cada estado da Federação e Distrito Federal seja implementado pelo menos um curso público profissionalizante em Dança de nível técnico.

Seja garantida a permanência de programas públicos de incentivo à Dança nas esferas governamentais - federal, estadual e municipal, que configurem uma política de Estado para a área.

Cargos e funções relacionados à área da Dança na gestão pública, sejam ocupados por especialistas da própria área.

Os acervos públicos da área da Dança sejam protegidos, conservados, difundidos e ampliados através de programas específicos.

As Universidades que oferecem Cursos de Dança apliquem o dispositivo presente no parágrafo 2º do artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), para fins de aceleração curricular de profissionais com comprovada competência na área que estejam cursando a graduação.

As empresas públicas Estatais considerem para fins de investimentos na área cultural as diretrizes propostas pela Câmara Setorial de Dança da Funarte/MinC. Os festivais de Dança, baseados em modelos competitivos para crianças e adolescentes, não recebam aporte de recursos públicos, diretos ou indiretos, devido à distorção da natureza artístico-educativa dessa atividade.

Os órgãos gestores da cultura das capitais, dos estados da Federação e de municípios com mais de duzentos mil habitantes tenham um setor ou coordenação responsável pela área de Dança.

ELOS DA CADEIA PRODUTIVA

Texto revisado nesta reunião, à exceção do eixo transversal Questões Trabalhistas

PESQUISA E CRIAÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. <i>Formulação inadequada dos editais e programas públicos e privados não levando em consideração as especificidades da dança.</i></p> <p>2. <i>Inexistência de mecanismos de fomento à manutenção de companhias e artistas independentes.</i></p> <p>3. <i>Descontinuidade dos Programas de Fomento à pesquisa e à criação em dança.</i></p> <p>4. <i>Insuficiência de Centros de Excelência e Acervos relacionados à dança.</i></p> <p>5. <i>Insuficiência e Precariedade dos espaços públicos adequados à pesquisa e criação em dança.</i></p>	<p>1. <i>Manutenção garantida para o desenvolvimento continuado de pesquisas e produções, por profissionais, grupos e companhias de dança.</i></p> <p>2. <i>Espaços públicos assegurados para que profissionais, grupos e companhias possam desenvolver e apresentar pesquisas e produções.</i></p> <p>3. <i>Pesquisas e criação em dança mais amplas, diversificadas e qualificadas.</i></p> <p>4. <i>Centros de Referência e Acervos direcionados para a preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação.</i></p>	<p>1. <i>Implantação de mecanismos legais para pesquisa e criação em dança priorizando a manutenção de companhias e artistas independentes.</i></p> <p>2. <i>Ampliação, adequação e manutenção de espaços públicos destinados à pesquisa e criação em dança.</i></p> <p>3. <i>Ampliação de Centros de Referência e de Acervos direcionados à preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação.</i></p>

PRODUÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. <i>Falta de especialistas na gestão pública e privada.</i></p> <p>2. <i>Falta de investimentos do setor público e privado.</i></p> <p>3. <i>Vinculação da contrapartida social à produção artística deturpando sua finalidade.</i></p> <p>4. <i>Inadequação da estrutura tributária à realidade da produção artística.</i></p>	<p>1. <i>Existência de uma política específica para a produção artística.</i></p> <p>2. <i>Apoio e financiamento da produção em dança pelo setor público e pelo setor privado.</i></p> <p>3. <i>Obtenção de financiamento público sem a obrigatoriedade de contrapartida social.</i></p> <p>4. <i>Oferta, pela estrutura tributária legal, de condições adequadas para a produção artística se desenvolver plenamente.</i></p>	<p>1. <i>Qualificação de gestores públicos, privados e independentes na área de produção.</i></p> <p>2. <i>Ampliação de Programas e Editais com dotação orçamentária específica para a dança.</i></p> <p>3. <i>Adequação da estrutura tributária legal específica para a produção artística.</i></p>

DIFUSÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Circulação precária de informações sobre a dança como área de conhecimento. 2. Carência de registros e difusão de dados da área da dança e de sua produção. 3. Inexistência de centros de referência para a divulgação da informação, memória e publicações de dança. 4. Carência de crítica e jornalismo especializado 5. Ausência de programas permanentes de circulação. 6. Inexistência de Intercâmbio de bens culturais e artísticos resultantes de projetos financiados pelo poder público em todas as regiões. 7. Quase inexistência de informações e programas específicos de dança nos meios de comunicação. 8. Ausência de programas de apoio a publicações especializadas em dança. 9. Deficiência de programas continuados de difusão/ circulação da dança brasileira no Brasil e no exterior. 10. Insuficiência de apoio a mostras, seminários, congressos, dentre outros. 	<ol style="list-style-type: none"> 9. Favorecimento do intercâmbio de ideias, informações e diferentes configurações da dança por programas e banco de dados. 10. Existência de programas continuados de difusão/ circulação dos trabalhos de grupos brasileiros no país e no exterior. 11. Ampliação do acesso às informações na área de dança por meio de livros, DVDs, vídeos e outros recursos oferecidos à população. 12. Ampliação do espaço para o jornalismo especializado em dança. 13. Presença constante de informações sobre dança em publicações especializadas e nos órgãos de difusão em massa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomento a programas continuados de difusão/ circulação da dança brasileira no Brasil e no exterior. 2. Fomento à criação de bancos de dados que possam ser difundidos em rede. 3. Incentivo à publicação, ao registro e difusão em dança nas diversas formas de registros.

CONSUMO E FORMAÇÃO DE PÚBLICO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 15. Falta de programas de estímulo e formação de plateia. 16. Falta de programas integrados de dança com outras áreas que favoreçam a formação de público. 17. Falta de política de reconhecimento e preservação da dança como patrimônio imaterial. 18. Insuficiência de políticas para a difusão de espetáculos de dança no interior dos Estados. 19. Falta de políticas específicas para diminuição de tributos que incidem na produção artística de dança. 20. Falta de políticas de utilização adequada dos espaços públicos. 21. Falta de Pesquisa/ diagnóstico em relação às especificidades regionais. 22. Ausência de programas específicos dirigidos a crianças e adolescentes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Condições de circulação nacional e internacional da dança, sem a incidência de tributação excessiva sobre a produção e circulação do produto artístico. 2. Disponibilidade de dados de pesquisas realizadas para o desenvolvimento de programas que ampliem o consumo da dança. 3. Democratização e otimização do acesso a espaços públicos destinados à cultura. 4. Ampliação do alcance de informações sobre dança. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver estratégias de democratização e descentralização do acesso à fruição e a produção em dança. 2. Desenvolver e estimular programas permanentes de pesquisa para fomentar o consumo da dança. 3. Estimular a interação da dança com outras áreas, tais como educação, turismo, ação social, meio ambiente, dentre outras, objetivando a ampliação e formação de público.

FORMAÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1- Ausência da dança como linguagem artística da educação básica.</p> <p>2- Número insuficiente de escolas técnicas de dança.</p> <p>3- Número insuficiente de cursos de dança no ensino superior.</p> <p>4- Carência de centros de excelência de pesquisa e pós-graduação em Dança.</p> <p>5- Falta de programas de atualização, informação e circulação para professores de dança do ensino não-formal.</p> <p>6- Ausência de mecanismos que favoreçam a circulação de conhecimentos produzidos na área de Dança.</p> <p>7- Falta de capacitação de técnicos para espetáculos de dança.</p> <p>8- Ausência de concursos públicos específicos para os licenciados em Dança na Educação Básica.</p> <p>9- Ausência de programas integrados entre MinC/MEC no que se refere à educação e a produção artístico-cultural na área de Dança.</p>	<p>1- Inclusão efetiva da dança como linguagem artística no currículo da Educação Básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.</p> <p>2- Aumento exponencial de profissionais da Dança com qualificação e habilitação em cursos técnicos e superiores de Dança.</p> <p>3- Aumento exponencial da produção e difusão do conhecimento em Dança.</p> <p>4- Ampliação da oferta de técnicos capacitados para a atuação em espetáculos de dança.</p> <p>5- Ampliação do número de licenciados em Dança, concursados, atuando na rede pública de ensino (municipal e estadual).</p> <p>6- Programas integrados entre MinC/MEC que fomentem a produção artística e cultural na área de dança.</p>	<p>- Garantir o acesso ao ensino da dança como linguagem artística desde a educação infantil até o ensino superior.</p> <p>- Ampliar a oferta nas instâncias públicas para a formação do profissional em dança em nível técnico e superior.</p> <p>- Integrar os programas do MinC e do MEC para as ações que articulem a produção artístico, cultural e educativa em dança.</p>

Linha de Ação: Aplicação de dispositivos previstos na LDB 9394/96 de aceleração curricular, nos cursos de graduação em dança para profissionais de reconhecida competência na área.

EIXOS TRANSVERSAIS

GESTÃO PÚBLICA

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1- Indefinição das respectivas responsabilidades das esferas governamentais no fomento à Dança.</p> <p>2- Falta de dados relativos às demandas e potencialidades da dança de forma geral.</p> <p>3- Falta de especialistas em dança nos cargos de gestão pública.</p> <p>4- Carência de diálogo entre os gestores e profissionais da dança visando a uma gestão participativa.</p> <p>5- Falta de democratização ao acesso da fruição, ensino e produção em dança.</p> <p>6- Ausência de transparência para o acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto.</p>	<p>1. Articulação das esferas governamentais na definição das responsabilidades para o fomento à dança.</p> <p>2. Funcionamento pleno do Sistema Nacional de Cultura.</p> <p>3. Mapeamento e identificação de demandas da área de dança para o compartilhamento das informações e a implementação de ações efetivas nos vários âmbitos governamentais.</p> <p>4. Ocupação, por especialistas em dança, de cargos estratégicos de gestão pública na área cultural.</p> <p>5. Existência de mecanismos facilitadores, para a participação de profissionais da sociedade em geral, nas decisões governamentais relativas à dança.</p> <p>6. Apropriação e usufruto da dança em suas diversas formas de manifestações.</p> <p>7. Instrumentos transparentes e democráticos, que permitam o acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto.</p>	<p>- Definição das competências nas esferas federal, estadual e municipal para a política cultural da dança através do Sistema Nacional de Cultura;</p> <p>- Realização de um mapeamento da área da dança, identificando as demandas nas diversas áreas da cadeia produtiva;</p> <p>- Reformulação e adequação dos instrumentos de acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto, nas diferentes esferas governamentais, visando à transparência e democratização da aplicação dos recursos orçamentários.</p>

QUESTÕES TRABALHISTAS

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>Não foram revistos nesta reunião</p> <p>1. Problemas nas relações sindicais da dança.</p> <p>2. Inadequação da regulamentação da profissão de dança</p> <p>3. Insalubridade física</p> <p>4. Periculosidade</p> <p>5. Entrada no mercado de trabalho</p>	<p>Não foram revistos nesta reunião</p> <p>1. Adequação das relações sindicais na dança.</p> <p>2. Garantia de aposentadoria para o bailarino após 25 anos de trabalho.</p> <p>3. Existência de um sistema legal eficiente na dança (Leis específicas).</p>	

QUESTÕES TRABALHISTAS

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>6. Ausência de regulamentação para aposentadoria especial.</p> <p>7. Ausência da regulamentação do professor de dança (maitre, ensaiador, coreógrafo, bailarino).</p> <p>8. Ausência de um órgão de registro para o artista criador.</p> <p>9. Ausência de parâmetros para o ensino informal dança.</p> <p>10. Questões com o Confef.</p> <p>11. Falta de critérios nos concursos públicos de dança.</p> <p>12. Falta de um plano de carreira.</p> <p>13. Ausência de um Conselho da Dança.</p> <p>14. Falta entrelaçamento das diferentes normativas referentes à atuação do professor de dança nas seguintes instâncias: ministérios do trabalho e da educação</p>	<p>4. Atuação satisfatória de representantes de dança nas entidades representativas.</p> <p>5. Promoção de acordos coletivos entre entidades representativas e artistas.</p> <p>6. Absorção regular do bailarino a partir dos 16 anos pelo mercado de trabalho.</p> <p>7. Regulamentação profissional redefinida / atualizada dentro das necessidades ou uma lei específica para o artista da dança.</p> <p>8. Plano de carreira para o artista da dança dentro das suas especificidades.</p> <p>9. Garantia para o artista da dança de seus direitos autorais.</p>	<p>– Criação de uma lei específica para a Dança ou reforma da Lei do Artista (6533/78).</p>

POLÍTICAS CULTURAIS E ARTICULAÇÃO NACIONAL

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. Ineficiência das representações regionais e demais órgãos vinculados ao MinC na difusão de informações para a categoria da dança;</p> <p>2. Excesso de burocratização inviabiliza o mecenato de pessoa física;</p> <p>3. Descontinuidade e inadequação dos editais e leis de incentivo à realidade da dança;</p> <p>4. Ausência de articulação do cronograma de liberação de recursos do MinC com as reais necessidades da produção de Dança.</p> <p>5. Descontinuidade dos programas de financiamento à produção, manutenção e circulação da dança.</p> <p>6. Ausência de instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas culturais por parte da sociedade civil.</p> <p>7. Inexistência da divulgação dos relatórios oriundos dos grupos contemplados com qualquer tipo de subsídio.</p> <p>8. Inexistência de dotação orçamentária específica para a dança.</p>	<p>1. Ampliação de representações regionais e estabelecimento, pelo MinC, de uma comunicação eficiente com a categoria da dança.</p> <p>2. Aumento da participação do mecenato de pessoa física no financiamento à dança.</p> <p>3. Promoção de um aumento exponencial do acesso à dança, mediante o apoio de editais e leis de incentivos periódicos, contínuos, que contemplem as especificidades dessa manifestação artística.</p> <p>4. Avaliação da liberação de recursos para os projetos aprovados, atendendo aos prazos específicos das produções.</p> <p>5. Viabilização das ações da política cultural através de editais.</p> <p>6. Julgamento dos editais por meio de comissões formadas por especialistas da área com aval da sociedade civil organizada.</p> <p>7. Acesso aos relatórios dos grupos contemplados com subsídios no site do MinC.</p> <p>8. Destinação, pelo MinC, de orçamento igualitário para a dança e demais áreas.</p>	<p>– Implementação de um cronograma com editais contínuos contemplando as especificidades da Dança;</p> <p>– Adoção de editais como mecanismo primordial de implementação de políticas públicas;</p> <p>– Definição da dotação orçamentária específica para a área de Dança.</p>

ANEXOS

Índice

1. Resumo da videoconferência de 5/7/2005
2. Resumo da videoconferência de 25/8/2005
3. Resumo da videoconferência de 28/10/2005
4. Câmara setorial de dança – informações gerais
5. Material recolhido do site do minc
6. Visita ao senado e à câmara dos deputados
7. Moção são paulo
8. Documento salvador
9. Palestra sigrid nora
- 10 Palestra dulce aquino
11. Documento conated
12. Documento espírito santo
13. Documento santa catarina
14. Lei nº 6533

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DA VIDEOCONFERÊNCIA

DE 5/7/2005

ÍNDICE

1. Introdução
2. Pauta
3. Abertura
4. Rodada de depoimentos
5. Notas gerais
6. Conclusão
7. Composição da câmara setorial de dança

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DA VIDEO- CONFERÊNCIA DE 5/7/2005

1. Introdução

Trata-se do relato da videoconferência da Câmara Setorial de Dança realizada em 5/7/2005, entre 14h15 e 17h15, nas seguintes Regionais do SERPRO: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Brasília, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Salvador.

Participaram da reunião o Coordenador de Dança, Marcos Moraes, o Gerente de Programas, Vitor Ortiz, os representantes da Câmara Setorial de Dança, os representantes de coletivos de vários Estados, incluindo os convidados do Amapá (Myrla Barreto); Goiás (Kleber Damaso); e Santa Catarina (Marta César), além de Lauber Peixoto, representante da Receita Federal.

2. Pauta

- a) Abertura com convidados dos Ministérios transversais.
- b) Apreciação dos coletivos sobre o resumo da reunião de implantação da Câmara Setorial de Dança e da proposta de encaminhamento da próxima reunião de 16 e 17 de julho de 2005.

3. Abertura

SERPRO/RIO - Marcos Moraes (Coordenador de Dança) abriu os trabalhos apresentando a proposta de pauta para a videoconferência e anunciou o lançamento emergencial do edital do Prêmio Funarte Petrobrás de Fomento à Dança, em fase de aprovação jurídica. A Câmara Setorial discutirá a composição da Comissão de Seleção que escolherá os 22 premiados (Comunicado Oficial em anexo).

SERPRO/POA - Vitor Ortiz (Gerente de Programas) apresentou um relato do discurso sobre a Lei Trabalhista 6.533 feito pela representante do Ministério do Trabalho, Márcia Jovita, durante a última reunião geral da Câmara Setorial de Teatro, ocorrida em 26, 27 e 28 de junho, no Rio de Janeiro. Jovita não pôde comparecer à videoconferência porque estava participando da reunião geral da Câmara Setorial de Música, realizada no mesmo dia e horário.

SERPRO/RIO - Lauber Peixoto (representante da Receita Federal) falou sobre as distinções tributárias entre as empresas de "lucro real", "lucro presumido" e "simples". Ao final de seu discurso, sugeriu que uma alternativa para os criadores da dança seria trabalhar junto ao poder legislativo com o objetivo de liberar da lei a vedação da condição de "produtora" da empresa "simples".

4. Rodada de Depoimentos

Iniciada rodada de depoimentos dos Estados por participantes que es-

tavam presentes em cada regional SERPRO. Posteriormente, os representantes submeteram a todos suas apreciações quanto à "proposta de encaminhamento da próxima reunião da Câmara Setorial de Dança", além de várias questões dirigidas ao Coordenador de Dança. Alguns representantes se dispuseram a enviar para a Funarte os documentos lidos na videoconferência para serem disponibilizados posteriormente no site do MinC.

Os representantes dos Estados se apresentaram na seguinte ordem das regionais do SERPRO: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Rio, Salvador, Brasília, Recife, Fortaleza e Belém.

SERPRO/RIO – Marcos Moraes respondeu a todas as perguntas feitas pelos representantes dos Estados e solicitou que os integrantes da Câmara enviem suas preferências (em ordem de prioridade) para integrar os Grupos de Trabalho da proposta encaminhada.

SERPRO/POA - Vitor Ortiz respondeu a uma pergunta específica sobre a relação das Câmaras com as outras instâncias do Ministério.

5. Notas Gerais

Maria Luiza Lombas (representante da Bolsa Capes do MEC) aceitou o convite da Câmara Setorial de Dança, mas não pôde comparecer.

Maria Pia apresentou, em São Paulo, um relato da atual situação do processo do PL 7370/02 e da atuação do CONFEEF. Também em São Paulo, Marta César leu documento da Aprodança, de Santa Catarina.

Em Brasília, Kleber Damaso apresentou sua disponibilidade de iniciar uma mobilização junto aos seus pares de Goiás, uma iniciativa que será seguida por Myrta Barreto (representante do Amapá), que se encontrava na regional de Belém.

6. Conclusão

Em linhas gerais a "proposta de encaminhamento da próxima reunião da Câmara Setorial de Dança" foi bem aceita pela maioria dos Estados representados na Câmara Setorial de Dança, havendo alguns acréscimos sobre pontos específicos.

Registrou-se também a necessidade de se trabalhar na próxima reunião a redação dos "nós críticos" e dos "resultados almejados".

A Funarte sugeriu que todos consultem regularmente as informações da Câmara Setorial no site do MinC (www.cultura.gov.br) para se manter informados sobre o processo de encaminhamento dos trabalhos.

A reunião foi concluída por Marcos Moraes, as 17h15, no SERPRO/RIO.

7. Composição da Câmara Setorial de Dança

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto até dez/5)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

1. RS – Marise Siqueira (gestão) ou, em sistema de rotatividade, Airton Tomazzoni (educação), Eva Schull (criação), Flávia Pessato (produção), Paulo Guimarães (pesquisa)
2. PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gladis Tridapalli)
3. SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli)
4. RJ – Ângela Ferreira (suplente: The-reza Rocha)
5. MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado)
6. DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
7. BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro)
8. PE – Adriana Gehres (gestão, formação e produção) em sistema de rotatividade com Marília Rameh (políticas culturais e criação)
9. CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires)
10. PA – Waldete Britto e Maurício Quintaros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

5. Representante do Minc
6. Diretor de Artes Cênicas da Funarte
7. Coordenador de Dança da Funarte
8. Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores, etc.

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

9. Formação: Dulce Aquino
10. Difusão: Inês Boguea
11. Produção: Jacqueline Castro
12. Formação de Público (Consumo): Sigrid Nora
13. Política Cultural e Articulação: Dino Carrera
14. Questões Trabalhistas: Magdalena Rodrigues
15. Gestão Pública: Regina Miranda

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DA VIDEOCONFERÊNCIA

DE 25/8/2005

Índice

1. Introdução
2. Abertura
3. Depoimentos
5. Serpro/Salvador
6. Serpro/Porto Alegre
7. Serpro/Belém
8. Serpro/Brasília
9. Serpro/Curitiba
10. Serpro/Fortaleza
11. Serpro/Belo Horizonte
12. Serpro/São Paulo
13. Serpro/Recife
14. Serpro/Rio
15. Funarte

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA RELATÓRIO DA VIDE- OCONFERÊNCIA DE 25/8/2005

1. Introdução

Trata-se do relato da videoconferência da Câmara Setorial de Dança realizada em 25/8/2005, entre 14h15 e 17h, nas seguintes Regionais do SERPRO: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Brasília, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Salvador.

Participaram da reunião o Presidente da Funarte, Antonio Grassi, o Coordenador de Dança, Marcos Moraes, o Gerente de Programas, Vitor Ortiz, os representantes da Câmara Setorial de Dança, os representantes de coletivos de vários Estados, incluindo os convidados Elídio Netto, do Espírito Santo; e Marta César, de Santa Catarina, e diversos profissionais de dança de vários segmentos em todos os estados mencionados.

2. Abertura

Serpro/Rio - Marcos Moraes (Coordenador de Dança) abriu os trabalhos dando as boas-vindas a todos e apresentando a proposta de pauta para a próxima reunião da Câmara Setorial de Dança a ser realizada nos dias 10, 11 e 12 de setembro com os seguintes temas: "Formação", "Difusão" e "Consumo". Pela proposta, as

atividades de cada um dos três dias se concentrariam em cada um dos três temas acima referidos, buscando-se também a inclusão de temas transversais.

No primeiro dia, para o tema "Formação", será convidado representante do MEC, Sr. Carlos Alberto Xavier e para questões transversais, que incluem a educação, as leis trabalhistas e o relacionamento das Câmaras Setoriais com o Congresso será convidado o Deputado Paulo Ruben Santiago, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal.

Essa pauta incluiu também a proposta de apresentações de documentos elaborados pelos seguintes representantes: Dulce Aquino (Formação – 1º dia); Inês Bogéa (Difusão – 2º dia); Sigrid Nora (Consumo e Formação de Público – 3º dia); além de Ernesto Gadelha, na qualidade de membro do "Circuito dos Festivais Internacionais de Dança", criado este ano (2º dia).

Houve ainda uma proposta de se convidar profissionais de áreas vinculadas aos temas acima elencados.

A pauta prevê também a continuidade do trabalho que vem sendo feito no sentido de elencar – a partir dos "Nós Críticos" e "Resultados Almejados" para cada Elo da Cadeia de Produção – Diretrizes e Linhas de Ação que deverão constar do documento final a ser encaminhado à Conferência Nacional de Cultura em dezembro, além de constituir parte do processo de construção de uma verdadeira política pública para a área estabelecida a partir desse diálogo.

3. Depoimentos

Iniciada rodada de depoimentos dos Estados por participantes que estavam presentes em cada regional Serpro.

Os representantes dos estados se apresentaram na seguinte ordem das regionais do SERPRO: Salvador, Porto Alegre, Belém, Brasília, Curitiba, Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro, com algumas intervenções dos representantes da Funarte respondendo às perguntas de cada estado.

Serpro/Salvador

Lúcia Matos comunicou que estão elaborando pauta de reivindicação para a Prefeitura Municipal de Salvador através do Sr. Paulo Lima, da Fundação Gregório Matos;

Informou sobre a insatisfação a respeito da retirada do item de "manutenção de grupos" do edital do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança, além de ressaltar que sempre há uma desproporção entre o teatro e a dança;

Numa segunda oportunidade de apresentação do Serpro/Salvador, Dulce Aquino sugeriu que se convide a Petrobras para participar de reunião da Câmara Setorial de Dança;

Sugeriu também a criação de cursos de graduação em dança nas universidades públicas e ressaltou que a dança é uma área de conhecimento.

Serpro/Porto Alegre

Marise Siqueira informou que há uma minuta pronta – elaborada por profissionais ligados ao Fórum Nacional de Dança - para tentar incluir a discussão na próxima reunião da Câmara Setorial de Dança. A minuta será enviada para todos os inte-

grantes da Câmara.

Ressaltou a necessidade de que sejam elaborados os critérios para padronização do ensino não formal;

Informou sobre os trabalhos para criação de um curso de graduação de dança na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) dentro do Instituto de Artes;

Luciana Paludo (Cruz Alta) falou sobre a dificuldade de escoamento da produção local do interior e dos egressos dos cursos superiores.

Maria Waleska ressaltou em seu depoimento que o consumo da dança está intimamente ligado à formação de público, defendendo apoio específico aos eventos que atingem a comunidade, divulgando a produção de dança.

Dino Carrera falou sobre o Projeto de Lei em trâmite que vai substituir a Lei Rouanet e sugeriu convidar para próxima reunião da Câmara Setorial de Dança o Secretário Sergio Xavier, além de um especialista em direito tributário.

Serpro/Belém

Waldete Freitas contou que está começando a estabelecer uma interlocução da categoria com Beth Almeida, a Secretária da Regional do MinC, em Belém. Alertou sobre a necessidade de um documento ou portaria que oficialize a participação dos representantes da Câmara Setorial de Dança, tanto de Belém, como dos outros estados brasileiros;

Também apresentou algumas dúvidas sobre o Edital do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança.

Serpro/Brasília

Rosa Coimbra dividiu seu depoimento em 3 partes:

- 1) Apresentou algumas dúvidas sobre o edital;
- 2) Aprovou o resumo da 2ª reunião da Câmara Setorial de Dança e ressaltou a necessidade de uma regulamentação da dan-

ça mais atualizada na Legislação Trabalhista;
3) Destacou a preocupação com o ensino informal.

Serpro/Curitiba

Rosane Gonçalves comunicou a publicação de um edital da Fundação Cultural de Curitiba apoiando oito projetos de dança. Ressaltou que isso é um fato inédito na cidade;

Comunicação de uma reformulação da Lei Municipal de Apoio à Cultura e já têm audiência marcada na Câmara de Vereadores;

Avaliação em conjunto com o Sated/PR e o Teatro a Lei 6533;

Definição dos critérios que serão utilizados para seleção dos indicados para a Comissão de avaliação do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança.

Serpro/Fortaleza

Ernesto Gadelha anunciou que está marcada para este domingo (28/8) uma maratona junto à categoria de dança para se estudar propostas de um documento considerando os mesmos procedimentos ("nós críticos", "resultados almejados", "diretrizes" e "linhas de ação") adotados pela Câmara Setorial de Dança;

Proposta a criação dentro da Câmara Setorial de Dança de uma Comissão Mista Permanente que reúna especialistas do MEC com profissionais do ensino superior, formal e informal;

Comentário lembrando que a difusão está intimamente ligada à circulação de espetáculos de dança e que o Nordeste não tem programas de apoio a dança;

Criação do Circuito de Festivais que reúne a Bienal de Dança do Ceará (Fortaleza), o Panorama de Dança/Rio de Janeiro, o FID, de Belo Horizonte e o Festival de Dança do Recife e ressaltou que há necessidade de criação de outros circuitos de festivais brasileiros;

Sugestão para que Marise Siqueira/POA

envie para todos a minuta da Lei para dança.

Serpro/Belo Horizonte

Marjorie Quast fez variadas sugestões para se pensar a formação;

Pedido para que a Funarte disponibilize espaços para cursos de extensão ao ensino informal.

Serpro/São Paulo

Sofia Cavalcante solicita a circulação da minuta da lei;

Roberto Malta sugeriu a ampliação do encontro da Câmara Setorial de Dança com a Petrobras e outros patrocinadores;

Sugerida também a ampliação da circulação dos espetáculos de dança pelo país, buscando-se um equilíbrio entre as verbas destinadas à produção e à difusão;

Marta César de Santa Catarina falou sobre a formação de professores de dança em seu estado;

Depoimento de Maria Mommensohn pedindo mais delicadeza no tratamento dos temas relacionados à dança, a partir de um entendimento da dança como área artística, não limitada apenas em seu aspecto acadêmico.

Serpro/Recife

Marília Rameh comunicou que substituirá Adriana Gehres como titular de Pernambuco. Gehres está se afastando da Câmara porque vai morar em Portugal.

Como suplente, a categoria local decidiu em assembleia eleger Roberta Ramos;

Informação sobre preparação de seminário para estudarem as Leis Trabalhistas;

Perguntas sobre a atuação das Câmaras Setoriais na Conferência Nacional de Cultura;

Roberta Ramos manifestou preocupação com as danças populares, já que foi suspensa a criação da Câmara Setorial de Culturas Populares.

Serpro/Rio

Ângela Ferreira propõe um diálogo necessário entre formação do ensino formal e do informal;

Reiterou a necessidade de participação de um representante do MEC na próxima reunião da Câmara Setorial de Dança;

Eldio Netto, do Espírito Santo, informou que estava representando a Associação dos Profissionais de Dança - Prodanças, criada a partir da mobilização de nove companhias profissionais de dança de Vitória;

Comentou sobre a dificuldade de circulação da produção local fora do estado e da carência de informações provenientes de outros estados;

Reivindicação junto ao Município de um espaço físico para abrigar a Prodanças;

Ressaltou as dificuldades de captação de bônus necessárias para a Lei Municipal de Incentivo à Cultura chamada Ruben Braga;

Depoimento de Inês Calfa (Professora do Departamento de Arte Corporal da UFRJ) ressaltando que a dança deve entrar como uma disciplina obrigatória no ensino fundamental.

4. Funarte

Antônio Grassi informou que o Ministro da Cultura Gilberto Gil manifestou interesse de prestigiar as reuniões das Câmaras e vai organizar sua agenda para isso;

Informou que, além do descontingenciamento parcial das verbas do MinC ocorrido na semana passada, há uma possibilidade de o mesmo ocorrer com o restante da verba contingenciada. Segundo reuniões ocorridas junto à Fazenda e Planejamento, foi feito o aceno de que todos os recursos contingenciados (57% do orçamento para o ano 2005) seriam desbloqueados.

Comunicou que o Edital do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à

Dança é emergencial e foi elaborado de acordo com os critérios da Petrobras, que passou a ser majoritária no financiamento do mesmo;

Ainda sobre o edital, ressaltou que os valores diferenciados de apoio, mantidos no edital pela Câmara Setorial de Dança e alterados pela Câmara Setorial de Teatro, se mantiveram dessa forma exatamente para respeitar as distinções que existem entre os trabalhos de cada grupo e companhia e honrar os processos distintos que estão sendo desenvolvidos pelo Teatro e pela Dança;

Informou também que o item de apoio à manutenção de grupos de dança que foi retirado do edital da Petrobras vai ser incluído no edital Klauss Vianna, que está sendo trabalhado para ser implantado em breve;

Comunicou que o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou que vai trabalhar no sentido de isentar de tributação as atividades culturais;

A Funarte está ampliando suas ações nacionais e recentemente abriu parceria com a Rede Ferroviária Federal para inauguração da uma representação da Funarte na Casa do Conde, em Minas Gerais;

Também está estudando a inauguração de representações em outros estados, como, por exemplo: Curitiba, Belém e Fortaleza, em estudo com o Dragão do Mar;

Sugeriu ampliar o diálogo da Câmara Setorial de Dança para além da participação dos patrocinadores, convidando também os representantes dos veículos de comunicação como TVE, NBR, Radiobras, entre outros, para

se pensar, por exemplo, na criação de programas e canais de dança;

Está trabalhando para criar um convênio com a Infraero para abatimentos dos impostos das companhias aéreas que quiserem apoiar a cultura;

Anunciou que vai criar grupos especiais para participarem das pré-conferências regionais antes da Conferência Nacional da Cultura; e que a questão das Danças Populares seria encaminhada à Secretaria de Identidade e Diversidade, responsável pelas políticas voltadas às Culturas Populares.

Depois da apresentação, na semana passada, das Câmaras Setoriais à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, a própria Comissão manifestou interesse de montar um calendário para atender grupos de representantes de cada uma das Câmaras Setoriais;

A partir de informação fornecida ao vivo por Antonio Grassi, Ortiz informou que foi publicado, no Diário Oficial do próprio dia 25, a portaria que oficializa o Sistema Nacional de Cultura e dentro dele as Câmaras Setoriais, respondendo, portanto, à solicitação de Belém;

Anunciou que vai enviar para todos

a proposta do Regimento Interno da Câmara Setorial de Dança;

Comunicou também que vai incluir o tema do ensino informal na pauta da Câmara Setorial de Dança;

A proposta do estabelecimento de uma Comissão Mista entre os Ministérios da Cultura e da Educação já está em curso;

Depois de agradecer a todos pela participação e pelo trabalho realizado na Câmara Setorial de Dança, o presidente Antonio Grassi encerrou a videoconferência às 17h, no Serpro/Rio.

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DA VIDEOCONFERÊNCIA

DE 28/10/2005

Índice

- | | |
|------------------------|---------------------------|
| 1. Introdução | 8. Serpro/Curitiba |
| 2. Abertura | 9. Serpro/São Paulo |
| 3. Depoimentos | 10. Serpro/Belém |
| 4. Serpro/São Paulo | 11. Serpro/Belo Horizonte |
| 5. Serpro/Brasília | 12. Serpro/Fortaleza |
| 6. Serpro/Salvador | 13. Serpro/Recife |
| 7. Serpro/Porto Alegre | 14. Serpro/Rio |

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

RELATÓRIO DA VIDEO- CONFERÊNCIA DE 28/10/2005

1. Introdução

- Trata-se do relato da videoconferência da Câmara Setorial de Dança realizada em 28/10/2005, entre 14h e 17h, nas seguintes Regionais do Serpro: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Brasília, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Salvador.

- Participaram da reunião o Coordenador de Dança, Marcos Moraes, o Gerente de Programas, Vitor Ortiz, os representantes da Câmara Setorial de Dança, os representantes de coletivos de diversos Estados, incluindo as convidadas Nara Salles e Valéria Nunes (Alagoas), e profissionais de dança de diversos segmentos em todos os estados mencionados.

2. Abertura

- Serpro/Rio - Marcos Moraes abriu os trabalhos dando as boas-vindas a todos e apresentando a proposta de pauta para a próxima reunião da Câmara Setorial de Dança, a ser realizada nos dias 19, 20 de novembro (sábado e domingo).

- A pauta apresentada tinha como proposta os seguintes itens: a elaboração do documento final da Câmara Setorial de Dança a ser enca-

minhado ao MinC e à Conferência Nacional de Cultura; a avaliação geral do trabalho do ano; e a discussão do formato da Câmara para 2006.

- Especificamente sobre o tema "formação", não concluído na última reunião da Câmara, Moraes apresentou duas propostas para serem avaliadas pelos representantes:

1. Criação de um grupo especial dentro da próxima reunião para desenvolver o tema;
2. Manutenção os "nós críticos" e "resultados almejados" elaborados na primeira reunião como parte dos encaminhamentos dos trabalhos a serem desenvolvidos na Câmara Setorial de Dança de 2006.

- Moraes comunicou também que já tinha confirmação de que todos os representantes e especialistas das Câmaras Setoriais terão assentos garantidos na Conferência Nacional de Cultura que será realizada em Brasília nos dias 13 a 16 de dezembro de 2005. Solicitou que todos que se interessassem pela referida conferência confirmassem sua participação.

- Marcos Moraes anunciou a impossibilidade de participação de Sigrid Nora e Inês Bogéa na próxima reunião da Câmara Setorial de Dança.

- Vitor Ortiz disse que o MinC fará a criação do Conselho Nacional de Política Cultural ainda este ano. A decisão será anunciada no dia 13 de dezembro, no início da Conferência Nacional. Avisa que será necessário escolher um titular e um Suplente da Câmara Setorial de Dança para fazer parte do Conselho Nacional de Política Cultural. Caso não haja consenso, esses representantes serão escolhidos por votação na reunião de 18 a 20 de novembro.

- Comunicou ainda que a criação do Plano Nacional de Cultura está prevista para o 1º semestre de 2006 para, posteriormente, seguir tramitação pela Câmara, Senado e Presidência da República.

- Ortiz conclui sua fala anunciando a criação da revista das Câmaras Setoriais, com lançamento previsto para dezembro de 2005.

3. Depoimentos

- Iniciada rodada de depoimentos de cada Estado. Os representantes dos estados se apresentaram na seguinte ordem das regionais do Serpro: São Paulo; Brasília; Salvador; Porto Alegre; Curitiba; São Paulo; Belém; Belo Horizonte; Fortaleza; Recife; e Rio, com algumas intervenções dos representantes da Funarte respondendo às perguntas de cada estado.

- Sobre a proposta de número de dias para a próxima reunião da Câmara, a grande maioria votou para que o encontro seja realizado em três dias, com início dos trabalhos na tarde do dia 18/11 (sexta-feira) para que se tenha oportunidade de refazer os "nós críticos" e "resultados almejados" e elaborar "diretrizes" e "linhas de ação" do tema "Formação".

4. Serpro/São Paulo

- Sofia Cavalcante pede apoio da Câmara para as questões municipais e estaduais (Lei de Fomento à Dança e Fundo Estadual de Cultura)

- Cecília Arruda solicita informações sobre o descontingenciamento.

- Vitor Ortiz esclarece que os recursos liberados foram no total de R\$ 90 milhões para todo o conjunto do MinC. Para a Funarte foram encaminhados cerca de R\$ 6.000.000,00 para todas as suas 15 áreas de atuação. Avisa também que Antonio Grassi, presidente da Funarte, fará reunião em São Paulo informando mais detalhadamente os recursos do MinC sobre: FNC – Fundo Nacional de Cultura, verba direta, emenda orçamentária, etc.

- Arruda solicitou planilha com prestação de contas e pede transparência e informação por parte da Funarte.

1. Serpro/Brasília

- Rosa Coimbra apresentou um depoimento sobre a sua participação no Senado, na Subcomissão Cinema, Teatro e Comunicação Social. Coimbra solicitou ao Senador Sergio Cabral, presidente da subcomissão, que a dança seja incluída na mesma.

- Coimbra defendeu uma emenda orçamentária para garantir os Prêmios Funarte Miriam Muniz e Klauss Vianna. Os movimentos também solicitaram audiência pública na Câmara para defender a emenda orçamentária (com a presença do MinC, Ministério da Fazenda e de representantes da dança e do teatro) e 2% para a Cultura. Segundo Coimbra, o Deputado Paulo Ruben Santiago (PE) se comprometeu a realizar a referida audiência ainda este ano.

- Rosa Coimbra defendeu também o encaminhamento de um Projeto de Lei e sugeriu que se trabalhe com valores maiores que R\$ 30 milhões.

- Sobre o Seminário Setorial, em Cuiabá, contou que os participantes

foram divididos em Grupos de Discussão e subgrupos da seguinte forma: Gestão Pública da Cultura; Economia da Cultura; Patrimônio Cultural; Cultura é Direito e Cidadania; e Cultura é Comunicação. Ao final foram escolhidas três propostas de cada. Também foram eleitos delegados setoriais. Como a Câmara Setorial de Dança tem assento na Conferência Nacional de Cultura, Rosa Coimbra e o representante da Câmara Setorial de Teatro cederam os seus assentos de representação do seminário para o estado de Mato Grosso.

- Contou também que o Distrito Federal obteve vitória jurídica contra o Cref – Conselho Regional de Educação Física local (cuja área de abrangência engloba o DF, GO e TO) que ficou formalmente impedido de exercer ação fiscalizatória na área da dança. Sugeriu que os demais estados tentem o mesmo.

- Sugere que a Coordenação de Dança da Funarte levante todas as pendências no material trabalhado pela Câmara Setorial até o momento. Citou como exemplos: o convite à Petrobrás para vir à Câmara Setorial de Dança; o texto do Regimento Interno; a solicitação ao MEC para que tome posição formal sobre o conflito com o Cref/Confef – Conselho Federal de Educação Física.

- Solicitou a disponibilização da minuta do Prêmio Klauss Vianna para discussão. Pediu para que o documento seja elaborado o mais próximo possível do formato final. Pediu ainda que a Funarte elabore um pouco mais no tema "Formação".

- Marcos Moraes respondeu que a Câmara Setorial de Dança deve ter respaldo dos representantes e que

qualquer alteração nos "nós críticos" e "resultados almejados" deve ser feita em conjunto com os representantes. Finalizou defendendo que todo o grupo trabalhe no tema "Formação", preparando-se para o trabalho a ser realizado no primeiro dia da próxima reunião.

2. Serpro/Salvador

- Dulce Aquino também pediu posicionamento da Câmara Setorial de Dança sobre o CNPq e a Capes, cuja comissão está revendo as áreas de conhecimento, com intenções de voltar a agrupar Dança, Teatro e Circo em Artes Cênicas. Comprometeu-se a enviar a proposta por e-mail para ser repassado pelos representantes.

3. Serpro/Porto Alegre

- Marise Siqueira defendeu dois pontos específicos: a inclusão da dança no ensino formal; com recomendação para que os municípios e estados que aderirem ao Sistema Nacional de Cultura apliquem a referida inclusão; criação da Lei específica do Profissional de dança.

- O Rio Grande do Sul pediu apoio à luta para que a criação do Curso de Graduação na UFRGS seja dentro do Instituto de Artes e não na Faculdade de Educação Física.

- Airton Tomazzoni fala sobre a dificuldade em se mobilizar a categoria para a Câmara Setorial de Dança, já que em Porto Alegre os encontros sobre o orçamento participativo não resultaram em avanço para a categoria.

4. Serpro/Curitiba

- Rosane Gonçalves apoiou as ações (Capes e Subcomissão no Senado) e confirmou a presença dia 18 (sexta feira).
- Informou que escolas receberam documento do MEC confirmando que os Crefs não podem exercer fiscalização sobre a dança.

5. Serpro/São Paulo

- Sofia Cavalcante também apoiou ações (Capes e Subcomissão no Senado) e se comprometeu a enviar o projeto da Lei da Dança enviado anteriormente para a Secretaria de Cultura de São Paulo.
- Sugeriu o encaminhamento de uma proposta de emenda constitucional para transformar o Premio Klaus Vianna num projeto de Lei em 2006.

6. Serpro/Belém

- Waldete Britto narrou alguns encaminhamentos da categoria em Belém.
- A reunião que deveria ocorrer com a representante regional do MinC, Beth Almeida, acabou sendo realizada com um encarregado que desconhecia a produção da dança local.
- Realizaram Audiência Pública com a participação de número significativo de pessoas, lotando a Câmara Municipal da cidade, com a ausência da representante estadual, que segundo Britto, nunca está presente. Houve representações de outros 7 municípios vizinhos a Belém, que pediram atenção aos interiores.

- Comunicou que há a tramitação de uma emenda solicitando o espaço – que se encontra atualmente inutilizado – do Mercado de São Brás para a dança. A categoria também está mobilizada para a aprovação do orçamento de 2006. Comunicou que a Câmara dos Vereadores abrirá o planejamento para aprovação do orçamento de 2006 e que vão levar representantes da categoria.

- Britto apoiou as ações (Capes e Subcomissão no Senado) e confirmou sua presença no dia 18/11.

7. Serpro/Belo Horizonte

- Suely Machado confirmou sua participação na Conferência Nacional de Cultura.
- Rui Moreira sugeriu que haja um aumento das representações, incluindo outros estados na Câmara Setorial de Dança. Sugeriu também uma alternância de especialistas e lançou proposta para se pensar em um novo processo para eleição de delegados de área.

8. Serpro/Fortaleza

- Andréa Bardawil comunicou que quase todas as discussões gerais que ocorreram em Fortaleza sobre o conceito de mobilização, concluíram que o trabalho da Câmara Setorial de Dança é um dos mais consistentes no processo de mobilização nacional.
- Comunicou também a reabilitação da Escola de Dança do Ceará.
- Finalmente, pediu ajuda da Câmara Setorial de Dança para arregimentar argumentos para reforçar uma reforma administrativa a ser implantada pela Prefeitura da cidade.

9. Serpro/Recife

- Marília Rameh concordou com as propostas de Rosa Coimbra e Dulce Aquino e ressaltou a sua avaliação positiva dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara Setorial de Dança em 2005.

- Assim como Rui Moreira, Rameh sugere que a Câmara seja ampliada com representações de outros estados. Afirmou que a rotatividade não funcionou.

10. Serpro/Rio

- Ângela Ferreira solicitou um texto da Câmara Setorial de Dança apoiando a permanência da dança como área de conhecimento.

- Deixou registrado o seu protesto quanto à saída das pessoas de vários estados logo após suas falas na videoconferência. Lembrou das argumentações apresentadas por outros representantes durante a videoconferência sobre a noção de coletivo, que, segundo ela, deveriam ser reavaliadas depois desses atos.

- Lourdes Braga comunicou que o Sindicato da Dança (Rio) abriu 4 delegacias regionais no interior do estado.

- Marcos Moraes agradeceu a presença de todos e finalizou, às 17 horas, os trabalhos da videoconferência.

CÂMARA SETORIAL DE DANÇA - Informações Gerais

Documento criado em 22/6/05

A primeira reunião da Câmara Setorial e Dança foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de Maio. O lançamento oficial ocorreu no dia 30, em cerimônia conjunta à Câmara Setorial de Música, no Palácio Gustavo Capanema, Funarte/RJ.

A Câmara Setorial de Dança foi criada pelo MINC e está sendo conduzida pela FUNARTE com a função de estabelecer diretrizes para uma política cultural de Estado voltada para o setor, discutir e avaliar programas em execução e mobilizar esforços e informação para ampliar as ações específicas aos vários aspectos da atividade da dança.

O MINC, que nesta gestão redefiniu o conceito de cultura - incorporando os diversos âmbitos da produção cultural do país, tanto em suas manifestações artísticas e culturais num sentido mais amplo, quanto em seus aspectos econômicos -, propôs a organização da Câmara a partir dos diferentes elos da cadeia de produção de cada setor (Formação, Criação, Produção, Difusão e Consumo).

Por ocasião desse primeiro encontro foram debatidas e elencadas as prioridades que serão tratadas nas próximas reuniões a serem realizadas até dezembro deste ano. Para a próxima reunião, haverá articulação dos conteúdos a serem tratados (áreas de Criação, Pesquisa e Produção), sob os eixos transversais de: Gestão Pública;

Questões Trabalhistas; e Políticas Culturais e Articulação Nacional. Essas ações ocorrerão em paralelo com a mobilização dos coletivos já organizados nos vários Estados do Brasil. Os contatos entre os membros da Câmara serão articulados através de um blog na internet e também por videoconferências programadas entre cada reunião. Além disso, as informações estarão disponíveis no site do MINC: <http://www.cultura.gov.br/>

Histórico

Para esse primeiro mandato, que durará até dezembro de 2005 - quando será avaliada e reorganizada para o próximo mandato - foram realizadas reuniões prévias em 8 Estados, nos quais se buscou mobilizar a classe, dialogar com aquelas estruturas coletivas representativas já articuladas (fóruns estaduais, movimentos, entidades representativas, etc) e iniciar um processo de construção da Câmara Setorial de Dança. Também se entrou em contato com coletivos já organizados ou em processo de organização em outros 2 Estados. Desses encontros saíram propostas de composição e indicações de nomes considerados para a composição dos representantes da Câmara Setorial de Dança (vide lista abaixo).

Para o próximo mandato, esse processo em construção será ampliado, de forma a aperfeiçoar a representatividade dos diversos segmentos da dança de todo o país, de acordo com a ampla e diversa realidade nacional.

COMPOSIÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

COORDENAÇÃO DE DANÇA

FORMATO

- 10 representantes de Estados (num primeiro mandato previsto para ir até dez/05)
- 5 representantes do Poder Público Federal
- 8 representantes por Áreas de Atuação (Cadeia de Produção da Dança)

OS DEZ REPRESENTANTES DOS ESTADOS

- RS – Marise Siqueira (gestão) - (ou em sistema de rotatividade: Airton Tomazzoni (educação); Eva Schull (criação); Flavia Pessato (produção); Paulo Guimarães (pesquisa);
- PR – Rosane Gonçalves (suplente: Gladis Tridapalli);
- SP – Sofia Cavalcante (suplente: Solange Borelli);
- RJ – Angela Ferreira (suplente: Thereza Rocha);
- MG – Rui Moreira (suplente: Suely Machado);
- DF – Rosa Coimbra (suplente: Yara de Cunto)
- BA – Lúcia Matos (suplente: Cristina Castro);
- PE – Adriana Gehres (gestão, formação e produção) em sistema de rotatividade com Marília Rameh (políticas culturais e criação);
- CE – Ernesto Gadelha (suplente: Cláudia Pires);
- PA – Waldete Britto e Mauricio Quintaros

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Representante do Minc;

Diretor de Artes Cênicas da Funarte
Coordenador de Dança da Funarte;
Dois representantes de Ministérios
com ações transversais: Trabalho,
Educação, Relações Exteriores, etc.

REPRESENTANTES POR ÁREA DE ATUAÇÃO

- Formação: Dulce Aquino
- Difusão: Inês Bogea
- Produção: Jacqueline Castro
- Formação de Público (Consumo) :
Sigrid Nora
- Política Cultural e Articulação: Dino
Carrera
- Questões Trabalhistas: Magdalena
Rodrigues
- Gestão Pública: Regina Miranda

MATERIAL RECOLHIDO DO SITE DO MINC www.cultura.gov.br PESQUISADO EM 3/2/2006

Sexta, 23 de dezembro de 2005 às 14:23

Relatório Final da 4ª Reunião da Câmara Setorial de Dança

O Relatório da última reunião da Câmara Setorial de Dança, que aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de novembro, no Rio de Janeiro, encontra-se em ANEXOS EM GERAL juntamente com os anexos: Moções da Câmara Setorial de Dança, Incentivo e Alternativa para a Dança, Documento Bahia e Documento São Paulo.

Quarta, 26 de outubro de 2005 às 17:13

Sentença judicial determina fim do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região

Acesse ANEXOS EM GERAL e conheça o material fornecido por Rosa Coimbra, do Fórum de Brasília.

Quarta, 26 de outubro de 2005 às 15:30

Acesse o relatório final da 3ª reunião da Câmara Setorial de Dança

Acesse ANEXOS EM GERAL e conheça o conteúdo do relatório que traz as diretrizes e as linhas de ação relacionadas aos temas DIFUSÃO, CONSUMO e FORMAÇÃO. Utilize o espaço CONVERSE AQUI para emitir a sua opinião sobre o assunto.

Sexta, 14 de outubro de 2005 às 16:06

Videoconferência e reunião da Câmara Setorial de Dança - Participação na Conferência Nacional de Cultura

Comunicamos que a data da próxima videoconferência da Câmara Setorial de Dança foi adiada para 28/10, das 14h às 17h (horário de Brasília), nas 10 unidades do SERPRO.

Terça, 13 de setembro de 2005 às 16:41

3ª Reunião da Câmara Setorial de Dança discute os temas Difusão, Formação e Consumo

O apoio a eventos que promovam a difusão e a circulação da dança no país e questionamentos sobre a formação dos profissionais em dança foram alguns dos tópicos tratados na reunião do dia 10, 11 e 12 de setembro, no Rio de Janeiro, no Palácio Gustavo Capanema.

Quarta, 31 de agosto de 2005 às 12:50

Reunião do Fórum São Paulo

Aconteceu no dia 30 de agosto a reunião mensal do Projeto DANÇA EM DEBATE onde foram discutidas as ações desenvolvidas pela Câmara Setorial de Dança e seus desdobramentos. A pauta da reunião consistia em informes sobre a última videoconferência e a Lei do Artista de Dança. As próximas reuniões estão agendadas para os dias: 27 de setembro, 25 de outubro e 29 de novembro, das 13:15 às 15h. Local: TEATRO ARENA - FUNARTE (SP). En-

dereço: Rua Teodoro Baima, 96 (Em frente a Igreja da Consolação. Telefone: 11 3256.9463s

Quarta, 31 de agosto de 2005 às 11:36
Edital de Fomento Funarte/Petrobras e pauta da próxima reunião foram os tópicos da última videoconferência da Câmara Setorial de Dança

Na videoconferência do último dia 25, os fóruns puderam esclarecer dúvidas sobre o Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança e preparar a pauta da próxima reunião.

Quarta, 24 de agosto de 2005 às 11:51
Videoconferência da Câmara de Dança acontece no dia 25 de agosto

A Coordenação de Dança da Funarte comunica que a próxima videoconferência da Câmara Setorial de Dança será realizada do dia 25 de agosto, das 14 às 17h, em 10 unidades do SERPRO e contará com a presença do Presidente da Funarte, Antonio Grassi.

Segunda, 08 de agosto de 2005 às 17:49

Solicitação de indicações para a composição da comissão de seleção do Prêmio Funarte/Petrobras de Fomento à Dança

A Coordenação de Dança da Funarte anuncia o lançamento do Prêmio Funarte Petrobras de Fomento à Dança, no próximo dia 11 de agosto, em cerimônia com a presença do Presidente da Funarte Antonio Grassi e o Diretor do Centro de Artes Cênicas Antonio Gilberto, a ser realizada na nova Representação Funarte em Minas Gerais, situada no Centro Cultural Casa do Conde, R. Januária, nº 130 - Praça da Estação, Belo Horizonte, MG.

Quinta, 04 de agosto de 2005 às 12:42
Relatório da 2ª Reunião da Câmara Setorial de Dança
Acesse ANEXOS EM GERAL para visu-

alizar o Relatório final da 2ª reunião da Câmara Setorial de Dança, que aconteceu nos dias 16 e 17 de julho, e debateu os temas: PRODUÇÃO e CRIAÇÃO E PESQUISA.

Quarta, 20 de julho de 2005 às 11:20
Aconteceu nos dias 16 e 17 de julho, no Rio de Janeiro, a 2ª Reunião da Câmara Setorial de Dança

O objetivo da reunião foi dar continuidade ao processo de pactuação de diretrizes e linhas de ação a partir dos elos da cadeia produtiva tendo como pauta: Produção, Criação e Pesquisa.

Quarta, 20 de julho de 2005 às 11:17
Câmara Setorial de Dança defende ampliação da política de editais do Governo Federal

A Câmara Setorial de Dança, reuni-se neste final de semana, 16 e 17, no Rio, e defendeu uma ampla plataforma para orientar a política de editais do Ministério da Cultura e das demais instituições públicas, inclusive das estatais.

Sexta, 08 de julho de 2005 às 16:58
Aconteceu no dia 5 de julho a 2ª vídeo-conferência da Câmara Setorial de Dança

A segunda vídeo-conferência da Câmara Setorial de Dança aconteceu no dia 05 de julho, tendo a participação de 11 Fóruns, com a finalidade de estruturar a reunião que acontecerá no Rio de Janeiro, nos dias 16 e 17 de julho.

Segunda, 27 de junho de 2005 às 13:23

Funarte elabora proposta de encaminhamento para a próxima reunião da Câmara Setorial de Dança e agenda vídeoconferência como uma etapa preparatória.

Após a entrega do Resumo da Reunião de Implantação da Câmara Setorial de Dança, ocorrida nos dias 28, 29 e 30 de maio, a Coordenação de Dan-

ça da Funarte enviou aos integrantes da Câmara uma Proposta de Encaminhamento para a próxima reunião, que tratará dos temas Criação e Pesquisa e Produção. Programada para ser realizada nos dias 16 e 17 de julho, a reunião será precedida de uma Videoconferência preparatória agendada para o dia 05 de julho, unindo simultaneamente, em cadeia nacional do SERPRO, dez Estados da Federação.

*Quinta, 16 de junho de 2005 às 17:55
Video-Conferência de Dança será dia 5 de julho
A Vídeo-Conferência irá abordar os temas Produção, Criação e Pesquisa.*

*Terça, 07 de junho de 2005 às 10:11
Últimas informações sobre a Câmara Setorial de Dança
Atualize suas informações sobre os andamentos dos trabalhos da Câmara Setorial de Dança, oficialmente instalada no dia 30 de maio.*

*Domingo, 29 de maio de 2005 às 21:55
Câmara Setorial de Dança elenca principais preocupações do setor
Em seu segundo dia de encontro, na sede da Funarte/MINC, no Rio de Janeiro, a Câmara de Dança indica os nós críticos do setor em várias áreas: formação, criação, pesquisa, consumo, formação de público, produção e difusão.*

*Sábado, 28 de maio de 2005 às 23:03
Câmara Setorial de Dança reúne-se pela primeira vez no Rio de Janeiro
Representantes de vários estados e especialistas da área reúnem-se na Funarte no Rio para implantação de sua Câmara Setorial*

*Quinta, 07 de abril de 2005 às 12:05
MinC e Funarte fazem proposta para composição da Câmara Setorial de Dança
"Prezados Profissionais de Dança, ... A*

Câmara Setorial de Dança, num processo em construção contínuo, poderá ser a primeira a ser instalada, demonstrando a ampla articulação que a categoria atingiu neste período. Numa primeira fase, foram realizadas reuniões e/ou comunicações diretas com movimentos, fóruns e entidades em 10 estados e estabeleceu-se o seguinte formato:"

*Quinta, 31 de março de 2005 às 15:33
Em São Paulo, Dança Em Debate discutirá a Câmara Setorial de Dança, toda última terça-feira do mês
O projeto Dança em Debate é uma iniciativa da Coordenadoria Regional São Paulo, junto a Coordenadoria de Dança da FUNARTE, e acontece todas as terças-feiras, no mezanino do Teatro de Arena, das 15h às 17h. O encontro é aberto ao público, gratuito, não sendo necessária a inscrição prévia.*

*Quinta, 31 de março de 2005 às 15:18
Coletivo Aberto de Artistas Independentes, do Rio, indica dois nomes para a Câmara Setorial
O Coletivo Aberto de Artistas Independentes e profissionais associados vem se reunindo desde o segundo semestre de 2004 com o intuito de discutir políticas públicas para a dança e de promover ações em conjunto em prol de uma situação melhor para a dança na nossa cidade, no nosso estado e no nosso país. Em função da futura sub-câmara de dança, este coletivo indicou como representantes do Rio de Janeiro os nomes de THEREZA ROCHA E ÂNGELA FERREIRA*, figuras apartidárias e possuidoras de ilibada atuação na luta por melhores condições para a dança.*

*Segunda, 28 de março de 2005 às 15:04
Centro Cultural José Bonifácio, do Rio, retira indicação
Os artistas de Dança, residentes no*

Centro Cultural José Bonifácio, no Rio de Janeiro, retiram a indicação de Carmen Luz, como representante do Rio na Câmara Setorial de Dança, à espera de um consenso.

Quarta, 23 de março de 2005 às 12:50 Movimento Dança Paraná também indica nomes para a Câmara Setorial "A fim de encaminharmos nossas propostas assim como indicarmos representantes para a Câmara Setorial de Dança, reunimos a classe em vários momentos tanto na capital como no interior (uma reunião) esclarecendo, discutindo e repassando informações para que chegássemos a esse documento. Marcamos para dia 09/03/05 a eleição interna de nossos representantes e assim o fizemos."

Quarta, 23 de março de 2005 às 12:21 Movimento Dança Recife indica nomes para a Câmara Setorial O Movimento Dança Recife, após a realização da vídeo-conferência do dia 21 de fevereiro, e de mais uma reunião com a classe, em consenso, resolve acatar a proposta exposta pelo Ministério da Cultura, para a composição da Câmara Setorial de Dança.

Quarta, 09 de março de 2005 às 17:02 Profissionais de Dança do Recife encaminham documento Os profissionais de Dança de Pernambuco, depois de se reunirem na primeira quinzena de fevereiro, lançaram documento enviado à Funarte e ao Ministério da Cultura

Sábado, 26 de fevereiro de 2005 às 16:27 Grupos de Dança cearenses também lançam documento Os grupos de Dança do Ceará fizeram a Carta de Fortaleza, como forma de contribuir e se posicionar diante da Câmara Setorial de Dança.

Terça, 08 de fevereiro de 2005 às 12:29

Bahia divulga documento de Dança, com propostas para as Câmaras Setoriais A partir do encontro promovido pelo Minc e Funarte, na Escola de Dança da UFBA, em 17 de dezembro último, os profissionais da dança de Salvador encaminharam ao MinC/ Funarte, propostas e indicação dos representantes da Bahia para compor a Câmara Setorial de Dança.

Segunda, 24 de janeiro de 2005 às 19:03

Profissionais de Dança também se reúnem em videoconferência No dia 21 de janeiro, foi a vez da vídeo-conferência de Dança, nas unidades do Serpro, em parceria com a Funarte e o MinC, e com a participação de nove capitais e do Distrito Federal. Ângela Andrade, Gerente de Políticas Culturais do MinC, informou ter passado para início de maio a nova rodada de reuniões nos estados, que deveria ter ocorrido em janeiro, mas que, por motivo no orçamento da União ainda não ter sido assinado, não foi possível dar curso ao cronograma pensado.

Sábado, 22 de janeiro de 2005 às 18:15

Profissionais de Dança de Minas tiram primeiro documento Mobilização Dança MG. No dia 17 de dezembro último aconteceu em Belo Horizonte, na Casa do Conde a segunda reunião sobre um processo em construção proposto pelo Ministério da Cultura, intitulado Câmaras Setoriais de Cultura.

Segunda, 17 de janeiro de 2005 às 15:33

2ª reunião, em Belém, não acontece Por iniciativa do grupo que compareceu à reunião da Região Norte para a discussão da Câmara Setorial de Teatro, em Belém, foi marcada uma reu-

nião extraordinária, com a presença do Gerente de Articulação Nacional, Aloysio Guapindaia, para o dia 4 de janeiro de 2005. A reunião seria de todos os segmentos que comporão as Câmaras Setoriais: Teatro, Literatura, Dança, Circo, Ópera, Música e Artes Visuais. Mas, como ocorreu na reunião de dezembro, a convocação -a cargo dos participantes - não funcionou e o encontro não ocorreu

Domingo, 16 de janeiro de 2005 às 15:53

Profissionais da Dança se reúnem, em São Paulo

Com a presença do MinC e da Funarte, profissionais de Dança de São Paulo, fazem reivindicações.

Domingo, 16 de janeiro de 2005 às 15:50

UFBA abriga profissionais de Dança Coordenados pela Prof^a Dulce Aquino, diretora da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia, Salvador reúne mais de 100 profissionais da Dança, para discutir as Câmaras Setoriais.

Quarta, 22 de dezembro de 2004 às 12:58

Grupos de Dança, de Brasília, entregam documento ao MinC

Os profissionais e Dança de Brasília, reunidos na Funarte, entregaram à Gerente de Políticas Culturais, do MinC, Ângela Andrade, documento tirado em fóruns, com sugestões para a formação das Câmaras Setoriais de Dança.

Sábado, 18 de dezembro de 2004 às 17:36

Carta dos Grupos Independentes de Dança da Bahia

'A dança se sustenta através da qualidade técnica do elenco e amadurecimento de propostas artísticas. O espetáculo representa a visibilidade desse desenvolvimento, um trabalho que

exige disponibilidade, infra-estrutura e administração.'

Sábado, 18 de dezembro de 2004 às 13:02

Grupos independentes de Dança da Bahia entregam documento

Na primeira reunião para as Câmaras Setoriais de Dança, em Salvador, os grupos independentes entregaram carta ao coordenador de Dança, da Funarte, Marcos Moraes, com reivindicações e propostas para as Câmaras Setoriais.

Quarta, 15 de dezembro de 2004 às 19:02

Dança se reúne em Brasília

Os profissionais de Dança da cidade, entregaram aos representantes do MinC a Carta Aberta de Brasília, onde fazem sugestões para a Câmara Setorial de Dança.

INTEGRANTES DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA FORAM RECEBIDOS NO SENADO E NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM BRASÍLIA

No dia 15 de dezembro os integrantes da Câmara Setorial de Dança presentes na 1ª Conferência Nacional de Cultura realizaram uma visita à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal em Brasília.

Na pauta duas questões fundamentais: a solicitação da inclusão da Dança na Subcomissão de Teatro, Cinema e Comunicação Social (uma das subcomissões da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esporte do Senado Federal) e o apoio à emenda orçamentária que destinará recursos para a segunda edição⁵ dos Prêmios Funarte Klauss Vianna de Fomento à Dança e Miriam Muniz de Fomento ao Teatro, de autoria da mesma subcomissão.

A primeira edição destes Prêmios foi anunciada pelo ministro da Cultura Gilberto Gil, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 22/12/2005.

Secretario da Subcomissão de Teatro, Cinema e Comunicação Social do Senado Federal recebe os Integrantes da Câmara Setorial de Dança na Sala de Audiências.

Foram recebidos pelo secretário da Comissão, Julio Linhares, que saudou a iniciativa, reconhecendo o caráter nacional da representação. Apresentou os procedimentos para uma possível inclusão, quais sejam: a realização de uma reunião com o presidente da Subcomissão, senador Sérgio Cabral (RJ) e a posterior convocação para uma Audiência Pública destinada a esclarecer as razões desta solicitação. A senadora Idelli Salvatti (SC), integrante da Comissão, também manifestou o apoio à reivindicação do grupo.

Os integrantes da Câmara Setorial de Dança estiveram ainda com o relator do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (SC). Ele esclareceu que a expectativa de aprovação da emenda era positiva, enquanto que os valores finais dos recursos estavam em negociação, incluindo todas as emendas orçamentárias apresentadas. Os integrantes da Câmara ressaltaram a importância da aprovação de pelo menos os montantes originalmente previstos para os prêmios, que somados chegam a R\$ 30 milhões, sendo R\$ 10 milhões para o Prêmio Klauss Vianna e R\$ 20 milhões para o Prêmio Miriam Muniz.

Finalmente, o grupo se dirigiu à Câmara dos Deputados, onde foi recebido pelo deputado Wasny de Roure (DF), relator setorial da emenda, que ratificou a disposição de atender a solicitação dos dois setores artísticos.

Todos os representantes do Legislativo sublinharam a importância histórica da organização da Dança em caráter nacional, colocando-se à disposição para

um trabalho contínuo no sentido de acompanhar as diversas questões pertinentes à atividade da Dança no país.

Os membros da Câmara Setorial de Dança presentes foram: Waldete Brito (representante do Estado do Pará); Ernesto Gadelha (representante do Estado do Ceará); Marília Rameh (representante do Estado de Pernambuco); Rosa Coimbra (representante do DF); Rui Moreira (representante do Estado de Minas Gerais); Sofia Cavalcante (representante do Estado de São Paulo); Rosane Gonçalves (representante do Estado do Paraná); Marise Siqueira (representante do Estado do Rio Grande do Sul); Jaqueline Castro (representante da área de Produção); Sigrid Nora (representante da área de Consumo/Formação de Público); Lourdes Braga (representante da área de Questões Trabalhistas). Também acompanharam o grupo o Coordenador de Dança da Funarte, Marcos Moraes, o Assessor para a Câmara Setorial de Dança, Leonel Brum, Ana Beatriz Junqueira, da Aprodança de Santa Catarina e Silvestre Ferreira, de Joinville (SC).

MOÇÃO PARA SÃO PAULO

EXMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

A CÂMARA SETORIAL DE DANÇA, órgão consultivo da Funarte/MinC, integrado ao Conselho Nacional de Políticas Culturais, com a função de estabelecer diretrizes para uma política cultural do Estado voltada para o setor, composta por representantes de 10 (dez) Estados e 8 (oito) especialistas, indicados pela sociedade civil, solicita a V.Exa. especial atenção ao Projeto de Lei de Fomento à Dança aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo por unanimidade e sem manifestações contrárias.

O Projeto de Lei de Fomento à Dança prevê uma verba orçamentária de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para 30 (trinta) grupos de Dança Contemporânea que serão escolhidos por uma comissão mista indicada pela classe artística e pela Secretaria de Cultura.

Diante do exposto, recomendamos que o Projeto de Lei de Fomento à Dança seja sancionado na íntegra, sem quaisquer vetos, conforme aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo.

Certos de sua atenção, enviamos nossas cordiais saudações.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2005.

Ângela Maria Gonçalves Ferreira (RJ)
Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva (BA)

Ernesto de Sousa Gadelha Costa (CE)

Jacqueline Alves de Castro (MG)

Lourdes Braga de Souza Carijó (RJ)

Lúcia Helena Alfredi de Matos (BA)

Marília Rameh Reis de Almeida Braga (PE)

Marise Gomes Siqueira (RS)

Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF)

Rui Moreira dos Santos (MG)

Solange de Jesus Borelli dos Santos (Suplente SP)

Waldete Brito Silva de Freitas (PA)

Salvador, 16 de Novembro de 2005

Do: Grupo de Trabalho para a representação da Bahia na Câmara Setorial de Dança

Para: Ilmo. Sr. Antônio Grassi – Presidente da FUNARTE

Ilmo. Sr. Marcos Moraes – Coordenador de Dança da FUNARTE

C/C.: Ilmo. Sr. Sérgio Sá Leitão - Secretaria de Políticas Culturais do MINC

Prezados Senhores:

Desde o mês de Abril deste ano o Grupo de Trabalho do Fórum da Bahia, vem realizando reuniões mensais, na Escola de Dança da UFBA, com o intuito de elaborar propostas e avaliar documentos emitidos pelo MinC no que se refere à futuras políticas públicas para a Dança. Além disso, temos efetivado nossa representação nas reuniões presenciais na FUNARTE através da participação de Lúcia Matos, representante do Estado da Bahia, e de Dulce Aquino, especialista em Formação em Dança, membros da Câmara Setorial de Dança.

Assim, este momento de encerramento das atividades da Câmara Setorial de Dança referente ao ano de 2005, nos propicia a apresentação das seguintes ponderações e solicitações, a saber:

a) Ressaltamos que a mobilização é um elemento importante para uma maior representatividade da classe de Dança do Estado da Bahia, e dos demais Estados de uma forma geral, mas, infelizmente, detectamos que os profissionais estão desmotivados, principalmente, perante a falta de ações efetivas do MINC/ FUNARTE para a área no ano vigente;

b) As poucas ações deflagradas pela FUNARTE durante este ano não apresentam uma sintonia com as propostas que estão sendo elaboradas pela Câmara Setorial, no que tange a um diálogo e consulta prévia aos representantes estaduais e especialistas sobre possíveis ações a serem deflagradas pela FUNARTE/ MINC. A título de exemplos ressaltamos a Chamada para Oficina de Dança, a qual não apresenta critérios pré-estabelecidos para a seleção dos profissionais, bem como a publicação de uma revista, sendo esta considerada gasto desnecessário por se tratar da

publicação dos resultados do Trabalho da Câmara (ainda em processo), que pode ser feita em versão digital e disponibilizada no site do Ministério, o que proporcionará uma abrangência de leitores superior à tiragem prevista para a revista;

c) Até o presente momento não ficou clara a relação entre FUNARTE e Câmara Setorial, no que se refere ao papel desta enquanto um órgão consultivo. Esse aspecto nos traz a seguinte questão: a Câmara deve exercer um papel de Consultora em todas as ações deflagradas pela área de Dança da FUNARTE ou deve se ater apenas em formular propostas políticas para a área que podem ou não ser implementadas?

d) Apoiamos a reivindicação apresentada durante a última videoconferência para que seja aberta a planilha orçamentária da FUNARTE/MINC, com detalhamento das ações que já foram realizadas ou que estão previstas para serem realizadas, com as respectivas dotações orçamentárias. Esse tipo de ação demonstrará uma real busca de transparência e gestão democrática e participativa nas ações governamentais;

e) Solicitamos que seja aberta a minuta do Prêmio Klauss Vianna para que tenhamos prazo hábil para que as contribuições apresentadas pela classe artística de cada Estado sejam debatidas e incorporadas ao edital pela FUNARTE. Isso evitará que passemos novamente pela situação constrangedora de nos sentirmos como voz silenciada, como aconteceu no processo de elaboração do Edital da FUNARTE/Petrobrás;

f) Solicitamos que seja apresentado o plano de ação para 2006 com a explanação das reais metas a serem realizadas.

Enfatizamos a importância dessa ação governamental e nos colocamos à disposição para a continuidade desse trabalho participativo em prol da Dança.

Atenciosamente,

Grupo de Trabalho do Fórum Estadual de Dança da Bahia

Clara Trigo
Cristina Castro
Dulce Aquino
Ellen Melo
Jorge Alencar
Lúcia Matos
Matias Santiago
Mônica Sarlo
Rosana Abubakir David
Thaís Bandeira

ARTICULAÇÃO NACIONAL

Consumo → Formação de
platéia
Desenvolvimento
de público

Para que exista consumo é necessário gerar necessidade (formar plateias – desenvolvimento de público). O que indiscutivelmente depende de um conjunto de ações articuladas (elos da cadeia) e esforços coletivos.

Desenvolvimento de público, de forma simplificada, seria a criação de ações que busquem saber quem é o alvo de um projeto e a partir daí elaborar planos de atividades que estimulem a frequência, atração e o poder de formação de plateia.

NÓS CRÍTICOS

1. Falta de cultura de consumo da dança/ Demanda de arte
2. Falta de transversalidade com outras artes
3. Falta de política de reconhecimento e preservação da dança como patrimônio imaterial
4. Distribuição não igualitária das expressões da dança
5. Insuficiência de políticas para a disseminação de espetáculos de dança no interior do Estado
6. Tributação excessiva.
7. Uso inadequado dos espaços públicos.
8. Falta de respeito ao público
9. Falta de Pesquisa/diagnóstico (avaliação)
10. Insuficiência de mostras de

dança c/ articulação entre o fazer e o pensar

11. Pouca atenção ao segmento de crianças e adolescentes
12. Falta de articulação da dança e dos demais segmentos da cultura
13. Falta de instrumentos de financiamento
14. Falta de comunicação

RESULTADOS ALMEJADOS

1. Há condições de circulação nacional de todas as formas de expressão na dança, sem tributações bis in idem do produto artístico. Há circulação da produção nacional (10 votos)
2. A disponibilidade de recursos para pesquisa e implementação dos resultados gera quantitativo e qualitativo de produtos e consumo (7 votos)
3. O acesso a espaços públicos com destinação a cultura estão democratizados (1 voto)
4. Há condições de circulação nacional de todas as formas de expressão da dança
5. A dança está incluída no currículo do ensino formal, possibilitando o acesso ao fazer e ao fruir
6. Foi ampliado o alcance de informação sobre dança.
7. Existem centros de referência direcionada para a preservação da memória, divulgação de pesquisa e informação na área de dança de cada um dos estados.

EXPERIÊNCIAS:

A dança em Caxias do Sul (gestão pública)
FIERCE (Inglaterra)
Dança Alegre Alegrete (organização da sociedade civil)/Festivais

A dança em Caxias do Sul

“um governo comprometido com a construção da cidadania, não opta entre a cultura ou outra área de atuação por insuficiência de recursos e sim divide o montante tributário de maneira que a cultura seja também garantida como um dos elementos de sobrevivência do ser humano”.

Norteadas pelos 4 eixos programáticos da política cultural da gestão pública (1997-2004)

- . Democratização e Descentralização cultural
- . Financiamento à cultura
- . Preservação da Memória e Patrimônio cultural
- . Compatibilização da infra-estrutura às necessidades das ações

Ao se criar políticas culturais se deve considerar os modos diferentes de vida - (em sintonia com o contexto) planejar e desenvolver de forma continuada:

- . projetos de ação local;
- . projetos de ação em conexão com o nacional e o internacional (ir e vir).

Diretrizes

Ações

1. Implementar programas de valorização e dignificação destinados às crianças, jovens (educação de base) e da terceira idade.

1. Criação e manutenção da EPD (formação)
2. Projeto Cidade Revista (valorização da produção artística local em parceria com o teatro municipal – Cia. e EPD)

2. Desenvolver projetos de parcerias com a comunidade e setor privado (mecanismos de participação popular)

1. Criação de programas conjuntos (produção artística da comunidade/ produção artística pública), em eventos ou datas significativas da cidade. Ex: Festa da Uva, Semana de Caxias, Dia da Criança, Feira do Livro, etc. (apropriação e legitimação dos bens de direito).

2. Programas de parcerias entre Cias. Nacionais de Dança, poder público e comunidade (liberação das taxas de ocupação de espaços e serviços públicos, facilitador de meios de transporte, pessoal e de cenários, estadias, alimentação, etc.) em troca de bilhetes cortesias e redução do valor de ingressos.

3. Criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (representante da dança na Comissão) (contrapartidas)

4. Criação do Fundo Procultura (garantindo 1/7 do orçamento para o segmento da dança) – Edital.

5. Criação do Conselho Municipal de Cultura (garantindo a participação de um representante de dança)

3. Investir na formação e qualificação de profissionais e staff técnico

1. Auxílio passagens e taxas de inscrições em cursos de aprimoramento (em horários de trabalho)

2. Workshops de atualização (p/ os técnicos de iluminação e sonorização)

3. Acompanhamento dos técnicos do teatro na circulação da Cia. Municipal.

4. Integração das ações da área da dança com a educação, turismo, ação social.

1. EDUCAÇÃO - Merenda escolar (EPD) e compromisso da direção de divulgação do projeto nas escolas

2. FAS – Encaminhamento de crianças e adolescentes

3. TURISMO – Espaço para a dança na agenda de eventos

5. Trabalhar políticas culturais de longo prazo

1. Criação e manutenção da CIA. Municipal de Dança de Caxias do Sul.

2. Criação e manutenção da EPD (formação)

3. Ações continuadas

6. Democratizar o acesso (através de ações de popularização e interiorização – qualitativa e quantitativa)

1. Criação de programas de Descentralização.

Projeto Arte Local (estréias e temporadas)

Projeto Em Linha Geral (debates, palestras, estudos de caso)

Projeto Via Cultura (centro e periferia)

2. Disponibilização dos espaços públicos - Salão de Artes CCHOF (disponibilidade de espaço para apresentações, oficinas, etc.).

3. Subsídio ao ingresso (Vida Cultural - patrocínio direto sem incentivo fiscal)

4. Promover a circulação do produto –

Temporada de Arte (produtos realizados através do Fundo Procultura/dança)

Mostra Contemporânea de Dança

Circuito 1,2,3 (Prêmio Petrobrás 2002/2003), Funnarte na Cidade, etc.

5. Assessoria técnica permanente sobre a utilização dos mecanismos públicos de fomento (Lei e Fundo) para os artistas, empresas, proponentes, etc.

7. Criar, adaptar, recuperar e disponibilizar espaços públicos.

1. Restauração da Cantina Antunes e criação do Centro de Cultura Henrique Ordovás Filho: Salão alternativo, sala p/ oficinas, dependências da Cia e dependências da EPD/disponibilizados nos horários ociosos.

2. Qualificação e recuperação do equipamento cênico (Caixa Cênica do Teatro Municipal)

3. Reforma total nas dependências do Teatro Municipal

8. Implantar mecanismos de informação, divulgação e educação do público.

1. Estabelecer e cumprir regras, horários, datas e locais dos acontecimentos.

2. Criação e distribuição de agenda cultural (SMC e do Teatro Municipal), página da SMC no site da prefeitura.

3. Sistemas de parcerias para transmissão (TV Câmara) e cobertura dos acontecimentos (Jornal e rádios locais, TV Universidade divulgação / promoção – parcerias e apoios) + Departamento de assessoria de comunicação, Alô Caxias.

4. Criação, produção e distribuição de materiais promocionais.

5. "Dança nas Escolas" – Apresentações da Cia e a EPD nas escolas de ensino sistematizado e divulgação do projeto.

9. Fomentar ações para formação de mão-de-obra para o setor

10. Criar possibilidades de trabalho em rede

1. Parceria e diálogo entre governos municipais (Araraquara, Recife, Votorantim, etc.)

11. Integrar a produção de espetáculos de dança às agendas culturais regionais, nacionais e internacionais.

1. Caxias ENcena, Porto Alegre ENcena, Conesul Dança, Conexão Sul Dança, Mostra de Florianópolis, FID, Panorama, SESC, etc.

12. Estímulo à pesquisa

1. Organização, produção e publicação do volume 1 da Série HUMUS.

2. Fundo Procultura

13. Diagnóstico e avaliação permanente

1. Reunião mensal dos setores da SMC para planejamento conforme objetivos da SMC e apresentação de atividades programadas,
2. Relatórios de atividades e estatísticas de desempenho dos setores da SMC (disponível a comunidade),
3. Avaliação anual dos resultados obtidos e planejamento anual subsequente.

Um país portador de uma cultura complexa como o Brasil não pode rebaixar-se à condição de mero consumidor de expressões culturais impostas pelas grandes cadeias de entretenimento.

Planejamento requer pesquisa; mapeamento; diagnósticos, avaliação e monitoramento continuados; quadros públicos e não-públicos qualificados e o desenho de programas estratégicos de longo prazo.

FIERCE

Essa experiência trata de desenvolvimento de público.

Diretor: Mark Ball

Acontece na cidade de Birmingham
Contextualização: É a segunda maior cidade da Inglaterra cidade com pouco mais de 1 milhão de habitantes. A maior audiência do público está relacionada aos filmes indianos de Hollywood fora da Índia. Expressiva parcela de população se compõe de jovens. Até meados da década de 1990, no entanto, tinha nas salas de concertos e ópera tradicional sua grande fonte de expressão cultural. Como fazer esse público assistir a performances contemporâneas e um tanto incomuns? A resposta do inglês está num dos primeiros mandamentos do Desenvolvimento de público: nunca subestime seu público, ele é muito mais sofisticado e muito mais aberto a novas experiências do que se pensa.

Outro mandamento para quem quer pensar estrategicamente [e também é uma lei para o marketing]: conheça seu público. Saber o que o público pensa, sente e saber o que ele espera de você como programador cultural são fatores essenciais para planejar uma ação cultural. No Fierce, isso é feito por pesquisadores independentes, que procuram saber o que o público não quer e do que ele precisa. E, ao longo desses anos, o Fierce Festival constatou que as pessoas NÃO querem interferir na qualidade ou no conteúdo artístico do programa. Elas querem mudanças nos horários, locais, preços e na comunicação dos eventos. E no caso do Fierce essas mudanças são feitas. Manter essas pesquisas para se sentir na pele da platéia também virou regra para a equipe do Festival.

A comunicação é de certa forma outro mandamento para quem quer se voltar para a platéia: comunique-se com clareza, objetividade e sedução. Comunicadores e produtores culturais sabem que textos pedantes ou extremamente subjetivos podem afastar as pessoas. Então, ao fazer uma sinopse de um espetáculo, por exemplo, é importante dizer o que pode ser visto ou que sensações são exploradas. Ball mostra que o público jovem gosta de ver fotos dos frequentadores do evento e que a atividade cultural transforma-se num happening social. E isso precisa ser levado em consideração na hora de criar estratégias de comunicação.

Na conferência no Rio de Janeiro, foi questionado se não seria obrigação do governo brasileiro pensar no Desenvolvimento de público. A resposta quase uníssona de Mark Ball e da palestrante Jane Greenfield foi: não dependa do governo para pensar no seu público. Provavelmente elaborar esse plano

seja papel do produtor ou programador cultural.

O Fierce acontece através de:

- um festival durante o mês de maio com um programa de arte ao vivo, dança contemporânea, instalações e teatro experimental em locais específicos em Birmingham e nas cidades vizinhas e tem compromisso com o lançamento e apresentação de um programa internacional de trabalhos baseados no corpo que corram riscos, que sejam transgressores ou produções para locais específicos.

- um programa durante todo o ano que inclui:

Desenvolvimento profissional para artistas jovens emergentes;

Turnê nacional de teatro comissionado ou produção de arte ao vivo;

Programa de arte ao vivo e performance apresentado em escolas por toda Birmingham.

Durante os últimos sete anos – quando o público do festival subiu de 2 mil para 60 mil Fierce! Alterou radicalmente o formato e marketing do festival como resposta aos resultados das pesquisas efetuadas.

Fierce! Reafirma que pouquíssimos apresentadores e programadores prestam atenção suficiente às necessidades de seus públicos. Eles não se esforçam muito para entender suas motivações e não reconhecem como o público é culturalmente sofisticado. A chave do sucesso de Fierce em desenvolver novos públicos para seu festival é o compromisso com a pesquisa. Desde 2000 vem anualmente contratando pesquisas (diagnóstico e avaliação) independentes. Essas pesquisas almejam obter informações sobre as crenças e atitudes de seu público, assim como aferir detalhes de comportamento de seu consumidor em geral. Também abriu um número de fóruns para estabelecer um diálogo regular e

constante com seus públicos. Começamos a pensar como eles, realmente nos sentir na pele deles.

Foi com esse direcionamento que os artistas – começaram a se apresentar em salões de beleza, casas noturnas, ruas, prédios e até mesmo pelos céus de Birmingham [com uma performance sonora em balões]. Aliadas às apresentações inusitadas, acontecem iniciativas de educação. O Fierce Festival hoje trabalha em cinco escolas e atua no desenvolvimento profissional com jovens e emergentes artistas.

Produzo Fierce! (o produtor precisa acreditar no produto) Porque acredito firmemente nas obras dos artistas que lanço e apresento – sei que eles têm algo importante e vital a nos dizer e mostrar, e que a obra só ganha vida diante de um público.

Dança Alegre Alegrete

Foram feitos depoimentos e explanação sobre essa experiência por Dino Carrera e Dulce Aquino.

Documento apresentado pela autora Sigrid Nora na reunião de 11/9/2005 da Câmara Setorial de Dança

ALGUMAS REFLEXÕES À GUIA DE PENSAR A FORMAÇÃO EM DANÇA Dulce Aquino

Texto apresentado pela autora na reunião de 11/9/2005 da Câmara Setorial de Dança

Convite a lembrar do Brasil como país continental. Qualquer generalização é sempre grosseira e inócua.

Contextualização

A formação do profissional de dança, no Brasil, é feita de forma assistemática

e predominantemente no âmbito do ensino não formal.

Os dançarinos das novas gerações vêm sendo formados através de cursos esporádicos, oficinas eventuais em festivais, experiências em grupos parafolclóricos etc... Atualmente, os dançarinos que atuam no mercado raramente têm a formação como tiveram aqueles da primeira metade do séc XX. As academias de dança e ballet, com várias técnicas corporais tais como jazz, sapateado, dança de caráter e outras, os festivais de dança que surgiram no final dos anos setenta e os vários programas comunitários de inclusão sociais dos anos 90 substituíram as academias de ballet com professores oriundos dos teatros municipais de São Paulo e Rio de Janeiro e das inúmeras academias com método da Royal que proliferaram, no país, nos anos sessenta.

Ainda que a formação do dançarino, no Brasil, em sua grande maioria seja pela via do ensino não formal é indiscutível a boa qualidade destes profissionais. Assim, existem, sem dúvidas, Centros de Excelência em Dança mesmo que o conhecimento de dança nestes ambientes não tenham o rigor da sistematização.

Dos Cursos Técnicos

As escolas de dança que oferecem cursos técnicos pouco contribuem quantitativamente face ao reduzido número. Contudo, a maioria destas escolas tem grande valor pelo trabalho qualitativo e importância regional, é o caso da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia e da Escola de Dança da Universidade Federal do Pará que hoje conta com um quadro docente altamente qualificado e outras. Deve-se ressaltar, entre

elas, a Escola Angel Vianna que tem sido uma referência nacional principalmente com o curso de Recuperação Motora, ali oferecido.

Dos cursos universitários

O ensino de graduação em dança na universidade brasileira é relativamente recente, com exceção da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia - UFBA que estará completando 50 anos em 2006. Atualmente, são oferecidos em torno de apenas 15 cursos superiores de dança em todo o país.

Dos Programas de Pós-graduação

Quanto ao ensino de pós-graduação o primeiro programa stricto sensu com curso de Mestrado em Dança será implantado somente em 2006, na UFBA. Portanto, é muito frágil o entendimento da dança, em seus aspectos epistemológicos, enquanto área do conhecimento. Não obstante, nos últimos anos, tem aumentado de forma significativa o número de pesquisadores, interessados na dança como objeto de investigação, junto a programas de pós-graduação de outras áreas, tais como: Comunicação, Educação, Psicologia etc.

Ensino Formal

As mazelas do ensino da dança se encontram, sobremaneira, no ensino formal. Não nos deteremos em apontar a importância da dança no desenvolvimento da criança e do adolescente. Temos isso como pressuposto.

A não aplicação da Lei de Diretrizes e Base quanto à implantação do ensino das artes no 1º grau e, por conseguinte, a ausência da dança como disciplina ou atividade curricular nas Escolas de Ensino Fundamental é uma das

grandes falhas do sistema de ensino nacional. É neste vácuo que, há muitos anos, vem sendo cultivada a idéia de que os profissionais da Educação Física é que devem atuar nesta esfera como "cultura corporal".

Conclusão em forma de perguntas (ou, talvez, perguntas que afligem)

Como criar um amplo programa de cursos, publicações, oficinas etc. para atualização e informação dos atuais professores de dança da rede de ensino não formal?

Como criar um programa de estímulo à criação, nos diversos Estados, de Escolas Técnicas?

Como despertar o apetite político das Universidades Públicas para implantação de Cursos Superiores de Dança?

Como compensar os poucos cursos de licenciatura existentes e em curto prazo formar docentes em dança?

Como o MinC pode apoiar as atividades de extensão enquanto produção artística dos cursos superiores de dança existentes?

Como criar um programa de bolsas para inclusão de alunos carentes (dentro das ações afirmativas) em curso superiores de dança em universidades públicas ou privadas?

*C O N A T E D
COLEGIO NACIONAL DOS SINDICATOS DE ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES
Rua da Bahia, 1.148/1.910 – 30160-906
– BH/ MG
Tel - (31) 3224.4743 31 97886378
conated@hotmail.com*

As Entidades participantes do Colégio Nacional de Sindicatos de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões – CONATED, reunidas na cidade de São Paulo, nos dias 04 e 05 de setembro de 2005, no mister de defender os interesses das categorias por eles representadas, e no uso de suas atribuições, vêm através deste documento emitir o parecer pertinente a minuta proposta especificamente como "Lei da Dança", apresentada no último dia 25 de agosto do corrente, pelo movimento organizado da categoria em questão.

A regulamentação da profissão de artistas e técnicos conta com 27 anos de existência e só foi possível através da mobilização conjunta de todos os segmentos artísticos que, em plena ditadura conseguiram a proeza de ver seus esforços contemplados com o reconhecimento dos seus direitos e deveres como trabalhadores das artes cênicas e audiovisual.

Surgiram os Sindicatos e com eles a defesa sistematizada da profissão. Desde então grandes esforços têm sido empenhados pela conscientização da categoria na geração de conhecimento do exercício da profissão, na exigência da elucidação das relações de trabalho artístico e em cumprir e fazer cumprir as legislações existentes.

Sendo assim, causa-nos absoluta perplexidade a tentativa de ocasionar uma divisão entre categorias afins, excluindo-se a dança inadvertidamente do campo das artes cênicas, incorrendo nos mesmos excessos, tão combatidos, do CONFEF e seus CREF's.

Tais abusos e excessos, já impedidos através de liminares e sentenças, fundamentadas na Lei 6533/78 e imputadas pelos sindicatos da categoria.

Além do mais, cabe-nos lembrar que se encontra em poder da comissão de trabalho da Câmara Federal, o PL 7073, do Deputado Luís Antonio Fleury Filho, também sugerido e requerido pelas entidades de classe que, retira do CONFEF a pretensão de fiscalizar a atividade profissional da dança.

Acreditamos ser nosso dever contribuir, baseados nos valores coletivos que devem nortear as causas comuns a toda à categoria que, a minuta de Lei proposta pelo Fórum Nacional de Dança, deve ser rebatida por inteiro e principalmente em alguns artigos equivocados, mediante as seguintes argumentações, a saber:

a) O movimento nacional de dança sempre alegou ser a Lei 6533/78 retrograda, não atendendo às especificidades da categoria. No entanto, apresentam um projeto de Lei, cópia fiel da lei supra mencionada, sendo que difere unicamente na inclusão equivocada de alguns profissionais, a exemplo: do crítico de dança (profissional da escrita -CBO 2002).

b) A carga horária é mantida em 6 horas diárias, o que é correto, como já estabelece a 6533/78, mas logo se contradiz afirmando que em períodos de ensaios, poderá o profissional da dança trabalhar 8 horas diárias em dois turnos de quatro, com intervalo de 2 horas. O que subentende uma disponibilidade de 10 horas corridas, para um profissional cujo instrumento de trabalho é seu corpo.

Isso é um absurdo, uma vez que o texto extraído da Lei do Artista e Técnico se refere exclusivamente a elenco teatral e circense (vide art 21, inciso 3 e 4 , § 2o , 3o e 5o , da Lei do Artista) e não dança.

O que fica implícito na lei é que poderá ser solicitado ao trabalhador, em caráter de necessidade de montagem, no máximo duas horas extras remuneradas. Além do mais um intervalo de duas horas é prejudicial ao aquecimento físico do bailarino. Portanto os parágrafos § 2; 3; e 5 são conflitantes com o artigo 18 e a natureza do desempenho profissional dos bailarinos.

c) Já o artigo 25 da minuta proposta, integralmente extraído da 6533/78 (art. 29), sem o entendimento correto, uma vez que o mesmo é previsto para famílias de artistas itinerantes que, por força do ofício não possuem residência fixa como é a realidade do teatro de pavilhão, e as Cias circenses, onde as crianças além de trabalharem como artistas lhe são assegurados o direito de estudar nas escolas públicas locais sem o prejuízo de transferência. O que não ocorre com bailarinos, cujas famílias não viajam e nem participam das coreografias como artistas.

Na realidade, e em sendo a minuta quase uma cópia da Lei 6533/78, e admitindo-se que as "ingerências" citadas naquela correspondência carecem de amparo legal, bastaria apenas aos profissionais de dança a utilização da mesma lei 6533/78 para a defesa dos "legítimos interesses da dança e da cultura do país". Ocorrendo, ao nosso ver, com tal proposta, apenas uma arbitrariedade e desrespeito ao seu texto.

Nesta oportunidade como legítimos representantes dos trabalhadores das artes cênicas, queremos enfatizar que como participantes do "estado de direito" somos todos afetos às nossas instituições, o que nos garante e preserva nossos deveres e direitos de cidadãos.

A Lei 6533/78 é o resultado de uma união que sempre será a causa e o

efeito , o principio e o fim, e a única motivação de uma classe trabalhadora que precisa conservar sua clareza de objetos , dignidade de princípios e sentido ético no exercício de suas funções.

Estaremos sempre abertos às mudanças, às reformas que sempre se fazem necessárias, pela inexorabilidade do progresso e da evolução natural , mas sempre respeitando a nossa história e as nossos direitos tão duramente conquistados em mais de 50 anos de luta.

São Paulo, 5 de setembro de 2005.

SATED/RJ, SATED/SP, SATED/PR,
SATED/MG, SATED/AL, SATED/SE,
SATED/PE, SATED/CE, SATED/BA,
SATED/ES, SATED/RS, SATED/SC,
SATED/MT, SATED/PI, SATED/MA,
SATED/RN, SATED/AP, SATED/RO,
SPD/RJ, SINDDANÇA/SP.

Magdalena Rodrigues
Presidente - CONATED

DOCUMENTO MOVIMENTO DANÇA / ESPÍRITO SANTO

Apresentado pelo representante José Elídio Pereira Netto na videoconferência de 25/8/2005

A PRODANÇAS – É uma Associação das Cias Profissionais do Estado do Espírito Santo, fundada em 1999. Tendo como objetivo fomentar a dança, traçar políticas Culturais , entre outros.

Desde sua existência a Prodanças vem promovendo no estado Do Espírito Santo: Festival Vitoria Brasil. Fórum Vitoria Dança Para o Mundo. Este ano conquistamos um pequeno avanço, participação no orçamento popular da Cidade para construção de um Centro Coreográfico, e realização de Um Circuito Cultural pelos bairros da Grande Vitoria .

Hoje em nossa capital Vitoria estamos passando por um grave problema em nível de formação, temos apenas uma Escola de Teatro e Dança na cidade a "FAFI", na qual tem passado por um série de problemas de estrutura, também temos um projeto junto a Câmara dos Deputados solicitando a criação da Escola Estadual de Artes Cênicas, mas parece que o processo esta sendo avaliado pela Secretaria de Educação.

Sobre as Câmaras Setoriais de Dança, ficamos felizes por ter conseguido estar participando, pois para nós aqui do fundinho do Sudeste é muito difícil competir com os grandes centros como Rio e São Paulo, gostaríamos muito de podermos está recebendo em nosso estado uma sala para vídeo

conferência, para que possamos estar em contato com esses vários pensadores.

Jose Elidio Pereira Netto
Mitzi Marzzuti
Gilberto Mendes Coelho
Maria Lucia Calmom
Bianca Cortelete
Karla Ferreira
Magno Godoy
Paulo Fernandes

A DANÇA NO CONTEXTO CULTURAL DE SANTA CATARINA

Documento apresentado na videoconferência de 5/7/2005, pela representante da Aprodança, Marta César.

A Aprodança - Associação de Profissionais de Dança de Santa Catarina, realizou dois Seminários em formato de mesa redonda intitulados "A dança no contexto cultural catarinense", em Florianópolis - 2003. Reuniu-se neste evento profissionais do Estado em torno dos temas "Conversa com grupos de dança e intérpretes-criadores" e "Conversa com representantes de Academias, Escolas e Instituições". E por fim, aconteceu um debate enfocando as novas perspectivas de atuação da Aprodança.

Considerando as diferenças de realidades nas diversas micro-regiões do Estado as conversas sobre as temáticas propostas abordaram a profissionalização; a descontinuidade das ações; a criação, produção e circulação de trabalhos de dança e a utilização de mecanismos de fomento público. O debate em torno da problemática da dança vem se mantendo constante desde então, configurando até uma maior articulação de alguns setores da comunidade da dança no estado, principalmente na capital.

Profissionalização

A começar pela temática da profissionalização, o que se conclui é a incerteza, a exemplo do Grupo Cena 11 de dança contemporânea, reconhecido e aclamado tanto no Brasil quanto fora, que desenvolveu, por si só, estratégias de sobrevivência. Neste processo, em dado momento, o grupo teve de priorizar as atividades necessárias à continuidade do seu trabalho ao invés de conciliar atividades paralelas, como o faz a maioria dos grupos. Desta forma, é hoje o único grupo catarinense que mantém uma atividade profissional, que se mantém através de projetos, de manutenção, produção e circulação patrocinados por empresas a partir de leis de incentivo à cultura.

Como vemos, a política cultural pública tem um papel fundamental para a sustentabilidade das companhias que estão no caminho para a profissionalização. As dificuldades de projeção e manutenção dos grupos a um nível profissional, quase que impossibilita a sua sobrevivência e como consequência a sua profissionalização. Desta maneira, também os inviabiliza como referência para estudantes de dança, comprometendo o presente e o futuro da dança.

Os grupos já existentes e outros recém formados é que podem oferecer atualmente oportunidades de trabalho. Não há uma política estadual que crie novas companhias nem tampouco que apoie de fato as atuantes. É preciso haver uma perspectiva profissional para que as pessoas invistam na sua formação e o poder público não pode se ausentar neste processo. Além disso, pensando na perspectiva profissional, é fundamental haver opções estéticas de linguagem. Desta maneira, propiciar a diversidade, além do apro-

fundamento técnico, oportunizando a profissionalização e construção do pensamento em dança no estado de Santa Catarina.

Muitas vezes a atividade como professor, é a sobrevivência possível para um bailarino. O que tampouco quer dizer que esteja apto a lecionar, o que tanto interfere nas condições de pesquisa e criação, além de comprometer a qualidade do ensino da dança. Desta forma, se as associações de classe e as instituições públicas locais conhecessem melhor a realidade a que os grupos de dança se submetem, proporem projetos de continuidade diretamente conectados com as suas necessidades.

Política cultural

A discussão em torno dos festivais também se faz presente. Santa Catarina se destaca através de mostras e festivais de pequeno e médio porte, alguns já reconhecidos nacionalmente. Sendo assim, configura um tipo de formação e produção de coreografias e que se pensados com maior cuidado podem ser otimizados. Os espaços que os festivais propiciam são voltados para escolas e academias, pois na sua maioria são festivais de escola e o lugar para os grupos profissionais é outro. Neste sentido, os grupos se beneficiam por um certo período dos festivais com coreografias curtas, porém, não se constituem como ponte que garanta a profissionalização e formação continuada para projetos coreográficos de maior fôlego e que os insira no mercado e em outros circuitos de produção.

O grande desafio, no momento, é desenvolver uma política cultural que possibilite aos grupos a profissionalização e a estabilidade. Assim para grupos ou intérpretes criadores, num contexto pro-

fissional, a justa relação entre criação, produção e circulação dos espetáculos garante continuidade para pesquisa de linguagem e tempo de amadurecimento para os profissionais envolvidos. Neste ambiente se abre um leque de possibilidades de trabalho para as mais diversas áreas, como; coreografia, interpretação, cenografia, figurinos, iluminação, trilha sonora, produção, crítica, design gráfico, curadoria entre outras.

Formação

Sem excluir outras escolas formadoras, a visão de que a dança é uma área de conhecimento faz da Universidade um local privilegiado para a formação e informação, construindo parâmetros e referências em sintonia com outros campos do conhecimento. Ainda que os alunos cheguem à universidade com uma formação advinda de diferentes escolas, o ambiente universitário oportuniza um aprofundamento ímpar, com recursos materiais e humanos em nível instrumental, conceitual e técnico para a pesquisa e reflexão do artista e do educador. Portanto, há no momento a necessidade de criação de um curso de graduação em dança, com uma estrutura curricular que contemple a formação de um profissional da dança em condições de se adaptar a uma realidade de competências profissionais, que abrange desde a questão da criação artística, produção, ensino, pesquisa acadêmica, entre outras.

Além da universidade existe espaço para o ensino da dança em escolas e academias, a exemplo da Escola Bolshoi em Joinville, que tem como especialidade o ensino do Ballet visando a profissionalização. Desta forma, em se tratando de dança contemporânea, não existem escolas com estrutura pedagógica voltada para a formação

diferenciada que o dançarino contemporâneo necessita. Existe no Estado profissionais da área de ensino da dança capacitados, mas estes se encontram de certa forma isolados, em iniciativas e ações que não se complementam entre si.

Associação

Debates constantes entre a comunidade da dança concluem que a importância da existência de uma associação de classe está na mesma medida da dificuldade desta se manter. A relevância da articulação de classe se dá a partir de objetivos comuns, na criação de iniciativas e ações que projetem o desenvolvimento da dança no estado. As questões mais levantadas são referentes às leis de incentivo, à política cultural, a formação em dança e a regulamentação da profissão. Com mais de 15 anos, a Aprodança é obstinadamente conduzida por profissionais que reconhecem o seu valor e seu papel no contexto cultural do Estado. O fortalecimento da associação nas regiões de Santa Catarina dará a Aprodança um papel aglutinador crucial para o processo de maior representatividade. O que ficou claro é que quem deve discutir as questões da área são os profissionais da dança, vivendo seu processo evolutivo.

As ações conjuntas da classe artística têm um papel fundamental neste momento em que as políticas públicas estaduais e nacionais de apoio à cultura estão sendo redirecionadas. As associações que tem representatividade nos Conselhos de Cultura, a exemplo da Aprodança, estão sendo solicitadas a manifestar-se apontando novas perspectivas e diretrizes para o cenário cultural que se configura.

A Dança como forma artística é extremamente dinâmica e está em constante evolução. O mercado de trabalho para o profissional deve ser avaliado, não somente pelo fator da produção artística, ou níveis de formação, mas também pela complexidade de nosso mercado nas suas diferentes camadas. As constantes transformações em termos de linguagens artísticas, política cultural e pesquisa na área de dança refletem no panorama mudanças que ocorrem no Brasil e no mundo. É neste sentido que deveríamos pensar como estratégias ações que estejam conectadas com estas transformações. Sendo assim, o momento pede por uma articulação de ideias que visem proporcionar de forma abrangente projetos que venham a se realizar. As ações que se projetam para o futuro tecem uma rede que se move como um todo, ações que se complementam e vem de encontro com necessidades prementes, diagnosticadas, e pontualmente trabalhadas. Desta maneira, a saída é construir um ambiente fervilhante e que abra espaço e mercado de trabalho para, nesta complexidade, os profissionais do presente e do futuro.

4. Relatório 2006

RELATÓRIOS DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA ANO 2006 SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

Câmara Setorial de Dança
Leonel Brum – assessor em 2005 e mediador em
2006

Sumário

1. Introdução
2. Financiamento Cultural
 - 2.1. Fomento
 - 2.2. Circulação
3. Dimensão Econômica da Cultura
 - 3.1. Tributação e Legislação
4. Gestão Pública da Cultura
5. Dimensão simbólica da cultura
 - 5.1. Registro e Memória
 - 5.2. Difusão e Formação de Público
6. Cultura e Educação
7. Diretrizes e Metas

1. Introdução

O trabalho realizado em 2005 pela Câmara Setorial de Dança constituiu um amplo leque de diagnósticos, problemáticas e caminhos para o desenvolvimento da dança em geral e, especificamente, da política cultural voltada à área. Esse trabalho, documentado e arquivado, serve como fonte de análise e elaboração de ações voltadas a quase todas as prioridades relativas ao desenvolvimento de uma política pública para a dança.

Um estudo mais aprofundado necessitará, no entanto, de um investimento direcionado, com profissionais especialistas desenvolvendo pesquisas que forneçam dados mais precisos sobre a área. Por exemplo, faltam dados quanto ao número de grupos e companhias e o tipo de dança que realizam; dados sobre a quantidade de academias, escolas e cursos superiores de dança; sobre a quantidade de público e o número de estreias; sobre o número de sessões por espetáculo estreado; a quantidade de empregos gerados; o número de técnicos envolvidos; a disponibilidade de pautas em teatros para apresentações de dança; o espaço na mídia (sobretudo a eletrônica); a existência de resenhas e críticas; os recursos públicos e privados destinados à dança; etc.

As questões abaixo apresentadas de forma sintética constituem os principais desafios de uma verdadeira política de estado para a dança. Resta afirmar que a produção brasileira de dança vem ganhando novos espaços de mercado, tanto nacional quanto internacionalmente; a reflexão e criação em dança têm tocado nas questões mais caras à contemporaneidade; se há crise nos modos de produção e di-

usão, tal problema não atinge o nível e qualidade artísticos, em crescimento e expansão. Talvez se deva isso ao crescimento político do setor, assim como o enorme prestígio que a dança brasileira tem desfrutado no exterior nos últimos anos.

2. Financiamento cultural

Os problemas em relação ao financiamento das atividades na área são evidentes e controversos. Por um lado, grande parte da produção de dança é realizada através de processo investigativo, pesquisa de linguagem e experimentação. Evidentemente tal característica não atrai por si mesma o investidor interessado em retorno de imagem em nível massificado, não permitindo que a mesma seja beneficiada pelas leis de incentivo existentes tanto no plano federal como em diversos estados e municípios.

No entanto, as poucas companhias que conseguiram estabelecer um mercado, tomando-se conhecidas e conquistando espaços de difusão em diversos veículos midiáticos (muitas delas graças a períodos breves de alguma política de subvenção e estímulo local), conseguem eventualmente, através das leis de incentivo, algum tipo de financiamento. As leis também beneficiam alguns festivais e eventos. Assim, tem crescido a captação de patrocínios para projetos voltados à área de dança, mas essa realidade ainda é concentrada em poucos projetos e não abarca a necessidade da grande maioria dos profissionais.

Para o desenvolvimento do setor da dança seria fundamental o incremento de recursos diretos, já que o próprio caráter de arte baseada em pesquisa de linguagem determina a necessida-

de desses aportes públicos; o funcionamento e o financiamento baseado apenas, ou majoritariamente, na existência ou mesmo na ampliação de um mercado não é adequado nem realista, embora ações que visem à ampliação do mercado e à busca de auto-sustentabilidade da área sejam igualmente necessárias.

2.1. Fomento

No momento, um dos programas mais necessários é o de "Fomento", focalizando especialmente a manutenção de grupos e companhias ditos independentes. O uso do termo aqui se refere aos profissionais, grupos e companhias que não possuem patrocínio fixo ou não se constituem em grandes, escolas, comércio e atividades auto-remuneradas, embora a esmagadora maioria deles possua formação docente e muitas vezes terapêutica, em geral sobrevivendo dessas atividades mais do que da criação artística.

Em alguns casos a necessidade será do fomento à montagem de um espetáculo; em outros, a realização de pesquisa de linguagem - inicialmente desvinculada da realização de um espetáculo, embora sempre, em algum momento, esses caminhos possam convergir. Em outros, a realização de uma pesquisa teórica, levantando, por exemplo, a trajetória de grandes nomes da dança; ou realizando um projeto de memória da dança em determinada comunidade; ou pesquisando uma escola de dança que deixou marcas estéticas na produção de uma época, etc. Finalmente, em outros ainda, a elaboração de projetos de oficinas, seminários, debates e atividades complementares que permitam desenvolver ações diferenciadas como formar novos públicos, compartilhar processos criativos, etc.

O conceito principal presente no "Fomento" é a ideia de que o que deve ser apoiado é a realização das atividades e não os produtos, já que esses serão consequência do próprio processo. Essa ideia não impede que se estabeleçam mecanismos de contrapartida (do uso dos recursos públicos) bem como de avaliação de resultados. Nem que se discutam questões diretamente relacionadas a um mercado que, embora comprimido, tem potencial de crescimento.

Um modelo interessante a ser discutido é o projeto do Fundo Estadual de Cultura de São Paulo, proposto e elaborado pelos artistas junto ao poder legislativo, mas não implantado. Nele se estabelecem fontes de geração de recursos, cotas por segmentos artísticos, critérios de regionalização dos recursos e mecanismos participativos na gestão do fundo.

Outra meta, diretamente relacionada ao SNC, seria a continuidade de editais de manutenção de grupos e companhias em todos os estados da Federação e pelo menos nas principais cidades.

2.2. Circulação

A produção em dança, resultado do difícil processo descrito acima, também encontra dificuldades para circular, tanto local e regionalmente, quanto nacional e internacionalmente. A continuidade e a ampliação dos recursos da Caravana Funarte de Circulação de Dança poderia ser garantida, já que esse programa atende à categoria em forma de um prêmio financeiro dirigido a grupos, companhias e artistas independentes. Com ele esses profissionais podem levar seus espetáculos às novas praças e novos públicos, fomentando o intercâmbio e a troca de

experiências e conhecimento. O programa estimula também a realização de oficinas e workshops, no sentido de socializar procedimentos, técnicas e outros aspectos da formação e criação em dança.

Outras formas de circulação, por exemplo, realizadas em festivais nacionais, receberam algum estímulo (através do apoio aos festivais e encontros), mas um programa dotado de mais recursos seria necessário para que a circulação nacional de espetáculos, profissionais, oficinas, teóricos, pesquisadores, curadores, etc, se desse de maneira continuada. Há iniciativas em curso no sentido de organizar calendários e procedimentos de alguns festivais de perfis semelhantes (caráter público, acesso popular, apoio à criação, formação e reflexão sobre os processos, estímulo a novos criadores, realização de residências artísticas, intercâmbio internacional ampliado, entre outros). Uma reivindicação da Câmara seria a ampliação e continuidade no Programa de Apoio a Festivais, Encontros, Fóruns e Seminários, com a disponibilização de passagens, por editais e processos menos burocráticos que os atuais.

No campo do intercâmbio internacional, falta ainda, segundo a Câmara Setorial de Dança, uma ação coordenada entre MinC e Ministério das Relações Exteriores, no sentido de facilitar a participação de numerosos grupos, companhias nacionais e outros profissionais da área (como palestrantes, teóricos, pesquisadores, curadores, etc) em festivais e eventos no exterior, já que efetivamente existe uma demanda cada vez maior de espetáculos brasileiros que são apresentados em outros países.

É fundamental estabelecer iniciativas transnacionais, com programas dotados de fundos próprios, que estimulem a realização de festivais, projetos de intercâmbio e colaboração, como, por exemplo, o Programa IBERCENA (em fase de estudo), o Mercosul Cultural e outros semelhantes. Esse tema também estaria diretamente ligado à Economia da Cultura, ao localizar e dedicar esforços ao grande potencial econômico da produção brasileira de dança.

O restabelecimento de bolsas de estudo e especialização no exterior (como a extinta Bolsa Virtuose, por exemplo) também é urgente e já vem recebendo atenção do MEC, sendo necessária a articulação entre os dois ministérios.

Uma outra ação imediata e necessária seria a ampliação e desburocratização do edital de passagens para grupos e companhias que vão representar o Brasil no exterior.

3. Dimensão Econômica da Cultura

3.1. Tributação e Legislação

Conforme tem sido encaminhado pelo MinC junto ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Fazenda, o tipo de tributação existente hoje na área artística é inadequado e perverso, forçando a maioria dos profissionais a manter-se na informalidade. Como exemplo, a taxa aplicada sobre prêmios, decorrente de sua caracterização como serviço, deveria ser repensada dentro do Sistema Tributário Nacional. Nas condições atuais, os recursos de um prêmio com origem pública destinado ao fomento do processo de criação, montagem, elaboração, etc, é tributado ao ser concedido.

Contudo, o que está sendo incentivado através do prêmio se transformará em serviço novamente tributado. Nesse caso também é preciso levar-se em conta que a área cultural tem algumas características únicas, que a diferenciam de outras atividades econômicas. Por exemplo, frequentemente a produção é sazonal, o que não permite a manutenção de uma empresa e todos os encargos que esta apresenta pelo período completo do ano fiscal.

A Lei Geral da Microempresa, cujo projeto foi recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, prevê a inclusão das produtoras e da indústria cinematográfica no Sistema "Simples" de Tributação, benefício evidente que não é extensivo às demais áreas do campo das artes. Na verdade, há diversos problemas de tributação que impedem a formalização e também a proteção aos profissionais da dança. Também se discutiram na Câmara Setorial de Dança atualizações na área trabalhista que necessitam de avanços. Uma questão central é a necessidade de alterações no Quadro Anexo da Lei 6.533/78 ou a criação de uma Lei Específica para a Dança.

Na última reunião dos GTEs da Câmara Setorial de Dança, ocorrida em outubro, no Rio de Janeiro, os participantes concluíram que seria necessária a criação de um mecanismo de diálogo entre o MinC e o MTE, tal como a criação de uma comissão mista ou mesmo uma Câmara Interministerial. E, ainda, a necessidade de desenvolver seminários e discussões por todo o Brasil para estabelecer uma posição clara da dança em relação à legislação vigente.

4. Gestão Pública da Cultura

As principais questões levantadas pela Câmara Setorial de Dança, dizem respeito à necessidade de técnicos do setor da dança para a gestão das políticas públicas voltadas à área. O mesmo se refere às comissões de seleção de editais e outras questões em que muitas vezes as decisões desconhecem a realidade do fazer específico da Dança, distinto das outras áreas. Há, inclusive, uma moção geral criada pela Câmara de Dança para que todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, evitem o uso da nomenclatura "Artes Cênicas" como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera.

Nos planos estadual e municipal, a categoria tem ampliado sua presença através de "coordenadores de dança" ou "gerentes de área" nas prefeituras e governos estaduais. Isso permite, por exemplo, que se leve em conta que um espetáculo de dança normalmente necessita de um piso adequado, ou de um "retorno" sonoro potente, etc.

No mais, as mesmas questões presentes em todas as áreas, ou seja, a necessidade de articulação e definição das competências municipal, estadual e federal, um dos objetos da criação do Sistema Nacional de Cultura - SNC. E um apelo à criação de mecanismos de transparência da gestão pública, por meio da publicação de dados "online", resultados de editais, dados econômicos.

5. Dimensão simbólica da cultura

5.1. Registro e Memória

A enorme carência de registro e memória sobre a dança tem sido revertida aos poucos com a ação individual ou coletiva de profissionais que voluntariamente estão desenvolvendo trabalhos de pesquisa e recuperação da memória da dança em diversos estados brasileiros. Falta uma ação governamental estruturada e estruturante que apoie, organize e amplie estas ações, estimulando, como metas a criação e a manutenção de acervos; a digitalização da informação, universalizando seu acesso; e a realização de atividades relacionadas que contribuam para manter essa memória viva e ativa.

Uma proposta de mapeamento para a área da Dança poderia ser desenvolvida através de treinamento de campo e metodologia: localização de pesquisadores, etc; coleta de dados; organização de dados; digitalização, publicação e disponibilização para consulta e acesso amplos.

5.2. Difusão e Formação de Público

São apontadas pela Câmara Setorial de Dança tanto a necessidade de ações governamentais voltadas especificamente para a difusão da dança quanto de programas de formação de público. Alguns trabalhos contemporâneos têm mostrado a necessidade de novas estratégias aliadas à Internet e outras mídias como forma de ampliar o público de dança. Naturalmente o baixo poder aquisitivo e acesso à cultura em geral no Brasil são também obstáculos ao crescimento do público e, em última instância, ao acesso maior da população ao bem cultural. Algu-

mas ações específicas fazem menção a programas de publicações sobre dança, criação de programas de televisão e outros veículos de difusão. Uma campanha nacional de popularização é urgente.

6. Cultura e Educação

Na área da formação talvez se encontrem as questões mais complexas a serem enfrentadas e, por essa razão, é fundamental a articulação com o MEC. A Câmara Setorial reivindica a inclusão da dança na grade curricular do ensino Fundamental ao Médio, a ampliação da oferta de cursos técnicos e cursos superiores, buscando-se como meta garantir pelo menos um curso superior em cada estado da federação, assim como maior oferta de vagas nas Universidades Públicas. É fundamental que a população tome contato com a linguagem desde cedo. Há também a necessidade de discutir o ensino da dança com a presença majoritária de profissionais docentes, já que as diferentes metodologias são próprias do fazer artístico na área. E a sugestão de ampliação dos programas de aceleração de currículo para aqueles artistas que detêm experiência docente e conhecimento que deveria ser levado em conta na obtenção do bacharelado ou licenciatura. É muito importante difundir nos diversos âmbitos governamentais a enorme contribuição que a dança tem para dar à educação. Uma aula de dança combina necessariamente a liberdade criativa com a disciplina e o método formativos. É intrínseco ao processo docente na dança. Sem mencionar o desenvolvimento da sensibilidade, inteligência, saúde física e mental que toda arte promove. E, além disso, a vocação cultural do Brasil para a dança como algo vivo e inerente a nossas matrizes culturais.

7. Diretrizes e Metas

As diretrizes levantadas pela Câmara Setorial de Dança constituem um trabalho importante no sentido de apontar caminhos para enfrentar os principais desafios do setor. Contudo, foram elencadas abaixo algumas prioridades.

Este material, no entanto, deve ser somado às contribuições dos Grupos de Trabalhos Transversais e Grupos de Trabalhos Especiais que estão levantando questões específicas com especialistas de cada área.

Financiamento cultural

Fomento e Circulação

Diretrizes	Metas
<i>Implantação de mecanismos de ação direta (tais como editais) para o desenvolvimento dos eixos de pesquisa, circulação, produção e manutenção de grupos e companhias de dança.</i>	<i>Criar editais estaduais e municipais em todos os estados da federação voltados à pesquisa, produção, circulação e manutenção de grupos e companhias. Prazo: quatro anos.</i>
<i>Ampliação e definição de programas com dotação orçamentária específica para a dança com o aumento exponencial dos recursos diretos e indiretos, públicos e privados de financiamento.</i>	<i>Implantar mecanismos democráticos e transparentes de acesso a recursos de fundos federais garantindo a continuidade de programas para a dança, como por exemplo: Prêmio Funarte Klauss Vianna e Caravana Funarte de Circulação (espetáculos, profissionais, oficinas, teóricos, pesquisadores, curadores, etc); ou criar um Fundo Nacional de Dança. Prazo de implantação do fundo deve ser de até cinco anos.</i>
<i>Adoção de estratégias de formação de público e difusão da produção de dança.</i>	<i>Desenvolver políticas de evento: regularidade de fluxos, agendas e estabilidade de ação.</i> <i>Ampliação e continuidade no Programa de Apoio a Festivais, Encontros, Seminários e Fóruns (por exemplo, através da disponibilização de passagens, por editais e processos menos burocráticos que os atuais).</i>
<i>Estabelecimento de mecanismos acessíveis de intercâmbio e circulação nacional e internacional.</i>	<i>Estabelecer uma política cultural de intercâmbio internacional, que inclua a área da dança, gerida pelo MinC em sinergia com o Ministério de Relações Exteriores, as Vinculadas, as instituições culturais, os festivais, os eventos, as instituições acadêmicas, etc, no sentido de facilitar a participação de grupos, companhias nacionais e outros profissionais da área (como palestrantes, teóricos, pesquisadores, curadores, etc) em festivais e eventos no exterior. Criar recursos próprios para gestão desse programa. Desburocratizar e agilizar os editais de passagens nacionais e internacionais. Prazo: quatro anos.</i> <i>Como ação imediata seria fundamental implantar mecanismos de simplificação, desburocratização, da legislação aduaneira de modo a facilitar a circulação de artistas e bens culturais entre o Brasil e o exterior. Esse tema também faz parte da Legislação e a Tributação (Dimensão Econômica da Cultura).</i>

Dimensão econômica da cultura

Legislação e Tributação

Diretrizes	Metas
<p><i>Promover ampla discussão entre o Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe Artística sobre a lei 6.533-78, seu decreto e anexo.</i></p> <p><i>Desenvolver mecanismos de integração entre: Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i></p>	<p><i>Realizar estudo para revisão da lei 6.533-78, decreto e quadro anexo, ou criação de uma lei específica para a dança. Prazo: dois anos.</i></p> <p><i>Realizar um Seminário Nacional sobre as Questões Trabalhistas relativas à Dança. Em 2007</i></p> <p><i>Criar comissão mista composta pelo poder público - MTE e MinC- e Sociedade Civil – Classe da Dança. Em 2007</i></p>
<p><i>Adequação da estrutura tributária legal específica para a produção artística.</i></p>	<p><i>Reformar a legislação tributária de forma a contemplar as especificidades da produção artística. Prazo de estudos e implantação da reforma: dois anos.</i></p> <p><i>Como ação imediata, a inclusão da área cultural no regime do "Simples".</i></p>

Gestão Pública da Cultura

Diretrizes	Metas
<p><i>Capacitação de gestores públicos, privados e independentes para atender à área da dança.</i></p>	<p><i>Criar programas de capacitação técnica, técnica-artística, de gestores culturais, empreendedores, produtores, etc.</i></p> <p><i>Garantir a presença de profissionais especializados em dança nas gestões federais, estaduais e municipais.</i></p> <p><i>Prazo: cinco anos.</i></p>
<p><i>Desenvolvimento de processos colaborativos entre as instâncias federal, estadual e municipal para adoção de políticas complementares (referência ao SNC).</i></p>	<p><i>Promover a colaboração entre as instâncias federal, estadual e municipal no planejamento e gestão das políticas públicas para a dança através do SNC.</i></p>
<p><i>Implantação de mecanismos transparentes e acessíveis de acompanhamento da gestão pública.</i></p>	<p><i>Ampliar e atualizar o sistema de acompanhamento das informações e dados relativos às ações, editais e recursos econômicos da área cultural, de forma a garantir a transparência e o acompanhamento dos processos em curso. Prazo: um ano.</i></p>

Dimensão simbólica da cultura

Registro e Memória

Diretrizes	Metas
<p><i>Realização do mapeamento da área da dança identificando a realidade estatística do setor com ampla disponibilização desses dados, seja por meio de publicações ou da internet.</i></p>	<p><i>Realizar pesquisa de campo e levantamento de dados sobre a produção de dança nos diversos estados, conforme o seguinte modelo: produção artística (profissionais, grupos e companhias de dança), eventos (festivais, mostras, teatros e salas), apoios bolsas de pesquisa, (leis e prêmios), ensino (instituições e cursos), organizações de classe, estudo (pesquisa acadêmica e grupos de estudo informal), relevância histórica (personalidades e movimentos históricos) e publicações (periódicos, livros e mídias digitais). Prazo: 18 meses</i></p> <p><i>Criar uma rede digital com o objetivo de difundir as informações/mapeamento sobre a Dança no Brasil. Prazo: três meses.</i></p>
<p><i>Criação de uma política específica direcionada à memória e difusão da dança.</i></p>	<p><i>Criar editais específicos de apoio às pesquisas e publicações na área da dança, em mídia digital ou impressa. Prazo: cinco meses.</i></p> <p><i>Criar centros de referência e acervos direcionados à preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação na área da dança, direcionados à democratização do acesso; e realizar atividades que contribuam para manter essa memória viva e ativa, como eventos, publicações de livros, bancos de dados, mídias digitais, etc. Garantir a criação de, pelo menos, um centro de referência em cada região do país. Prazo: cinco anos.</i></p> <p><i>Incentivar a publicação, o registro e a difusão em dança nas diversas formas de expressão, inclusive as mídias digitais. Prazo: dois anos</i></p>

Cultura e Educação

Diretrizes	Metas
<p><i>Garantia do acesso ao ensino da dança como linguagem artística desde a educação infantil até o ensino superior.</i></p>	<p><i>Obrigatoriedade da inclusão do ensino da dança nos currículos do ensino fundamental de todas as escolas públicas e privadas. Prazo: quatro anos.</i></p> <p><i>Contratação de docentes com graduação em licenciatura plena na área da Dança para ministrar disciplinas específicas e/ou desenvolver projetos específicos nas escolas públicas e privadas.</i></p>
<p><i>Ampliação da oferta nas instituições públicas e privadas para a formação do profissional em dança em nível técnico e superior.</i></p>	<p><i>Implantar cursos técnicos e superiores (graduação, pós-graduação stricto e lato sensu) de dança em cada estado, sendo um (de cada) de caráter público por região; os mesmos devem fazer parte das disciplinas artísticas de cada instituição. Prazo: seis anos.</i></p> <p><i>Garantir recursos nas escolas e universidades públicas para instrumentalizar o ensino técnico e superior de dança; concessão de bolsa-trabalho/arte e destinação de verbas que consolidem as pesquisas dos estudantes de dança.</i></p>

<p><i>Integração dos programas do MinC e do MEC, através da Câmara Interministerial, para implantação de ações que articulem a produção artística, cultural e educativa em dança.</i></p>	<p><i>Criar programas integrados de ações culturais e educativas entre MinC e MEC. Prazo: dois anos.</i></p> <p><i>Como ação imediata, restabelecer os programas de bolsas de estudo, como por exemplo: Bolsa Virtuose, para aprimoramento de artistas e técnicos no exterior.</i></p>
<p><i>Integração entre as instituições educacionais e culturais.</i></p>	<p><i>Criar programas que promovam a permanente integração e troca de informações e conhecimentos entre as instituições educacionais e culturais, com o desenvolvimento de políticas que estimulem a formação do público em geral.</i></p>

1ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA 2006

MinC / Funarte

Dia 19/7/2006

Local: Ministério da Cultura/ Anfiteatro
Térreo

Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Dia 20/7/2006

Local: Representação da Funarte em
Brasília

Setor de Divulgação Cultural – Lote II
Eixo monumental / Brasília / DF

Sumário

1. Lista dos presentes
2. Reunião de 19/7/2006
3. Reunião de 20/7/2006
4. Textos das moções
5. Nós, resultados e diretrizes da cadeia produtiva
6. Nós, resultados e diretrizes dos elos transversais
7. Calendário das câmaras setoriais 2006
8. Carta para ministérios do planejamento, fazenda e casa civil

1. Lista dos Presentes

DIA 19

MinC

1. Alfredo Manevy – Secretário de Políticas Culturais do MinC
2. Ana Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC/RJ e representante da Secretaria de Políticas Culturais do MinC na Câmara Setorial de Dança.
3. Marco Acco – Secretário de Fomento do MinC
4. Thereza Azevedo de Oliveira – Secretária de Fomento de Brasília

Funarte

- Antônio Grassi – Presidente da Funarte
- Antônio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas
- Vitor Ortiz – Coordenador das Câmaras Setoriais
- Marcos Moraes – Coordenador de Dança
- Leonel Brum – Mediador
- Mayra Loey – Assessora das Câmaras Setoriais

Representantes da Câmara Setorial de Dança

- Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva (BA) – Formação
- Ernesto de Sousa Gadelha Costa (CE)
- Gládis Tridapalli (PR)
- Jacqueline Alves de Castro (MG) – Produção
- Lourdes Braga (RJ) – Questões Trabalhistas
- Marília Rameh Reis de Almeida Braga (PE)
- Marise Gomes Siqueira (RS)
- Marta César (SC)
- Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF)
- Rui Moreira (MG)
- Sofia Cavalcante (SP)

- Thereza Cristina Rocha (RJ)
- Waldete Britto Silva de Freitas (PA)

Obs: Por questões de logística e de conteúdo, as Câmaras de Teatro e da Dança estavam juntas no dia 19/7/2006.

DIA 20

Funarte

1. Antônio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas
2. Vitor Ortiz – Coordenador das Câmaras Setoriais
3. Marcos Moraes – Coordenador de Dança
4. Leonel Brum – Mediador
5. Mayra Loey – Assessora das Câmaras Setoriais

Representantes da Câmara Setorial de Dança

- Ernesto de Sousa Gadelha Costa (CE)
- Gládis Tridapalli (PR)
- Lourdes Braga (RJ) – Questões Trabalhistas
- Marília Rameh Reis de Almeida Braga (PE)
- Marise Gomes Siqueira (RS)
- Marta César (SC)
- Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF)
- Rui Moreira (MG)
- Sofia Cavalcante (SP)
- Thereza Cristina Rocha (RJ)
- Waldete Britto Silva de Freitas (PA)

3. Reunião de 19/7/2006

Apresentações e Debates:
Programação Coordenada pelas Secretarias do MinC
Local: Ministério da Cultura/ Anfiteatro Térreo
Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Horário: das 9h30 às 19 horas.

3.1. Abertura: 9h30

Marcos Moraes / Coordenador de Dança da Funarte (saudação)

3.2. Apresentação do Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006

Vítor Ortiz / Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte

Ortiz informou que todos os relatórios das Câmaras Setoriais serão publicados em um Caderno adaptado às normas da ABNT.

Apresentou também o Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006.

3.3. Balanço dos Prêmios Myriam Muniz (Teatro) e Klauss Vianna (Dança) **Antonio Grassi / Presidente da Funarte**

Grassi justificou o atraso das reuniões das Câmaras Setoriais tendo em vista que o Orçamento da União só foi votado pelo Congresso no início de maio, atrasando a liberação dos recursos para execução do projeto, mas enfatizou empenho da equipe na adaptação das necessidades ao calendário possível.

Ressaltou que o objetivo da Funarte é consolidar, até o término desta gestão, os programas e políticas de caráter público conquistados até aqui para que as categorias não sofram nenhuma ruptura em função das eleições. Reafirmou a importância de políticas de Estado para o desenvolvimento cultural, buscando esta continuidade necessária.

Propôs o aperfeiçoamento das relações entre as Câmaras Setoriais e a Funarte, tornando as Câmaras mais independentes. Seria preciso afinar esse entendimento. A agenda apresentada

pela Funarte deveria ser complementada pela agenda da sociedade civil. Informou que a Funarte não participa das comissões de avaliação dos Prêmios, mas pensa na reavaliação desse procedimento, uma vez que todo o "rescaldo" dos problemas é dirigido diretamente à Funarte.

Promoveu, junto aos representantes das Câmaras de Dança e Teatro, o balanço e o debate sobre os Prêmios Myriam Muniz (Teatro) e Klauss Vianna (Dança).

Pontos importantes:

Os dois prêmios formam uma política de fomento para essas áreas. No início de 2005 a Funarte anunciou os programas e projetos sem estar com o orçamento liberado. Tentou buscar parcerias junto a Petrobrás e outros, conseguiu os Prêmio Funarte Petrobrás de Fomento (Dança e Teatro) de R\$ 3.000.000,00, considerado pouco. Mesmo assim, optou-se em abrir a seleção, sendo tudo isso explicado e discutido com as Câmaras Setoriais de Teatro e Dança. Mais tarde foram obtidos novos recursos com a Petrobrás: R\$ 10.000.000,00 mais R\$ 3.000.000,00 de verbas diretas do MinC/Funarte. Lançou-se então os prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna.

Os recursos da Petrobrás não sofrem desconto, pois têm origem em mecanismo de incentivo fiscal, enquanto os recursos da Funarte necessariamente, por força da Lei, devem ter os descontos. Isto não depende da Funarte. É uma questão diretamente tributária, relativa à Receita Federal. A Funarte teve problemas com isso. No Nordeste, por exemplo, o Teatro teve desconto e a Dança não, em função da origem diferenciada dos recursos. A Funarte está tentando re-

ver os valores do desconto. No Circo conseguiu-se baixar de 20 para 15%. O Myriam Muniz não terá desconto, o problema é na soma dos recursos (Petrobras + Governo).

A Funarte dispõe de R\$ 3.100.000,00 para um programa de circulação (Caravana Funarte Petrobras de Circulação Nacional – Dança e Teatro). Mesmo sendo valores menores aos almejados, pode-se fazer como foi feito com o edital anterior ao Myriam Muniz e Klaus Vianna: lançar a Caravana Funarte Petrobras de Circulação. As Câmaras poderão utilizar esse encontro de 20/7 para avaliar e sugerir mudanças na minuta do Edital.

Relatos de alguns representantes do Teatro sobre visita que fizeram ao Ministério do Planejamento, no dia 18/7: Ressaltaram que o problema é administrar pouco dinheiro. Há R\$ 30.000.000,00. Segundo informou o Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária, o orçamento do MinC foi liberado totalmente. O que foi corrigido pelos representantes do MinC e Funarte, segundo os quais a liberação foi de cerca de 70% dos recursos previstos, incluindo-se entre os não liberados as emendas. No Ministério do Planejamento, confirmou-se a existência de uma emenda de R\$ 30 milhões. Na ocasião da visita ao ministério, comentou-se também sobre o "Simples" (Sistema Especial de Tributação) para as produtoras do meio artístico e, segundo o próprio ministério, as categorias deveriam procurar os deputados para fazer um Projeto de Lei. Ressaltou-se ainda que as Emendas dos parlamentares foram liberadas.

Grassi retificou que o orçamento foi liberado em maio, em 70%, mas não

chegou nesse mesmo mês. Afirmou que ainda está passando por uma série de trâmites. As emendas parlamentares são destinadas diretamente aos locais/instituições constantes nas emendas. A Emenda dos Prêmios Klaus Vianna e Myriam Muniz ainda não foi liberada.

Os representantes da Câmara Setorial de Teatro elaboraram uma carta (constante no final deste relatório) encaminhada para Marta César (SC), que fará a distribuição para os outros representantes da Câmara Setorial de Dança. O objetivo é ampliar a lista de entidades que assinam a carta solicitando a liberação da emenda dos Prêmios Klaus Vianna e Myriam Muniz.

INTERVALO DE ALMOÇO: das 12h00 às 14 horas

3.4. Apresentação e debate sobre a metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC)
Alfredo Manevy / Secretário de Políticas Culturais do MinC
Coordenação da mesa: Lucia Pardo

Manevy expôs as Diretrizes da Secretaria de Políticas Culturais. Falou sobre o relatório do IDH/2005, sobre o avanço da Cultura como desenvolvimento econômico. Também a apontou como um direito fundamental, um instrumento da democracia. O MinC vem fazendo um trabalho cotidiano e em todos os espaços do Governo e fora dele para o fortalecimento da visão da Cultura como um instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Pontos importantes:

A SPC formatou a portaria das Câmaras Setoriais (já publicada no Diário Oficial da União) que coloca as competências e suas composições.

A formulação das Câmaras Setoriais está diretamente ligada ao PNC.

Diálogo com as estatais: existe um Comitê das Elétricas no Governo; O MinC tem participado e buscado um aumento de incentivos à cultura e principalmente à formulação de políticas públicas. Disse esperar que as CS se consolidem e possam construir novas maneiras de relacionamento do governo com a sociedade civil.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) fornece a base para o desenvolvimento das políticas públicas culturais nas diversas áreas. São mais de 1.900 municípios que já assinaram o protocolo do sistema e aderiram. O PNC compartilha e comunga estratégias das políticas. O PPA (Plano Plurianual) define o orçamento e as propostas/ações do governo.

Manevy apresentou e debateu junto com os representantes das Câmaras Setoriais de Dança e Teatro a metodologia que será adotada para elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC).

3.5. Apresentação das mudanças na Lei Federal de Incentivo à Cultura Marco Acco / Secretário de Fomento do MinC

Acco apresentou e debateu, juntamente com Thereza Azevedo de Oliveira (Secretaria de Fomento), o power point com a Lei de incentivo à Cultura e propostas do Decreto 5.761/06, com as inovações propostas para o Pronac.

Pontos importantes:

Para o MinC, a consolidação das Câmaras Setoriais é de extrema importância, pois é uma instituição interme-

diária entre o Governo e a Sociedade Civil. Nos países nórdicos, por exemplo, já existiriam esses modelos representativos e de grande sucesso nas gestões. Claro que aqui se está ainda na formulação de políticas públicas.

A constituição de escolas de formação de artistas é fundamental e, uma negociação difícil com a educação. É um tema presente em vários locais. É preciso encarar esta discussão. O Mec tem um programa de debate com as universidades, que o MinC está participando justamente para que se constituam alguns avanços nesta área. Poucas pessoas sabem que o Setor Cultural emprega 4.86% das pessoas economicamente ativas. São dados que estamos obtendo agora, pois não há institutos de estatísticas especializados em cultura, portanto as estatísticas são frágeis. Acco sugeriu uma carta das Câmaras Setoriais para o Comitê de Reitores.

O secretário apresentou um balanço detalhado da evolução dos números da Lei Rouanet, destacando as cotas de captação que vêm sendo alcançadas por cada segmento.

Vitor Ortiz e Antônio Grassi encerraram as atividades do dia, às 19 horas.

4. REUNIÃO DE 20/7/2006

Prioridade para os trabalhos específicos da Câmara Setorial de Dança
Programação Coordenada pela Funarte
Local: Representação da Funarte em Brasília
Setor de Divulgação Cultural – Lote II
Eixo monumental / Brasília / DF
Horário: das 9h30 às 18 horas

4.1. Abertura: Marcos Moraes / Coordenador de Dança da Funarte

4.2. Apresentação da Pauta do dia Leonel Brum / mediador do encontro

4.3. Debate sobre o Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006

Vítor Ortiz / Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte deu continuidade às discussões iniciadas na véspera sobre o Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006.

Pontos importantes:

A proposta de divisão dos temas em Grupos de Trabalho Transversais (GTTs) foi elaborada da seguinte forma: um primeiro esboço foi apresentado ao MinC pela Funarte em 20/1, foram realizados encontros com as Secretarias do Ministério para discutir o Plano de Trabalho. As principais preocupações eram dar encaminhamento às propostas surgidas dos encontros de 2005 e se coadunar ao calendário de elaboração do Plano Nacional de Cultura. Devido ao atraso no início dos trabalhos da CSD, motivado pelo atraso na aprovação do orçamento da União, não foi possível discutir esta metodologia com as Câmaras. Além dos Grupos Temas Transversais, garantiu-se a formação de dois Grupos de Trabalho Específicos (GTEs) para encaminhar as questões centrais de cada Câmara.

Em 2006 a prerrogativa é preocupar-se com o “encaminhamento” das propostas elaboradas. As Câmaras Setoriais estão à frente no processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura. As Câmaras estão sendo um manancial para a elaboração do PNC nas áreas em que atuam.

As Câmaras têm um conteúdo político e técnico para a elaboração do PNC.

Os GTEs e GTTs existem para colaborar com o processo de formação do PNC, mas principalmente os GTTs, que deverão formular propostas transversais para o PNC.

Serão tratados temas como, por exemplo, a questão da educação, a questão da memória, a questão dos direitos autorais, as questões trabalhistas e tributárias e ainda o tema da economia da cultura.

O tema do direito autoral pode não ser determinante para a dança nesse momento, mas o é para os setores que tem uma indústria desenvolvida como a Música.

O grupo de Memória e Patrimônio vai ter a participação do Iphan, do Cedoc da Funarte e das Secretarias que cuidam dessa área.

Nas questões trabalhistas e tributação, há uma polêmica, pois não seria uma questão de competência do Ministério da Cultura. Surgiram tantas questões que houve a necessidade de trabalhar esse tema.

A impressão é que será feita uma revisão da Lei 6.533 procurando atender as reivindicações específicas de cada setor. Além de uma série de outras situações que não estão enquadradas na lei por terem surgido com a evolução havida no setor de 1978, data da lei, até aqui.

4.4. Mediação da Pauta Leonel Brum / Mediador

Escolheram-se as prioridades que comporão o objeto de trabalho dos dois GTEs.

Houve encaminhamento dos conteúdos de trabalho para todos os GTTs e posições da Câmara.

Foram escolhidos os representantes que formarão os GTEs (3 membros cada – 6 no total) e GTTs (1 representante para cada – 5 no total)

2 GTEs – Grupos de Trabalhos Específicos
5 GTTs – Grupos de Trabalho Transversais

Os trabalhos dos GTTs serão desenvolvidos segundo metodologia e calendário constantes no final deste relatório. Marcos Moraes comentou que é importante que a Câmara Setorial de Dança fique atenta ao calendário, administrando tudo coletivamente.

Segue abaixo o resultado do material pactuado pela Câmara Setorial de Dança com respeito às pautas prioritárias da Dança e à distribuição dos representantes pelos GTTs (grupos de trabalho):

Temas e Representantes dos GTEs

Grupo 1 - Fomento, financiamento e difusão

1. Thereza Rocha (RJ)
2. Marília Rameh (PE)
3. Waldete Britto (PA)
4. Jacqueline Castro (suplente) (MG)

Grupo 2 - Questões trabalhistas, formação e profissionalização

1. Rui Moreira (MG)
2. Lourdes Braga (RJ)
3. Rosa Coimbra (DF)
4. Sigrid Nora (suplente) (RS)

Representantes dos GTTs

- Direitos Autorais - Marta César
- Mec/MinC - Dulce Aquino
- Economia - Sofia Cavalcante
- Memória - Lúcia Matos

- Trabalho e Tributação - Marise Siqueira

INTERVALO DE ALMOÇO: das 12h30 às 14 horas

Divisão em grupos de trabalho para discussão dos conteúdos:

Grupo I – Economia e Fomento

1. Gládis Tridapalli (SC)
2. Marília Rameh Reis de Almeida Braga (PE)
3. Sofia Cavalcante (SP)
4. Thereza Cristina Rocha (RJ)
5. Waldete Britto Silva de Freitas (PA)

Grupo II – Questões Trabalhistas e Formação

1. Ernesto de Sousa Gadelha Costa (CE)
2. Lourdes Braga (RJ)
3. Marise Gomes Siqueira (RS)
4. Marta César (SC)
5. Rosa Coimbra (DF)
6. Rui Moreira (MG)

Os grupos pontuaram algumas questões, mas não esgotaram os assuntos.

Moraes comentou que nas divisões dos grupos surgiram naturalmente duas prioridades: "Economia e Fomento" e "Questões trabalhistas e formação". Propôs continuar os trabalhos por e-mail e aprofundar as questões para a reunião dos GTs.

Surgiu uma proposta de se elaborar uma metodologia para que essa discussão aconteça antes da primeira reunião dos grupos de trabalho.

Segue abaixo transcrição do conteúdo fundamental da Metodologia e Cronograma de Trabalho elaborado pelos representantes da Câmara Setorial de Dança (este material circulou via e-mail datado de 21/7, enviado por Thereza Rocha para todos os representantes da Câmara).

No referido e-mail, Thereza Rocha ressalta que um ponto importante é que os representantes

da Câmara Setorial de Dança nos GTTs façam de suas falas um instrumento representativo das posições do Grupo, independentemente de suas inclinações particulares. Isso referenda tanto a metodologia escolhida quanto o cronograma a seguir.

Metodologia

1. Cada representante, conforme lista com tema transversal/tema encontrada a seguir, deverá elaborar uma PAUTA PRIORITÁRIA DA DANÇA para o Tema Transversal que está sob sua responsabilidade. Esta pauta deverá conter de 1 a 5 itens retirados de uma releitura sua das Moções e, principalmente, das Diretrizes do documento da Dança intitulado "Moções e diretrizes" em anexo (4). Esses pontos ou itens podem e devem receber revisão na redação. O ponto redigido pelo representante pode, inclusive, compilar informações de outras Diretrizes afins àquela que lhe serve de base.

GTTs – Grupos de Trabalhos Transversais

- Direitos Autorais - Marta Bastos
- Mec/MinC - Dulce Aquino
- Economia - Sofia Cavalcante
- Memória - Lúcia Matos
- Trabalho e Tributação - Marise Siqueira

2. Cada representante submete esta PAUTA ao grupo de debates que Marília Rameh abrirá para comunicação na internet, na data prevista no cronograma para apresentação da primeira versão;

3. Os integrantes da CSD respondem (sempre com cópias para todos) com sugestões, alterações, propostas de debate, reflexões, problematizações, etc. ao texto que foi inicialmente apresentado. Leva-se este tempo debatendo até a data de encerramento do debate;

4. Cada representante apresenta ao grupo a redação final daquele tema transversal na data de apresentação da redação final.

Cronogramas de trabalho

GRUPO I - Direitos Autorais, Formação - MEC/MinC, Economia da Cultura

24/7 - Apresentação da primeira versão
26/7 - Data de encerramento do debate
29/7 - Data de Apresentação da Redação Final

1/8 - Reunião GTT Direitos Autorais
2/8 - Reunião GTT Formação - MEC/MinC
3/8 - Reunião GTT Economia da Cultura

GRUPO II - Memória e Patrimônio, Questões trabalhistas e Tributação

26/7 - Apresentação da primeira versão
5/8 - Data de encerramento do debate
7/8 - Data de Apresentação da Redação Final

9/8 - Reunião GTT Memória e Patrimônio
10/8 - Reunião GTT Questões trabalhistas e Tributação

Esta redação final da Pauta Prioritária da Dança é o documento que servirá de base para as negociações de nossos representantes nos GTTs. Ela sintetiza os pontos de qualquer negociação em nome da Câmara Setorial de Dança e apresenta de modo sintético aquilo que até agora se tem como produto escrito de trabalho da Câmara: o documento elaborado em comum contendo Moções, Nós Críticos, Resultados Almejados e Diretrizes.

Thereza Rocha concluiu o seu e-mail alertando para o fato de que este é o momento para revisar o trabalho melhorando a redação, que apresentaria inclusive erros de ortografia, gramática etc., uma vez que nunca houve tempo e oportunidade de revisá-lo de fato.

Também alertou para a necessidade de adaptar o trabalho feito até agora a esta nova terminologia presente nos 5 Temas Transversais para que a PAUTA PRIORITÁRIA DA DANÇA possa ver-se contemplada na elaboração do PNC.

INTERVALO

A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura é um órgão colegiado da estrutura do MinC que analisa e opina sobre a concessão de benefícios fiscais a projetos culturais e artísticos e o seu enquadramento no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313/91 (Lei Rouanet).

Houve um intenso debate entre os representantes da Câmara Setorial de Dança com respeito a composição da Cnic (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura)⁷ : Quantos membros, quais estão sendo representados, quantas cadeiras as Artes Cênicas teriam? O governo indica quem comporá a Cnic? Estariam as entidades do teatro e da dança articuladas para a indicação dessas representações? Quem as regulamentaria? É preciso saber se haverá indicação do Governo para que se garanta que o MinC indique alguém da dança.

A Câmara decidiu, às 17 horas, enviar para o MinC as representantes Rosa Coimbra (DF) e Marise Siqueira (RS) para tentarem, junto ao Secretário de Fomento, Marco Acco, algum tipo de renegociação para inclusão, anteriormente negada, do Fórum Nacional de Dança na relação das entidades habilitadas com poder de voto na Cnic. Ao final da reunião a Câmara Setorial de Dança recebeu a informação de que o Fórum Nacional de Dança havia sido aprovado e participaria da reunião marcada para o dia 24/7, em São Paulo. Antes do término da elaboração do presente relatório, recebemos a comunicação do resultado da reunião de São Paulo, ocasião em que Sigrid Nora foi a mais votada na lista tríplice encaminhada ao Ministro para escolha dos conselheiros da Cnic.

Os últimos 30 minutos da reunião foram dedicados à avaliação da Câmara Setorial de Dança da minuta do Edital 2006 da Caravana Funarte/Petrobras de Circulação Nacional da Dança. Após esclarecimentos de algumas dúvidas por parte da Funarte, decidiu-se que a Câmara enviará sugestões via e-mail até a próxima semana.

Pontos importantes:

A Funarte deve esclarecer como será constituída a comissão de avaliação, ainda que isto não conste no edital.

A Caravana requisita que o espetáculo já tenha estreado.

Deu-se um prazo até terça-feira (dia 25/7) para que as sugestões da Câmara Setorial de Dança para alteração do edital fossem encaminhadas, via e-mail, diretamente para Marcos Moraes, coordenador de Dança.

O edital será publicado, provavelmente, até agosto, para que seja realizado ainda neste ano.

O prêmio é de circulação; se o espetáculo já esteve em cartaz, mesmo não estando mais, pode ser contemplado. O projeto que concorre, contudo, deve ser de circulação e não de montagem.

Encaminhada sugestão de mudança para a distribuição dos valores dos prêmios: 11 projetos de R\$ 40 mil, 4 projetos de R\$ 60 mil, 4 projetos de R\$ 80 mil. Totalizando 19 projetos, envolvendo R\$ 1.000.000,00 em prêmios.

Sugeriram que a comissão, além dos critérios de seleção adotados, poderia adotar um critério de pertinência, uma linha de orientação que não engessasse, mas orientasse.

Não será possível prever critérios de seleção que sejam regionalizados.

A Câmara sugeriu acrescentar nos critérios de seleção a pertinência temática e a relação custo-benefício.

Um dos objetivos do prêmio é que ele seja um reconhecimento à qualidade, e que com ele o artista possa conquistar

os demais parceiros, patrocinadores, etc. para bancar toda a produção da circulação do espetáculo.

Encaminhamentos finais:

Vitor Ortiz: Conseguiu-se realizar os trabalhos das Câmaras de Teatro e Dança. A Funarte estava preocupada com o volume de questões, mas tanto em uma como em outra Câmara, foi possível escolher os representantes e discutir as pautas. A Funarte tem muita segurança nas pessoas escolhidas. Todos podem participar sem restrição nos GTEs, mas a responsabilidade final é dos escolhidos a representar. Sendo que será autorizado o custeio de passagens para três pessoas por GTE.

Antônio Gilberto agradeceu a presença e a dedicação de todos.

Marcos Moraes dedicou a reunião ao ex-componente da Câmara Setorial de Dança, Dino Carrera, falecido recentemente.

Encerramento: 18 horas

TEXTOS DAS MOÇÕES

A CÂMARA SETORIAL DE DANÇA, órgão consultivo da Funarte/MinC, reconhecendo a conquista que a Dança obteve no ano de 2005 ao ser considerada pelo Ministério da Cultura Área Autônoma de Conhecimento, com linguagem artística específica, ao final dos trabalhos realizados no ano de 2005,

RECOMENDA

Que todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS, como expressão generalizadora de áreas distintas como Tea-

tro, Dança, Circo e Ópera.

Que os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Dança estejam vinculados à área de Arte.

Às Universidades Federais e Estaduais a criação de cursos de Dança para ampliar a formação acadêmica em Dança.

Seja implementada a Dança como disciplina de Arte nas Redes Estaduais e Municipais de Ensino, conforme previsto no artigo 26, parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), com atuação dos licenciados em dança, através da realização de concursos públicos específicos para a área.

O poder público nas esferas federal, estadual e municipal considerem as diretrizes elaboradas pela Câmara Setorial de Dança da Funarte/MinC elemento norteador para a formulação de políticas públicas para a Área de Dança.

Os coletivos da sociedade civil, com atuações específicas na área de Dança, sejam reconhecidos como interlocutores na discussão e consolidação de políticas públicas para a Área.

Em cada estado da Federação e Distrito Federal seja implementado pelo menos um curso público profissionalizante em Dança de nível técnico.

Seja garantida a permanência de programas públicos de incentivo à Dança nas esferas governamentais - federal, estadual e municipal, que configurem uma política de Estado para a área.

Cargos e funções relacionados à área da Dança na gestão pública, sejam ocupados por especialistas da própria área.

Os acervos públicos da área da Dança sejam protegidos, conservados, difundidos

dos e ampliados através de programas específicos.

As Universidades que oferecem Cursos de Dança apliquem o dispositivo presente no parágrafo 2º do artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), para fins de aceleração curricular de profissionais com comprovada competência na área que estejam cursando a graduação.

As empresas públicas Estatais considerem para fins de investimentos na área cultural as diretrizes propostas pela Câ-

mara Setorial de Dança da Funarte/MinC.

Os festivais de Dança, baseados em modelos competitivos para crianças e adolescentes, não recebam aporte de recursos públicos, diretos ou indiretos, devido à distorção da natureza artístico-educativa dessa atividade.

Os órgãos gestores da cultura das capitais, dos estados da Federação e de municípios com mais de duzentos mil habitantes tenham um setor ou coordenação responsável pela área de Dança.

ELOS DA CADEIA PRODUTIVA

Texto revisado nesta reunião, à exceção do eixo transversal Questões Trabalhistas.

PESQUISA E CRIAÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. <i>Formulação inadequada dos editais e programas públicos e privados não levando em consideração as especificidades da dança.</i></p> <p>2. <i>Inexistência de mecanismos de fomento à manutenção de companhias e artistas independentes.</i></p> <p>3. <i>Descontinuidade dos Programas de Fomento à pesquisa e à criação em dança.</i></p> <p>4. <i>Insuficiência de Centros de Excelência e Acervos relacionados à dança.</i></p> <p>5. <i>Insuficiência e Precariedade dos espaços públicos adequados à pesquisa e criação em dança.</i></p>	<p>1. <i>Manutenção garantida para o desenvolvimento continuado de pesquisas e produções, por profissionais, grupos e companhias de dança.</i></p> <p>2. <i>Espaços públicos assegurados para que profissionais, grupos e companhias possam desenvolver e apresentar pesquisas e produções.</i></p> <p>3. <i>Pesquisas e criação em dança mais amplas, diversificadas e qualificadas.</i></p> <p>4. <i>Centros de Referência e Acervos direcionados para a preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação.</i></p>	<p>1. <i>Implantação de mecanismos legais para pesquisa e criação em dança priorizando a manutenção de companhias e artistas independentes.</i></p> <p>2. <i>Ampliação, adequação e manutenção de espaços públicos destinados à pesquisa e criação em dança.</i></p> <p>3. <i>Ampliação de Centros de Referência e de Acervos direcionados à preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação.</i></p>

PRODUÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de especialistas na gestão pública e privada. 2. Falta de investimentos do setor público e privado. 3. Vinculação da contrapartida social à produção artística deturpando sua finalidade. 4. Inadequação da estrutura tributária à realidade da produção artística. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de uma política específica para a produção artística. 2. Apoio e financiamento da produção em dança pelo setor público e pelo setor privado. 3. Obtenção de financiamento público sem a obrigatoriedade de contrapartida social. 4. Oferta, pela estrutura tributária legal, de condições adequadas para a produção artística se desenvolver plenamente. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificação de gestores públicos, privados e independentes na área de produção. 2. Ampliação de Programas e Editais com dotação orçamentária específica para a dança. 3. Adequação da estrutura tributária legal específica para a produção artística.

DIFUSÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Circulação precária de informações sobre a dança como área de conhecimento. 2. Carência de registros e difusão de dados da área da dança e de sua produção. 3. Inexistência de centros de referência para a divulgação da informação, memória e publicações de dança. 4. Carência de crítica e jornalismo especializado 5. Ausência de programas permanentes de circulação. 6. Inexistência de Intercâmbio de bens culturais e artísticos resultantes de projetos financiados pelo poder público em todas as regiões. 7. Quase inexistência de informações e programas específicos de dança nos meios de comunicação. 8. Ausência de programas de apoio a publicações especializadas em dança. 9. Deficiência de programas continuados de difusão/circulação da dança brasileira no Brasil e no exterior. 10. Insuficiência de apoio a mostras, seminários, congressos, dentre outros. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Favorecimento do intercâmbio de ideias, informações e diferentes configurações da dança por programas e banco de dados. 3. Existência de programas continuados de difusão/ circulação dos trabalhos de grupos brasileiros no país e no exterior. 4. Ampliação do acesso às informações na área de dança por meio de livros, DVDs, vídeos e outros recursos oferecidos à população. 5. Ampliação do espaço para o jornalismo especializado em dança. 6. Presença constante de informações sobre dança em publicações especializadas e nos órgãos de difusão em massa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomento a programas continuados de difusão/ circulação da dança brasileira no Brasil e no exterior. 2. Fomento à criação de bancos de dados que possam ser difundidos em rede. 3. Incentivo à publicação, ao registro e difusão em dança nas diversas formas de registros.

CONSUMO E FORMAÇÃO DE PÚBLICO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de programas de estímulo e formação de plateia. 2. Falta de programas integrados de dança com outras áreas que favoreçam a formação de público. 3. Falta de política de reconhecimento e preservação da dança como patrimônio imaterial. 4. Insuficiência de políticas para a difusão de espetáculos de dança no interior dos Estados. 5. Falta de políticas específicas para diminuição de tributos que incidem na produção artística de dança. 6. Falta de políticas de utilização adequada dos espaços públicos. 7. Falta de Pesquisa/ diagnóstico em relação às especificidades regionais. 8. Ausência de programas específicos dirigidos a crianças e adolescentes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Favorecimento do intercâmbio de ideias, informações e diferentes configurações da dança por programas e banco de dados. 3. Existência de programas continuados de difusão/ circulação dos trabalhos de grupos brasileiros no país e no exterior. 4. Ampliação do acesso às informações na área de dança por meio de livros, DVDs, vídeos e outros recursos oferecidos à população. 5. Ampliação do espaço para o jornalismo especializado em dança. 6. Presença constante de informações sobre dança em publicações especializadas e nos órgãos de difusão em massa. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver estratégias de democratização e descentralização do acesso à fruição e a produção em dança. 2. Desenvolver e estimular programas permanentes de pesquisa para fomentar o consumo da dança. 3. Estimular a interação da dança com outras áreas, tais como educação, turismo, ação social, meio ambiente, dentre outras, objetivando a ampliação e formação de público.

FORMAÇÃO

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência da dança como linguagem artística da educação básica. 2. Número insuficiente de escolas técnicas de dança. 3. Número insuficiente de cursos de dança no ensino superior. 4. Carência de centros de excelência de pesquisa e pós-graduação em Dança. 5. Falta de programas de atualização, informação e circulação para professores de dança do ensino não-formal. 6. Ausência de mecanismos que favoreçam a circulação de conhecimentos produzidos na área de Dança. 7. Falta de capacitação de técnicos para espetáculos de dança. 8. Ausência de concursos públicos específicos para os licenciados em Dança na Educação Básica. 9. Ausência de programas integrados entre MinC/ MEC no que se refere à educação e a produção artístico-cultural na área de Dança. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inclusão efetiva da dança como linguagem artística no currículo da Educação Básica, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. 2. Aumento exponencial de profissionais da Dança com qualificação e habilitação em cursos técnicos e superiores de Dança. 3. Aumento exponencial da produção e difusão do conhecimento em Dança. 4. Ampliação da oferta de técnicos capacitados para a atuação em espetáculos de dança. 5. Ampliação do número de licenciados em Dança, concursados, atuando na rede pública de ensino (municipal e estadual). 6. Programas integrados entre MinC/ MEC que fomentem a produção artística e cultural na área de dança. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o acesso ao ensino da dança como linguagem artística desde a educação infantil até o ensino superior. - Ampliar a oferta nas instâncias públicas para a formação do profissional em dança em nível técnico e superior. - Integrar os programas do MinC e do MEC para as ações que articulem a produção artístico, cultural e educativa em dança.

Linha de Ação: Aplicação de dispositivos previstos na LDB 9394/96 de aceleração curricular, nos cursos de graduação em dança para profissionais de reconhecida competência na área.

EIXOS TRANSVERSAIS

GESTÃO PÚBLICA

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. Indefinição das respectivas responsabilidades das esferas governamentais no fomento à Dança.</p> <p>2. Falta de dados relativos às demandas e potencialidades da dança de forma geral.</p> <p>3. Falta de especialistas em dança nos cargos de gestão pública.</p> <p>4. Carência de diálogo entre os gestores e profissionais da dança visando a uma gestão participativa.</p> <p>5. Falta de democratização ao acesso da fruição, ensino e produção em dança.</p> <p>6. Ausência de transparência para o acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto</p>	<p>1. Articulação das esferas governamentais na definição das responsabilidades para o fomento à dança.</p> <p>2. Funcionamento pleno do Sistema Nacional de Cultura.</p> <p>3. Mapeamento e identificação de demandas da área de dança para o compartilhamento das informações e a implementação de ações efetivas nos vários âmbitos governamentais.</p> <p>4. Ocupação, por especialistas em dança, de cargos estratégicos de gestão pública na área cultural.</p> <p>5. Existência de mecanismos facilitadores, para a participação de profissionais da sociedade em geral, nas decisões governamentais relativas à dança.</p> <p>6. Apropriação e usufruto da dança em suas diversas formas de manifestações.</p> <p>7. Instrumentos transparentes e democráticos, que permitam o acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto</p>	<p>- Definição das competências nas esferas federal, estadual e municipal para a política cultural da dança através do Sistema Nacional de Cultura;</p> <p>- Realização de um mapeamento da área da dança, identificando as demandas nas diversas áreas da cadeia produtiva;</p> <p>- Reformulação e adequação dos instrumentos de acesso ao financiamento público com aporte direto e indireto, nas diferentes esferas governamentais, visando à transparência e democratização da aplicação dos recursos orçamentários.</p>

POLÍTICAS CULTURAIS E ARTICULAÇÃO NACIONAL

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. Ineficiência das representações regionais e demais órgãos vinculados ao MinC na difusão de informações para a categoria da dança;</p> <p>2. Excesso de burocratização inviabiliza o mecenato de pessoa física;</p> <p>3. Descontinuidade e inadequação dos editais e leis de incentivo à realidade da dança;</p> <p>4. Ausência de articulação do cronograma de liberação de recursos do MinC com as reais necessidades da produção de Dança.</p>	<p>1. Ampliação de representações regionais e estabelecimento, pelo MinC, de uma comunicação eficiente com a categoria da dança.</p> <p>2. Aumento da participação do mecenato de pessoa física no financiamento à dança.</p> <p>3. Promoção de um aumento exponencial do acesso à dança, mediante o apoio de editais e leis de incentivos periódicos, contínuos, que contemplem as especificidades dessa manifestação artística.</p> <p>4. Avaliação da liberação de recursos para os projetos aprovados, atendendo aos prazos específicos das produções.</p>	<p>– Implementação de um cronograma com editais contínuos contemplando as especificidades da Dança;</p> <p>– Adoção de editais como mecanismo primordial de implementação de políticas públicas;</p> <p>– Definição da dotação orçamentária específica para a área de Dança.</p>

<p>5. Descontinuidade dos programas de financiamento à produção, manutenção e circulação da dança.</p> <p>6. Ausência de instrumentos de avaliação e acompanhamento das políticas culturais por parte da sociedade civil.</p> <p>7. Inexistência da divulgação dos relatórios oriundos dos grupos contemplados com qualquer tipo de subsídio.</p> <p>8. Inexistência de dotação orçamentária específica para a dança.</p>	<p>5. Viabilização das ações da política cultural através de editais.</p> <p>6. Julgamento dos editais por meio de comissões formadas por especialistas da área com aval da sociedade civil organizada.</p> <p>7. Acesso aos relatórios dos grupos contemplados com subsídios no site do MinC.</p> <p>8. Destinação, pelo MinC, de orçamento igualitário para a dança e demais áreas.</p>	
---	---	--

QUESTÕES TRABALHISTAS

Nós Críticos	Resultados Almejados	Diretrizes
<p>1. Problemas nas relações sindicais da dança.</p> <p>2. Inadequação da regulamentação da profissão de dança</p> <p style="padding-left: 20px;">Insalubridade física</p> <p style="padding-left: 20px;">Periculosidade</p> <p style="padding-left: 20px;">Entrada no mercado de trabalho</p> <p>3. Ausência de regulamentação para aposentadoria especial.</p> <p>4. Ausência da regulamentação do professor de dança (maitre, ensaiador, coreógrafo, bailarino).</p> <p>5. Ausência de um órgão de registro para o artista criador.</p> <p>6. Ausência de parâmetros para o ensino informal dança.</p> <p>7. Questões com o Confef.</p> <p>8. Falta de critérios nos concursos públicos de dança.</p> <p>9. Falta de um plano de carreira.</p> <p>10. Ausência de um Conselho da Dança.</p> <p>11. Falta entrelaçamento das diferentes normativas referentes à atuação do professor de dança nas seguintes instâncias: ministérios do trabalho e da educação.</p>	<p>1. Adequação das relações sindicais na dança.</p> <p>2. Garantia de aposentadoria para o bailarino após 25 anos de trabalho.</p> <p>3. Existência de um sistema legal eficiente na dança (Leis específicas).</p> <p>4. Atuação satisfatória de representantes de dança nas entidades representativas.</p> <p>5. Promoção de acordos coletivos entre entidades representativas e artistas.</p> <p>6. Absorção regular do bailarino a partir dos 16 anos pelo mercado de trabalho.</p> <p>7. Regulamentação profissional redefinida / atualizada dentro das necessidades ou uma lei específica para o artista da dança.</p> <p>8. Plano de carreira para o artista da dança dentro das suas especificidades.</p> <p>9. Garantia para o artista da dança de seus direitos autorais.</p>	<p>– Criação de uma lei específica para a Dança ou reforma da Lei do Artista (6533/78).</p>

**CALENDÁRIO DAS CÂMARAS
SETORIAIS - 2006**

JULHO	SETOR	LOCAL
6 e 7	<i>Circo</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
19 e 20	<i>Teatro e Dança</i>	<i>Brasília</i>
25 e 26	<i>Artes Visuais</i>	<i>Brasília</i>
AGOSTO		
1	<i>GT Direitos Autorais</i>	<i>Brasília</i>
2	<i>GT MEC/MINC</i>	<i>Brasília</i>
3	<i>GT Economia</i>	<i>Brasília</i>
9	<i>GT Memória</i>	<i>Brasília</i>
10	<i>GT Trabalho e Tributação</i>	<i>Brasília</i>
15	<i>GTs Circo</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
16	<i>GTs Dança</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
17	<i>GTs Teatro</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
22	<i>GTs Artes Visuais</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
23	<i>GT Direitos Autorais</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
24	<i>GT MEC/MINC</i>	<i>Brasília</i>
29	<i>GT Economia</i> <i>GT Memória</i>	<i>Brasília</i>
30	<i>GT Trabalho e Tributação</i>	<i>Brasília</i>
31	<i>GT Direitos Autorais</i>	<i>Brasília</i>

SETEMBRO		
4	<i>GT MEC/MINC</i>	<i>Brasília</i>
5	<i>GT Economia</i>	<i>Brasília</i>
12	<i>GT Memória</i>	<i>Brasília</i>
13	<i>GT Trabalho e Tributação</i>	<i>Brasília</i>
14	<i>GTs Circo</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
19	<i>GTs Dança</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
20	<i>GTs Artes Visuais</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
21	<i>GTs Teatro</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
OUTUBRO		
10	<i>GT Direitos Autorais</i>	<i>Brasília</i>
24 e 25	<i>Circo</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
31 e 1/11	<i>Artes Visuais</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
NOVEMBRO		
7 e 8	<i>Teatro</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
13 e 14	<i>Dança</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
20 e 21	<i>Música</i>	<i>Rio de Janeiro</i>

Brasília, 19 de julho de
2006

**Aos Ministérios do Planejamento,
Fazenda e Casa Civil
C/C: Ministério da Cultura e Funarte**

**Exmos. Srs. Ministros Paulo Bernar-
do, Guido Mantega e Dilma Rousseff**

Desde Outubro de 2005, 119 Entida-
des Representativas do segmento
cultural de todos os estados brasileiros
solicitam e acompanham os encami-
nhamentos de temas considerados
prioritários para o Desenvolvimento da
Cultura no Brasil.

Dentre eles consta a Emenda dos 30
Milhões, aprovada no Orçamento da
União, destinada aos Prêmios Myrim
Muniz (Fomento ao Teatro) e Klauss
Vianna (Fomento à Dança), que foi
proposta por causa da enorme frustra-
ção do Setor em 2005 causada pelo
contingenciamento do Orçamento da
Cultura. Circunstancia esta que dei-
xa milhares de artistas brasileiros, que
sobrevivem da sua arte e que pagam
seus tributos, em situação alarmante.
Perde, também, o nosso povo, pois
a Classe Artística contribui direta-
mente na melhoria da qualidade de vida e
conseqüentemente na construção
de cidadania da nossa população.

Certos de vossa consciência, espera-
mos que em 2006 o Setor não sofra
a mesma paralisação do ano anterior,
por isso vimos solicitar a imediata Am-
pliação do Limite Orçamentário da Cul-
tura, no valor dos 30 Milhões da Emen-
da, para que a FUNARTE e o Ministério
da Cultura possam realizar os Prêmios
já citados.

Subscrevem esse documento (até
20/7/2006)

ABD - Associação Brasileira de Documen-
taristas

ABRACIRCO - Associação Brasileira de
Circo

ABTB - Associação Brasileira de Teatro de
Bonecos

APCA - Associação Paulista de Críticos de
Arte

APTR - Associação dos Produtores de Te-
atro do Rio de Janeiro

Associação de Teatro de Uberlândia

Associação Cultural A Residência (Ouro
Preto, Mariana - MG)

Associação de Grupos e Companhias do
Rio de Janeiro

Associação de Teatro de Olinda - ATO

ACONERUK - Associação Nacional de Re-
manescentes de Quilombos - Maranhão

ANDANÇAS - Associação Nacional de
Dança de Salão

APAC / JF - Associação de Produtores de
Artes Cênicas de Juiz de Fora

APACEPE - Associação dos Produtores
de Artes Cênicas de Pernambuco.

APADEMP - Associação Paulista para o
Desenvolvimento da Música Profissional

APAP - Associação Profissional de Artistas
Plásticos

APETECE - Associação dos Produtores -
CE

APETESP - Associação dos Produtores
de Espetáculos Teatrais do Estado de São
Paulo

APETI / PR - Associação de Produtores de
Teatro Itinerante

APRECI / PR - Associação de Preserva-
ção da Cultura Cigana

ARTEDAP - Associação dos Artistas de Te-
atro e Dança de Petrolina- PE

ARTEPE - Associação dos Realizadores de
Teatro de Pernambuco

ASFACI - Associação de Famílias e Artistas
Circenses

Associação Brasileira de Atores Profissio-
nais Caras do Reclame

Associação Cultural Arte em Todas as Par-

tes de Salvador - BA
 Associação Cultural Tupã - BA
 Associação das Entidades Culturais de Porto Alegre
 Associação de Mamulengos do Distrito Federal
 Associação Paulista de Belas Artes
 Associação Rio de Teatro de Bonecos (RJ)
 ATECA - Associação de Teatro de Camaragibe - PE
 ASACINE - Associação Acreana de Cinema- AC
 Casa de Cultura Mário Quintana - RS
 CBTJ - Centro Brasileiro de Teatro para Infância e Juventude
 Cena Contemporânea - DF
 CPTIJ - Centro Paulista de Teatro para a Infância e Juventude -SP
 Centro de Referência do Teatro Infantil -RJ
 CETEM - NIEFELIBATAS - Centro de Estudos Teatrais Elisiário Matta de Maricá - RJ
 Comitê Brasileiro da Associação Internacional de Artistas Plásticos-Unesco
 Comitê Nacional Brasileiro da Associação Internacional de Artes Plásticas / Unesco.
 Conselho Municipal de Cultura de Cubatão (SP)
 Cooperativa Paulista de Música
 Cooperativa dos Artistas Visuais do Brasil
 Cooperativa Paulista de Teatro - SP
 Cooperativa de Teatro de Brasília-DF
 Cooperativa Baiana de Teatro
 Comitê Nacional da Associação Internacional de Artes Plásticas - Unesco
 Conated = Colégio Nacional de SATEDs.
 Cotaesp - Confederação de Teatro Amador do Estado de São Paulo
 Escola de Dança da UFFPA
 Escola de Música Musicalizar -AC
 ENCINE - Núcleo Sócio Cultural de Arte Audiovisual (Fortaleza)
 Fórum Nacional de Dança
 Fórum Paulista de Hip-Hop
 Fórum Permanente de Culturas Populares
 FUNDART - Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara - SP
 Instituto Universidade Popular - PA
 Instituto Cultural Chiquinha Gonzaga - RJ
 INTEGRARTES - Instituto de Artes Integra-

das Serra dos Órgãos - Teresópolis-RJ
 JUNTARTE - Movimento Arte e Cidadania de Juiz de Fora/MG
 CLUBE CULTURAL -RJ
 COMCULTURA - RJ - Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura
 CONFENATA - Confederação Nacional de Teatro
 GUAIMBÊ - ESPAÇO E MOVIMENTO CRIATIVO / DF e Goiás
 FESTA - Federação de Teatro do Ceará
 FETAC - Federação de Teatro do Acre
 FESAT - Federação Estadual de Atores, Autores e Técnicos de Teatro do Pará
 Fórum Nacional dos Festivais Públicos de Teatro
 Fórum Permanente de Teatro do Pará
 Fórum Estadual de Cultura do Paraná
 Fórum Municipal de Cultura de Curitiba
 Fundação Cultural do Estado da Bahia
 Fórum Permanente de Teatro da Bahia
 FIA/LA - Federação Internacional de Atores da América Latina
 Fórum de Dança de São Paulo
 FETAERJ - Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro
 Movimento Arte Contra a Barbárie - São Paulo
 Movimento Aberto dos Atores e Diretores do Rio de Janeiro
 Movimento de Ação Afirmativa ENCONTRARTE - Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense
 Movimento Mobilização Dança - SP
 Movimento de Teatro de Rua da Bahia
 Movimento de Teatro de Rua de São Paulo
 Movimento de Teatro de Rua de Porto Alegre
 Movimento de Teatro Popular de Pernambuco - MTP/PE
 Movimento de Teatro de Grupo de Minas Gerais
 Movimento de Teatro de Grupo de Porto Alegre
 Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil
 Movimento Pró-Circo
 NAC - Núcleo de Arte e Cultura - DF
 ONGFALE - Levante sua voz contra a In-

justiça Social
OPA - Observatório Permanente das Artes
- AC
Orquestra Sinfônica de São Paulo
Pólo Cultural da Zona Norte - SP
Redemoinho - Rede Brasileira de Espaços
de Criação, Compartilhamento e Pesquisa
teatral.
SBAT - Sociedade Brasileira de Autores
Teatrais
SATED / BA - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos em Espet. de Diversões no Est. da
Bahia.
SATED / CE - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos em Espet. de Diversões no Est. do
Ceará.
SATED / MG - Sindicato dos Artistas e
Técnicos em espetáculos de diversões de
Minas Gerais
SATED / PR - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos em Espet. de Diversões no Est. do
Paraná.
SATED / RJ - Sind. Artistas Técnicos Espet.
Diversões do Rio de Janeiro
SATED / RS - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos em Espet. de Diversões do Est. R.
Grande Sul
SATED / SC - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos de Diversões no Estado de Santa
Catarina
SATED / SP - Sindicato dos Artistas e Téc-
nicos em Espet. de Diversões no Est. de
São Paulo
SATED / PE - Sindicato dos Empresários e
Produtores em Espet. de Diversões Est. do
Pernambuco.
SEPED / PR - Sindicato dos Empresários
e Produtores em Espet. de Diversões Est.
do Paraná.
Sindicato dos Artistas Plásticos de São
Paulo
SINDIDANÇA / SP - Sindicato de Dança
de São Paulo.
SINPARC / MG - Sindicato dos Produtores
de Artes Cênicas de Minas Geraes
SINAPESP / AIAP - Sindicato dos Artistas
Plásticos no Estado de São Paulo
Sindicato dos Profissionais da Dança do
Estado do Rio de Janeiro

TEPA - Teatro Escola de Porto Alegre
Teatro Vila Velha - BA.
TUPEC - Associação de Amigos "Tudo
pela Cultura" (Cubatão SP)
UGITED - União dos Grupos Independen-
tes de Teatro e Dança de Pernambuco.
Universidade federal da Bahia.
União Brasileira de Escritores
Universidade Federal de Minas Gerais

RELATÓRIO DA REUNIÃO FINAL DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

13 e 14 Novembro
2006

Minc / Funarte
Última Reunião da Câ-
mara Setorial de Dança
Dias 13 e 14/11/2006

Local:
Palácio Gustavo
Capanema
Sala Cândido Portinari
Rio de Janeiro

Sumário

- 1. Lista Dos Presentes**
- 2. Pauta Proposta**
- 3. Reunião De 13/11/2006**
- 4. Reunião De 14/11/2006**
 - Relato Gtt De Direitos Autorais – Mar-
ta César
 - Relato Gtt Economia Da Cultura –
Sofia Cavalcante
 - Avaliação Das Câmaras Setoriais –
Antônio Grassi
 - Relato Sobre A Cnic – Sigrid Nora
 - Relato Pnc – Élder Vieira
 - Relato Gtt Memória – Lúcia Matos
 - Relato Gtt Mec/ Minc – Dulce Aquino
 - Relato Gtt Trabalho E Legislação –
Marise Siqueira
 - Proposta De Renovação Da Csd –
Vitor Ortiz
 - Relato Gte Trabalho
 - Relato Gte Fomento, Financiamento
E Difusão
- 5. Carta da Câmara de Dança para
o PNC**
- 6. Documento da Câmara de Dança
para o PNC**

Lista dos Presentes

MinC

1. Elder Vieira – Secretario Adjunto da SPC e Coordenador do PNC

Funarte

1. Antônio Grassi – Presidente da Funarte
2. Antônio Gilberto – Diretor do Centro de Artes Cênicas
3. Vitor Ortiz – Coordenador das Câmaras Setoriais
4. Marcos Moraes – Coordenador de Dança
5. Mayalu Matos Silva – Assessora das Câmaras Setoriais
6. Leonel Brum – Mediador

Representantes da Câmara Setorial de Dança

1. Ângela Ferreira (RJ)
2. Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva (BA) – Formação
3. Ernesto de Sousa Gadelha Costa (CE)
4. Jacqueline Alves de Castro (MG) – Produção
5. Lourdes Braga (RJ) – Questões Trabalhistas
6. Lúcia Matos (BA)
7. Marília Rameh Reis de Almeida Braga (PE)
8. Marise Gomes Siqueira (RS)
9. Marta César (SC)
10. Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF)
11. Rosane Gonçalves (PR)
12. Rui Moreira (MG)
13. Sofia Cavalcante (SP)
14. Sigrid Nora (Caxias do Sul/RS) – Formação de Público/Consumo
15. Waldete Britto Silva de Freitas (PA)

PAUTA PROPOSTA

Dia 13

09h00 - Chegada e café

09h30 - Abertura

Antônio Grassi - Presidente da Funarte
Antônio Gilberto - Diretor do Centro de Artes Cênicas
Marcos Moraes - Coordenador de Dança
Vitor Ortiz - Coordenador das Câmaras Setoriais

10h30 - Plano Nacional de Cultura
Apresentação de Élder Vieira, coordenador do Plano Nacional de Cultura.

Discussão sobre o tema.

12h30 - Almoço

13h30 - Escolha dos representantes do Fórum Funarte Condutos Internacionais da Arte

14h30 - Relato de cada representante dos GTTs sobre o trabalho realizado

16h00 - Relato de um representante de cada GTE sobre o trabalho realizado.

Obs. Como não foi tratado o tema Fomento, financiamento e difusão na última reunião do GTE, seguimos esperando alguma sugestão de encaminhamento por parte dos membros desse grupo, conforme já solicitado por e-mail anteriormente.

17h00 - Início da discussão sobre as ações e a gestão dessa formação da Câmara.

Dia 14

09h00 - Continuação da discussão sobre as ações e a gestão dessa formação da Câmara.

11h00 - Discussão sobre formato da Câmara Setorial de Dança.

13h00 - Almoço

14h00 - Discussão sobre renovação do mandato da Câmara e metodologia para recomposição da mesma.

16h00 - Últimos Encaminhamentos

Reunião de 13/11/2006

Obs: Devido a problemas com o vó de Elder Vieira, a pauta foi modificada, alternando-se a ordem prevista, conforme segue:

MANHÃ

ABERTURA: MARCOS MORAES / Co-ordenador de Dança da Funarte
Saudação e apresentação da pauta.

RELATO DE MARTA CÉSAR SOBRE O Grupo de Trabalho Transversal (GTT) DE DIREITOS AUTORAIS

Pontos importantes

- Ressaltou que os profissionais da dança em geral desconhecem que existem outras instituições envolvidas no campo dos direitos autorais além do ECAD. Como exemplo, citou as questões do direito internacional. Pesquisou sobre direitos autorais da Suíça, França, Canadá, entre outros. Também foi discutida a possibilidade de abatimentos nos direitos autorais e a questão do baixo retorno dos recursos para os artistas.
- Sugeriu uma atenção maior da Câmara para o tema e a necessidade de se ter um órgão de gestão de direitos. A música, por exemplo, tem sete ou nove órgãos arrecadadores. Outro exemplo é a Interartes, uma associação de arrecadação que trata do Circo no Rio de Janeiro.

Debate

Marcos Moraes sugeriu se pensar em um sistema único ou sociedade autoral na área da dança.

Sofia Cavalcante disse que parece ter uma possibilidade de isenção ou abatimento de impostos nas últimas modificações da Lei.

Vitor Ortiz alertou para um fato que considera muito preocupante: O SGA, uma arrecadadora espanhola, tem feito alguns movimentos no Brasil e tem conseguido canal de acesso nos nossos SATEDs. Há uma tendência de ocupação desse espaço se não for ocupado por uma entidade brasileira.

No teatro e na dança esse sistema de arrecadação ainda não funciona adequadamente.

RELATO DE SOFIA CAVALCANTE SOBRE O GTT DE ECONOMIA DA CULTURA

Pontos importantes

- A Economia da Cultura engloba muita coisa além do Fomento.
- O MinC não trata a dança como indústria cultural.
- Para o Plano Nacional de Cultura (PNC) e na CSDança o Fomento deve ser discutido mais detidamente, mas é necessário um mapeamento prévio. Nenhuma das pesquisas de economia da cultura abarca a dimensão informal, é preciso atentar para os aspectos sociológicos que impactam o cenário, os estudos não prestigiam as diversidades regionais.
- As academias atualmente estão em crise, até pouco tempo eram uma fonte financeira.
- Houve uma demora para os membros do referido GTT se conciliarem,

sobretudo pela dificuldade em se organizarem para criar uma elaboração conjunta, devido às grandes diferenças entre uma área e outra. Com exceção da música, as outras áreas não apresentam um movimento intenso no mercado cultural brasileiro.

- Cada área apresentou suas reivindicações, mas faltou um diagnóstico específico para o PNC, com as dificuldades de cada uma, abordando pontos como: a dificuldade de manutenção de trabalhos continuados, quais estruturas funcionam no país, quais são as novas demandas, diante dos projetos que apareceram no país nos últimos anos, a questão dos juros sociais, etc.

- Foi solicitada uma nova reunião devido às dificuldades enfrentadas na primeira.

Marcos Moraes assinalou que o diagnóstico elaborado pela Coordenação de Dança apontou a necessidade de mapeamento de ações e eventos na área.

- Apontou que é fundamental que a visão do MinC sobre economia da cultura seja assimilada pela classe e seja difundida para lideranças locais. Falou também sobre a importância de se perceber a dimensão econômica da cultura, que não é uma dimensão numérica apenas, a fim de que se possa pensar políticas públicas nesse sentido.

- Ressaltou também que há uma mudança no público das academias, mudança nas expectativas que as pessoas têm, nos formatos das aulas, (módulos, formato fim de semana). A formação das pessoas está mais pulverizada, portanto é difícil ler o cenário atual.

Sofia Cavalcante complementou as palavras de Marcos afirmando que as academias estão se reorganizando

para dar conta desse novo mercado.

- Acredita que está muito difícil ler o cenário atual por falta de mapeamento. A demanda de grupos por projetos está imensa. Só a Cooperativa Paulista de Teatro, por exemplo, teria tido 300 grupos inscritos para participar dos editais, portanto em quantidade maior de inscrições do que os grupos registrados na própria cooperativa.

- Os encaminhamentos elaborados pelo GTT da Economia da Cultura foram enviados à Funarte através do relatório.

Vitor Ortiz diz que uma das características positivas dos GTTs foi aproximar as categorias de setores desconhecidos. Por exemplo, quem trabalha com as Câmaras Setoriais no MinC é a Secretaria de Políticas Culturais - SPC, mas o gabinete do Ministro começou um trabalho específico para a área de economia da cultura. Também podem ser apontados os trabalhos com o IPEA e IBGE.

- A partir de agora esses segmentos sabem que existem um canal com as Câmaras Setoriais, que estão disponíveis para o diálogo.

- O IBGE evoluiu, em relação a pesquisas anteriores, no sentido da pesquisa sobre consumo cultural, mas incluir uma questão nova na pesquisa do IBGE é sempre complicado devido ao custo do processo, mão de obra, etc.

- O mercado cultural e o consumo também são preocupações.

- Outro fator apontado pela assessora do Ministro, Paula Porta, é que o sentido de fortalecimento de Economia da Cultura, na visão empresarial, busca sempre a rentabilidade, por isso, o MinC priorizou o audiovisual e a música, porque tinham mais possibilidades de mercado, por serem indústrias. Isso foi cobrado pela área

da dança e até pela música também, por causa do acordo com a APEX (que visa a promoção da exportação). O GTT não concordou com o enfoque dado pelo MinC, pedindo a ampliação dos horizontes desta política, incluindo aí os setores não-industrializados do universo artístico.

- O Fórum da Funarte Conduitos Internacionais da Arte, que se realizará no âmbito do Fórum Cultural Mundial, dias 28 e 29 de novembro próximos, vai discutir a circulação internacional de espetáculos. Não vai discutir apenas o mercado, mas subsídios para se formar uma rede que quer pensar a circulação e apontar caminhos viáveis e mais contemporâneos para a participação do setor público.

AVALIAÇÃO DE ANTONIO GRASSI SOBRE OS TRABALHOS DAS CÂMARAS SETORIAIS

Pontos Importantes

- As Câmaras Setoriais, além dos programas, foram um dos grandes avanços dessa gestão, elas são uma ferramenta para uma política de estado afinada com cada área de atuação. Foi um encontro da classe com a política de estado, onde esta pôde passar de espectadora à protagonista.

- É fundamental que se pense numa permanente renovação e depuração dessa política por parte do estado.

- Destacou que quando foi feita a primeira minuta sobre o trabalho das CS, foi visto que o material era um programa de governo – que já é um fato e também um compromisso – além de apresentar uma radiografia geral das áreas de atuação da Funarte.

- Já se encontra em elaboração a edição dos Cadernos das Câmaras Setoriais.

- Agora o desafio das Câmaras Setoriais é que tenham mais autonomia, não ficando tão dependentes das

pautas da Funarte. Com a questão da emenda dos Prêmios Klaus Viana e Myriam Muniz viu-se que já há uma independência. Foi fundamental a discussão dentro da CS e a discussão dessas em BSB, no Congresso. A Funarte também fez reuniões em BSB. Inicialmente eram 100 milhões, passaram para 30 milhões e, finalmente, foram liberados R\$ 15 milhões. Foi um trabalho conjunto entre gestores e as Câmaras.

- A Funarte está contemplando neste momento todos os suplentes da segunda fase dos dois prêmios (foi o mesmo número dos contemplados na primeira fase). Após uma consulta ao Departamento Jurídico, o novo prazo para conclusão dos trabalhos foi adiado para junho de 2007. Essa consulta garantiu também que a sobra das verbas desses prêmios poderá ser repassada para Caravana Funarte.

- No dia 6 de dezembro será lançada, juntamente com a Petrobrás, a liberação dos recursos para uma nova edição dos Prêmios Klaus Viana e Myriam Muniz. A Funarte entrará em 2007 com editais cujos formatos poderão ser rediscutidos.

- A Funarte está reavaliando a sua própria participação nas seleções dos programas, pois acredita que deve fazer parte efetiva dessas seleções, participando da decisão final.

- Assinalou alguns pontos que considera acertos da Funarte na distribuição desses prêmios, como a divisão regional: os dados que se têm hoje oferecem mais claramente as possibilidades de avaliação das proporções em cada região. As diferenças regionais não podem ser ignoradas na avaliação, a democratização dos recursos não passa por uma divisão eqüitativa, porque o volume de produção de algumas regiões é bem maior que de outra.

- O IBGE, através dos programas pode desenvolver um cadastro muito importante das áreas. Hoje, por causa dos programas, conseguimos ter um censo interessante em relação aos projetos e à produção do Brasil.

- Foi lançado o primeiro edital para artistas com deficiência e 117 companhias de dança (número muito significativo) passaram a fazer parte do Programa chamado Além dos Limites, apoiado também pela Caixa Econômica Federal, que já assegurou um aumento de recursos no próximo ano.

- Finalizou agradecendo o trabalho realizado este ano pela Câmara Setorial de Dança e pontuou que há condições de avançar bastante ainda.

Debate

Vitor Ortiz disse que a Funarte considerou a possibilidade de realizar até o dia 10/12 uma videoconferência nacional com todas as Câmaras Setoriais, com possibilidade de participação de outros participantes dos fóruns. O objetivo é comemorar o trabalho coletivo das Câmaras Setoriais, da Funarte e do MinC. A liberação dos recursos dos prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna foi a maior ação do governo federal já realizada na área das artes cênicas e gostaríamos de comemorar esse esforço coletivo.

Lúcia Matos ressaltou a necessidade de se discutir a presença de critérios mais amplos nos editais, sobretudo nas questões das diferenças regionais.

Antônio Grassi apontou que a distribuição dos recursos foi feita de acordo com a proporção de projetos recebidos de cada região.

- Assinala que a experiência com a Cooperativa Paulista de teatro é mui-

to saudável para a produção porque tem uma estrutura já definida para apresentação de projetos, o edital possibilita que as cooperativas congreguem a apresentação de projetos. Sugeriu se tentar trabalhar no sentido de se criar uma cooperativa de representação das companhias de dança do norte e nordeste.

Marcos Moraes diz que o norte e nordeste reivindicaram nas reuniões a modificação da formatação dos editais, que deveriam priorizar linguagem mais adequada à área artística e menos à área acadêmica.

Ernesto Gadelha propôs que a Câmara Setorial de Dança possa trabalhar no aperfeiçoamento dos editais antes deles serem liberados.

Antônio Grassi diz que antes do próximo lançamento, o edital pode ser trabalhado em conjunto com as Câmaras Setoriais. Pode-se começar a partir de agora. Avaliar juntamente com os dados anteriores, rever as questões de formatação.

Rosa Coimbra pergunta se já existe alguma avaliação sobre o Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC.

Antônio Grassi responde que está atrasado com isso, mas ressaltou que Elder Vieira irá apresentar o tema na Câmara Setorial de Dança.

Marcos Moraes pede que Sigrid Nora faça um relato sobre a sua participação como representante do Conselho Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC.

RELATO DE SIGRID NORA SOBRE A CNIC

Pontos importantes

- Agradeceu, em primeiro lugar, a batalha de todo o coletivo para a conquista de uma representação da dança na CNIC e a sensibilidade do Marco Acco que aceitou a indicação do Fórum Nacional de Dança para concorrer à indicação do Conselho.

- A dança, até então, tinha suas questões vistas pelo titular do teatro, hoje ela tem uma cadeira e não uma suplência.

- As reuniões da CNIC estão procurando estabelecer novos critérios para avaliação dos projetos. Essa nova comissão assumiu em 28/8 e já se encontra na sétima reunião: três de análise de projetos e três de estabelecimento de novos critérios e estratégias. A renovação foi de praticamente 100 %.

- Trabalha-se atualmente sobre a lei Rouanet para viabilizar artigos que não estavam atuantes.

- Concluiu o seu relato afirmando que o avanço foi grande e que é fruto de um trabalho coletivo.

Debate

Antônio Grassi relatou que o balanço do ano passado na captação Lei Rouanet foi de R\$ 700 milhões, mais que a verba da Funarte. Dessa forma, o Conselho acaba decidindo por questões relevantes na produção cultural. Deve-se ter uma discussão bastante afinada com relação à atuação do governo, pois não se trata de patrocínio: é renúncia fiscal, é dinheiro público.

Sigrid Nora disse que a CNIC está trabalhando no sentido de se chegar a parâmetros que sejam os mais justos possíveis com os artistas e também com o governo federal, com relação aos recursos. A questão é que o nome divulgado no final do processo é o da empresa, com o falso nome de patrocínio, e não o governo, que está tendo vontade política para o desenvolvimento da área.

- Outro processo é a tentativa de se estabelecer alguns critérios para que não se perpetue a visão de que é uma lei que passa tudo, que tudo é possível. O objetivo é estabelecer essa credibilidade do processo já que se trata de dinheiro público que determina em grande medida o desenvolvimento cultural do país.

Rui Moreira pergunta como está sendo o processo de passagem das informações para a sociedade civil.

Sigrid Nora diz que ainda se está em processo de discussão e quando se chegar ao resultado final a questão da divulgação/difusão será vista.

Marise Siqueira disse ser unânime, seja qual for a inclinação ideológica, se admitir que houve uma mudança muito grande nesta gestão do MinC, foi uma gestão divisora de águas.

- Fez uma observação sobre o papel do MinC nas regiões afirmando que a atuação do escritório regional do MinC no sul foi fraca. A atuação da comissão regional de dança foi bem mais forte. Os escritórios regionais do MinC precisam ser mais atuantes, ter mais informações para poderem divulgar tudo de bom que está acontecendo.

Antônio Grassi disse que há uma preocupação de melhora da capilaridade do MinC pelos estados. Já existe um escritório em Porto Alegre e estuda-se a possibilidade de serem implantados outros em outras partes, como em Curitiba e também na região norte. A Funarte tem agora uma representação em BH. Sugeriu também a possibilidade de utilização das delegacias regionais do IPHAN – já que é a única vinculada que está em todos os estados – para divulgar as ações do MinC.

- Há também a divulgação através do canal virtual. Na área da dança

há várias entrevistas sobre a área. É a possibilidade de levar as informações para o mundo. Em 65 dias tivemos 15 mil acessos.

Vitor Ortiz aponta que já foi pedida à Secretaria Executiva um informe sobre a questão do Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC. Os principais entraves são em relação a áreas que não têm CS e dependem das entidades indicarem pessoas para o Ministro escolher e nomear. Há uma vontade no MinC para agilizar isso o mais rápido possível.

RELATO DE ELDER VIEIRA SOBRE O Plano Nacional de Cultura - PNC

Pontos importantes

- Desde o seminário "Cultura para Todos", pensado para discutir leis de incentivo, vem sendo construído um processo de consulta na sociedade. Depois vieram as Câmaras Setoriais, a Teia, o Programa Nacional de Museus, as Conferências, vários fóruns com a população para definir diretrizes para a cultura brasileira. O MinC considera que o processo de discussão e legitimação do PNC se deu durante esse processo. Ao encerrar a Conferência Nacional de Cultura o desafio era a redação do PNC. Construir um texto e apresentá-lo a sociedade, para ser criticado e alterado de acordo com as sugestões.

- Durante esse processo, três deputados (Gilmar Machado (PT/MG), Paulo Rubens Santiago (PT/PE) e Lara Bernardi (PT/SP) entraram com uma Proposta de Lei - PL sobre o PNC na Câmara, o que surpreendeu a Secretaria de Políticas Culturais - SPC. Esse PL era composto pelo rol de diretrizes da Conferência e pelo relatório da Secretaria de Articulação Institucional - SAI. Foi feita uma pro-

posta para que o PL fosse substituída pelo PNC que está em elaboração no MinC.

- O Ministro pediu para que essa proposta fosse entregue até o fim da gestão. O prazo ficou exíguo e, portanto, ousado, mesmo com todo acúmulo que já existia, mas o objetivo do MinC não é uma votação rápida dessa PL, por isso o mais interessante seria a votação não acontecer esse ano. O PNC vai mexer com questões muito profundas, vai tocar na questão da TV, do audiovisual, questões de deslocamentos de poder na sociedade brasileira. Não será qualquer batalha, por isso interessa que haja um debate longo na sociedade.

- O objetivo é que, depois da entrega final do PNC, um novo debate seja feito em 2007, principalmente pela internet. É importante que seja um processo muito transparente. O PNC é a consolidação de 4 anos de gestão.

- Planejar o intangível – especificidade da cultura que lida com o simbólico é o primeiro desafio. O governo não procura determinar o que de simbólico vai surgir, mas queremos garantir que o simbólico aconteça. Como planejar algo que não se controla? Como disponibilizar o manejo livre da produção cultural brasileira e com isso construir um ativo econômico e de inclusão? Isso não é para ser controlável. A pergunta é como planejar o não controlável? Disponibilizar para a sociedade de modo que ela própria crie bens simbólicos que o governo não pode controlar. No que vai dar esse diálogo não se sabe, mas o objetivo é estabelecer metas e diretrizes que possibilitem esse desenvolvimento cultural.

- A estruturação do texto do PNC compreende essa complexidade que é planejar o intangível. A primeira parte do texto será conceitual, a

segunda vai articular as três dimensões que essa gestão elegera como mais evidentes da cultura: a simbólica, a econômica e a social. Vai tratar da questão da cultura e educação, gestão cultural e financiamento, tentar criar eixos que transversalizem o Plano. Depois haverá as metas e por fim um capítulo que prevê que o PNC se auto-avale periodicamente. É preciso que de 2 em 2 ou 3 em 3 anos haja uma reavaliação.

- A ideia é entregar o texto em dezembro. Essa comissão articula as inteligências do MinC e fora do MinC. Quando necessário, são encomendadas notas técnicas a professores, artistas, linguistas.

- É importante que a Câmara permaneça mobilizada, esse ano e principalmente o ano que vem, pois haverá uma batalha em torno do texto. É fundamental que a sociedade se assenhere do texto.

- O objetivo do plano é explodir os muros que limitam a cultura. A visão da diversidade é ponto de encontro e de partida. O desenho, o elo de articulação do Plano é a expressão da relação entre diversidade cultural e desenvolvimento.

- A cultura representa sete por cento do PIB do Mundo. É uma fronteira para o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. A cultura é o lugar da abundância e não da escassez, é uma usina que mexe com os fundamentos da economia.

Debate

O debate se iniciou com a discussão da questão da inclusão da capoeira enquanto uma modalidade de dança.

Lúcia Matos considerou complexa a inserção da capoeira nessa altura do processo. Capoeira, na Bahia é uma

questão muito específica, porque eles não se veem nem na dança nem da educação física. A área deveria ser consultada, porque eles se colocam como manifestação cultural e é complicado pensar agora a capoeira como dança.

Élder Vieira explicou que há múltiplas dimensões de um mesmo fenômeno cultural, por exemplo, na capoeira, que são importantes de serem consideradas. Na capoeira há uma dimensão da dança, que será discutida. Vai ter no Plano um capítulo da capoeira como algo em si, mas essa questão matricial (transversal) é fundamental também, porque há uma dimensão do espetáculo, do entretenimento. Talvez a CS possa ajudar a encontrar o tom certo para isso.

Lúcia Matos colocou a preocupação de que esse discurso – de dizer que a capoeira tem dança – é o discurso que a ed. física, faz contra a dança – que a dança é movimento e portanto deve ser gerida pelo Cref/Confef.

Marcos Moraes explicou que a dança viveu um ataque de outro setor dentro de sua atividade, e isso a mobilizou. O Conselho de educação física quis gerir a atividade docente na área da dança. A mobilização contra isso continua.

Rosa Coimbra apontou que há muitos deputados eleitos com apoio do Conselho de Educação Física.

Marcos Moraes esclareceu que quando a SPC entrou em contato pedindo indicações de pessoas para redigir um histórico introdutório ao PNC a solicitação foi no sentido de abarcar as danças brasileiras tradicionais. Sugere então que a capoeira poderia estar aí, cumprindo um lugar simbólico na cultura brasileira. Mas que isto não significa uma posição da CSD, que não

discutiu isso. Assinala ainda que as fontes para construção do documento apresentado foram a sistematização das propostas da Câmara, feita por Leonel Brum – que adaptou os relatórios à metodologia do PNC, o diagnóstico feito pela Coordenação de Dança e os relatórios da Câmara.

Vitor Ortiz assinala que o PNC vai circular nos poderes legislativos com um intenso debate. É fundamental um acompanhamento junto ao PNC para garantir que as posições da CS sejam garantidas e que o texto seja tramitado no Congresso – porque cultura não é prioridade política no Congresso e há segmentos que não estão interessados na tramitação desse Plano, pois isso pode resultar em desempoderamento de alguns setores.

Élder Vieira esclarece que o PL passa pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Orçamento. Depois pode passar por outra Comissão por pedido de algum deputado. O CNPC – se for instalado esse ano – deve conseguir fazer uma reunião, mas não terá condição de debater o PNC. Uma vez instalado, ao longo do ano que vem será um fórum de debate em torno do Plano. Outra possibilidade é que se possa fazer outra Conferência Nacional. Mas tudo depende das composições que serão articuladas agora. Reitera que a mobilização tem que permanecer e é preciso mobilizar mais pessoas, pois isso é só o começo, a batalha mesmo será ano que vem.

TARDE

RELATO LÚCIA MATOS SOBRE O GTT DE MEMÓRIA

Pontos importantes

- O presidente do IPHAN participou das reuniões.

- Na ocasião foram apresentados os conceitos de memória, patrimônio material e imaterial.

- A música não participou.

- A dança está muito avançada nas discussões em relação às outras áreas.

- Foi falado da necessidade da ampliação do conceito de patrimônio. O patrimônio imaterial das manifestações artísticas e culturais está sendo muito valorizado.

- Foram definidas algumas diretrizes: necessidade de publicações e centros de referência, memória da dança e organização e disponibilização do acervo de dança.

- A Funarte tem um grande acervo, mas não está disponibilizado. É importante a difusão.

- A questão mais importante para a dança é a salvaguarda e o fomento, para que não se perca a memória da dança.

- Há necessidade também da criação de fomento para a área da memória da dança.

- Haveria uma terceira reunião que não foi realizada.

- O documento final ficou 80% fechado.

RELATO DE DULCE AQUINO SOBRE O GTT MEC/MINC

- Aconteceram duas reuniões.

- Participaram também o teatro, música, artes visuais e circo.

- O circo está sem estrutura acadêmica para formação de professores.

- A Escola de Circo é ligada a Funarte e não ao MeC.

- Haveria uma terceira reunião que não foi realizada.

- A presença de Carlos Alberto Xavier foi importante, mas evidenciou a distância conceitual e em termos de ação entre as duas instituições.

- O documento final do GTT não foi terminado.
- Tivemos a notícia de que foi aberta uma linha de financiamento para apoio à criação de grupos de teatro nas universidades, mas só para teatro e não para as outras categorias.
- Quando se soube da criação da Câmara Interministerial Mec/MinC houve a construção de um documento para esta.
- Aquino leu as recomendações do documento.
- O GTT de Educação está na mesma situação do GTT de Economia, pois ainda estão dependendo de mais uma reunião.

Vitor Ortiz esclarece que a Câmara Interministerial foi formalizada no final do mês de agosto com a presença dos ministros do MEC e MinC. Foi criada a partir da Secretaria de Articulação e do MEC, mas principalmente a partir da pressão das Câmaras Setoriais. Ela tem o propósito de reunir as secretarias do MinC e do MEC, com uma frequência ainda não estabelecida. Sua forma de funcionamento ainda não está definida, mas ela não inclui as Câmaras Setoriais. A primeira reunião de 20/10 não foi realizada, mas a expectativa é que aconteça uma reunião até o final do ano. O documento aprovado no GTT para esse fim foi enviado para Carlos Alberto Xavier e Juca Ferreira e ambos repassaram para MEC e MinC.

RELATO DE MARISE SIQUEIRA SOBRE O GTT DE TRABALHO E LEGISLAÇÃO

Pontos importantes

- Foram feitas 3 reuniões. Na primeira o Vitor não estava presente, estavam os secretários do MinC. Para eles era novidade o problema da dança com a legislação.
- Sobre o Cref/Confef, tudo era novi-

dade para a mediadora e para o próprio MinC. O circo vem apoiando a dança nessa questão, pois está havendo um boom de escolas de circo e eles estão com receio da questão do Cref/Confef. O Confef agora está querendo fiscalizar o turismo de aventura.

- Sobre livro e literatura houve um representante da Biblioteca Nacional na reunião.

- Na questão da tributação, o livro conseguiu desonerar a produção – foi um acordo entre MinC e Ministério da Fazenda, num percentual que retornaria para o fundo do livro, mas o fundo ainda não havia sido criado. Os editores estão economizando, mas os artistas ainda não estão recebendo. Foi perguntado como o livro foi desonerado e as outras áreas não, pois a dança também quer ser desonerada. Disseram que existe essa possibilidade, mas ainda não se sabe como, ainda não se tem nada. É um assunto comum a todos, é preciso pressionar.

- Não houve resultado para a desoneração da micro e pequena empresa.

- Outro assunto comum foi a questão previdenciária, com o Cultura-Prev. O Culturaprev é mais vantajoso do que recolher como autônomo. É preciso levantar essa bandeira como problema de todos.

- Sobre a lei 6.533, Aluisio Cherobim, da CSteatro, participou da criação dessa lei e trabalha no sentido de fortalecê-la. Parece que no Brasil está se achando que a dança está contra o teatro, contra a lei. Na verdade a 6.533 não serve pra ninguém, como disse a Márcia Jovita, delegada regional do trabalho presente na reunião da CSDança no ano passado. O que eles querem é terminar a questão dos direitos conexos, no entanto, quando a lei vai pra o Congresso para ser modificada fica exposta a grandes lobbies. Não queremos

modificar a 6.533, nem o anexo, o que queremos é mobilizar a dança no país e discutir a questão, discutir a minuta que nós já temos.

- A posição do Sated era contra uma lei para a dança. Os Sateds e Conateds não estão ouvindo a classe. Foi colocado que a dança não tem força suficiente para um sindicato próprio. O discurso é que poderia haver uma divisão de forças, e não é isso que queremos, temos que lutar contra essa ideia.

- Ainda se deve discutir com os profissionais de dança para criar uma Câmara Interministerial com o Ministério do Trabalho e, paralelamente, continuar discutindo com a sociedade.

- O Conated entregou um documento ao ministro Gilberto Gil solicitando que todas as discussões do MinC sobre a legislação trabalhista deveriam passar por eles. E foi acatado pelo ministro.

- Deve-se tentar também a desonegação da produção cultural como um todo.

Discussão

Houve uma discussão/mal entendido em relação à entrega do documento pelo Conated ao ministro Gilberto Gil, pois alguns participantes acharam que isso poderia tirar a legitimidade da CSDança na discussão das questões trabalhistas.

Marcos Moraes esclareceu que qualquer entidade que entregar documento à Funarte será recebida. O que não significa a posição do Ministério sobre o tema. O documento do Conated foi fornecido ao GTE de Trabalho e tributação em sua reunião passada.

Vitor Ortiz esclareceu que o documento foi encaminhado por Lourdes para a Funarte, recebido e enviado para a Secretaria de Políticas Culturais. O refe-

rido documento trata de várias coisas, entre elas, uma solicitação ao MinC, de que o posicionamento do Conated seja considerado ao se abordar assuntos trabalhistas. O MinC não tem autonomia para definir a posição do governo sobre a questão trabalhista. Ele pode recomendar, mas tudo será decidido no âmbito do Ministério do Trabalho, assim o Conated tem que ser sempre ouvido, pois o MinC não pode assumir uma questão sem que se ouça a organização sindical. O governo é vítima constante da pressão de vários grupos no âmbito da legislação trabalhista e precisa estar amparado pelas instâncias legais para tocar nas questões. Isso não significa que a Câmara Setorial não seja ouvida.

- Sobre a 6.533, Vitor Ortiz informou que as questões de cada área, embora estejam sob o guarda-chuva desta lei, são muito diferentes e divergentes entre si. Há uma determinação para que, por enquanto, não seja alterada a Lei 6.533, pois existem entendimentos consensualizados não na mudança da lei, mas no quadro anexo e também no registro profissional. Informou ainda que o grupo do GTT acordou que a SPC iria buscar estudo para promover a mudança do quadro anexo da lei 6.533.

Dulce Aquino disse que a lei é lixo da ditadura, juntando os interesses de defesa nacional com interesses internacionais. A Lei 6.533 não funciona para a dança, não é somente o anexo que não funciona. A dança não quer abrir nada, nem mexer em nada. A lei simplesmente não diz respeito à dança.

Marcos Moraes disse que no GTE se chegou a um local de avanço que foi, em primeiro lugar, apontar a necessidade de estudos mais profundos para informar ao Ministério do Trabalho e aumentar a informação para a categoria

da dança. A Funarte não vai fazer isso, pode sim apoiar ações, desde que partam de articulações nacionais. Considerou ainda que para uma discussão sobre os impostos da categoria deveria haver primeiro um consenso sobre o assunto.

Marília Rameh observou que apesar do caminho ser o diálogo com o Ministério de Trabalho, ele próprio não possui informação sobre a área da dança. Contou que numa reunião em Recife a Secretaria do Trabalho foi convidada, mas não houve nenhum representante da Delegacia Regional do Trabalho, pois não havia ninguém preparado para falar da 6.533.

Marise Siqueira ressaltou que o RS fez em 2002 uma plenária com representação da dança, e em 2003 fez uma minuta da lei da dança. O Fórum Nacional de Dança - FND achou necessário discutir com o resto do país, e é isso que está sendo feito agora. A Dança tem a discussão de se o sindicato que existe a representa ou não.

Rosa Coimbra afirmou a necessidade de discussão da lei para que esse tema avance e resalta que o Conated não tem colaborado para desenvolver a discussão. O Fórum Nacional vai retomar a discussão nos dias 4 e 5/12, quando se reunirá em Salvador.

Encaminhamento

Realização de seminários e discussões para formalizar documentos e abaixo-assinados com posições claras da categoria sobre a lei da dança. Sobre isso Marília Rameh assinala a possibilidade de compartilhar o formato do seminário realizado em Recife para coletivos que tiverem o interesse em realizá-lo.

RELATO DE VITOR ORTIZ SOBRE PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE DANÇA

Pontos importantes

- Como as Câmaras Setoriais estão baseadas num decreto, e como o trabalho já está muito consolidado, a tendência é não haver ruptura nesse processo. Apresentou a proposta de fechar o plano de trabalho para 2007 antes do final do ano, deixando tudo preparado para uma eventual mudança de interlocutores no MinC e na Funarte.

- Em primeiro lugar, deve-se fazer uma avaliação das Câmaras Setoriais ao longo dos três anos de processo. Deve-se colocar a opinião daqueles que participaram, como foi e como o processo pode ser aperfeiçoado.

- Ortiz acredita que é importante a noção do quanto foi difícil levar adiante as propostas das Câmaras Setoriais. Por exemplo, no caso do MEC/MinC, a partir das diferentes maneiras de pensar nas duas instituições.

- As estratégias de um país continental devem ser mais focadas para se conseguir as coisas. Por exemplo, a perseverança do teatro e da dança na busca de liberação da emenda orçamentária para os Prêmios Klauss Vianna e Myriam Muniz.

- Sobre a representatividade ainda existem várias questões: Os representantes continuam representativos? E a representatividade regional? Como minimizar a impossibilidade de se ter um representante de cada um dos 27 estados?

- Uma questão fundamental relacionada à representatividade é a dificuldade do constante diálogo com a base, o que é compreensível, porque é uma atividade não remunerada – se fosse existiriam outros problemas.

Pagar os representantes pode comprometer a representatividade.

- Há uma tentativa da Funarte para envolver cada vez mais as representações do MinC e Funarte nos debates das Câmaras Setoriais. Tenta-se ter uma pessoa em cada representação regional que tenha informações sobre as Câmaras Setoriais.

A proposta propriamente dita

- Dedicar seis meses para um processo de remobilização dos representantes das Câmaras Setoriais – eventuais mudanças dos representantes seriam em setembro. A partir das propostas vindas da base renovar e estabelecer um novo mandato até setembro de 2009. Enquanto isso, manter a composição atual até a renovação ser feita.

- O processo de renovação: reuniões nos estados devem ser realizadas não necessariamente com acompanhamento do MinC. Mesmo assim a Funarte fará um esforço para participar de todas. Além disso, serão feitas duas rodadas de reunião em cada estado que tenha representatividade.

- Sugere que essas reuniões sejam marcadas com, no mínimo, 15 dias de antecedência e sejam divulgadas publicamente no website do MinC/Funarte.

- Que a primeira dessas reuniões tenham como pauta a avaliação e o processo de renovação – não partir para trocar o representante na primeira reunião. A segunda seria para efetivamente escolher o representante. Essa segunda reunião teria sempre um representante do MinC e da Funarte. Sugere que a escolha tenha fé pública, para dar um mínimo de legitimidade ao processo, para que ele possa ser menos informal. A meta seria fazer nos 27 estados. A

Funarte vai se empenhar nesse esforço.

- Além dessas, deveriam ocorrer mais duas reuniões nas regiões. Em seis meses, quatro reuniões (duas no estado de origem e duas regionais), sempre tentando resolver o problema da representação regional. Deve-se tentar também um grupo intermediário em cada região. Mais duas reuniões ordinárias da Câmara Setorial de Dança no primeiro período (previsão para maio e julho) e mais duas de outubro a dezembro. O objetivo é recompor o tecido da Câmara Setorial para que ela se torne forte e representativa.

Deve-se manter também as reuniões dos GTTs – abril e maio, duas reuniões, para consolidar os encaminhamentos.

- É preciso pensar sobre a manutenção ou não do formato de especialistas convidados por áreas ou setores (indicação da Funarte ou outra sugestão).

Debate

Sigrid Nora sugeriu equilibrar com representantes do interior e das capitais. Equilibrar também os especialistas com outros gêneros da dança. Muitas vezes se consegue uma representação regional somente de alguns gêneros, então a questão do especialista pode ser uma forma de equilibrar os gêneros e também a questão de capital e interior. É uma carta na manga.

Sofia Cavalcante colocou que as especialidades foram super importantes. Não devem ser retiradas. É preciso pensar as sub-câmaras e é preciso uma ação maior da Funarte dando um suporte logístico, pois falta fôlego. Disse que recebeu muitas reclamações e que é preciso se reavaliar o papel dos representantes perante as mobilizações.

Dulce Aquino propôs a criação de sub-câmaras estaduais.

Ernesto Gadelha sugeriu que os especialistas deveriam estar presentes não só nas reuniões relativas a suas especialidades, mas em todas, pois os temas são muito transversais.

Lúcia Matos destacou que é a primeira vez que a dança está sendo ouvida de forma ativa dentro do MinC. A dança está começando a discutir, difundir e ser ouvida aos poucos nos estados. Está começando a sistematizar o pensar e o fazer da dança no país. Os GTTs são uma ação difícil mas produtiva – e gratificante.

- Disse ainda que as pessoas reclamam como se os representantes fossem funcionários da Funarte, há uma confusão. Ela não se sente satisfeita com a atuação da representação Regional do MinC em Recife e diz que nos coletivos sempre surge a reivindicação de uma representação do MinC em Salvador.

- Disse que é preciso construir um processo de credibilidade da gestão, mostrar as ações. Devem-se mostrar também, de uma forma prática, as discussões da Câmara que irão acontecer em 2007.

- Considerou que há pessoas muito bem qualificadas na Câmara, mas que o envolvimento com as questões da Câmara pode ser desenvolvido. Observou que se sente representante de Salvador e não da Bahia, pois lá ainda não se conseguiu envolver o interior do estado. Na Bahia há um apoio da Universidade Estadual para penetração no interior, mas não há bom respaldo do escritório do MinC de Recife.

- Lembrou que a nomeação oficial dos representantes da Câmara Setorial de Dança é necessária.

Marise Siqueira disse que o coletivo do RS é diferente dos outros, já funciona desde 2001 como comissão permanente de dança, contempla muitas entidades e tem representação na capital e no interior. Em 2005, em Porto Alegre, foi criada uma subcomissão dentro da comissão permanente.

- Lembrou que há um grande movimento pela proliferação dos festivais competitivos. Deve-se tocar nessa ferida que todos sabem que existe. É importante ter um representante do movimento dos festivais para discutir a questão aqui na Câmara. É importante trazer representantes dos assuntos discutidos e não cortar cabeças de representação.

- Frisou que as representações do MinC podem ser muito importantes fornecendo o apoio logístico para as convocações. Considerou também a necessidade de capilarizar a estrutura da Câmara Setorial.

Rosane Gonçalves sugeriu uma ação da Funarte oficializando representação nas Secretarias de Estado da Cultura. Talvez isso ajude na mobilização e logística. É favorável ao apoio formal dos escritórios regionais. Ressaltou que no Paraná o movimento começou com uma mobilização estadual que caiu, então criou-se um fórum municipal para, posteriormente, incluir de novo o estadual. É importante ouvir as pessoas que realmente produzem pois algumas categorias da dança não se sentem representadas. É importante pensar quais ações poderiam ser feitas para incluí-las.

- Além disso, apontou que no Paraná se conseguiu uma lei para inibir as ações do Confef, mas que a mesma não é considerada. É importante pensar como essas leis podem ganhar peso.

Rui Moreira disse que a representação de Minas foi feita pelos coletivos, que cobram dele. Ao mesmo tempo grupos do interior o têm convidado para falar sobre o movimento das Câmaras Setoriais. Sugere um consenso da Câmara sobre o perfil desejado, que possa ajudar a indicar os representantes. Os especialistas devem ser os tops das especialidades. Eles têm que dar condição de aprofundamento nas suas áreas. Os próximos também devem estar bem preparados.

- Levantou as seguintes questões: desconhecimento da Câmara por parte das pessoas; necessidade de se estudar como se dá a capilaridade e o movimento da diversidade, que é muito intenso. Como se pode reavaliar e dar continuidade às ações da Câmara?

Waldete Brito disse que em Belém o escritório regional ainda está sem espaço fixo e tem somente três funcionários, não há apoio nenhum. Em nenhum momento houve reunião com a categoria artística. Sugeriu que o MinC, via Funarte ou não, pudesse estar mais próximo da regional. Reforçou a necessidade de apoio das regionais aos representantes das Câmaras Setoriais. E sugeriu a existência de um plano de ação para desenvolver essas parcerias.

Rosa Coimbra destacou que os colegas de fora da Câmara não têm noção das conquistas dentro das instâncias do governo, é preciso mudar a cultura de pensamento: "ou tem dinheiro ou não interessa". Diz que é necessária a divulgação dos avanços tanto para a categoria como para os gestores. O MinC e a Funarte têm a obrigação de divulgar a função da Câmara Setorial, deixar claro quais os critérios para os representantes, os avanços, a mudança de pensamento.

Sofia Cavalcante ressaltou que a representação do MinC em São Paulo é excelente.

Dulce Aquino colocou que os coletivos devem decidir sua própria representação e que devemos ter apoio nos estados. É preciso um suporte, não pagamento, mas suporte de logística, administrativo. Em uma reunião Mec/MinC 2003, na UFBA, ficou decidido que onde o MinC não tivesse representação as Universidades Federais, por serem órgãos federais, dariam suporte de espaço para que funcionassem representações do MinC.

- Apontou que nesses três anos a dança está com uma presença importantíssima no processo democrático que estamos experimentando no país. A Câmara Setorial de dança foi uma grande conquista, apesar da questão das artes cênicas nos sindicatos. Diz que se já é difícil reunir as pessoas da dança, imagina se fosse uma Câmara de artes cênicas. Parabeniza a sensibilidade de Grassi, Victor, Antônio e a presença de Marcos, que apoiaram a reivindicação.

- Observou que os interiores são diferentes em cada estado. O MinC tem que dar condições para que se façam viagens nos interiores, é necessário aprofundar e criar condições reais para que as vozes do interior apareçam e possam discutir e construir juntas. Sugere a criação de bolsas-trabalho para universitários que possam ajudar nesse processo.

Vitor Ortiz apontou que a questão do apoio logístico talvez seja tão importante quanto a assessoria que cada coordenação tem para as Câmaras Setoriais. O maior problema seria o respaldo das regionais. A Funarte tem que tentar resolver isso no próximo período das Câmaras Setoriais.

- A Câmara não é um órgão governamental, mesmo os representantes recebendo as cobranças que receberam. Ela é parte de uma estrutura montada pelo governo para participação da sociedade no setor cultural. Também não é um órgão de representação classista.

- É preciso evitar as distorções como, por exemplo, na Câmara de Teatro, um GTE divulgar publicamente uma proposta sem que ela fosse dialogada com o governo.

- Deve-se preservar a relação de franqueza que temos com a Câmara Setorial de Dança. Ela não é uma instância de representação unilateral. É um órgão consultivo que trabalha para ter consequências deliberativas. Lugar onde se dialoga, se formula e se pactua.

- O governo não é o único responsável pelo processo das Câmaras Setoriais.

- Comprometeu-se a enviar a proposta apresentada anteriormente para todos e, ressaltou que o prazo para sugestões será no dia 9/12.

- A Funarte vai lançar os Cadernos das Câmaras e também está fazendo o registro em vídeo. Ainda faz parte dos planos a publicação de um manual popular das Câmaras Setoriais.

ESCOLHA DOS PARTICIPANTES DO FÓRUM FUNARTE CONDUTOS INTERNACIONAIS DA ARTE

Pontos importantes para a escolha

- Que os participantes deem retorno para a Câmara;
- Que tenha diferentes regiões do país participando;
- Que se fortaleça o diálogo a respeito da circulação no eixo sul-sul;
- Que se traga a discussão sobre a importância da troca com os países onde haverá circulação e não ape-

nas a exibição de espetáculos;

- Que se cobre a presença do Ministério das Relações Exteriores nesse processo;

- Que se levante uma questão que passou ao largo nas discussões da Câmara: os convênios internacionais na área de dança visando à formação.

Os nomes escolhidos foram: Rui Moreira, Jacqueline Castro e Marta César.

Sobre a questão dos convênios internacionais

Marcos Moraes levantou a questão de que isso seria um novo passo: a criação de estruturas para fomentar o intercâmbio. Citou o exemplo do IBERCENA, que é uma proposta de vários países ibero americanos, de criação de um fundo para ações de intercâmbio.

Dulce Aquino disse ter participado, no final de outubro, de uma reunião da Organização da Cúpula Latino Americana. Descobriu que existe um programa entre os países sul-americanos para apoio a passagens internacionais. A reunião aconteceu em Brasília com a participação de representantes de vários países.

RELATO DO GTE DE TRABALHO

Foi mostrado e explicado o quadro abaixo, que faz parte do relatório entregue a Funarte e realizada uma discussão sobre as informações do mesmo.

Problemática	Diretriz	Ações
<i>Situação conflitante resultante de distintos entendimentos sobre a legislação que trata das especificidades do profissional da dança</i>	<i>Promover ampla discussão entre o Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe Artística sobre a lei 6.533-78, seu decreto e anexo.</i>	<i>Realizar estudo para revisão da lei 6.533-78, decreto e quadro anexo, ou criação de uma lei específica para a dança.</i>
<i>Falta de integração entre: Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i>	<i>Desenvolver mecanismos de integração entre: Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i>	<i>Realizar um Seminário Nacional sobre as Questões Trabalhistas relativas à Dança. Criar comissão mista composta pelo poder público - MTE e MinC - e Sociedade Civil – Classe da Dança.</i>

RELATO DE MARILIA RAMEH SOBRE O GTE FOMENTO, FINANCIAMENTO E DIFUSÃO

Pontos importantes:

- O relatório não foi concluído em nenhuma das duas reuniões do GTE.
- Houve uma tentativa de se concluir o trabalho após a reunião, mas não funcionou.
- Propôs que o referido GTE se reúna no dia seguinte, 14/11.
- Houve uma plenária para se discutir o texto de documento.

Sofia Cavalcante comunicou que o teatro elaborou a proposta de uma lei federal de fomento que foi entregue pelo Movimento Arte Contra a Barbárie para o senado federal. Sugeriu a construção de uma proposta semelhante para a dança. Também disse que há um projeto encaminhado para utilização do Fundo Nacional de Cultura através de editais.

Marília Rameh destacou que no Fundo Estadual de Cultura de Pernambuco há um conselho deliberativo que consegue uma série de decretos e regi-

mentos que regem os trabalhos dessa comissão.

Sigrid Nora assinala a existência do FICART, uma forma de financiamento que existe legalmente, mas não na prática.

Marcos Moraes explica que o Fundo Nacional de Cultura foi criado também para as ações de governo (aporte direto). A Lei Rouanet não é um fundo, mas sim um processo de renúncia fiscal. E o Ficart um sistema de financiamento reembolsável por aporte direto.

Os trabalhos foram encerrados às 19h30.

DIA 14

DISCUSSÃO A RESPEITO DO DOCUMENTO APRESENTANDO POR ELDER VIEIRA, PARA O PNC, SOBRE A ÁREA DE DANÇA

Pontos Importantes

- Consenso sobre a existência de um equívoco no documento do PNC,

pois este ficou muito fragmentado, sendo composto por partes de documentos que não refletem um pensamento e dão margem a deduções.

- Preocupação acerca do conceito "danças brasileiras", que é bastante problemático.

- Mobilização para que o trabalho da Câmara seja respeitado e que esta não apareça dizendo coisas que na verdade não disse.

- Solicitação para que sejam seguidas as moções retiradas da CSDança e que sejam validados os documentos feitos pela Câmara até o momento.

- Foi proposta a redação de um documento, a partir dos documentos já elaborados na CSDança, onde esta se reconheça e a redação de uma carta colocando formalmente a oposição da CSDança ao texto apresentado.

- Solicitação para que os documentos usados como base para a redação do PNC (parte da Dança) tenham suas origens claramente identificadas.

- A CSDança se opôs à possibilidade da equipe do PNC contratar um especialista para dar um histórico sobre a dança no Brasil, pois acha o prazo muito exíguo e a solicitação muito abrupta, podendo dar margem à mal entendidos e confusões.

- Marcos Moraes assinala que a Coordenação de Dança dará seu parecer sobre o documento do PNC.

Como encaminhamento da discussão Leonel Brum propôs a divisão da plenária em 4 grupos: um para redigir a carta dirigida à equipe de redação do PNC com a posição da Câmara; outro, o grupo do GTE de Fomento, Financiamento e Difusão, para terminar o relatório; um grupo para discutir o que deve ser acrescentado ao texto-documento para o PNC e um quarto grupo para discutir o Edital Klaus Vianna.

A parte da tarde foi constituída pela apresentação dos resultados dos grupos e discussão dos mesmos. O grupo que iria discutir o edital não teve tempo para discutir e irá mandar os resultados por email.

Leitura da Carta ao Secretário de Políticas Culturais do MINC

Carta da Câmara Setorial de Dança para o PNC

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2006.

Exmo. Sr.
Alfredo Manevy
M.D. Secretário de Políticas Culturais
do MINC

Cc Sr. Elder Vieira

M.D. Secretário Adjunto da SPC

Prezado Secretário

A Câmara Setorial de Dança, reunida nos dias 13 e 14 de novembro p.p., na Funarte, no Rio de Janeiro, após analisar a versão preliminar do documento entregue pelo Sr. Elder Vieira, intitulado "PNC – Avaliação dos subsídios sobre a Dança", considera que o referido documento não reflete as proposições elaboradas e aprovadas pela Câmara pelas seguintes razões:

1. Consideramos que existem equívocos conceituais, falta de coerência e coesão textual ocorridos pelo uso de fragmentos articulados de forma descontextualizada, retirados de documentos fornecidos pela Coordenação de Dança da Funarte (Dança, Conceituação e Diagnóstico e Sistematização das Propostas da Câmara Setorial de Dança);
2. Consideramos inadequada a denominação "danças brasileiras", já que esse termo não atende as diferentes configurações artísticas e manifestações culturais da dança;
3. Consideramos inapropriada, neste momento, a indicação de outros especialistas da área para elaboração de notas técnicas ou formulações teóricas a serem inseridas no documento referente ao PNC, por entender que essa mudança de metodologia poderá acarretar um esfacelamento do atual documento, originado de uma ampla discussão e acordos coletivos, já que esses novos especialistas não participaram do processo proposto pelo MinC, ao longo de dois anos, para a elaboração das diretrizes e metas da área.

A partir do exposto, a Câmara Setorial de Dança, como órgão consultivo da Funarte, sugere que o referido documento seja substituído pelo documento e moções em anexo elaborados ao longo destes dois anos pela própria Câmara Setorial de Dança.

Câmara Setorial de Dança

Documento da Câmara Setorial de Dança para o PNC

CONCEITO

O PNC deverá tratar dos processos e produtos relativos à dança, enquanto

linguagem própria na área das artes, produzida no Brasil em suas diversas configurações artísticas e manifestações culturais.

DIAGNÓSTICO

Constata-se a dificuldade de se produzir um diagnóstico devido à insuficiência de dados e ausência de mapeamento sobre a ampla variedade da dança produzida e reproduzida no país. Faltam dados sobre: o número de grupos e companhias e o tipo de dança que realizam; a quantidade de academias e escolas de dança; a produção acadêmica em dança; a pesquisa artística; a quantidade de público e o número de estreias; o número de sessões por cada espetáculo estreado; a quantidade de empregos gerados; o número de técnicos envolvidos; a disponibilidade de pautas em teatros para apresentações de dança; o espaço na mídia, sobretudo a eletrônica; a existência de resenhas e críticas; os recursos públicos e privados destinados à dança, entre outros.

Nesse sentido, o trabalho realizado em 2005 / 2006 pela Câmara Setorial de Dança constitui-se num indicador das problemáticas, caminhos e ações para a construção de uma política pública voltada à área.

DIRETRIZES E METAS

A partir da análise crítica da diversidade das questões e desafios referentes ao setor, a Câmara Setorial de Dança elaborou um amplo conjunto de diretrizes e metas.

Financiamento cultural

Fomento e Circulação

Diretrizes	Metas
<i>Implantação de mecanismos de ação direta (a exemplo de editais) para o desenvolvimento dos eixos de pesquisa, circulação, produção e manutenção de artistas independentes, grupos e companhias de dança.</i>	<i>Criar editais nas três esferas governamentais, abrangendo todos os estados da federação, voltados à pesquisa, produção, circulação e manutenção de artistas independentes, grupos e companhias.</i> <i>Prazo: quatro anos.</i>
<i>Criação de dotação orçamentária específica para a dança (recursos não contingenciáveis) nas três esferas, garantidos por lei.</i>	<i>Implementar mecanismos democráticos e transparentes de acesso a recursos federais, estaduais e municipais garantindo a continuidade dos mesmos.</i> <i>Prazo: quatro anos.</i>
<i>Desenvolvimento de estratégias de formação de público e circulação da produção da dança.</i>	<i>Implementar programas públicos continuados de circulação, considerando a diversidade artística e cultural.</i> <i>Ampliar e dar continuidade ao Programa de Apoio a Festivais, Encontros, Seminários e Fóruns gerando um calendário regular.</i> <i>Simplificar e ampliar os mecanismos de concessão de passagens para a circulação no Brasil e no Exterior.</i>
<i>Estabelecimento de mecanismos acessíveis de estímulo ao intercâmbio e à circulação internacional.</i>	<i>Estabelecer uma política de intercâmbio internacional articulada pelo MinC, Ministério de Relações Exteriores, vinculadas (IPHAN, Funarte, Fundação Palmares, etc), instituições culturais, festivais, eventos, instituições acadêmicas, etc, no sentido de facilitar a participação de profissionais da área em eventos no exterior.</i> <i>Prazo: três anos.</i>

Dimensão econômica da cultura

Legislação e Tributação

Diretrizes	Metas
<p><i>Promoção de ampla discussão entre o MTE, MinC e classe da dança sobre a legislação que regulamenta a atividade.</i></p> <p><i>Desenvolvimento de mecanismos de integração entre Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i></p>	<p><i>Realizar estudo para revisão da lei 6.533/78, decreto e quadro anexo ou a criação de uma lei específica para a dança.</i></p> <p><i>Realizar um Seminário Nacional sobre as Questões Trabalhistas relativas à Dança.</i></p> <p><i>Criar comissão mista composta pelo poder público - MTE e MinC- e Sociedade Civil – Classe da Dança.</i></p> <p><i>Prazo: um ano.</i></p>
<p><i>Adequação da estrutura tributária específica para a produção artística.</i></p>	<p><i>Reformar a legislação tributária de forma a contemplar as especificidades da produção artística.</i></p> <p><i>Prazo de estudos e implantação da reforma: dois anos.</i></p> <p><i>Incluir a área da dança no regime do "Simples".</i></p>

Gestão Pública da Cultura

Diretrizes	Metas
<p><i>Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais para atender a área da dança.</i></p>	<p><i>Criar programas de capacitação técnica de gestores e produtores para a área da dança.</i></p> <p><i>Garantir a presença de profissionais especializados em dança nas gestões federais, estaduais e municipais.</i></p> <p><i>Prazo: três anos</i></p>
<p><i>Desenvolvimento de processos colaborativos entre as esferas federal, estadual e municipal para adoção de políticas complementares (referência ao SNC).</i></p>	<p><i>Promover articulação entre as esferas federal, estadual e municipal no planejamento e gestão das políticas públicas para a dança através do SNC.</i></p> <p><i>Prazo: dois anos</i></p>
<p><i>Implantação de mecanismos transparentes e acessíveis de acompanhamento da gestão pública.</i></p>	<p><i>Ampliar e atualizar o sistema de acompanhamento das informações e dados relativos às ações, editais e recursos econômicos direcionados à área da dança, de forma a garantir a transparência e o acompanhamento dos processos em curso.</i></p> <p><i>Prazo: um ano</i></p>

Dimensão simbólica da cultura

Registro e Memória

Diretrizes	Metas
<i>Realização do mapeamento da área da dança identificando a realidade estatística do setor com ampla disponibilização desses dados.</i>	<i>Realizar pesquisa de campo e levantamento de dados sobre a produção de dança nos diversos estados. Criar bancos de dados para difusão em rede nacional e internacional da dança produzida no Brasil. Criar uma rede digital com o objetivo de difundir as informações/mapeamento sobre a dança no Brasil. Prazo: quatro anos</i>
<i>Criação de uma política específica direcionada à memória e à difusão da dança.</i>	<i>Implementar programas, por meio de editais para a publicação, o registro e a difusão em dança através de diversas mídias. Criar centros de referência e acervos, de acesso democrático, direcionados à preservação, memória, divulgação de pesquisas e informações na área da dança. Garantir a criação de, pelo menos, um centro de referência em cada região do país. Prazo: cinco anos</i>

Cultura e Educação

Diretrizes	Metas
<i>Garantia do acesso ao ensino da dança como linguagem artística desde a educação infantil até o ensino superior.</i>	<i>Obrigatoriedade da inclusão do ensino da dança nos currículos da educação básica. Prazo: dois anos Contratação de docentes com graduação em licenciatura plena na área da dança para ministrar disciplinas específicas na educação básica. Contratação de profissionais de dança para desenvolver projetos artísticos específicos em diferentes instâncias educativas. Prazo: um ano</i>

<p><i>Ampliação da oferta de cursos para a formação do profissional em dança em nível técnico e superior.</i></p>	<p><i>Implementar em cada estado da federação e distrito federal pelo menos um curso técnico em dança de caráter público.</i></p> <p><i>Implantar em cada estado pelo menos um curso de graduação em dança nas universidades e/ou faculdades públicas.</i></p> <p><i>Garantir recursos nas escolas e universidades públicas a fim de promover a excelência do ensino técnico e superior de dança;</i></p> <p><i>Prazo: Três anos.</i></p>
<p><i>Integração dos programas do MinC e MEC, através da Câmara Interministerial, para implantação de ações que articulem a produção artística, cultural e educativa em dança.</i></p>	<p><i>Criar e restabelecer programas de bolsas de estudo para aprimoramento de artistas e técnicos no Brasil e no exterior.</i></p> <p><i>Criar programas integrados de ações culturais e educativas entre MinC e MEC.</i></p> <p><i>Prazo: dois anos.</i></p>
<p><i>Integração entre as instituições educacionais e culturais.</i></p>	<p><i>Criar programas que promovam a permanente integração e troca de informações e conhecimentos entre as instituições educacionais e culturais, com o desenvolvimento de políticas que estimulem a formação do público em geral.</i></p>

RELATÓRIO DA 2ª REU-
NIÃO DOS GTES
DA CÂMARA SETORIAL
DE DANÇA

Funarte

Palácio Gustavo

Capanema

Rio de Janeiro

6 de Outubro de 2006

SUMÁRIO

Lista de Presentes

Abertura

Vitor Ortiz

Marcos Moraes

Sigrid Nora

Grupos de Trabalho Especificos

Encaminhamentos

Lista de Presentes

Funarte

Vitor Ortiz – Coordenador das Câmaras Setoriais/Diretor do Cepin
Marcos Moraes – Coordenador de Dança da Funarte
Mayalu Matos – Assessora da Câmara Setorial de Dança

Integrantes da CSD

Marília Rameh – Representante de Pernambuco
Sigrid Nora – Representante da Área Formação de Público/ Consumo
Rosa Coimbra – Representante do Distrito Federal
Rui Moreira – Representante de Minas Gerais
Jaqueline Castro – Representante da Área de Produção
Lourdes Braga – Representante da Área de Questões Trabalhistas/Co-nated
Waldete Brito – Representante do Pará
Ângela Ferreira – Representante do Rio de Janeiro

Abertura

Vitor Ortiz

- Relatou o andamento no trabalho dos GTTs em Brasília e na preparação da proposta para o Plano Nacional de Cultura (PNC); destacou a criação da 1ª Câmara Interministerial de Educação e Cultura, envolvendo os Ministérios da Educação (Mec) e da Cultura (MinC); a grande presença de representantes e o trabalho junto às Secretarias do MinC no sentido de levar a cabo os principais encaminhamentos discutidos.

- Informou sobre a preparação do Fórum Cultural Mundial e especi-

ficamente, do Grupo de Trabalho Mercosul Cultural, organizado pela Funarte para este Fórum. O Fórum ocorrerá de 24 a 31 de novembro no Rio de Janeiro e de 1 a 3 de dezembro em Salvador, Bahia. O encontro do Mercosul Cultural (Fórum Funarte: Conduitos Internacionais de Arte) se dará nos dias 28 e 29 de novembro e contará com a presença de numerosos convidados e autoridades, incluindo a participação de representantes da Receita Federal, do Ministério das Relações Exteriores além do Ministério da Cultura.

- Ortiz relatou também sobre o cronograma de reuniões das Câmaras, destacando as datas finais e a necessidade da discussão do processo de renovação das Câmaras para os trabalhos a partir do ano que vem, já que o atual mandato das mesmas terminaria em dezembro próximo.

- A seguir informou sobre a gestão realizada pela Funarte para a liberação da Emenda de 30 Milhões para os Prêmios Funarte Klauss Vianna de Dança e Myriam Muniz de Teatro. A perspectiva continua no sentido de uma liberação, ao menos parcial, destes recursos.

- Por último, informou sobre a publicação dos Cadernos das Câmaras Setoriais que conterão os relatórios de todo o trabalho realizado pelas Câmaras e que terão parte de sua tiragem distribuída para as Secretarias de Cultura das principais cidades e estados do Brasil.

Marcos Moraes

- Discussão sobre as Comissões de Seleção dos editais e os critérios para sua formação. Moraes afirmou que por não haver uma estrutura consolidada de representatividade

coletiva em todo o território nacional (e mesmo onde existe, esta representatividade varia na sua forma, de estado a estado), os critérios teriam que ser necessariamente elásticos. Em alguns estados um determinado movimento ou coletivo tem quantidade suficiente de profissionais agrupados a seu redor para que se constitua seu caráter representativo. Em outros, isto se daria através de uma associação de profissionais. Em outros, ainda, são os Fóruns Estaduais. Alguns estados, por sua vez, não teriam as formas citadas, mas ao redor da proposta da Câmara Setorial de Dança teriam se formado núcleos que cumprem este papel, embora não constituídos legalmente nem de forma ainda permanente e estável. De qualquer forma, a orientação da Funarte tem sido no sentido de abarcar a diversidade e a rotatividade de nomes, para buscar um alcance maior de olhares e critérios sobre a seleção de projetos para os diversos prêmios Funarte.

Sigrid Nora

- Fez um relato de sua participação nas Comissões de Seleção e os procedimentos da Funarte: a realização de uma reunião inicial, na qual a Funarte explicita o sentido de seus critérios básicos para a seleção (já expostos no corpo do edital), seguida de um debate entre os próprios jurados, que estabeleceriam outros critérios próprios. Logo estes trabalhariam de forma independente para deliberar os ganhadores.

- Relatou também o trabalho realizado por ela na CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura) como titular da área de Artes Cênicas; comentou que os novos conselheiros de Artes Cênicas tem trabalhado em boa sintonia não apenas no exame

dos projetos, mas também em direta cooperação junto ao Secretário Marco Acco no sentido de elaborar critérios mais claros e transparentes e procedimentos menos burocráticos para o funcionamento da Lei Federal de Renúncia Fiscal (Lei Rouanet).

Após estes temas, iniciou-se o trabalho dos Grupos de Trabalho Específicos (GTEs):

1. Fomento, Financiamento e Difusão
2. Questões Trabalhistas, Formação e Profissionalização

Foi decidido que todos trabalhariam no tema trabalhista e fez-se uma leitura dos relatórios do GTT Trabalho e Tributação, assim como do documento a ser encaminhado a 1ª Câmara Interministerial de Educação e Cultura. O GTE Fomento deverá finalizar os trabalhos através de contatos entre seus integrantes por e-mail ou estratégia própria.

Marília Rameh

- Relatou o seminário realizado em Recife (Seminário e Trabalho: O que é LEGAL para a Dança?), com a participação de Marise Siqueira (RS). Rameh recomendou aos demais que se empenhem em realizar seminários semelhantes, pois uma discussão ampla é fundamental para que a classe da dança defina quais são suas necessidades e estratégias de ação em relação à Legislação Trabalhista.

Lourdes Braga

- Chamou a atenção para a necessidade de qualificar os próprios técnicos das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), que muitas vezes não têm conhecimento sobre a lei, além de ignorar, em larga medida, as questões específicas dos trabalhadores da dança. Sua proposta foi que os DRTs tenham algum tipo de

fiscalização e que também realizem seminários sobre a lei 6.533/78 (Lei do Artista).

Na sequência, o debate se encaminhou apontando uma situação de desconhecimento tanto por parte de muitos profissionais de dança em relação à lei quanto por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em relação à realidade dos trabalhadores da dança. Este desconhecimento seria uma das razões por que o debate trabalhista não teria ainda evoluído de forma mais contundente, a ponto de permitir uma organização em torno de determinados pontos, seja no sentido de uma reformulação da lei 6.533/78, seja no sentido da criação de uma lei

específica para os trabalhadores da dança.

Portanto, se concluiu ser necessária a criação de algum mecanismo de diálogo entre o MinC e o MTE, tal como a criação de uma comissão mista ou mesmo uma Câmara Interministerial, além da necessidade de desenvolver seminários e discussões por todo o Brasil para estabelecer uma posição clara da dança em relação à legislação vigente.

Como encaminhamentos, os integrantes elaboraram os seguintes pontos, reproduzidos abaixo (além do já elaborado na reunião anterior, presente no respectivo relatório):

ENCAMINHAMENTOS

Problemática	Diretriz	Ações
<i>Situação conflitante resultante de distintos entendimentos sobre a legislação que trata das especificidades do profissional da dança.</i>	<i>Promover ampla discussão entre o Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe Artística sobre a lei 6.533-78, seu decreto e anexo.</i>	<i>Realizar estudo para revisão da lei 6.533-78, decreto e quadro anexo, ou criação de uma lei específica para a dança.</i>
<i>Falta de integração entre: Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i>	<i>Desenvolver mecanismos de integração entre: Ministério do Trabalho, Ministério da Cultura e Classe da Dança.</i>	<i>Realizar um Seminário Nacional sobre as Questões Trabalhistas relativas à Dança.</i> <i>Criar comissão mista composta pelo poder público - MTE e MinC- e Sociedade Civil – Classe da Dança</i>

Anexo

Câmara Setorial de Dança GTE - Questões trabalhistas, formação e profissionalização Relatório 16/08/2006

Rosa Coimbra (DF)
Lourdes Braga (RJ)
Ângela Ferreira (RJ)
Rui Moreira (MG)

Durante o dia todo foi estabelecido uma discussão que gerou um estudo de relações possíveis com Ministério do Trabalho, Ministério de Previdência Social, sindicatos e uma contextualização do perfil atual dos mecanismos e das pessoas a serem profissionalizadas.

Questões trabalhistas

Moção geral

1. Que todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS, como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera.

Ministério do trabalho

2. Criação de uma lei específica para a Dança ou reforma da Lei do Artista. Como ação imediata estudar um dispositivo que promova atualizações do quadro anexo da lei 6533/78.

3. Demandar um estudo específico sobre os trabalhadores da cultura (Rosa Coimbra defendeu e Vitor Ortiz

sugeriu pedir uma nota técnica sobre o assunto)

Sindicatos

4. Aprofundamento das relações sindicais na dança.
5. Promoção de convenções coletivas entre entidades representativas e artistas.
6. Estudar mecanismos para desenvolver consciência previdenciária para a classe.
7. Encaminhar as demandas da dança junto aos Ministérios do Trabalho e Previdência Social

Ministério de Previdência Social Estudo de aposentadoria para o bailarino com 25 anos de trabalho.

Pesquisar

Quem está apto a ter acesso às verbas do F.A.T

Quem são os profissionais da dança hoje.

Indicações

24. Incluir as novas ocupações da dança na próxima revisão da CBO
25. Que o Ministério do Trabalho promova um estudo sobre a regulamentação dos trabalhadores da cultura
26. Promover discussão nacional profunda sobre a lei 6533/78
27. Promover cursos de informação e reciclagem sobre as leis trabalhistas para os profissionais da dança pelo F.A.T (SATEDs)
28. Estabelecer cursos de formação e reciclagem artística para os profissionais da dança pelo F.A.T (Fundo de amparo ao trabalhador)

Formação

Ministério da educação

Em cada estado da Federação e Distrito Federal seja implementado pelo

menos um curso público profissionalizante em Dança de nível técnico.

As Universidades que oferecem Cursos de Dança apliquem o dispositivo presente no parágrafo 2º do artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), para fins de aceleração curricular de profissionais com comprovada competência na área que estejam cursando a graduação.

Que os cursos de Graduação e Pós-Graduação em Dança estejam vinculados à área de Arte.

Às Universidades Federais e Estaduais a criação de cursos de Dança para ampliar a formação acadêmica em Dança.

Garantir o acesso ao ensino da dança como linguagem artística desde a educação infantil até o ensino superior. Ampliar a oferta nas instâncias públicas para a formação do profissional em dança em nível técnico e superior. Integrar os programas do MinC e do MEC para as ações que articulem a produção artístico, cultural e educativa em dança.

Profissionalização

Contextualização

(autora: Dulce Aquino em 2005)

A formação do profissional de dança, no Brasil, é feita de forma assistemática e predominantemente no âmbito do ensino não formal.

Os dançarinos das novas gerações vêm sendo formados através de cursos esporádicos, oficinas eventuais em festivais, experiências em grupos parafolclóricos etc... Atualmente, os dançarinos que atuam no mercado raramente têm a formação como tiveram aqueles da primeira metade do séc. XX. As academias de dança e ballet, com várias técnicas corporais tais como jazz, sapateado, dança de cará-

ter e outras, os festivais de dança que surgiram no final dos anos setenta e os vários programas comunitários de inclusão sociais dos anos 90 substituíram as academias de ballet com professores oriundos dos teatros municipais de São Paulo e Rio de Janeiro e das inúmeras academias com método da Royal que proliferaram, no país, nos anos sessenta.

O ensino informal

Ainda que a formação do dançarino, no Brasil, em sua grande maioria seja pela via do ensino não formal é indiscutível a boa qualidade destes profissionais. Assim, existem, sem dúvidas, Centros de Excelência em Dança mesmo que o conhecimento de dança nestes ambientes não tenham o rigor da sistematização.

Dos Cursos Técnicos

As escolas de dança que oferecem cursos técnicos pouco contribuem quantitativamente face ao reduzido número. Contudo, a maioria destas escolas tem grande valor pelo trabalho qualitativo e importância regional, é o caso da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia e da Escola de Dança da Universidade Federal do Pará que hoje conta com um quadro docente altamente qualificado e outras. Deve-se ressaltar, entre elas, a Escola Angel Vianna que tem sido uma referência nacional principalmente com o curso de Recuperação Motora, ali oferecido.

Dos cursos universitários

O ensino de graduação em dança na universidade brasileira é relativamente recente, com exceção da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia - UFBA que estará completando 50 anos em 2006. Atualmente, são oferecidos em torno de apenas 15 cursos superiores de dança em todo o país.

Dos Programas de Pós-graduação

Quanto ao ensino de pós-graduação o primeiro programa stricto sensu com curso de Mestrado em Dança será implantado somente em 2006, na UFBA. Portanto, é muito frágil o entendimento da dança, em seus aspectos epistemológicos, enquanto área do conhecimento. Não obstante, nos últimos anos, tem aumentado de forma significativa o número de pesquisadores, interessados na dança como objeto de investigação, junto a programas de pós-graduação de outras áreas, tais como: Comunicação, Educação, Psicologia etc.

Ensino Formal

As mazelas do ensino da dança se encontram, sobremaneira, no ensino formal. Não nos deteremos em apontar a importância da dança no desenvolvimento da criança e do adolescente. Temos isso como pressuposto.

A não aplicação da Lei de Diretrizes e Base quanto à implantação do ensino das artes no 1º grau e, por conseguinte, a ausência da dança como disciplina ou atividade curricular nas Escolas de Ensino Fundamental é uma das grandes falhas do sistema de ensino nacional. É neste vácuo que, há muitos anos, vem sendo cultivada a idéia de que os profissionais da Educação Física é que devem atuar nesta esfera como "cultura corporal".

Ao final do dia, Vitor Ortiz escreveu um resumo de encaminhamento sobre os pontos desta reunião e frisou a necessidade de um estudo para revisão geral da lei 6533/78 e colocou em discussão e Rosa Coimbra ponderou sobre informar outros membros da Câmara Setorial de Dança e reafirmou a necessidade de um estudo de uma nova lei específica da dança. Todos os presentes, especialmente Lourdes Braga, questionaram a redação do re-

sumo do Vitor Ortiz e acordaram com a versão final do mesmo. O resultado final vai ser digitado pela Funarte e encaminhado pela internet.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Autorais do Ministério da Cultura

Brasília, 01 de agosto de
2006.

A primeira reunião do GT de Direitos Autorais foi realizada com os objetivos de consolidar o grupo de trabalho, compartilhar informações sobre os avanços referentes ao tema nas Câmaras Setoriais de cultura, e definir os encaminhamentos necessários para a continuidade das atividades do mesmo.

Estiveram presentes as seguintes instituições e representantes:

FUNARTE: Ana de Hollanda e Vitor Ortiz

Secretaria de Políticas Culturais: Mariana Dornelles.

Gerência Direitos Autorais: Marcos Souza, Angeline Prata e Clifford Guimarães.

Câmara Setorial de Dança: Marta César

Câmara Setorial de Música: Beto Peres / Paulo de Jorge

Câmara Setorial de Artes Visuais: Luiz Gustavo Vidal

Câmara Setorial de Teatro: Oséas Borba Neto

Câmara Setorial de Circo: Ana Lame-

nha

Câmara Setorial de ECAD: Glória Braga e Samuel Fahel.

A reunião foi presidida pela coordenadora do GT Ana de Hollanda (FUNARTE) e moderada pelo consultor Eduardo Rombauer van den Bosch.

A discussão transcorreu conforme os seguintes passos:

1. Boas-vindas (Ana de Hollanda).
2. Apresentação do Plano Nacional de Cultura (Mariana Dornelles - Secretária de Políticas Culturais).
3. Apresentação da Gerência de Direitos Autorais (Marcos Souza).
4. Apresentação da FUNARTE sobre o objetivo dos Grupos de Trabalho.
5. Considerações dos representantes das Câmaras Setoriais de Teatro, Dança e Circo sobre o tema.

Almoço

6. Considerações dos representantes das Câmaras Setoriais de Artes Visuais e Música (Fórum Nacional de Música e ECAD) sobre o tema.

Neste relatório constam as sínteses das principais ideias, conclusões e encaminhamentos da reunião. O relato completo do conjunto de falas consta em sua ata oficial.

Síntese das considerações dos representantes das Câmaras Setoriais

Teatro:

Não há acúmulo de discussão sobre direitos autorais na Câmara Setorial de

Teatro. Houve apenas uma explanação na 1ª reunião sobre a SBAT.

Dança:

Não priorizou o tema apesar da representante considerá-lo importante. Houve uma reunião prévia na qual se indicou a necessidade de haver um órgão de registro.

Circo:

Há um movimento no sindicato para que se crie uma empresa brasileira de arrecadação dos direitos autorais. Há uma quase-falência dos circos e grande dificuldade de lidar com as atuais leis, tecnologias, burocracias, especialmente as cobranças de direitos autorais. Câmara Setorial de Circo teve somente um encontro, no qual definiram os temas a serem discutidos futuramente. A discussão de direitos autorais mostrou-se de alta prioridade. Solicitação ao MinC que haja critérios de acompanhamento das ações do ECAD.

ECAD diz que há disposição de discutir o papel do Estado na gestão coletiva, mas ressalta que é necessário haver contrapartidas. Ou seja, se o ECAD tiver que prestar informações ou se submeter ao monitoramento estatal, deverá poder usufruir desta estrutura para aprimorar suas ações de cobrança.

Artes Visuais:

Apresentou uma seqüência de propostas, que se encontra em anexo. A mesma recebeu comentários da Gerência de Direito Autoral, os quais também foram registrados neste documento.

Música:

Representante do Fórum Nacional de Música compartilhou sua visão do processo de discussão da câmara e fóruns, avaliando que as propostas apresentadas enfrentam demasiados impedimentos legais e poucas convergências. Propõe um grupo de trabalho

para discutir um sistema único de arrecadação de direito autoral, abrangendo a todas as áreas.

ECAD concorda com a proposta de discussão de um sistema único de arrecadação. Porém é contra a proposta de regulação, pois acarreta o risco de que usuários específicos dominem o órgão regulador em favor de seus interesses.

Encaminhamentos

a) Solicitação de estudo

O GT solicita que seja feito um estudo sobre sistema único de arrecadação e distribuição (a exemplo da música) e órgão regulador e fiscalizador⁸.

b) Pauta das próximas reuniões.

Foi pactuado que serão objetos de discussão do próximo encontro:

A realização de um diagnóstico sobre a situação do direito autoral em cada setor, contendo os principais problemas e apontando possíveis soluções, se houver.

A pactuação das diretrizes referentes a direitos autorais devem estar garantidas no Plano Nacional de Cultura.

Como seqüência desta discussão, possivelmente em outros encontros, o grupo pretende discutir o que pode ser feito para consolidar estas diretrizes (em nosso raio de ação) em médio e longo prazo? Parte desta discussão serão as respostas à proposta apresentada pelo Fórum Nacional de Música de criar um grupo de trabalho sobre sistema único de arrecadação e distribuição e órgão regulador e fiscalizador.⁹

c) Ampliação dos participantes do GT.

Foi pactuado que cada câmara setorial indicará 1 associação autoral para participar deste processo. Prazo: 20 de agosto.

ECAD ressalta que não concorda com a proposta de um órgão fiscalizador e regulador, pois acarreta o risco de que usuários específicos dominem o órgão regulador em favor de seus interesses.

d) Forma de recolher e organizar contribuições à discussão antes do próximo encontro.

1. Até o dia 20 os participantes devem remeter seus diagnósticos para Mayra mayraloey@funarte.gov.br, que os encaminhará para a Gerência de Direitos Autorais fazer comentários para garantir qualidade do material.
2. Até dia 30 MinC devolve os comentários com considerações, perguntas, solicitações de ajuste.
3. Será montado um grupo de discussão pelo yahoo. Responsável: Oséas. Mayra disponibilizará a lista de e-mails para compor a lista.

4. Vitor Ortiz irá analisar a possibilidade de realizar videoconferência antes da próxima reunião, para compartilhamento dos diagnósticos com comentários do MinC.

ANEXO 1

Propostas apresentadas pela Câmara Setorial das Artes Visuais

Com comentários da Gerência de Direito Autoral (trechos sublinhados)

Problemas	Diretrizes gerais/linhas de ação	
<i>Falta de especificação se o direito de <u>saisine</u>⁹ é albergado pelo "Direito de sequência" do artigo 38¹⁰ da Lei 9610/98.</i>	<i>Emenda para que no artigo 38 da Lei 9610/98 a percentagem recaia inclusive sobre as obras póstumas para que os familiares possam auferir o direito de <u>saisine</u>. Merece um estudo face às convenções internacionais.</i>	9- rincipio de origem francesa pelo qual os bens do de cujus se transmitem, imediatamente, aos herdeiros. 10- Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.
<i>Necessidade que o direito de sequência abranja não só o valor da diferença do aumento do preço da obra, mas o valor integral da obra para que sejam evitadas distorções sobre desvalorização da moeda e preservar a criação em seu aspecto moral.</i>	<i>Emenda para que a percentagem de 5% estipulada no "direito de sequência" albergado pelo artigo 38 da Lei 9610/98 recaia sobre o preço total da obra e não só sobre o aumento. (Ex: Salvo engano Inglaterra.) Merece um estudo face às convenções internacionais.</i>	
<i>Necessidade de alteração do artigo 77 da Lei 9610/98 quando aborda o direito de exposição da obra de arte adquirida. redação: Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.</i>	<i>Novo artigo: Quando da venda da Obra de Arte Plástica não se transmite o direito de expô-la publicamente, somente particularmente, ao menos que haja convenção em contrário Merece um estudo face às convenções internacionais.</i>	
<i>Falta de previsão legislativa do quantum a ser arbitrado a titulo de danos materiais nos mesmos moldes do parágrafo único do artigo 103 da Lei 9610/98</i>	<i>Fixação de danos materiais para imagens entre 40 e 100 salários mínimos, dependendo da utilização ilícita, sem prejuízo aos danos morais do Autor. Assunto que merece ser discutido contudo é preciso fundamentar melhor os números</i>	
<i>Falta de previsão de como ficam os contratos de cessão de direitos firmados por um autor falecido.</i>	<i>Necessidade de previsão que a cessão de direitos autorais retorne aos familiares do Autor falecido caso não haja previsão específica contratual quando da realização do contrato.</i>	

<i>Necessidade de facilitação dos direitos do Autor em caso de plágio e contrafação de imagens.</i>	<i>Aplicação legal da inversão do ônus da prova para que a parte Requerida é que tenha o dever de comprovar a inexistência do plágio ou da contrafação, nos moldes do CDC.</i>
<i>Ausência de fixação da prescrição na Lei 9.610/98.</i>	<i>Necessidade da fixação da prescrição do direito de ação em 10 anos, em face dos reflexos danosos que uma ação ilícita pode provocar em uma obra.</i>
<i>Saída indiscriminada de obras de arte do país sem critérios (Proteção do Mercado Cultural Nacional).</i>	<i>DIR: Criação da figura do "tombamento da obra de arte", de forma a preservar divisas e o turismo cultural, dando a preferência de aquisição à União.</i>
<p>1) Regular o § 2º, inciso VII do artigo 24¹¹ da Lei 9610/98.</p> <p>2) Necessidade de classificação das imagens de obras que não estejam mais protegidas pela Lei de Direitos Autorais para livre utilização pela população.</p>	<p>DIR: Criação de um selo de domínio público para as obras que não estejam mais protegidas pela Lei de direito Autoral, com a devida inscrição e catalogação das mesmas num catalogo de tombamento nacional de registro gratuito específico para obras de artes visuais. (Já Existe no www.dominiopublico.gov.br)</p> <p>L.A: Auxiliar e disponibilizar através de um banco de dados oficial a utilização de imagens de obras de arte sobre domínio público para utilização em diversos fins, em especial na educação e difusão das artes visuais e sua história.</p> <p>Boa ideia, mas enfrenta o problema de que certas obras, apesar de registradas como domínio público, na prática não o são (Ex: Mona Lisa, gravações de clássicos).</p>

11- Compete ao estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

ANEXO
DIREITOS AUTORAIS
1o. de agosto de 2006
DIREITOS AUTORAIS
1o. de agosto de 2006

Nós críticos (2005)	Tópicos dia 20/07/2006	Sua sugestão
<i>Ausência de um órgão de registro para o artista criador</i>	<p>1. Possibilidade de prática de pedido de autorizações dos autores para editais como medida "educativa"</p> <p>2. A garantia dos direitos autorais devem ser reguladas por escritório como o ECAD? (Mencionou-se a existência de empresa espanhola que pesquisa este mercado no BR)</p> <p>3. Citou-se a já existente proteção dos atores de TV no caso das novelas</p> <p>4. Existe modelo francês (ADAMI) a ser pesquisado</p>	

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

1ª reunião do Grupo de Trabalho de Formação e Pesquisa do Ministério da Cultura

Brasília, 2 de agosto de
2006.

A primeira reunião do GT de Formação e Pesquisa foi realizada com o objetivo de consolidar o grupo de trabalho, compartilhar informações sobre os avanços referentes ao tema nas câmaras setoriais de cultura e definir os encaminhamentos e a forma de trabalho necessários para a continuidade das atividades do mesmo.

Estiveram presentes:

MINC: Secretaria de Articulação Institucional: Márcio Meira e Keilah Diniz.
MEC: Carlos Alberto Xavier, Iguatemy Martins e Sueli

Representantes:

Câmara Setorial de Dança: Dulce Aquino
Câmara Setorial de Artes Visuais: Wagner Barja
Câmara Setorial de Teatro: Hilton Macedo, Joana Abreu, Marbo
Câmara Setorial de Circo: Rodrigo Matheus
Câmara Setorial do Livro e da Leitura: Maria das Graças Castro
Instituição convidada pela Câmara

Setorial de Música: ABEM –Cristina Grossi

A reunião foi presidida pelo Gerente das Câmaras Setoriais Vitor Ortiz e teve como assistentes: Mayra Loey e Mariana.

A moderação ficou a cargo de Miriam Brum.

Os trabalhos tiveram o seguinte encaminhamento:

1. Boas-vindas (Miriam).
2. Apresentação de Vitor Ortiz sobre o objetivo dos Grupos de Trabalho.
3. Apresentação de Márcio Meira sobre o Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura e os avanços da rearticulação entre o MinC e o MEC.
4. Apresentação de Iguatemy: Secretária de Educação Superior (SESU)

Almoço

5. Apresentação de Sueli, sobre os currículos da educação básica/ MEC
6. Apresentação de Carlos Xavier sobre o histórico da relação Mec / Minc
7. Considerações dos representantes das Câmaras Setoriais

Neste relatório constam as sínteses das principais ideias, conclusões e encaminhamentos da reunião.

Síntese das apresentações

Márcio Meira
O Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura

Os avanços da rearticulação entre o MinC e o MEC.

"No caso do MinC, construímos uma série de mecanismos de participação. Em 2003 realizamos o seminário o Cultura para Todos culminando na Conferência Nacional de Cultura, em dezembro de 2005. Nesse meio tempo vários mecanismos de participação direta foram criados, como as câmaras setoriais que têm o foco de diálogo permanente com os parceiros da cultura. O Encontro Nacional de Culturas Populares mobilizou e trouxe para a discussão o "pessoal da arquibancada", que estava de fora da formação da política de cultura nacional. Todos esses mecanismos trouxeram demandas e propostas para a cultura. Dessas, cerca de 1/4 dizia respeito à educação, muitas vezes pleiteando uma aproximação do MinC com o MEC. Esse GT vem atender à vontade manifestada pela população brasileira nesses encontros. Dessa participação filtramos uma proposta de diretrizes e metas, a saber: 1. tornar cada escola em centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade escolar e de sua vizinha; 2. difundir em todo o sistema educacional um conceito amplo de cultura entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira; 3. estabelecer em âmbito nacional, processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura; 4. promover a permanente integração e troca de informações e conhecimento entre as instituições educacionais e culturais.

Esse ano, estamos fazendo o Plano Nacional de Cultura no mesmo ano da revisão do Plano Nacional de Educação¹². O que levou o MinC a fazer uma parceria com o MEC para participar desse processo, pois este processo pode ajudar nos programas e ação que estão nos Plano Plurianuais - PPA, tanto do MinC quanto do MEC, que hoje não têm interligação. Nos últimos anos avançamos na universalização do acesso à educação, hoje o problema da educação é justamente o de transformar esse acesso, num acesso de qualidade.

12- No caso da educação, o MEC no processo de revisão de seu plano, contratou o INEP que cruzando dados do IBGE, fez um diagnóstico detalhado da educação em todos os municípios do Brasil

Queremos que as políticas públicas de cultura e educação sejam integradas."

MEC

Iguatemi - Secretaria de Ensino Superior

Falou sobre a estrutura do Mec, sobre o Conselho Nacional de Educação (que orienta e sistematiza ações dos conselhos estaduais e municipais), os Foruns da Secretaria de Ensino Superior (graduação, pesquisa e pós-graduação e extensão) e a formação dos professores.

MEC

Sueli – Secretaria de Educação Básica
Apresentou o funcionamento da educação no Brasil.

A educação no Brasil se organiza de forma completamente diferente de outras áreas. É totalmente descentralizada. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB - a responsabilidade pela educação básica ficou a cargo de estados e municípios e o MEC, com a responsabilidade de avaliar, monitorar e propor políticas de educação. Embora a educação básica seja de responsabilidade de Estados e Municípios, o MEC também responde por isso. É, portanto um regime de colaboração entre União, Estados e municípios. É necessário lembrar que o MEC não pode impor políticas justamente por causa dessa descentralização. A estrutura do MEC não se organiza por área de conhecimento, mas por níveis de escolaridade.

"No MEC não temos pessoas de áreas específicas como dança e artes visuais para pontuar com vocês questões específicas dessas áreas."

MEC
Carlos Alberto Xavier

Apresentou o histórico da relação Mec / MinC

Chamou a atenção para o momento perfeito para se retomar a integração entre MinC e Mec, através da discussão conjunta sobre os planos plurianuais (PPAs) do MinC e MEC.

Desenvolvimento

Como a reunião com os representantes do MinC e MEC - embora extremamente importante e necessária - tomou a maior parte do tempo da Câmara, Não pudemos aprofundar nas discussões específicas de cada Câmara. Assim, no pouco tempo restante, resolvemos tirar alguns encaminhamentos e definir o plano de trabalho.

Como o representante do Circo teria que sair um pouco antes, o GT ouviu e discutiu as proposições desta Câmara, juntamente com o representante do MEC.

Proposições do Circo:

7. Reconhecimento do notório saber ao artista;
8. Reconhecimento pelo MEC e pelo MinC da escola de circo como referência na América Latina;
9. Aceitação do cargo de professor no âmbito do MinC
4. Nacionalização das ações da escola de circo;
5. Investimento na formação continuada dos professores;
8. Inclusão do circo no Censo.
9. Reconhecimento do circo como arte popular e patrimônio histórico.
10. É necessário um mapeamento também das escolas em movimento.

As propostas das outras Câmara serão trocadas via email, para a composição do documento final.

A moderadora consolidará as diferentes propostas num documento único e as re-enviará ao grupo, para críticas e sugestões. O documento final será discutido na próxima reunião.

Método de trabalho

Para que nosso documento possa ser mais facilmente compreendido pelo MEC, o GT decidiu adotar a divisão Metodológica que se pratica na Educação:

- Ensino fundamental (educação infantil, séries iniciais e séries finais),
- Ensino médio (formal, técnico e profissionalizante)
- Ensino Superior (ensino, pós-graduação e pesquisa e extensão),

Acrescido de:

- Outros Contextos (processos educacionais, pesquisas artísticas e outros).

Como o documento produzido pelas Artes Visuais já usa este modelo, ele será enviado a todos.

Foi pactuado que, devido ao grande volume de trabalho e escassez de tempo, será montado um grupo de discussão pelo Yahoo (Joana Abreu criará o grupo), para recolher e organizar contribuições à discussão antes do próximo encontro:

5. A moderadora envia o documento produzido pelas Artes Visuais como matriz a partir da qual serão anexadas as colaborações das outras Câmaras.
6. Até o dia 20 participantes remetem as colaborações de suas Câmaras para a moderadora, que as consolidará e enviará ao MinC

7. Até dia 30 MinC devolve os comentários com considerações, perguntas, solicitações de ajuste.

Encaminhamentos

Documentos a serem enviados, pela assessoria da gerência das Câmaras para subsidiar o grupo de trabalho:

1. Relatórios sobre formação de todas as câmaras
2. Relatório final da Conferência Nacional de Cultura
3. Propostas de diretrizes e metas do PNE
4. Documento de metodologia PNC
5. Plano Nacional do Livro e Literatura

Vitor Ortiz estudará a possibilidade de realizar uma reunião extraordinária, devido ao grande volume de trabalho constatado pelo GT.

Solicitação de documentação ao MEC

O GT solicita que seja encaminhado documento elaborado pelo representante do MEC sobre levantamento das diversas ações existentes no próprio MEC e em outros ministérios, que fazem interface com a cultura.

Solicitação de documentação ao MinC

O GT solicita ao MinC levantamento das diversas ações existentes no Ministério, que fazem interface com a educação.

Pauta das próximas reuniões.

1. Consolidação do documento final e elaboração de agenda de trabalho para o trabalho de estabelecimento de tratar das interfaces com os outros Ministérios (inicialmente com o

MinC, mas apontando para MT, MCT e outros)

2. Para este fim, foi solicitado aos representantes do MEC que, após a finalização do documento sobre o tema, intermedie reuniões de trabalho com :

Representante do Conselho Nacional de Educação

Os Fóruns do SESU (Secretaria de Ensino Superior):

1. Fórum de Graduação
 2. Fórum de Pesquisa e Pós-graduação
 3. Fórum de Pro - reitores de Extensão
- Câmara de Formação de Professores

3. Produção de um texto até setembro com as propostas para o Plano Nacional de Cultura, que pressupõe a existência de um diagnóstico breve sobre cada ponto e as diretrizes sugeridas.

4. Análise do documento produzido na Conferência Nacional, buscando as convergências dos documentos de cada câmara.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

2ª reunião do Grupo de Trabalho de Formação e Pesquisa do Ministério da Cultura

Brasília, 5 de setembro
de 2006.

A segunda reunião do GT de Formação e Pesquisa foi realizada com o objetivo de avançar na elaboração do documento do grupo de trabalho, consolidando as informações elaboradas pelas diversas câmaras setoriais.

Participantes:

Representantes das Câmaras Setoriais:

Teatro: Hirton Fernandes

Dança: Dulce Aquino

Música: José Brasil

Artes Visuais: Wagner Barja

Circo: Rodrigo Matheus

Associação Brasileira de Educação

Musical: Cristina Grossi

SAI-MINC: Silvana Meireles e Keilah Diniz

SPC- MINC: Élder Vieira

MEC: Carlos Alberto Xavier (assessor do ministro)

FUNARTE: Vitor Ortiz e Janaína Botelho

Moderadora: Miriam

A reunião foi registrada por Mariana, da Funarte

Os trabalhos tiveram o seguinte encaminhamento:

1. Boas-vindas (Miriam).
2. Apresentação de Elder Vieira sobre o lugar da cultura na educação e a aproximação entre MINC e MEC
3. Discussão sobre a metodologia a ser aplicada para a elaboração do documento, a partir da demanda apresentada pelo MinC para uma maior contextualização do documento que está sendo elaborado.
4. Apresentação por Silvana Meireles da Pauta de trabalho da Câmara Interministerial MinC/MEC.

Almoço

5. Informes do representante do MEC, Carlos Alberto Xavier, sobre a instalação da Câmara Interministerial MinC/MEC, sobre a primeira reunião do conselho do livro e da leitura e sobre a política de museus, como parte integrante do sistema educacional.
6. Demanda do MinC para a elaboração, pelo GTT, de documento a ser encaminhado ao Mec na 1ª reunião da Câmara Interministerial MinC / MEC, que deve acontecer na semana de 21-25 de setembro 06
7. Discussão sobre o perfil do documento a ser elaborado
8. Elaboração do documento

Neste relatório constam as sínteses das principais idéias, conclusões e encaminhamentos da reunião.

Síntese das apresentações:

Élder Vieira:

1. Relato sobre a iniciativas de gestão conjunta MinC/MEC

2. Definição do conceito de CULTURA a partir da visão multidisciplinar, de cultura como dimensão simbólica, como dimensão econômica e da cidadania como instrumento de inclusão, inclusive educacional e científica.
3. Reflexão histórica sobre a exclusão da cultura do campo do conhecimento formal. O professor transformado em técnico de reprodução do saber. O currículo sendo formatado, no Brasil, para a formação de mão de obra barata, com o sujeito se flexionando às características do mercado.
4. A necessidade da contextualização do conhecimento.

Carlos Alberto Xavier:

1. Comunicado sobre a criação da câmara interministerial, efetivada semana passada. Informe sobre a pauta MINC MEC e a relação com o GT Formação e Pesquisa das Câmaras Setoriais. Demanda pela elaboração de um documento deste a ser discutido na Câmara interministerial, cuja primeira reunião deve acontecer na semana de 21-25 de setembro.
2. Comunicado sobre a instalação da primeira reunião do conselho diretivo do livro e da leitura.
3. Comunicado sobre o museu nacional, que contará com verbas dos dois ministérios.

A reunião estava estruturada para que o Grupo de trabalho aprofundasse a discussão do documento e finalizasse a elaboração do documento geral sobre Formação e Pesquisa das Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Música, Dança, Circo, Teatro e Livro. Face à demanda urgente do MinC para a elaboração, pelo GTT, de documento a ser encaminhado ao Mec na 1ª reunião da Câmara Interministerial MinC / MEC, a discussão passou a ser sobre o perfil do documento a ser elaborado. Assim

que foram acordados os parâmetros que norteariam o documento, passou-se à elaboração do documento, que terminou com a seguinte redação:

Uma das estratégias criadas pelo Governo Federal para reduzir a distância entre o Estado e a Sociedade foi a criação de câmaras setoriais de cultura, como conselhos consultivos sociais para as suas pastas ministeriais. O Ministério da Cultura, um dos mais jovens, não escapou a este projeto de ouvidoria. Assim, propôs a criação das cinco Câmaras Setoriais: Teatro, Música, Dança, Circo e Artes Visuais, que vem sendo coordenadas pela FUNARTE – Fundação Nacional de Arte e da Câmara Setorial do Livro e da Leitura, coordenada pela Biblioteca Nacional.

Ao longo do ano, foram promovidas dezenas de encontros, reuniões e videoconferências que marcaram a realização de debates entre os segmentos das cadeias produtivas e criativas destes segmentos. Em cada uma das câmaras vêm sendo discutidas questões de política pública, de fomento, de financiamento, de consumo e difusão, questões tributárias, trabalhistas e as questões referentes ao processo de formação nas diferentes linguagens artísticas.

As Câmaras Setoriais entendem que a ruptura que cindiu o antigo MEC, separou definitivamente a educação e cultura, não apenas seus ministérios. A sociedade brasileira passou a conviver com um processo de esquizofrenia e a catástrofe permanentes geradas por esta separação. Através deste histórico desencontro, gerações vêm sendo formadas, sendo qualificadas para o mercado de trabalho com uma visão cada vez mais tecnicista, mais especializada.

Não podemos entender uma educação sem a vivência cotidiana das artes e da cultura. Sem a reflexão mediada pelos valores simbólicos do país e do mundo. Educar não é apenas qualificar para o emprego. É criar seres humanos reflexivos, críticos, sensíveis.

Esperamos que esta iniciativa de criação de uma Câmara Interministerial MINC /MEC represente um passo para a reconciliação destes dois universos, que entendemos ser apenas um. Reconciliação através do compartilhamento de ações cotidianas no processo educacional, programas e projetos que possam ser transformadores para a construção de uma sociedade melhor e mais justa.

A partir deste entendimento, o Grupo de Trabalho Transversal das Câmaras Setoriais de Teatro, Música, Dança, Circo e Artes Visuais e do Livro e da Leitura, elege, prioritariamente, as seguintes recomendações:

Estabelecer em âmbito nacional, processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura.

Ensino Fundamental e Médio:

Tendo em vista as diferentes interpretações da LDB-96 - no que se refere à obrigatoriedade do ensino de arte - que acarreta o não cumprimento da mesma e de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Grupo de Trabalho destaca a necessidade urgente de:

a) Regulamentação e efetivação dos PCN- ARTE, com permanente fiscalização, para a educação infantil, ensino fundamental e médio (incluindo a educação de jovens e adultos, educação especial, educação a distância, educação indígena...)

b) Criação de instrumentos para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino de cada uma das áreas específicas de arte (Artes Visuais, Música, Dança, Circo, Teatro) em toda escola brasileira.

c) Contratação de docentes com graduação nas licenciaturas plenas em cada uma das áreas da arte (Artes Visuais, Música, Dança, Circo, Teatro) para ministrar disciplinas específicas e/ou desenvolver projetos específicos nas escolas regulares de ensino.

d) Ampliação da oferta de cursos de formação de professor em nível superior (graduação, pós-graduação stricto e lato sensu) nas áreas de artes visuais, circo, dança, música e teatro, principalmente nas universidades públicas.

e) Garantia de recursos, para as universidades públicas, para instrumentalizar cada uma das áreas de artes no ensino superior com equipamentos e laboratórios de pesquisa artística; criação de editais de fomento à criação artística no âmbito da universidade com a concessão de bolsa-trabalho/arte e destinação de verbas para montagem de exposições e espetáculos fortalecendo ações que consolidem as pesquisas de grupos artísticos (como corais, orquestras, bandas, grupos de dança, teatro e circo e artistas visuais, a exemplo dos hospitais-escola, laboratórios de química e física nas universidades, entre outros).

O GT chama a atenção para a urgência da regulamentação do profissional de ensino das artes circenses assim como da criação de mecanismos e critérios para o reconhecimento do profissional oriundo do mercado do trabalho, para que este possa atuar como docente.

Ensino Superior

a) Revisão e aprofundamento da política de apoio à pesquisa e produção acadêmica em artes, pautada nas carências da área, no âmbito dos órgãos do Governo Federal, como o CNPq, CAPES e FINEP.

b) Estimulo e apoio às IES para a criação e consolidação dos programas de pós-graduação na área das artes.

Difundir em todo o sistema educacional um conceito amplo de cultura, entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira.

Tomar cada escola um centro de produção e difusão cultural da comunidade escolar e de sua vizinhança.

Promover a permanente integração e troca de informações e conhecimentos entre as instituições educacionais e culturais.

ras Setoriais, com suas diretrizes e metas (prazo: 15/09/06)

1. Solicitar à coordenação das Câmaras Setoriais a realização de uma nova reunião, tendo em vista o exíguo tempo restante para a discussão e aprovação do documento de referência.

Brasília, 05 de setembro de 2006

Como a pactuação dos termos deste documento tomou o tempo restante da reunião, o grupo não pôde realizar a meta traçada para este encontro, que seria a consolidação do documento final sobre Formação e Pesquisa a ser encaminhado pelas Câmaras ao Plano Nacional de Cultura.

Assim, encerrada a reunião, foram acordados os seguintes encaminhamentos:

Tentar fazer avançar, virtualmente, a redação do documento, através do envio à moderadora, dos documentos:

- i. com a contextualização de cada área, com a descrição do panorama das práticas profissionais e a identificação dos problemas (prazo: 12/09/06)
- ii. elaborados por cada uma das Câma-

Relatório de Atividade

1ª reunião do Grupo de Temas Transversais sobre Gestão do Conhecimento, Memória e Preservação no campo das Artes das Câmaras Setoriais de Cultura

Brasília, 9 de agosto de
2006.

A primeira reunião do GTT de foi realizada com os objetivos de consolidar o grupo de trabalho, compartilhar informações sobre os avanços referentes ao tema nas câmaras setoriais de cultura, e definir os encaminhamentos necessários para a continuidade das atividades do mesmo.

Estiveram presentes as seguintes instituições e representantes:

Secretaria Executiva do Ministério da Cultura: Ernesto Valença
Secretaria de Políticas Culturais: Mariana Dornelles
IPHAN: Luiz Fernando de Almeida, Vinícius Barcellos, Ana Julieta
FUNARTE: Mayra e Mariângela (relatoria)
Câmara Setorial de Dança: Lúcia Matos
Câmara Setorial de Artes Visuais: Luiz Gustavo Vidal

Câmara Setorial do Livro e Leitura:
Virgínia Zimmermann
Câmara Setorial de Circo: Joelma Costa

A reunião foi moderada pelo consultor Eduardo Rombauer van den Bosch, e seguiu os seguintes passos:

10h00min – Instalação do grupo

10h20 – Exposição da Câmara de Dança

10h40 – Exposição e diálogo sobre as políticas de Memória do IPHAN

11h15 - Exposição da Câmara de Circo

12h00 - Exposição da Câmara do Livro e Leitura

12h30 – almoço

14h40 - Exposição da Câmara de Artes Visuais

15h30 – Elaboração do esboço das propostas, a partir do cruzamento das propostas específicas das Câmaras.

17h50 – Definição dos encaminhamentos

18h30 – Encerramento e Avaliações

Este relatório contém uma síntese dos principais pontos de discussão da reunião, cuja transcrição completa consta na ata da mesma.

A - Síntese das discussões em cada etapa da reunião

Instalação do grupo

O Mediador Eduardo Rombauer apresentou a proposta de pauta da FUNARTE e objetivo do GTT:

O objetivo principal deste Grupo de Tema Transversal das Câmaras Setoriais de Cultura é reunir todas as propostas elaboradas pelas diferentes câmaras ao longo de 2005, buscando dar-lhes encaminhamento na formulação das políticas e nas ações do Ministério da Cultura e do Governo Federal como um todo.

Do mesmo modo, o GTT deverá organizar a contribuição das Câmaras para a formulação do Plano Nacional de Cultura, também partindo das propostas elencadas nos debates já acumulados.

O GTT terá ainda a oportunidade de um contato direto com IPHAN, com o Sistema Nacional de Museus, com a Funarte e Biblioteca Nacional, afim de debater o quadro atual das políticas de preservação dos acervos artísticos e culturais.

Exposição do IPHAN

Luiz Fernando: Patrimônio compreende tudo o que faz parte do universo simbólico, rompendo a barreira entre popular e erudito. Sistema Nacional do Patrimônio, rompe com a lógica de pressão sobre as estruturas federais. É preciso estabelecer políticas de registro pelos municípios e sociedade civil, constituindo uma rede de preservação do patrimônio. Precisamos de uma política pública que trate o tema de forma mais transversal do que especializada. Construir e implantar a política pública exige capacidade de gestão.

Ana Julieta: Política de patrimônio imaterial no IPHAN é bastante recente. A prática está num âmbito de descoberta. Trabalhamos com três pilares, com uma gerência para cada foco:

16. Inventário nacional de políticas culturais (produção de conhecimento para produção de políticas culturais)

17. Registro do Patrimônio Imaterial (equivalente ao tombamento)

18. Salvaguarda (dar condições para que os bens imateriais continuem existindo, ações de apoio e fomento)

Patrimônio Imaterial são os bens culturais de natureza dinâmica e processual, que existe na medida em que é performatizado. Há uma perspectiva de atuar mais com expressões ligadas à história e identidade de determinados grupo sociais.

Ernesto: Porque Jongo é patrimônio imaterial e a peça de um grupo teatral não? Não existe uma tradição de dança erudita? De teatro, artes visuais?

Luiz Fernando: nada impede o reconhecimento destes grupos. Os critérios não são excludentes. Grupos criam suas singularidades dentro de cada expressão. A escolha por determinados critérios é ideológica, e numa nova política optou-se por atuar com as que corriam risco de se extinguir.

Lúcia Matos: lembra a dificuldade da dança de registrar-se enquanto patrimônio justamente por sua imaterialidade.

Luiz Fernando: é importante desenvolver uma política pública com abrangência maior do que a conceitualização ideológica atual.

O desafio é maior do que acervos dos museus públicos, mas uma política de acúmulo, preservação e acesso de acervos geridos por diversos atores, públicos e privados.

Uma determinada comunidade muitas vezes não reconhece o patrimônio que tem, daí a importância de uma política articulada em níveis local e federal.

Exposição da Câmara de Dança

A Câmara identificou nós críticos, diretrizes e sugeriu 15 moções. Em relação ao tema, foram discutidos virtualmente o conceito de memória e propostas pertinentes ao GT transversal, a partir dos documentos elaborados nas discussões.

Propostas de Diretrizes:

1. Acervos públicos específicos da área sejam protegidos, difundidos e ampliados, por meios de programas.
2. Programas específicos de incentivo à pesquisa e publicação de seus resultados.
3. Ampliação, manutenção e difusão do acervo bibliográfico e documentais na área de dança.
4. Criação de centros de referência e acervos da dança.
5. Rede digital com objetivo de difundir as informações e mapeamento sobre a dança no Brasil.
6. Incentivo à publicação, ao registro e difusão da dança nas diversas formas de expressão.
7. Implantação de políticas para registro e preservação da dança como patrimônio imaterial em suas diversas formas de expressão.
8. Criação de programas educativos formais e não-formais que abordem a conscientização e disseminação do patrimônio cultural da dança.
9. Presença de especialistas de dança em cargos administrativos estratégicos relacionados à memória e patrimônio da dança.

Exposição da Câmara de Circo

Câmara teve apenas uma reunião, com curto tempo para compartilhar todos os anseios. Em relação à memória, apontou a urgência de ações de recolhimento de depoimentos, inicialmente com idosos.

Propostas:

Programa de registro e memória do circo:

1. mapear, reunir e conservar o patrimônio histórico circense, facilitando o acesso das famílias e artistas circenses aos materiais.
. ideia: museu itinerante do circo.
2. digitalização dos acervos e criação do museu virtual do circo.
. ideia: ações de inclusão digital.
3. restaurar fotos, objetos e documentações.
4. garantir espaços regionais para salvaguarda do acervo local.
5. desenvolver projetos de história oral das famílias e artistas circenses (com prioridade para os circos de lona itinerantes).
6. políticas divulgação dos acervos circenses e de popularização e visitas aos museus, bibliotecas, centros de referência, teatros.
7. capacitação para efetuar correto recolhimento e conservação do material, inclusive de membros da categoria circense.
8. programas de bolsa para pesquisas teóricas, artísticas, tecnológicas e de equipamentos circenses, articuladas com todos os níveis do poder público.
9. edição, reedição e atualização de publicações sobre as atividades circenses.

Exposição da Câmara do Livro e Leitura

Câmara não possui acúmulo específico de discussão sobre o tema, pois teve seu foco na discussão do Plano Nacional de Livro, Leitura e Literatura.

Ressaltou as propostas de reativação do PROLER, barateamento do livro e acessibilidade a pessoas com deficiência.

Representante irá apresentar as propostas deste GTT à câmara setorial do livro e leitura, para trazer novas contribuições.

Exposição da Câmara de Artes Visuais

Câmara já produziu as propostas básicas, que estão sendo condensadas, pois o documento ficou muito extenso.

O documento foi organizado em 3 eixos: produção, assimilação social da produção e desenho institucional, dentro dos quais estão todas as propostas.

Propostas relacionadas à memória:

Elaborar um mapeamento da produção das artes visuais, com objetivo de preservação da memória.

Incentivar publicações em artes visuais, de modo a descentralizar informações, a partir de fóruns estaduais e regionais.

Ações: editais para publicações que contemplem registros das memórias das artes visuais.

Problema: escassez de espaços especializados em artes visuais. Diretriz: atualizar, ampliar e/ou incentivar a criação de acervos em espaços multimeios (bibliotecas).

Incentivo fiscal para a produção de livros de artes visuais brasileiras, fazendo o registro dos fenômenos artísticos e interlocução direta com a educação.

Maior proteção do patrimônio cultural nacional frente à tendência de exportação do mesmo.

Problema: insuficiência da catalogação das obras de arte de relevância nacional. Diretriz: ampliação dos recursos destinados pela união para ações preservacionistas.

B. Cruzamento das propostas das Câmaras Setoriais

Após a apresentação das propostas de cada Câmara Setorial, o grupo de trabalho decidiu adiantar os trabalhos e iniciar elaboração das propostas transversais referentes à memória.

As seguintes propostas são um esboço para que o Grupo possa continuar a reflexão e proposição virtualmente, e defini-las no próximo encontro.

Mapeamento

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Mapear, reunir e conservar o patrimônio histórico artístico e cultural com objetivo de preservação da memória.</i>	
	<i>Rede digital com objetivo de difundir as informações e mapeamento sobre</i>	

Incentivo à pesquisa

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Programas específicos de incentivo à pesquisa teórica, artística e tecnológica, articuladas em todas as instâncias do poder público.</i>	
	<i>Incentivo ao registro e difusão das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	

Publicações

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Incentivo a publicações das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	<i>.Incentivo fiscal para livros relacionados memória artística e cultural. .Edição, reedição e atualização de publicações. .Garantir a diversidade de publicações sobre a memória em arte e cultura, abrangendo autores, grupos e manifestações de diferentes perfis, em especial não-renomados</i>
	<i>Incentivo à publicação de resultados de pesquisas sobre a memória da artes e culturas.</i>	<i>Criação de editais para publicações que contemplem registros da memória.</i>

Manutenção de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Insuficiência da catalogação das obras de arte de relevância nacional.</i>	<i>Garantir espaços regionais para salvaguarda do acervo local.</i>	
	<i>Ampliação dos recursos destinados pela união para ações preservacionistas.</i>	
	<i>Ampliação, manutenção de acervo bibliográfico e documentais.</i>	

Disseminação de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Criação de programas educativos formais e não-formais que abordem a conscientização e disseminação do patrimônio cultural</i>	
	<i>Divulgação dos acervos artísticos e culturais e de popularização e visitas aos aparelhos culturais (museus, bibliotecas, centros de referência e teatros).</i>	
	<i>Barateamento do livro.</i>	
	<i>Criação de políticas públicas direcionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência aos diferentes acervos artísticos e culturais.</i>	
	<i>Disseminação de acervos bibliográficos e documentais.</i>	

Preservação de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Escassez de programas de registro e memória, em especial de algumas linguagens artísticas (dança, circo).</i>	<i>Incentivo à manutenção e criação de acervos nas diferentes linguagens artísticas e culturais para que sejam protegidos, difundidos e ampliados.</i>	
	<i>Preservação de acervos bibliográficos e documentais.</i>	<i>Restaurar livro, filmes, fotos, objetos e documentações</i>
	<i>Maior proteção do patrimônio cultural nacional frente à tendência de exportação do mesmo.</i>	

Perfil de Gestores

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Ausência de especialistas das linguagens artísticas em cargos administrativos estratégicos.</i>	<i>Presença de especialistas das artes em cargos administrativos estratégicos relacionados à memória e patrimônio.</i>	

Criação de novos espaços físicos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>escassez de espaços especializados</i>	<i>atualizar, ampliar e/ou incentivar a criação de acervos em espaços multimeios (bibliotecas).</i>	

C. Encaminhamentos

FUNARTE envia relatório final.

Câmaras ausentes (música e teatro) devem enviar propostas de acréscimo ou alteração ao documento até o dia 17 de agosto. Frisar que este documento se trata de um rascunho.

Joelma irá montar lista de discussão para continuação do trabalho.

Próximo encontro será no dia 12 de Setembro.

Consulta aos demais membros das câmaras presentes: participantes consideram tempo insuficiente para que haja uma consulta com a devida qualidade. Contudo, esta consulta será feita. Prazo para compartilhar estas contribuições: 6 de setembro.

Avaliação

Ao final do dia, o moderador solicitou que os participantes compartilhassem suas avaliações sobre a atividade, indicando "o que foi bom?" e "o que pode ser melhorado?".

O que foi bom?

4. *estamos com o documento pré-pronto, isto foi positivo*
5. *forma democrática de condução*
6. *houve disposição tanto da equipe quanto dos membros de agilizar o trabalho, as propostas foram coerentes, objetivas para o que foi proposto.*
7. *forma que foi conduzido o processo foi positiva.*
8. *parabéns por sairmos com um documento adiantado.*

O que pode ser melhorado?

10. *ausência de pauta na véspera*
11. *curto espaço de tempo para o documento final*
12. *faltou impressão disponível.*
13. *acho perigoso a circulação de um rascunho, que vai dar problemas.*
14. *pouco tempo para discussão.*
15. *ausência dos materiais das câmaras anteriores.*
16. *ausência de representantes experientes das câmaras setoriais de cultura.*
17. *convite as vésperas de alguns participantes.*
18. *presença do IPHAN foi esclarecedora*

Ata da reunião do GTT Gestão do Conhecimento Brasília, 09 de agosto de 2006.

Participantes presentes:

Câmaras setoriais
Dança: Lúcia Matos
Artes Visuais: Albio Sales
Circo : Joelma Costa
Livro e Leitura: Virgínia Zimmermann

FUNARTE: Mayra Loey
SE/MINC: Ernesto Valença
SPC/MINC: Mariana Dornelles
IPHAN: Vinícius Barcelos, Ana Julieta

PAUTA GTT GESTÃO DO CONHECIMENTO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO NO CAMPO DAS ARTES

O objetivo principal deste Grupo de Tema Transversal das Câmaras Setoriais de Cultura é reunir todas as propostas elaboradas pelas diferentes câmaras ao longo de 2005, buscando dar-lhes encaminhamento na formulação das políticas e nas ações do Ministério da Cultura e do Governo Federal como um todo.

Do mesmo modo, o GTT deverá organizar a contribuição das Câmaras para a formulação do Plano Nacional de Cultura, também partindo das propostas elencadas nos debates já acumulados.

O GTT terá ainda a oportunidade de um contato direto com IPHAN, com o Sistema Nacional de Museus, com a Funarte e Biblioteca Nacional, afim de

debater o quadro atual das políticas de preservação dos acervos artísticos.

Pauta do Dia

9h30min – Instalação do grupo

6. Apresentação da proposta de trabalho

Eduardo Rombauer / Mediador

10h30min – Exposição e diálogo

Luiz Fernando de Almeida/ Presidente do IPHAN

11h30

* Apresentação dos representantes das Câmaras Setoriais
- Câmara de Música
- Câmara de Teatro

12h30 – Intervalo de Almoço

14h30

* Apresentação dos representantes das Câmaras Setoriais (2ª. Parte)

- Câmara de Artes Visuais
- Câmara de Dança
- Câmara de Circo
- Câmara do Livro e Leitura

Encaminhamentos

1. Cruzamento das propostas das Câmaras Setoriais
2. Diagnóstico
3. Diretrizes para o Plano Nacional de Cultura

Apresentação dos GTT: contextualização

MINC: Ernesto

No ano passado as reuniões das câmaras setoriais identificaram temas que eram de interesse de todas as câmaras, surgindo a possibilidade de tratarmos transversalmente sobre esses

temas. A idéia de realizar as reuniões do GTT aqui em Brasília é tentar fazer com que esses debates, que estão acontecendo nos grupos de trabalho, sejam incorporados por todo o ministério, inclusive trazendo colaboração do IPHAN.

O MINC está trabalhando no plano nacional de cultura, por meio de uma série de processos para recolher subsídios para a formação desse plano, desde os seminários cultura para todos até as contribuições das câmaras. A idéia é que essa câmara possa fornecer textos de trabalho para a redação base do plano.

Câmara Setorial de Dança

Propostas:

A partir do material levantado no ano passado, a câmara setorial preparou 15 moções, para que seus representantes discutissem. A partir das diretrizes foi direcionado para cada representante que identificasse elementos pertinentes ao GTT.

1. acervos públicos específicos da área de dança precisam ser protegidos, difundidos e ampliados através da criação de programas; TT¹³
2. programas específicos de incentivo a pesquisa e publicação de seus resultados; TT
3. ampliação e manutenção e difusão do acervo bibliográfico e documental desses acervos na área de dança; TT
4. criação de centros de referência e acervos específicos em dança;
5. criação de rede digital com objetivo de difundir a dança e fazer um mapeamento da produção no Brasil; TT
6. incentivo a publicação ao registro e difusão da dança nas diversas formas de expressão; TT

13-
TT – tema
transver-
sal eleito
pelo gru-
po.

7. na área de consumo e formação de público implantação de políticas para registro e preservação da dança como patrimônio imaterial;

8. criação de programas na educação formal e informal que abordem a conscientização do patrimônio cultural da dança; TT

9. ocupação por especialistas de dança na gestão pública que possam trabalhar em cargos estratégicos na questão do patrimônio. TT

IPHAN

Luiz Fernando

Realmente o patrimônio e a memória perpassam por todas as áreas. A ação vai de um sistema de construção de uma memória para estabelecer uma rede, ou seja, uma política permanente dos Estados e municípios para a conservação. O desafio é que precisamos de gestão pública do problema. Principalmente de gerir o patrimônio particular que guarda interesse público. Nesse sentido, temos o desafio de conseguir elaborar uma política pública e depois implantá-la e para tanto é necessário que tenhamos capacidade de gerir essa política.

GPI – Gerência de patrimônio imaterial Ana: a política de patrimônio imaterial é bastante recente a nossa prática está ainda no âmbito da descoberta. Hoje estamos trabalhando com três conceitos-chaves, quais sejam: 1. inventário nacional de políticas culturais que é o mecanismo de produção de conhecimento, a partir dele esperamos que as políticas públicas sejam trabalhadas; 2. Registro que é um instrumento jurídico de reconhecimento do Estado de uma figura como patrimônio cultural brasileiro que se contrapõe a figura do tombamento, este último é voltado para o patrimônio material; 3. salva-guarda, é dar condições de continuidade para

que esses bens imateriais possam continuar existindo, um trabalho de apoio e fomento a essas expressões culturais. Esses pilares se refletem na estrutura do departamento, para cada um há uma gerência específica.

O patrimônio imaterial envolve todas as produções culturais que são resultado do intelecto humano não manifestada de forma perene, existe apenas na medida em que é performatizado. Nesse sentido o que vocês estão discutindo entra perfeitamente no campo do patrimônio imaterial. No entanto, temos uma perspectiva de trabalho sob uma lógica histórica. O reconhecimento é feito da expressão artística e não do artista a exemplo do teatro de mamulengo no Recife.

Intervenções: foi discutido acerca dos critérios para o reconhecimento do patrimônio histórico e artístico, em resposta do IPHAN foi dito que os critérios dessa nova política são inclusivos, e não impedem que expressões culturais artísticas contemporâneas sejam reconhecidas, mas o que tem acontecido é o reconhecimento de expressões que estão em desaparecimento.

Luís Fernando - O processo de tombamento e de registro, tem por princípio a trans-territorialidade, o IPHAN faz parte de uma política pública que vai além de sua capacidade.

Luís Fernando - O que precisamos é de uma política onde os acervos permaneçam independente da ideologia. Já que ela muda e com essa mudança o valor atribuído a ela, também.

Câmara Setorial Circo

Propostas:

Urgência em um programa para registro e memória do circo TT. Propomos começar a entrevistar os mais idosos primeiro, mapeando e ir atrás dos mais antigos, daqueles que estão com problemas de saúde. Entre as ações estão:

Mapear, reunir e conservar o patrimônio circense;

Garantia de acesso ao acervo às famílias e artistas circenses. Primeiro pensamos num museu itinerante de circo, um local de guarda do patrimônio levantado, justamente porque a preocupação é que se a gente faz um único local para essa guarda a gente tira da família a possibilidade de contato com aquilo, dessa forma temos que pensar na forma de acesso das famílias circense ao material;

Restauro de documentação, fotos e objetos;

Digitalização do acervo e criação do museu virtual, com ações de inclusão digital, garantido o acesso das famílias e artistas circenses;

Desenvolvimento de projetos para o levantamento da história oral do circo.(prioridade para o circo de lona itinerante; TT

Garantia de espaços regionais para a salva guarda do acervo local;

Implementar política de divulgação dos acervos circense, bem como a popularização e visita onde quer que estejam (museus, bibliotecas, centros de referência, teatros);

Capacitação para efetuar o correto recolhimento e conservação do material, que deve ter além dos gestores públicos, membros da categoria do circo;

Programa de bolsa para pesquisa teórica, artística, de equipamentos circenses e tecnológicas, articulada com todos os níveis do poder público; TT

Edição, atualização e reedição de publicações sobre a atividade circense. TT

Luís Fernando - no caso do circo não existe políticas públicas. Tão importante quanto a preservação da memória é preciso o fomento da atividade circense.

Câmara Setorial do Livro

A câmara setorial do livro teve uma reunião no ano passado onde se discutiu principalmente a acessibilidade TT, a questão dos deficientes visuais; o plano nacional do livro, leitura e literatura. O reativamento do programa PRO-LEER e de barateamento do livro TT. Hoje, nossa participação aqui é justamente a de levar as propostas desse grupo para a câmara setorial do livro podendo na próxima reunião do grupo trazer nossas contribuições.

Luís Fernando – dentro do nosso programa de políticas públicas um dos principais desafios é justamente o do acesso. Hoje a tiragem de livros é apenas de 3.000 exemplares. Temos um mercado editorial ativo, mas a política pública não superou o problema do acesso.

Joelma – gostaria de voltar na questão de não centralizar a guarda. Como é feito, por meio de editais, dá para fazer um trabalho sem políticas públicas?

Luís Fernando – por mais que um programa elaborado pela FUNARTE seja interessante, ele não irá abordar toda

a manifestação nacional. Quanto a questão do acervo, com a digitalização tendemos hoje a relativizar a localização. A política de exposição do acervo, fundamenta o fomento à atividade. Já que o grande desafio é a manutenção dessas estruturas itinerantes. Mais seria mais viável manter uma sede e a partir daí itinerar. O ponto fundamental é que não há política sobre o circo.

Eduardo - Como o grupo pode trabalhar a questão de memória de forma transversal

Luís Fernando - Além das políticas setoriais, alguns pontos serão convergentes. O problema é a transversalidade da política da cultura e a universalidade dela.

Câmara Setorial de Artes Visuais Propostas:

10. Elaborar um mapeamento da produção das artes visuais, com objetivo de preservação da memória TT;
11. Incentivar publicações em artes visuais, de modo a descentralizar informações a partir de fóruns estaduais e regionais TT;
12. Ações: editais para publicações que contemplem os registros das artes visuais TT;
13. Interlocução com a câmara setorial do livro e leitura para incentivar o apoio a publicações de artes visuais;
14. Estudar a criação de leis de cotas de reserva para que as grandes editoras contemplem a produção das artes visuais;
15. Incentivar a pesquisa e publicações sobre patrimônio etnológico e arqueológico nacional vinculado às artes visuais;
16. Problema: escassez de espaços especializados em artes visuais. Diretriz: atualizar, ampliar e ou incentivar a criação de acervos em espaços multimídia bibliotecas TT;

17. Criação de um fundo para a pesquisa arqueológica e conservação de sítios históricos;

18. Incentivo fiscal para a produção de livros de artes visuais feitos no Brasil fazendo o registro dos fenômenos artísticos e interlocução direta com a educação TT;

19. Criação de leis de incentivo ao colecionismo como forma de incentivo as artes visuais;

20. Estabelecer uma meta de 10 anos como prazo para que todos os municípios tenham telecentros informatizados promovendo a inclusão digital;

21. Problemas: necessidade de maior proteção do patrimônio nacional; Saída indiscriminada de obras de artes do país (houve um grande dissenso em relação a esse ponto já que vários artistas querem suas obras em grandes museus); Inexistência de catalogação de obras de artes que constituam parte do patrimônio histórico nacional;

22. Diretriz: ampliação dos recursos da União destinados a preservação das obras de arte. TT

Linhas de Ação: Atualizar os critérios de tombamento das obras de arte pelo IPHAN priorizando a compra pela União;

Acompanhar o IPHAN no debate da reformulação de leis acerca do trânsito de obras e patrimônio

Criação e atualização da catalogação;

Interlocução entre as instâncias municipal, estadual e federal.

SPC/MINC

Mariana Dornelles

Em 2005 foi feita uma emenda à Constituição Federal, cujo artigo preleciona que o MINC deve propor um Plano Nacional de Cultural - PNC. O PNC é um conjunto de diretrizes que transversalizam os setores. No processo contaremos com o sistema MINC, a sociedade civil, através das câmaras setoriais, do seminário cultura para todos e da Conferência Nacional. Além disso contrataremos um grupo técnico de redação para dar a cara do plano. Nesse momento estamos colhendo subsídios para a elaboração desse texto. Queremos recolher da sociedade quais são as demandas do setor. Solicitaremos a cada câmara setorial e aos grupos de trabalho a elaboração de um texto com um diagnóstico do setor, a partir daí sugerimos que vocês proponham diretrizes com objetivos e metas mais claros. Estamos elaborando uma cartilha para que vocês escrevam esse texto. Dessa forma, um eixo fundamental é encarar a diversidade cultural como fator de desenvolvimento. O PNC vai dar condições para que essa diversidade cultural se desenvolva. Para que se articule dentro do sistema nacional de cultura é importante ainda, que as câmaras apontem o papel de cada ente federado dentro do setor.

Cruzamento das propostas das Câmaras Setoriais

1-Mapeamento

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>mapear, reunir e conservar o patrimônio histórico artístico e cultural com objetivo de preservação da memória.</i>	
	<i>Rede digital com objetivo de difundir as informações e mapeamento sobre</i>	

2- Incentivo à pesquisa

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Programas específicos de incentivo à pesquisa teórica, artística e tecnológica, articuladas em todas as instâncias do poder público.</i>	<i>. programas de bolsa para pesquisas . desenvolver projetos de história oral</i>
	<i>Incentivo ao registro e difusão das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	

3- Publicação

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Incentivo a publicações das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	<i>.Incentivo fiscal para livros relacionados memória artística e cultural. .Edição, reedição e atualização de publicações. .Garantir a diversidade de publicações sobre a memória em arte e cultura, abrangendo autores, grupos e manifestações de diferentes perfis, em especial não renomados.</i>
	<i>Incentivo à publicação de resultados de pesquisas sobre a memória da artes e culturas.</i>	<i>Criação de editais para publicações que contemplem registros da memória.</i>

4- Manutenção de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Insuficiência da catalogação das obras de arte de relevância nacional.</i>	<i>Garantir espaços regionais para salvaguarda do acervo local.</i>	
	<i>Ampliação dos recursos destinados pela união para ações preservacionistas.</i>	
	<i>Ampliação, manutenção de acervo bibliográfico e documentais.</i>	

5- Disseminação de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
	<i>Criação de programas na educação formal e não-formal que abordem a conscientização e disseminação do patrimônio artístico e cultural</i>	
	<i>Divulgação dos acervos artísticos e culturais e de popularização e visitas aos aparelhos culturais (museus, bibliotecas, centros de referência e teatros).</i>	
	<i>Barateamento do livro.</i>	
	<i>Criação de políticas públicas direcionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência aos diferentes acervos artísticos e culturais.</i>	
	<i>Disseminação de acervos bibliográficos e documentais.</i>	

6- Preservação de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Escassez de programas de registro e memória, em especial de algumas linguagens artísticas (dança, circo).</i>	<i>Incentivo à manutenção e criação de acervos nas diferentes linguagens artísticas e culturais para que sejam protegidos, difundidos e ampliados.</i>	
	<i>Preservação de acervos bibliográficos e documentais.</i>	<i>Restaurar livro, filmes, fotos, objetos e documentações</i>
	<i>Maior proteção do patrimônio cultural nacional frente à tendência de exportação do mesmo.</i>	

7- Perfil de Gestores

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Ausência de especialistas das linguagens artísticas em cargos administrativos estratégicos.</i>	<i>Presença de especialistas de cada linguagem artística em cargos administrativos estratégicos relacionados à memória e patrimônio.</i>	

8- Criação de novos espaços físicos

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>escassez de espaços especializados</i>	<i>atualizar, ampliar e/ou incentivar a criação de acervos em espaços multimeios (bibliotecas).</i>	

Eduardo - Precisáramos que para a próxima reunião o grupo priorizasse as diretrizes formuladas.

Sugestão de questionamento: Que diretrizes referentes a memória e preservação devem estar garantidas no PNC?

2. Encaminhamentos:

10. Montar a lista de e-mails para a continuação da discussão sob a responsabilidade da Joelma.

11. O Eduardo enviará as propostas até o dia 10 de agosto.

12. Após o envio do relatório final, os participantes estabelecem um prazo de 5 dias para o reenvio em caso de inconsistências.

13. Os participantes consideram tempo insuficiente para que haja uma consulta aos demais membros das respectivas câmaras com a devida qualidade. O prazo para o retorno dessa consulta fica sendo no dia 06 de setembro.

14. As câmaras ausentes (música e teatro) devem enviar sugestões de acréscimo ou alteração ao documento até o dia 17 de agosto. Ressaltar que esse documento é apenas um rascunho.

15. O próximo encontro será no dia 12 de setembro.

Diretrizes do GTT de Memória e Patrimônio Brasília, 12 de setembro de 2006.

Circo: Joelma Costa
 IPHAN: Ana Julieta Teodoro Cleaver e
 Vinicius Barcelos
 SPC- MINC: Ernesto Valença
 Moderador: Eduardo Rombauer
 FUNARTE: Vitor Ortiz e Janaína Bote-
 lho

Participantes presentes:

Das Câmaras Setoriais:
 Teatro: Elisa Gunther
 Dança: Lúcia Matos
 Artes Visuais: José Albio Moreira de
 Sales.

Cruzamento das pro- postas das Câmaras Setoriais

Diretriz Geral

Preservação da memória das diversas
 formas de expressão artísticas e cul-
 turais

Mapeamento ¹⁴

Problemas	Diretrizes	Ações
<p><i>Escassez de informações disponíveis sobre as manifestações artístico-culturais do Brasil dificulta as pesquisas, a elaboração de políticas públicas, a gestão e a difusão dessas manifestações.</i></p>	<p><i>Mapeamento das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i></p>	<p><i>Reunir, documentar e conservar as informações sobre o patrimônio material e imaterial das diferentes manifestações artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Criar um programa nacional que articule as três esferas governamentais para realizar mapeamentos, cadastros e catalogações das Artes Visuais, Circo, Dança, Música, Teatro e outras manifestações artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Criar rede digital com objetivo de difundir e integrar as informações dos mapeamentos sobre as diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Capacitar e integrar pessoas das próprias linguagens para compor as equipes de mapeamento.</i></p> <p><i>Incluir nos mapeamentos o diagnóstico dos perfis sócio-econômicos dos profissionais, grupos e instituições envolvidos na produção das diversas linguagens artísticas.</i></p>

14- Nesse item, foi discutido sobre a necessidade de haver mais acessos aos acervos existentes em cada órgão do sistema MINC,

Incentivo à pesquisa

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Precariedade de fomento a pesquisa artística e cultural fora e dentro do âmbito acadêmico.</i>	<p><i>Criação de programas específicos de incentivo à pesquisa teórica, artística e tecnológica em arte e cultura, fora do âmbito acadêmico, preferencialmente através de editais públicos.</i></p> <p><i>Ampliação dos programas de pesquisa no âmbito acadêmico nas diversas linguagens artísticas.</i></p>	<p><i>Financiar e conceder bolsas para a execução de pesquisas artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Favorecer a criação de programas de pós graduação específicos de cada linguagem artística nas universidades públicas.</i></p>
<i>Escassez de registros que salvaguardem a memória.</i>	<i>Incentivo ao registro e difusão das diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	<i>Desenvolver projetos de guarda da memória através de registros orais, sonoros e iconográficos.</i>

Publicações

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>Existem poucas publicações sobre a memória das diversas manifestações artísticas e culturais brasileiras.</i>	<i>Incentivo a publicações referentes às diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i>	<p><i>Promover incentivo fiscal para livros relacionados à memória artística e cultural.</i></p> <p><i>Incentivar a edição, reedição e atualização de publicações.</i></p> <p><i>Criação de linhas editoriais referentes às diversas formas de expressão artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Garantir a diversidade de publicações sobre a memória em arte e cultura, abrangendo autores, grupos e manifestações de diferentes perfis, em especial não-renomados.</i></p> <p><i>Incentivar a publicação de resultados de pesquisas sobre a memória das artes.</i></p> <p><i>Criar editais para publicações que contemplem registros da memória.</i></p>
	<i>Incentivo à publicação de resultados de pesquisas sobre a memória das artes e culturas.</i>	<i>Criação de editais para publicações que contemplem registros da memória.</i>

Criação e Manutenção e Preservação de Acervos

Problemas	Diretrizes	Ações
Carência de acervos especializados na memória das artes.	Criação e manutenção e fortalecimento de acervos especializado em memória das artes.	<p>Estimular a criação de núcleos regionais de documentação e registro das manifestações artísticas e culturais.</p> <p>Atualizar, ampliar e/ou incentivar a criação de acervos em espaços multimeios (bibliotecas).</p> <p>Catalogar das obras de arte de relevância nacional.</p> <p>Destinar recursos para a criação e/ou adequação de espaços físicos, equipamentos digitalização e catalogação de acervos.</p>
Os acervos existentes possuem poucos mecanismos de disseminação de seus arquivos, obras e catálogos.	Disseminação de acervos bibliográficos e documentais.	<p>Digitalização dos acervos já existentes.</p> <p>Publicar em diferentes mídias as informações de acordo com as especificidades dos acervos.</p>
Má conservação de acervos existentes, devido às más condições de guarda (ambiente físico, climatização, higienização, recursos tecnológicos).	Ampliação dos recursos destinados pela União para ações preservacionistas, para os acervos bibliográficos e documentais.	<p>Incentivar a recuperação de acervos existentes.</p> <p>Restaurar livros, filmes, fotos, objetos e documentações.</p>
Escassez de programas de registro e memória, em especial de algumas linguagens artísticas (dança, circo). .Perda da memória de determinadas manifestações artísticas que estão relacionadas com a história de vida de artistas e mestres.	<p>Criação de programas permanentes de registro documental, sonoro e iconográfico das diferentes linguagens artísticas e culturais com o objetivo de formação de acervos.</p> <p>Valorização das experiências não evidenciadas pelos meios de comunicação.</p>	<p>Registrar histórias de vida de artistas de relevância para a memória da história da arte (mestres, idosos)</p> <p>Incentivar a produção de registros e documentários audiovisuais sobre manifestações e experiências pessoais e de grupos de relevância para a memória das artes em sua diversidade.</p>
Saída de obras de relevância nacional	Proteção do patrimônio cultural nacional frente à tendência de exportação do mesmo.	<p>Revisar a legislação referente à proteção do patrimônio cultural.</p> <p>Agilizar o tombamento de obras de relevância nacional.</p>

<p><i>Grande parte da população, por falta de informação, não reconhece a importância e os mecanismos de preservação do patrimônio histórico-cultural.</i></p>	<p><i>Criação de programas de educação patrimonial para a educação formal e não formal, criando mecanismos de aproximação do público com as manifestações artísticas e culturais.</i></p> <p><i>Favorecimento do acesso das pessoas com deficiência, rompendo as barreiras arquitetônica e culturais</i></p>	<p><i>Implementar na educação básica ações que favorecem a educação patrimonial.</i></p> <p><i>Divulgar os acervos artísticos e culturais e popularizar e visitas aos equipamentos culturais (museus, bibliotecas, centros de referência e teatros).</i></p>
--	--	--

Perfil de Gestores

Problemas	Diretrizes	Ações
<p><i>Gestores culturais sem o conhecimento das especificidades das áreas artísticas com as quais atuam.</i></p>	<p><i>Presença de profissionais das artes em cargos administrativos estratégicos relacionados à memória e patrimônio</i></p>	<p><i>Capacitar profissionais das artes e da cultura para a área de gestão cultural.</i></p>

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GTT - TRABALHO E TRIBUTAÇÃO

Dia 10 de Agosto de
2006

Ministério da Cultura
Brasília-DF

Sumário

- 10. Apresentação do Cultura Prev
- 11. O Plano Nacional de Cultura
- 12. Apresentação das Câmaras Setoriais
- 13. Encaminhamentos Finais
- 14. Participantes

1. Apresentação do Cultura Prev

Morgana Eneile - Funarte

O ministério desde 2004 percebeu uma demanda dos trabalhadores na área da cultura no que se refere ao sistema de previdência. O próprio ministério da previdência se colocou como estimulador de um tipo específico de previdência que é a previdência social. Na confluência de vários órgãos nasceu um grupo de trabalho - GT dentro do MINC com representação de varias entidades cuja proposta é fazer a previdência complementar para a classe. Chegamos a conclusão que reformular o sistema que já existe seria demasiadamente complicado, já que o sistema geral (INSS) pensa que se você não contribui não tem direito a receber. Até porque seria complicado estabelecer uma exceção especial para a classe artística.

Esse plano (CULTURA PREV) tem coisas boas e ruins mas que foram pensadas especificamente para os trabalhadores da cultura.

Hoje estamos dando vasão a uma campanha nacional (reconhecimento além da cláusula) para que os trabalhadores da cultura possam pensar a necessidade de uma previdência. A ideia hoje mais que apresentar um plano é a de que vocês possam compreender a necessidade de uma previdência.

PLANO CULTURA PREV

O sistema de previdência no Brasil é composto por três itens, o primeiro é o regime geral de previdência social - INSS, o regime próprio de previdência (o dos servidores públicos) e a previ-

dência complementar que se subdivide em complementar aberta que é individual ou coletiva e a complementar fechada que é necessariamente coletiva. Essa, por sua vez, se subdivide em patrocinador como é o caso do PREVI (que necessitava da figura do patrocinador) e instituidor que precisa de instituições participando.

Para entendermos a diferença entre elas é necessário saber que as entidades abertas são regidas pelo ministério da fazenda, SUSEP superintendência de seguros privados; elas são necessariamente sociedades anônimas e tem foco nos planos de varejo, já as entidades fechadas são regidas pelo ministérios da previdência social e o SPC - secretaria de previdência complementar, essas são necessariamente entidades sem fins lucrativos

Essa previdência é uma nova forma de acesso aos fundos de pensão, a partir do vínculo associativo

O plano em linhas gerais funciona com um instituidor que poderá criar ou aderir a uma entidade fechada de Previdência Complementar (EFPC). Para administrar o plano de benefícios, constituído para os participantes; O plano de benefícios será estruturado na modalidade de Contribuição Definida; O patrimônio do plano de benefícios será independente do patrimônio do instituidor, nesse caso a entidade é apenas mediadora desse processo.

O patrimônio do plano de benefícios será gerido por profissionais especializados, conforme as diretrizes dos órgãos normativos, visando garantir o pagamento dos benefícios.

Nesse plano, os participantes e os representantes do instituidor têm assento nas instâncias decisórias, favorecendo a transparência e o maior controle da

gestão do plano pelos próprios interessados. As vantagens para a previdência associativa são:

No caso do Instituidor há o fortalecimento do vínculo associativo e a ampliação do conceito de defesa dos interesses do associado

Para o participante temos Incentivo fiscal através da Dedução do Imposto de Renda – IR, a possibilidade de aporte de contribuição do empregador, o baixo custo e maximização da rentabilidade.

Para instituir uma previdência associativa podem ser criadores pessoas jurídicas de caráter classista, profissional ou setorial; conselhos profissionais e entidades de classe; sindicatos, centrais sindicais, federações e confederações; cooperativas; associações profissionais.

Os instituidores podem aderir ao sistema de duas formas, seja aderindo a entidade de previdência já existente junto com outros instituidores ou não. Seja criando um novo plano de benefícios ou aderindo a um plano já existente. Ou ainda, criando uma Entidade de Previdência Complementar.

São exigências para se tornar instituidor:

1. Criando uma Entidade de Previdência Complementar:

Adesão à EFPC

Mínimo de 50 (cinquenta) associados ou membros;

Ter registro de funcionamento há pelo menos três anos.

Criação de EFPC

Mínimo de 1000 (mil) associados;

Registro de funcionamento há pelo menos três anos;

Mínimo de 500 adesões para início de funcionamento;

Prazo de 180 dias para efetivo funcionamento.

Para a implantação e o processo de formalização é necessário que haja um instituidor, o ato de constituição (registrado), a lei de criação (no caso de profissão regulamentada), estatuto social com identificação da base territorial e a declaração do número de associados/membros. O plano que deve conter proposta de regulamento, demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, nota técnica Atuarial e a adesão que pode ser feito um convênio de Adesão entre as Partes: Instituidor x EFPC.

Nosso plano foi pensado com uma contribuição base pequena. Por causa da diversidade econômica dos artistas com uma contribuição básica no valor mínimo de R\$ 26,57. Havendo a possibilidade de suspensão, a qualquer momento, da contribuição básica do participante, por um período de até 12 meses, a partir da 3º contribuição; sem custo ao artista somente a taxa básica de administração do sistema.

Pensando nas características peculiares dos artistas a elegibilidade para o benefício ficou programado aos 60 anos de idade, podendo requerer antecipação aos 55 anos.

O plano traz três possibilidades de pagamento de benefícios, quais sejam:

Renda mensal por prazo determinado, cujo prazo mínimo não poderá ser inferior a 5 anos;

Renda mensal por prazo indeterminado, calculado com base na aplicação de um percentual escolhido pelo participante, no mínimo, 0,5% e, no máximo, 3% sobre o saldo da CONTA DE BENEFÍCIOS, desde de que não seja inferior ao benefício mínimo de referência;

Renda mensal por prazo indeterminado, calculada anualmente com base no saldo da conta de benefi-

cios e sua expectativa média de sobrevida.

Outra característica é que o benefício mínimo de referência é o valor mensal de R\$ 120,00, atualizado em julho, com base no INPC. Havendo a possibilidade de benefícios por invalidez ou morte, nesse caso não há o resgate de um prêmio, mas sim um pagamento de pensão aos familiares.

Além das fontes convencionais de custeio: contribuição do participante e contribuição eventual do empregador, foram previstas receitas de cobertura provenientes de doações e subvenções.

São características da Contribuição do Empregador:

A principal vantagem do plano é que pode haver doações, que podem ser só para alguns associados, para todos, para alguns setores específicos, como por exemplo os maiores de 50 anos. Ou ainda, para apenas um associado.

Não existe conta de empregador, as contribuições do empregador são destinadas aos empregados do contribuinte. E integram o patrimônio individual em qualquer hipótese, tomando a proposta ainda mais atrativa o que poderá ser negociada em ACT, empresa por empresa.

As vantagens do empregador ao contribuir são os aspectos previdenciários. Além de uma política de recursos humanos com a retenção dos melhores quadros.

Além dos Aspectos Fiscais, Dedução das contribuições (até 20% da folha – dos envolvidos) tanto na apuração do imposto de renda. No cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

Participaram do processo de elaboração do plano:

Portaria nº. 186/04 Ministério da Cultura

Composição:

Ministério da Cultura
Sérgio de Sá Leitão
Coordenador da Assessoria do Ministro, suplente
Paulo de Tarso Barreto de Faria
Gestor Governamental
Miguel Batista R. Neto
Secretaria de Articulação Institucional, do Ministério da Cultura
Morgana Eneile Tavares de Almeida
Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, titular
Júlio Mourão Arruda
Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, suplente
Sociedade Civil Organizada
Reunião Sul/Sudeste:
Grazianni Branco da Costa
ANEATE/PR, titular
Martha Macruz
Cooperativa Paulista de Teatro, suplente
Dalmo Carqueija Mota
SINDMUSI/RJ, titular
João Bani
Grupo Rosemary, suplente
José Carlos Simões
APTR-RJ, titular
Maria Clara Guim
Cooperativa de Cinema Fora do Eixo, suplente
Ana Maria Holleben
Fundação Cultural de Ponta Grossa, titular
Denise Fontoura
Grupo Anastácias, suplente
Eliomar Mazoco
Comissão Espírito-Santense de Folclore, titular
Ana Lamenha
ABACDI, suplente;
Reunião Centro-Oeste/Norte/Nordeste:

Candido Fonseca
Fórum Estadual de Cultura de MS,
titular
Pablo Peixoto
Cooperativa Brasiliense de Teatro, su-
plente
Diógenes Brandão
NUPAM, titular
Susanne Lilien
Organização Cultural do Amapá, su-
plente
Paulo Roberto Castro
APECEPE, titular
Marcélia Belém
SATED/TO, suplente
Osvalrízio do Espírito Santo
Ilê Aiyê, titular
Fátima Fróes
ABCV/BA, suplente
Isaac Galvão
SATED/SE, titular
Jane Azeredo
SATED/CE, suplente

Portaria no. 73, de 4 de maio de 2005

Cria o Programa CulturaPrev, de apoio à difusão e consolidação do Fundo de Previdência Complementar Fechada dos Trabalhadores da Cultura - CulturaPrev.

Metas principais:

incentivar a adesão das entidades representativas do setor cultural ao Fundo CulturaPrev, na qualidade de instituidores; ampliar o número de adesões de participantes (sócios, pessoas físicas, dos instituidores) ao Fundo CulturaPrev; capacitar tecnicamente os instituidores para que possam acompanhar e fiscalizar a atuação da administradora do plano na gestão dos recursos.

Debate:

Aluizio Cherobim - No site da previdência tem essas informações?

Morgana - no site da previdência só está disponível a legislação, o plano não.

Morgana - Precisamos que a câmara se tome um núcleo de formadores e difusores dessa idéia, hoje estão no plano o sindicato dos artistas e técnicos do ceara Sergipe e Rio de Janeiro, o sindicato dos músicos do rio e está entrando o sindicato dos músicos da Bahia, a cooperativa paulista de teatro, a associação dos interpretes e músicos do Sergipe, o sindicato nacional dos artistas plásticos de São Paulo, outra entidade que está entrando é a associação brasileira de museologia – ABM.

A campanha será lançada em setembro por volta da segunda ou terceira semana. A idéia é produzir um vídeo que circule nos festivais.

Marise - A grande preocupação é de garantia de continuidade dos trabalhos desenvolvidos no GTT. A partir do fórum nacional de dança nos vimos obrigados a nos constituir como pessoa jurídica para atuar principalmente na problemática de retirar o setor de dança do rol de atividades do conselho de educação física¹⁵. Nesse sentido, urge um grupo efetivo e institucionalizado para dar continuidade e consolidação dos trabalhos que estão sendo feito, por exemplo o Cultura Prev.

15-projeto.
73/70 de
2002

Alice - em relação ao MTE me preocupa a questão da formalização do trabalho, especialmente no caso do circo, temos um grande contingente de profissionais que vivem do circo, quando entra na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tem a questão da configuração da relação de trabalho, quando

a fiscalização chega, são exigidas coisas que não se adequam a realidade do circo. Outro problema são as Cooperativas e a questão da legislação contra animais em circo. O que está havendo é censura em relação ao exercício de uma profissão a exemplo dos domadores.

André/MTE - Creio que a ideia não é censurar mas regulamentar. Se está havendo censura é preciso acompanhar e rever esse processo.

A necessidade de institucionalizar esse mecanismo de diálogo social, que independente do governo as entidades tenham a possibilidade de dar continuidade aos trabalhos, o que se verifica é que esse setor passa por um problema de institucionalização. Parece que só o artista de visibilidade consegue ter voz ativa. Esse é o caminho mesmo.

Em relação a essa demanda do setor de dança de exclusão do rol de atividades do conselho de educação física, parece que o argumento, na verdade é bem simples, a dança não é uma atividade meramente física é também artística.

André/MTE - Em relação a questão da terceirização, no projeto de lei que estamos propondo adequando à recomendações da OIT para o setor, eu não saberia dizer se o que estamos propondo abrange a área da cultura

Principalmente por causa da terceirização, ou ainda das falsas relações de trabalho.

A proposta da câmara é de chamar um representante da OIT para estar presente na próxima reunião.

16. Apresentação do Plano Nacional de Cultura e as Questões de Trabalho e Tributação

Élder Molina – Secretaria de Políticas Culturais MINC

O PNC intenta ser um conjunto de diretrizes estratégicas para a política brasileira com o fim de articular políticas sejam públicas ou privadas na área da cultura. A cultura não tem uma LDB como têm a Educação. Dessas forma, vamos trabalhar em cima de uma legislação fragmentada, a CF a lei Rouanet que compõe um conjunto de regras. A cultura é um dos setores mais desregulados. O que torna mais difícil a construção de um plano nacional. Por isso ele se propõe a ser um conjunto de diretrizes estratégicas. Na verdade, ele começou em 2003 com o Cultura Para Todos, depois foram criadas as câmaras setoriais e a Conferência Nacional de Cultura que acabou estabelecendo um conjunto de diretrizes das demandas do setor. Tudo isso são subsídios para a elaboração do plano construídos com a sociedade. A legitimação do processo de debates em torno do plano aconteceu; agora é a hora de estabelecer uma redação para esse plano. Das diretrizes que saíram da conferência nacional os deputados propuseram a criação do PNC na câmara. Em virtude disso, estamos trabalhando para apresentar um documento substitutivo ao documento que está em trâmite no congresso, que de fato consolide as demandas da cultura, PL 6835/2006.

O processo daqui até outubro terminar a redação desse plano. O relator irá acatar o substitutivo, a idéia dele é aprovar logo em dezembro na câmara. O eixo estruturante do plano é a diversidade cultural como instrumento de desenvolvimento nacional. Esse eixo se traduz na multidisciplinaridade da cultura. É preciso entendê-la não só na dimensão simbólica, mas na dimensão econômica, comunicativa, política, enfim, a idéia é que o território da cultura é ampliado, não pode ser visto somente pelo campo das artes. Essa multidisciplinaridade é a traduzida no plano nacional de cultura. Nossa idéia de sistema é um sistema colaborativo, até para dar a visão de pacto federativo que somos. Uma rede articulada que envolve poder público e sociedade e por último a ideia de criar políticas públicas compartilhadas e sustentadas pela sociedade e não políticas de governo. Essa visão permeia a proposta do plano que vai bater por exemplo numa rede pública de rádio e TV, com critérios de funcionamento, autonomia, que faça o contraditório com o mercado e dialogue com o governo. Então, essa questão de tributação e trabalho é fundamental para a economia da cultura e para o PNC. O setor cultural é um setor que emprega, paga, contudo não estabelece relações de trabalho. É preciso pois, regular o setor atentando para as suas especificidades.

Estamos sugerindo aos mediadores que em conjunto com os membros do grupo produzam uma espécie de paper, que minimamente pactue a questão. Primeiramente com a abordagem conceitual da questão, depois um pequeno diagnóstico disso, e daí vem os desafios, diretrizes e metas. Compreendemos que há uma precariedade de informações e de tempo para realizar essa tarefa. Porque a partir desse paper o corpo de redação irá

condensar com outras informações para chegar ao texto final do plano. Uma vez aprovado ele será a referência das políticas públicas brasileiras.

Debate:

Alexandre Lambert – nós temos um problema nas artes visuais, porque estamos dentro do mesmo escaninho do patrimônio histórico, nesse sentido entre salvar uma igreja do séc. XVIII e produzir uma peça, todos preferem salvar a igreja, ficando as artes visuais preteridas. Uma questão importante era separar as artes visuais do patrimônio histórico

Aluizio Cherobim - qual a possibilidade do ministério de junto dos estados e municípios de passar para eles a importância de se fazer um processo cultural, porque eles não enxergam isso. Eles procuram o ministério. Tudo eles buscam na lei Rouanet. Como vocês poderiam nos ajudar a fazer os entes federativos entenderem a importância do processo cultural? A cultura acaba ficando no plano do "se sobrar", se o Minc atuasse junto aos secretários de cultura ensinado a importância desse processo, talvez esse quadro pudesse se reverter. Outro aspecto significativo é o mau uso da lei Rouanet para o fomento da cultura.

Alice – a questão do circo se enquadrar tanto na cultura em geral mas também na cultura popular, outra coisa é o entendimento do circo como um espaço cultural, já que dentro da lona se faz cultura como um todo. Nosso problema é a questão do circo itinerante. Notícia sobre o conselho nacional do circo?

Élder – a informação que tenho, é que está marcado para o dia 15

Aluizio Cherobim – o circo chega aonde a TV não chegou. Na maioria das vezes o circo abrange uma amplitude tamanha que nenhuma outra abrange.

Marise – o que é importante para o plano? Qual vai ser o foco do nosso trabalho? Como vai ser a redação desse plano, para que possamos propor nossas demandas. Outra coisa, como foi feita a desoneração dos impostos do livro? Porque nos queremos ser incluídos nessa lei. O sistema vai ser uma rede então como vamos incluir Estados e municípios a serem signatários do PNC? E quanto a questão da regionalização, como vai ser o financiamento pelos Estados, municípios e União, tem uma regra de valores?

Outra questão falada é a das estatais porque ela tem esse poder de decidir sobre o patrocínio, que o PNC também estabeleça critérios de direcionamento de verbas.

E também outra moção é a separação das artes na lei Rouanet, para que cada uma seja contemplada como individual e não somente artes cênicas como um todo.

Elder- quando pensamos num plano nacional de cultura pensamos nisso, em articular todos aqueles que tenham algum envolvimento na cultura. O ministério está fazendo um esforço para exportar esses conceitos para todos os entes da federação. O problema é a falta de visualização da importância da cultura no plano do simbólico e é isso principalmente o que os secretários de cultura, bem como as estatais, precisam compreender. Outro ponto importante é demonstrar que cultura não é gasto é investimento.

Quanto à lei Rouanet. Ela tem sérios problemas como os mecanismos que

permitem a política do balcão mas, se soubermos manejá-la ela acaba sendo satisfatória, nesse ponto o decreto regulamentador nos ajuda. Por fim, quanto as contribuições das câmaras: o PNC não vai se debruçar setor a setor ele vai ser um plano transversal com metas de cultura que depois podem rebater em políticas para cada setor. O que não impede que se tenha um anexo com diretrizes específicas para cada setor.

Cherobim – do orçamento do Minc quanto sobre para o investimento na área?

Elder – não tenho a porcentagem mas acho que o grosso vai para a área fim.

Elder – Quanto a questão da tributação do livro. Os editores entraram com uma medida de inconstitucionalidade contra o tributo que não poderia ser cobrado daí saiu um acordo que deixaria de ser cobrado o tributo, mas seria repassado ao consumidor ou seria criado um fundo, então não é uma lei, é uma norma, um acordo.

Manifestação das Câmaras Setoriais

Dança – a pauta para esse GTT ainda está em debate na câmara de dança em virtude da criação do GTE específico para o tema. Contudo já elegemos três pautas prioritárias. A primeira é a criação de uma lei específica da dança ou a reformulação da 6533, tirando a dança da categoria dos profissionais de educação física com base na Classificação brasileira de ocupação - CBO 2002. A Segunda é a questão da aposentadoria do profissional de dança, ou em lei específica ou na própria lei

do artista, com as especificidades de cada categoria na área da dança de acordo com sua atuação. O terceiro é a consolidação de grupos de trabalhos, ou da própria câmara setorial para essa transição das leis para a efetividade das pautas da câmara setorial, institucionalização de um grupo para analisar toda a questão trabalhista e tributária, efetivando todas as questões indicadas pela câmara.

Circo – a nossa discussão está bastante atrasada pela constituição da câmara que só teve uma reunião, sem tempo hábil para o aprofundamento das questões. Temos uma controvérsia interna. Um grupo quer criar uma lei específica para o circo, e eu pessoalmente acho deveríamos examinar com calma, num trabalho integrado e transversal.

A questão do DRT

A questão trabalhista precisa ser pensada, forma de contrato de trabalho, as cooperativas que não podem ser levadas para dentro do circo, concordo com a dança quando fala que esse grupo precisa trabalhar mais tempo para debater todas as questões.

Outro ponto é a legislação dos animais, para a gente é fundamental. Hoje tem uma lei¹⁶ tramitando no senado onde foi colocado que circo é só o que acontece embaixo da lona. Precisamos modificar isso. Ela trata especificamente da questão do animal, dizendo que o animal faz parte do circo e deve ser preservado como patrimônio cultural.

A questão da previdência era importante mas acho que a gente pode abraçar a proposta do PREVICULTURA. A questão tributária do SIMPLES. Todo mundo concorda mas ninguém entende direito do que se trata de fato.

Propõe que a câmara dissemine a proposta apresentada do previcultura.

Livro e Cultura – a câmara está com dois assuntos muito importantes que é a regulamentação da lei do livro 2003 e na implementação do plano nacional de livro e cultura. Sendo que essa questão não foi discutida na câmara. Na questão tributária, foi desonerado o livro no acordo, mas o fundo não foi criado.

Teatro – na questão tributária, é prioridade que o simples embarque o teatro ou que outra lei o faça. Não tem muito o que mudar na lei 82385/74 porque ela funciona para nós. Se tiver que mudar alguma coisa que seja feito por decreto a proposta é a reformulação exclusivamente do quadro de funções. O problema da meia entrada também importante, porque o Estado dá e não remunera o artista.

Artes visuais – traz as seguintes proposições:

1. Problema: não há regulamentação da profissão específica para o campo das artes visuais em todos os elos de sua cadeia produtiva dificultado o exercício da atividade profissional.
2. Problema: Falta de regulamentação e enquadramento previdenciário do artista profissional das artes visuais em planos de previdência junto ao ministério da previdência social
3. Problema: Sistema de financiamento da cultura baseado nas leis de incentivo principalmente no mecenato causando distorções no processo decisório de aplicação de verbas que esta neste momento na mão do marketing das grandes empresas.
4. Problema: Obrigatoriedade em editais públicos de doação de obras de arte como contrapartida a participação de artistas em exposições como principal meio de formação de acer-

vos em desrespeito a sua condição de profissional

5. Problema: Falta de articulação entre instituições responsáveis pelo patrimônio histórico para atuar em vistorias sobre o impacto das ações predatórias em sítios arqueológicos e outros da cultura material, entendidas como referências culturais fundamentais DIRETRIZ: criação de mecanismos que facilitem a interação entre as instituições responsáveis pelo patrimônio histórico.

6. Problema: Falta de previsão das formas de remuneração dos artistas criadores as quais devem ser obrigatórias nas leis, editais e convocatórias de artes visuais. DIRETRIZ: remuneração do artista/autor/criador e executor (profissional de artes visuais)

7. Problema: Falta de garantia de continuidade das políticas públicas da arte s visuais

8. Problema: Ausência de código de Ética e disciplina profissional

9. Problema: Saída indiscriminada das obras de arte do país

10. Problema: Desrespeito sistemático a liberdade de criação e expressão nas artes visuais

11. Problema: falta de reconhecimento amplo da pesquisa e experimentação em arte nos editais de financiamentos das agencias científicas.

12. Problema: Falta de concursos públicos regulares visando a contratação de profissionais especializados para todo os sistema Minc

13. Problema: Altas taxas de importação para materiais de artes.

Morgana – o fato de participar do CULTURAPREV não exclui a obrigatoriedade de contribuir para o INSS. Quanto à especificidade dos 25 anos, eles teriam que ser 25 anos de contribuição efetiva. No cultura prev não há tempo mínimo para se tornar beneficiário des-

de que a pessoa tenha recursos para tanto. Quanto a questão das leis, será que não é mais fácil ter apenas uma lei, eu gostaria de provocar uma reflexão sobre isso. A institucionalização do grupo de trabalho pode ser pensada sim, mas eu acho que vocês tem que se portar autonomamente.

Marise – vemos que a questão tributária é comum à todos.

Morgana - Eu sugiro que façamos uma reflexão sobre quem vai se beneficiar disso, não é simples pensar em desoneração. Esse GT tem que pensar uma lista de produtos, insumos que não tenham similar no Brasil que possam ser objeto desse estudo (de desoneração). Deveríamos mais que fazer uma revisão da lei, um estudo sobre todos os conceitos que precedem essa revisão.

Encaminhamentos Finais

* Chamar a OT para uma reunião do GTT;

* Assumir questões que são específicas de cada câmara setorial exemplo na dança a questão da Educação Física, no circo a questão dos animais;

* Assumir a campanha reconhecimento além do aplauso;

* Redução de impostos para a importação de materiais, fazer a lista de produtos e dos benefícios;

* Criação de uma lei tributária específica para a produção cultural;

* Constituição de um grupo de trabalho para o estudo da reformulação a modificação das leis

* Reformulação do dec. 6835 e da lei 6533;

* Reconhecimento do saber do ar-

tista para inclusão nos cursos livres.

Para a próxima reunião:

Chamar um tributarista para acompanhar a próxima reunião.

Chamar alguém da área trabalhista – sugestão: Márcia Jovita MTE

Participantes

presentes:

Câmaras setoriais:

Dança: Marise Siqueira

Artes Visuais: Alexandre Lambert

Teatro: Aluizio Cherobim

Circo : Alice de Castro

Livro e Leitura: Oscar Gonçalves

Mediadora: Márcia Bauer

FUNARTE: Morgana Neile

Assessora das Câmaras Setoriais:

Mayra Loey

Ministério do Trabalho: André Bucar

(Assessor da Secretária de Relações

Especiais – MTE)

SPC/MINC: Elder

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GTT -TRABALHO E TRIBUTAÇÃO

Dia 13 de Setembro de
2006

Ministério da Cultura
Brasília-DF

Sumário

Enquadramento das produtoras no
“Simples”

Priorização das demandas para o
Plano Nacional de Cultura

Participantes da reunião

Abertura

Proposta de Trabalho

Mediadora -A proposta desta reunião é discutirmos o projeto de lei das Micro e Pequenas Empresas e buscar formas de incluir a questão do enquadramento das produtoras culturais no SIMPLES e darmos continuidade aos trabalhos da última reunião onde cada câmara trouxe suas diretrizes e hoje precisamos qualificá-las apontando os problemas e quais são as ações possíveis para modificar essa realidade, para que possamos enviar para o Plano Nacional de Cultura.

Debate:

Dança – na reunião passada esbarramos na continuidade das ações, em questões técnicas, por isso pedimos a presença dos técnicos do trabalho e da previdência, se eles não estão presentes continuaremos discutindo. Mas na última reunião decidimos por debater sem pensar no plano, pois as questões mais gerais poderiam entrar como anexo no plano.

Victor - pediram pra gente que nós enviássemos um diagnóstico do que está sendo discutido nas câmaras. Como esse material vai ser utilizado na redação do plano cabe à redação do plano decidir, hoje o que propomos é organizar as demandas nesse quadro que estamos propondo, com a redação de um diagnóstico prévio a fim de fazer com que os técnicos entendam o contexto do que estamos discutindo aqui.

Teatro – temos que discutir a questão da meia entrada, pois acaba reduzindo o cachê dos artistas.

Victor – com relação ao MTE estamos tendo dificuldade em conseguir agenda com a equipe técnica. A Morgana

entrou em contato com eles que reafirmaram o interesse no contato com o grupo. O que faremos é concluído esse trabalho de hoje encaminharemos o resultado do grupo de trabalho pedindo que a partir daí se crie um trabalho dentro do MTE com uma atenção especial ao assunto, tendo em vista a discussão que estamos tendo aqui.

Com relação aos especialistas: tivemos na reunião passada a presença de especialistas e temos um acúmulo de informação que eles trouxeram. O que entendemos é que hoje já não precisamos da fala deles sobre o tema, e sim temos que tentar evoluir no que já sabemos sobre o tema. Se vocês concordarem iremos buscar um parecer técnico contratado pelo MINC para a questão tributária e trabalhista. Para que esse documento possa nos amparar nas discussões.

Música – o fórum nacional não se sentiu contemplado nas câmaras setoriais. O nosso momento com o mercado é diferente. Mais o nosso embate é muito perigoso do ponto de vista de que haja retrocesso. Por isso é que não viemos na primeira reunião, já que no fórum nacional não temos um consenso quanto a nossa posição aqui. A informação que temos é que todas as outras câmaras estiveram presentes menos a música.

Victor – para o resultado dos grupos transversais, as reuniões estão sendo bem proveitosas surgindo a necessidade inclusive de termos outra reunião. Agora a câmara de música é a que mais perguntou sobre o encaminhamento. O problema é que a câmara não teve uma reunião antes do início dos trabalhos como as outras tiveram, no entender do ministério entendemos que não era necessário já que a música fez 7 reuniões no ano passado.

Música -Era apenas uma questão de comunicação. Por que isso não foi nos repassado em nenhum momento.

Victor - Quando a Funarte pediu os representantes da música entendeu que já podia pedir isso por meio eletrônico, mas a Internet é complicada.

Dança – a dança teve essa reunião e também discutimos que a forma como foi colocado os GTTs não nos contemplava. Mas indicamos os representantes para estarem presentes porque entendemos ser importante. Percebemos que nossa preocupação também é a preocupação do Minc. Por exemplo, quando não queremos discutir a 6533 não é uma questão de pura discordância mas sim um problema real, porque o problema da educação física estar ensinando a dança na escola ocasiona uma perda que vai se refletir daqui a uns 15 anos.

Victor -Sabemos que a escolha dos temas não foi da forma democrática como vínhamos trabalhando antes, mas é importante entender que tivemos um problema de orçamento votado atrasado, se não fosse isso teríamos mais tempo de por em discussão os temas que seriam tratados nos GTTs .

Teatro - discutimos também sobre o valor ou não dos GTTs mas uma vez que a maioria adotou pegamos a definição do grupo eu vejo o grupo de trabalho de maneira diferente. Ele está fazendo o macro em relação a cultura. O PNC não vai tratar das questões micros que devem ser discutidas nas câmaras. Não sei se vai ser melhor ou pior para cada um especificamente, mas o que é transversal é comum a todos.

Circo - para o circo que sempre esteve à margem, a oportunidade de descobrir o quanto de afinidade que temos aqui, é muito valorosa. O trabalho aqui é completamente diferente do que já vimos antes. Já tivemos um momento onde nos reuníamos e vínhamos cobrar do governo, mas agora ouvir as demandas que o Minc também acha importante é um caminho.

Dança – trazer questões específicas é para que no final estejamos todos preocupados com a arte.

Victor - mesmo que exista um governo com vontade democrática com abertura para ouvir, o sistema , o formato das coisas, esta instituída desde a coroa portuguesa, mesmo a historia do período republicano não é uma conquista total quanto mais essa forma de participação pública. Acho que estamos num processo. No fim do ano no momento de avaliação iremos saber se foi ou não produtiva essa participação. Ao todo temos uns 20 grupos trabalhando. O fato de termos os GTTs a Brasília foi importante para que as demais secretarias do Minc pudessem se envolver nesse processo. Aqui foi mais fácil ter a presença dos secretários (fomento, políticas públicas) do que seria no Rio. Esse espaço tem que ser uma conquista da gente. Não podemos nos aborrecer com a impaciência do pessoal.

Dança - É importante termos um cuidado na hora de reduzir a termo o que estamos discutindo já que estamos representado uma gama de pessoas, que depois vão nos cobrar as posições que estamos defendendo.

1. Enquadramento das produtoras culturais no "SIMPLES"

Victor Ortiz - FUNARTE

Colocamos a necessidade de enquadrar as produtoras no sistema simples principalmente pela fato de cada vez mais produtoras contratarem produtoras, o que acaba gerando um sistema de venda de notas fiscais. Encaminhamos essa demanda à Receita Federal e ao Ministério da Fazenda. A receita informou que a discussão devia ser levada ao Congresso Nacional. Já com a tramitação da lei do simples que estava sendo emendada. L. 9317. Quem vinha fazendo isso a anos era a construção civil que reivindicava a excepcionalidade para se enquadrar no sistema simples. O cinema conseguiu apresentar uma emenda para ser enquadrado no Simple e veio para o Minc um pedido da Fazenda de parecer quanto a essa proposta. Fizemos uma nota sobre o assunto onde colocamos que o tema foi pautaado nas reuniões de música, teatro, e a principal demanda das câmaras era buscar a excepcionalidade da área para se enquadrar no sistema SIMPLES. Fizemos uma justificativa para cada área e encaminhamos ao Ministério da Fazenda. O problema é que outros setores que não são da área cultural também pediram enquadramento o que eles fizeram foi fechar a discussão decidindo que as propostas apresentadas até uma data x entrariam. O grande problema é que não tinha um acordo sobre a questão para que a lei fosse votada no Congresso. Foi formulada a emenda para incluir a música e as artes cênicas mas não foi votada, nem aprovada. Estamos propondo que tendo em vista a aprovação para a área de cinema propusés-

semos uma emenda para o ingresso das outras áreas. O que proponho é que façamos um documento apelando a extensão do benefício concedido ao áudio visual que encaminharemos ao Ministro da Cultura e ele irá fazer o encaminhamento ao Ministério da Fazenda.

Debate:

Circo- No caso do circo, eu tiraria a expressão circo mambembe e trocaria por circos de pequeno e médio porte. Outra coisa é tirar a expressão "o chamado" e deixar somente o circo-social.

Dança- na nota técnica não esquecer de colocar a câmara de dança.

* o grupo se sente contemplado se aonde estiver uma forem colocadas todas as câmaras

Victor - com relação a isso, esse é o encaminhamento. Eu sugiro que esse assunto se torne muito falado.

Musica - devemos democratizar esse documento aos fóruns de cada linguagem para que pudéssemos contribuir com a redação.

Dança - É importante que tenhamos o numero do PL para fazermos uma redação por área.

Artes Visuais - foi sancionado ontem a noite.

Dança - então o MINC vai fazer esse pedido para extensão a todas as áreas vai precisar passar por todo o processo legislativo de novo

Victor - além desse encaminhamento para o ministro temos que fazer um encaminhamento para a presidente da comissão de educação e cultura.

Dança – vai passar por todo o trâmite novamente.

Circo - Façamos o seguinte o grupo tem a missão de fazer as cartas.

Dança - A câmara aprovou que a atividade cultural tem que ser incluída no SIMPLES. Agora só a carta ao Ministro não sei se é o caminho. Se é um PL temos que fazer o nosso lobby com nossas categorias. Vai ser um projeto de iniciativa do executivo ou do legislativo.

Victor – a única possibilidade que temos que averiguar é se pode ser ampliado onde diz cinema as outras áreas da cultura.

Morgana – acho que se vamos entregar uma carta temos que gerar um fato político para essa entrega. Para o Ministério da Fazenda apoiar esse movimento. A minha proposta é fazer a carta. Encontro dos ministros com a carta. E encontro da câmara com o senado para discutir e apresentar a proposta a emenda. Se não há visibilidade não conseguiremos aprovar o projeto.

Circo – se o artigo for desse jeito ele é inconstitucional. É mais um argumento que temos

Musica – podemos entrar com uma ADIN, ou pelo menos ameaçar a propositura de uma ADIN e assim criar um fato político.

Dança – passamos batido pela questão tributária.

Morgana – tínhamos uma tarefa de fazer uma lista de exoneração, foi feito isso nas Artes Visuais?

Artes Visuais – não.

Dança- as artes visuais tem uma circulação grande mas nós que estamos

numa posição geográfica favorável no sul também temos a demanda da circulação internacional. Os produtos culturais tem que sair da OMC e ir para a UNESCO. Que só está lá por causa do cinema. Nas regras internacionais de circulação. Esse é o espírito ao tirar a produção cultural como se fosse uma produção de bens e mercadorias. Não conheço de que forma, mas acho que temos que discutir, ou prever um estudo a médio ou longo prazo.

Morgana - Eu tinha entendido que essa tarefa não era só das artes visuais. Mas que haviam outros equipamentos nas outras áreas que tinham que identificar isso a questão da circulação é outro tipo de desoneração, acho que elas devem ser discutidas separadas. A questão das indústrias criativas brigam para que sejam reconhecidas como economia, daí eu fico pensando se isso não é contraditório.

Victor - o Brasil lutou junto com Canadá e França para que a área da cultura não caia na OMC. O mesmo grupo da indústria criativa inclusive. Porque as regras do comércio beneficiam apenas as grandes indústrias. Isso só será válido quando os países ratificarem a convenção pela diversidade cultural nos seus congressos.

Isso não resolve a questão da circulação dos bens culturais, cada país tem que verificar internamente a questão alfandegária.

Circo – a questão dos trailers. No circo é comum que o próprio circense faça seu trailer. E para circular precisa de licença, comprovar notas fiscais de compra, quando na verdade eles são produzidos artesanalmente.

Dança – se compromete a fazer uma pesquisa da legislação do Uruguai que

subsidiar a produção e circulação de matéria prima para a área cultural.

*O grupo sinalizou a importância dos produtores artesanais. E da necessidade de estimular a produção, o ensino e a pesquisa. Com prêmios, etc.

2. Priorização das diretrizes para o Plano Nacional de Cultura:

Victor - Nesse documento temos as contribuições de cada área. Agora teremos que ver quais demandas são comuns a todos os grupos. Tenho uma dúvida com relação a dança. Temos um documento do sindicato que reconhece a legitimidade das câmaras setoriais e diz que o tema trabalho está diretamente ligado ao sindicato e este requer que seja ouvido. E nos concordamos com essa posição. Hoje o sindicato não participa diretamente na câmara setorial, mas tem representantes. CONATED até porque nenhuma resolução será tomada no âmbito do MINC nem do tem, no âmbito da câmara setorial de dança chegamos a duas propostas qual vai ser a proposta em relação a 6533, o sindicato concorda com a revisão do quadro anexo, porque eles também entendem que é necessário uma adaptação as circunstâncias atuais, contudo mexer na lei pode ser um retrocesso que pode ser até um corporativismo sindical mas por outro lado pode ter fundamento. O fórum de dança tinha uma posição radical que mexer na lei não adianta, ele queria uma lei própria da dança. O que precisamos é de termos um consenso, ou mechemos no quadro anexo ou não vamos revisar a lei.

Circo - Se houvesse um consenso esse nosso fórum poderia indicar coisas e aí sim chamaríamos uma discussão nacional que fosse para discutir o

assunto. Quando falamos da legislação trabalhista falamos da 6533 claro mas no caso do circo também falamos de CLT. A questão trabalhista é muito maior que a lei em si. Não sinto a maturidade de quais são os pontos que vamos trabalhar aqui.

Dança - queria deixar claro essa posição do sindicato. O sindicato rompeu com a dança no ano de 2003, pela questão corporativa e arrecadatória. A dança cresce no país todo. Quem esta defendendo a dança como setor cultural no país não é o sindicato, eu concordo que não vamos mexer na 6533, quando vem do CONATED uma carta dizendo ou é essa a discussão ou não é nada. É um desrespeito a área de atuação que nem é deles. Se por outro lado a proposta deles fosse vamos mexer no decreto enquanto pautamos uma lei específica da dança, seria outra historia

Teatro- dentro das categorias houve uma evolução diferente de cada área específica. Quem mais evoluiu ate hoje foi a musica, seguido do teatro. O circo esta começando agora, assim como a dança. Assim por razões varias, quando foi feita a lei, era chamado artes cênicas. Podia se dar uma quantidade maior ou menor proporcionalmente as demandas. Quando a lei foi feita tinha uma vantagem conseguimos tudo porque as quatro áreas estavam juntas, porque isoladamente a gente não consegue nada. Do jeito que esta havendo eu vou sugerir aos satélites que fiquemos separados.

Circo - Os sindicatos concordam que a legislação trabalhista é insuficiente para a realidade atual dos setores. Todos concordam somente há divergência quanto à forma de ação. A questão é que as câmaras tem que enfrentar isso.

Dança - O que não pode é o colégio sindical de teatro falar o que a dança deve fazer.

Artes Visuais – o sindicato imposto sindical. Isso não contribui em nada para o crescimento de nenhuma área. Se a taxa fosse para o desenvolvimento das áreas dentro do país. Mas isso não acontece o que acontece é que o imposto vai para enriquecer o sindicato.

Mediadora - esse GTT deve agora pensar em qual a sua posição com relação aos assuntos.

Dança- não é intenção da dança perder a força política dos trabalhadores da área de dança. O que quero dizer é que não podemos ser pautados pela agenda do ministério. A cisão partiu dos sindicatos com a dança.

Música – no caso dos músicos temos uma ordem dos músicos que foi criado com boas intenções. Minha opinião é que cada lugar tem suas especificidades e se ajudam. 90% da categoria é informal mesmo com toda a legislação que rege nossa atividade. Os produtores de musica estão ligados. Mas o músico é o foco. Os produtores se apoderaram dos meios de produção e deturparam a idéia do que é musica, justamente por conta de seu poderio econômico. Quando se fala de dança quem tem que responder pela dança é o sindicato de dança, porque não dá para o teatro responder por melhor que seja o trabalho deles. Por causa do crescimento natural talvez seja importante que vocês se organizem nesse sentido.

Circo – nos meus sonhos eu penso que teríamos um grande sindicato,

de todos os artistas. O grave que vivemos é um afastamento da categoria de seus sindicatos. Mesmo que tenhamos pessoas serias se nos afastarmos do sindicato não há trabalho a ser feito.

Talvez tenhamos que provocar grandes discussões nas câmaras, nos sindicatos, onde for, que esse conflito venha a tona. Que os sindicatos também mostrem como é uma boa administração. A proposta é que façamos um texto .um problema que temos hoje é o reconhecimento do exercício da profissão.

Artes Visuais – a possibilidade de um grande sindicato dos artistas seria forte, o que acontece é que o sindicato não produz nada. Vamos propor um fundo nacional da cultura esse dinheiro virá das produções estrangeiras para desenvolver o setor dentro do país. Vamos fazer essa proposta e deixar o CONATED e o MINC brigarem.

Dança – nos foi imposto uma cisão pelo CONATED que não queria cindir a força dos artistas, a proposta é de reconhecer os artistas como são. Por isso precisamos, cada um de uma lei especifica sim. Hoje talvez seja mais produtivo reunir todas as categorias num colégio, com representantes de todas as áreas dos profissionais da cultura. E ai, cada área tenha a liberdade de ver reconhecida sua profissão da maneira como achar melhor, seja através de lei ou não.

Mediadora - proponho que agora discutamos cada um dos itens e no final possamos retomar e saber se há um consenso ou um dissenso.

DOCUMENTO GTT TRABALHO E TRIBUTAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

Problemas	Diretrizes	Ações
<i>A legislação trabalhista existente é insuficiente para a realidade atual dos setores</i>	<i>Atualização das legislações contemplando as diferentes necessidades dos setores, garantindo os direitos já adquiridos.</i>	1. Formação de um grupo de trabalho para o estudo da legislação existente e novas proposições.
<i>Dificuldade de adequação do trabalhador da cultura ao sistema previdenciário vigente.</i>	<i>Organização das relações de trabalho visando garantir a proteção social ao trabalhador da cultura.</i>	2. Garantir a formalização das relações de trabalho, com a fiscalização do MTE. 3. Realizar campanhas de conscientização para uma cultura previdenciária.
<i>Não foi criado o Fundo Nacional do Livro previsto na Lei ¹⁷</i>		4. Regulamentação da Lei do Livro; criação do Fundo Nacional do Livro
<i>O sistema de financiamento da cultura, centrado nas leis de incentivo, gera distorções no conceito de pessoa física e jurídica.</i>	<i>Rever as leis de incentivo para a correção das distorções.</i>	5. Acesso ao financiamento para pessoas físicas/artista. 6. Criação de faixas de valores, democratizando o acesso ao financiamento, facilitando a prestação de contas.
<i>Distorção no conceito de contrapartida nos editais públicos.</i>	<i>Adequar os critérios estabelecidos na política de contrapartida, garantindo a integridade da obra de arte, do artista e do interesse público.</i>	7. Democratização e transparência na elaboração dos critérios de contrapartida dos editais públicos.
<i>Editais e similares não especificam a remuneração do artista criador.</i>	<i>Garantir a remuneração do artista/autor/criador e executor.</i>	8. Elaboração de normas que garantam a regulamentação, implementação e obrigatoriedade de remuneração do artista/autor/criador e executor.
<i>Falta de concursos públicos regulares visando a contratação de profissionais especializados da cultura para todos os órgãos públicos.</i>	<i>Garantir, nos editais dos concursos públicos, a ocupação das vagas específicas de artes por profissionais das áreas correspondentes.</i>	9. Viabilizar concursos públicos específicos para a área cultural.
<i>Altas taxas de importação para aquisição de equipamentos e insumos artísticos.</i>	<i>Desonerar a importação de equipamentos e insumos artísticos.</i>	10. Alterar/criar legislação específica para a área.

17- Encaminhar para a avaliação da Câmara Setorial do Livro.

<i>Dificuldades na circulação internacional de espetáculos e obras em função da tributação excessiva e inadequada.</i>	<i>Desonerar e simplificar os procedimentos para a circulação internacional de obras de arte e espetáculos.</i>	11. Encaminhar a proposição para o GT Mercosul Cultural. 12. Alterar/criar legislação específica para a área.
<i>Matéria prima com altos custos tendo em vista a sobreposição de impostos onerando a produção artístico-cultural nacional.</i>	<i>Desoneração dos insumos para a criação e produção artístico-cultural nacional.</i>	13. Alterar/criar legislação específica para a área.
<i>Alta tributação dos setores de teatro, música, dança, circo e artes visuais provoca excessiva informalidade nas relações de trabalho.</i>	<i>Viabilizar o enquadramento das produtoras culturais no Sistema Simples de Tributação</i>	14. Proposição de emenda ao PLP 100/2006 no Senado Federal. 15. Encaminhamento da proposta através dos 16. Ministérios da Cultura e da Fazenda

ATA DA REUNIÃO DO GTT ECONOMIA DA CULTURA

Brasília, 03 de agosto de 2006.

Participantes presentes

CÂMARAS SETORIAIS

Dança: Sofia Cavalcante

Música: Manoel de Souza Neto

Artes Visuais: Ana Gláfira

Teatro: Gustavo Bartolozzi

Circo : João Carlos Artigos

FUNARTE: Vitor Ortiz

SPC/MINC: Mariana Dornelles, Pablo, Angela, Paula Porta (gabinete do ministro)

IBGE: Cristina Lins

IPEA: Frederico

Moderadora: Neusa

Abertura

Vitor Ortiz

A gestão na área da Cultura não pode acontecer sem uma visão estratégica da economia.

O tempo de trabalho do grupo é de agosto a dezembro.

O objetivo é darmos início efetivo às ações do GTT.

Neusa

O objetivo da reunião de hoje é dar início efetivo às ações do GTT, possibilitando maior conhecimento sobre as ações do GF para a valorização pretendida, bem como levantar as contribuições de cada Câmara Setorial para o fortalecimento da Economia da Cultura, elaborando subsídios para a formulação do Plano Nacional de Cultura.

Programação

10h00 Abertura e instalação do GTT

10h15 Ações do GF em desenvolvimento/Debate

11h45 Apresentação das Câmaras Setoriais: Artes Visuais, Circo e Dança

12h30 Almoço

14h00 Apresentação das Câmaras Setoriais: Livro e Leitura, Música e Teatro

15h15 Encaminhamentos: Pauta de trabalho do GTT e Definição de prioridades

17h00 Encerramento

Paula Porta

A economia da Cultura

A criação do documento teve a função de partilhar com os outros órgãos a visão sobre a economia da Cultura, dessa forma se torna uma grande articulação com os outros órgãos e entidades que se envolvem com a Cultura.

Situação histórica: a economia da Cultura já era entendida no pós-guerra pelos EUA, mas só nos anos 70 ela passou a ser vista como instrumento de pesquisa. Na década de 90 ela entrou na pauta dos organismos econômicos, passou a ser um vetor privilegiado de desenvolvimento. A força desse setor é de 7 % da economia mundial. A economia da Cultura, ao lado da economia da informação, compõe o que se chama de economia nova. A economia da Cultura tem como principais características a mudança constante e as inovações.

É urgente que tenhamos uma pauta de ação para o desenvolvimento setorial face aos grandes cartéis que tendem a dominar os mercados mundiais. Um exemplo de como temos que aproveitar a aceleração advinda das novas tecnologias é ter estratégias conjuntas para tentarmos uma inserção qualificada, nesse sentido é necessário conscientizar o setor de que não é ruim ter

uma política de economia da Cultura. A economia da Cultura é um setor estratégico por causa de sua representação no PIB e seu potencial de crescimento ilimitado, pois seu insumo básico é a criação artística e intelectual. O setor é altamente empregador e gera produtos com alto valor agregado. O consumo desses produtos tem um impacto social no que se refere à inserção qualificada no cenário internacional. É um setor em que o desenvolvimento econômico está ligado ao desenvolvimento Cultural. A economia da Cultura tem uma dimensão mais específica que outros termos como a indústria criativa trabalhada na Argentina.

O Brasil tem forte vocação para o desenvolvimento do setor devido a sua diversidade e capacidade criativa. Diferencia-se competitivamente por causa dos profissionais de alto nível e da facilidade de absorção de tecnologias. Atualmente a conjuntura externa é favorável ao desenvolvimento econômico haja vista que o país está na moda. Outra questão é que o mercado interno é forte e a produção Cultural é consumida internamente. Do ponto de vista do Ministério, identificamos que as áreas que já tem um certo dinamismo são a música, o áudio visual e as festas populares que, por já estarem inseridas no mercado, foram escolhidas para trabalharmos nesse ano, puxando todos os outros. O que não exclui as outras áreas, pois é apenas um plano de ação tendo em vista, por exemplo, a emergência do campo da música. Identificamos como desafios para o setor: incluir o fomento das atividades da economia da Cultura no rol de políticas estratégicas; implantar uma agenda para o desenvolvimento do setor; articular parceria efetiva entre Estado, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para a promoção eficaz do desenvolvimento do setor; coletar

os dados primários e realizar os estudos das cadeias produtiva; capacitar os empreendedores para novos modelos de negócio, visando sua inserção positiva no mercado internacional. A partir de 2007 teremos um programa (Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura) estruturado para o desenvolvimento, com orçamento aprovado no Ministério do Planejamento, que já foi uma conquista e batalha durante os últimos três anos. Esse programa aprovado tem três frentes de ação: a questão do estudo e da promoção de diagnósticos em relação ao setor; a capacitação dos realizadores, principalmente em propriedade intelectual, para disseminar as novas formas de gestão da propriedade intelectual; a questão do comércio com a qualificação para comércio exterior, comércio digital e formas de distribuição dos produtos Culturais no país (promoção de negócios). Queremos desenvolver uma série de ações como estamos fazendo agora, por exemplo, com a promoção de exploração. No momento temos exploração de música e de áudio visual, uma parceria do MinC com a Apec e o Sebrae e a promoção de feiras de negócios.

Fomentar a economia da Cultura exige o conhecimento por cada setor de sua estrutura.

Intervenções:

Gustavo Bartolozzi - A informação desses conceitos não está circulando. Quando se fala em capacitação, tanto para os artistas quanto para os empreendedores, com a intenção de contribuir com essa política de fidelização da nossa Cultura, torna esse projeto de capacitação urgente, porque a demanda aparece, a moda passa e, quando os empreendedores estiverem prontos, se não forem feitas as fei-

ra de negócios, por exemplo, deve ser feita outra coisa.

Paula Porta - É uma ação guarda chuva. Ter planos de ação vindos do setor é necessário para trabalharmos, esperamos que vocês fortaleçam essas estratégias.

Gustavo Bartolozzi - O trabalho da Câmara já está pronto no sentido de contribuir com esses planos de ação.

Paula Porta - Não temos nem um estudo da cadeia produtiva. Nossa função é promover a sustentabilidade, ter política de desenvolvimento diferente da lógica do fomento de patrocínio. A perspectiva é promover o que já é dinâmico, já está no mercado.

Gustavo Bartolozzi - Tem esse viés social de construção de cidadania que precisa ser visado.

Paula Porta - Outros setores do Ministério cuidam dessa questão, aqui tratamos apenas do fomento à economia.

Gustavo Bartolozzi - Dessa forma é preciso que o IBGE produza uma estatística sobre o setor.

Paula Porta - A estatística é fundamental, mas há setores que não têm dimensão econômica e também não devem ter mesmo. Tem segmentos que existem por sua dimensão simbólica.

Sofia Cavalcante - As sutilezas de certas áreas passam despercebidas, o que pode empacar o desenvolvimento, não sei qual o critério para um setor não estar na economia. Eu queria uma definição melhor, porque há grandes espetáculos que estão na economia e outros menos expressivos que não.

Ana Glafira - A música está contemplada porque já tem um mercado em potencial, há setores com a possibilidade de produção em séries e outros não. Dentro desse conceito de economia o MinC já trabalha com áreas organizadas, e precisamos criar as demandas. É preciso pensar a necessidade das especificidades do setor.

Paula Porta - O que tem que ficar claro é que economia da Cultura não está ligado ao que tem escala. O valor agregado é o importante, estamos começando por aquilo que já tem inserção, mas não necessariamente temos que ver economia onde não tem. Produções de teatro já tem inserção econômica na medida em que têm uma cadeia de produção. Não é o governo que vai dizer como vai se exportar o teatro e a dança, por exemplo, o setor artístico é que faz isso.

Manoel de Souza Neto – O que falta é que os estudos sejam regionalizados num contexto histórico. Outro problema é que o informal não é registrado.

João Artigos - Vivemos num país da informalidade e a produção Cultural está ligada à informalidade. A pesquisa não pode ser feita por nós ante o nível de complexidade que exige o cruzamento de informações que não temos.

Paula Porta - Estamos fazendo pilotos de ação. Os estudos que queremos realizar da cadeia produtiva são detalhados, queremos um diagnóstico específico, mas das câmaras setoriais queremos que se nomeiem as áreas emergenciais.

Frederico - O MinC não sabe como o setor e o segmento funcionam, o conceito está aberto, o interessante é as Câmaras de cada segmento pegarem o programa e testarem seu funcionamento.

Cristina Lins - O SEBRAE também desenvolve programas específicos que podem ser acessados.

Ana Glafira - Sobre o edital da Petrobrás.

Paula Porta - Editais não entram no tema economia da Cultura, são fomento, patrocínio.

Vitor Ortiz - Quando a proposta do GTT foi apresentada, ficou bem claro que não se confundia a questão da pesquisa do fomento com a economia de Cultura, o âmbito desse grupo é saber o que as áreas devem fazer para se inserir no contexto da gestão Cultural.

Sofia Cavalcante - Como a questão da economia da Cultura vai lidar com a Lei Rouanet, o patrocínio e essas questões?

Vitor Ortiz - Se contabilizarmos o que o governo investe com a Lei Rouanet e o MinC, além do que se investe com os governos estaduais, teremos uma fatia de participação do governo na economia da Cultura. Outra participação, por exemplo, é a de arrecadação com direitos autorais, gerada no circuito econômico da atividade musical no país. É importante discutir a participação do poder público na economia da Cultura.

Paula Porta - São formas diferentes de atuar no setor, todas as ações propostas têm outra lógica que não a de fomento.

Frederico - O Ministério tem nove Programas, um deles é o programa que a Paula Porta citou. O MinC tem dinheiro alocado em todos. Ele vai funcionar com recursos do BNDES e do orçamento, com a lógica do financiamento do BNDES e com a lógica orçamentária do fundo perdido.

Vitor Ortiz - O que faremos hoje é trabalhar a fim de reunir diretrizes para ajudar nesse trabalho do projeto.

Ana Glafira - Quanto ao material para subsidiar nosso trabalho?

Cristina Lins - No site da economia da Cultura tem um texto meu sobre o tema.

Papel da Secretaria com a Câmara.

Paulo – SPC/MINC

Um dos objetivos da Secretaria é coordenar os programas, ações e estudos relativos ao desenvolvimento das atividades econômicas da Cultura, bem como propor medidas de regulamentação da legislação Cultural¹⁸

A secretaria tem uma função sistêmica na organização desses estudos.

Diretrizes Políticas:

Construir uma Base de Informações Estatísticas sobre a Cultura
Não se restringir a Consultorias
Institucionalização do "Campo" de Estudos sobre Cultura
Divulgação e organização das Pesquisas Informações nacionais e transversais

Como a gerência realizou suas ações:
Acordo de Cooperação Técnica IBGE
Acordo de Cooperação Técnica IPEA
Seminários com pesquisadores brasileiros e estrangeiros
Financiamento de Pesquisas Estruturantes

Depois do acordo de cooperação técnica com o IBGE foi criado o Sistema de Indicadores Culturais que pretende a organização das informações sobre Cultura no Brasil produzidas pelo IBGE, CNAE, Censo Demográfico, PNAD, MUNIC (Equipamentos Culturais)e o POF.

Cristina Lins

O IBGE não tem pesquisas específicas de Cultura, a última foi feita em 1940. Hoje, o que todos querem é a dimensão econômica da Cultura já que, a Cultura gera empregos, participa do PIB e cada dia cresce mais. Esse sistema de indicadores Culturais está pegando a base de dados do IBGE e, em cada uma delas, estabelecemos um recorte do setor Cultural para mapear e fazer um levantamento. Esse estudo é para o Brasil 2003 e depois tentaremos regionalizar esse trabalho. Para falar de Cultura no Brasil é preciso articular com outros países e por isso temos uma classificação nacional de atividades econômicas - CNAE. Em economia da Cultura, no site do MinC, tem um texto meu com detalhes sobre o tema. Com a pesquisa de orçamento familiar – POF, teremos um levantamento do que se gasta com a Cultura, essa publicação sairá em novembro de 2006. (Série Estudos e Pesquisas do IBGE).

Pablo

A importância do senso do IBGE é que as informações balizam os estudos. A dificuldade do trabalho é traduzir o conceito de Cultura nas estatísticas. Fizemos um segundo trabalho com o IBGE, um suplemento Cultural da MUNIC (pesquisa de perfil municipal) que engloba informações Culturais dos 5.560 municípios brasileiros e terá por base informações de órgãos gestores municipais, fundo e legislação municipal, principais atividades Culturais, ações e projetos, pretendendo ser finalizado em Julho / 2007.

Com o IPEA são feitos boletins periódicos e artigos acompanhando a Gestão do MinC. Bem como, sobre a Análise do Mecenato, Gastos Públicos

18- art. 8º do Decreto nº 5.711 de 2006

com Cultura, Museus, Pontos de Cultura, entre outros.

Frederico

O IPEA está sempre ajudando os Ministérios, organizando e trabalhando os dados de forma mais rápida, nesse sentido fizemos uns 30 artigos que o Pablo está publicando sobre temas como o mercado de trabalho formal e informal. Acompanhamos o MinC com relação ao financiamento público, o mecenato, os equipamentos e a POF, que estamos fechando com base nas demandas do Ministério. Uma grande parte do consumidor de Cultura é formada na escola, o nível de escolarização é importante para o consumo Cultural. Um dos objetivos desse texto é a aproximação do MEC com o MINC.

Outra pesquisa encomendada foi a Pesquisa acerca das "Indústrias Criativas"¹⁹ envolvendo as seguintes áreas:

- Audiovisual (Iuperj)
- Música Bahia (UFBA)
- Música Sudeste (Cebrap)
- Dados Macroeconômicos (IPEA)

O setor de indústria Cultural não é abarcado pela pesquisas do IBGE. O que estamos fazendo é uma pesquisa de práticas Culturais, que adquirimos da base de dados IBOPE²⁰. A ideia é fazer pesquisas desses dados e cruzá-los com outros.

Esse estudo tem pouca circulação e a ideia é difundi-lo através de lançamentos, seminários, debates e publicações. Ele será incorporado ao PNC e publicado também na coleção de políticas Culturais, com a proposta de balizar os estudos do tema.

A função da gerência é balizar a discussão em números para que se torne objetiva, o que nos permite

dialogar com o sistema federal inteiro para que possamos reivindicar políticas mais eficazes.

A importância da Câmara é a organização dos dados das pesquisas, das demandas. Principalmente das demandas objetivas, por exemplo, a questão da regionalização da música. E como traduziremos isso em ações.

Câmaras Setoriais

O grupo debateu sobre a questão do fomento não estar no ambiente da economia da Cultura.

Vitor Ortiz - A questão do fomento não é menos ou mais importante para nós da Câmara nem para o governo, ao contrário, o que mais tem sido feito é justamente o fomento, o que queremos quando pontuamos esse aspecto é ampliar o debate. No caso do fomento, o circo já teve uma reunião com o Marco Acco, para ver especificamente a realidade do circo na lei Rouanet, pois os balanços mostram que é a área menos assistida.

Neusa - Agora trabalharemos tentando levantar os problemas, respondendo às perguntas a seguir. Num segundo momento, as câmaras deverão fazer um diagnóstico do setor, de preferência escrito num quadro, bem pontuado, objetivo. Que deverá ser trazido até a reunião de setembro, por cada representante.

Pergunta 1 – Quais são as principais preocupações sobre o tema economia da Cultura e quais sub temas transversais devem ser priorizados?

19 - O conceito de indústria criativas é super criticado.

20- Ibope Mídia: Investimento Publicitário nas nove Principais Regiões Metropolitanas / Target Ibope: Perfis de consumo Cultural nas nove Principais Regiões Metropolitanas

Câmara Setorial	Aspectos destacados
Dança	<p><i>*Dificuldade de manutenção de companhias de dança e artistas independentes com trabalho contínuo;</i></p> <p><i>*Deficiência de programas continuados de difusão, circulação da dança no Brasil e no exterior;</i></p> <p><i>*Descontinuidade dos programas de fomento à pesquisa e criação em dança;</i></p> <p><i>*Carência de diálogo entre gestores e profissionais da dança;</i></p> <p><i>*Demandas e potencialidades da dança são desconhecidas;</i></p> <p><i>*Circulação precária de informações sobre a dança como área de conhecimento;</i></p> <p><i>*Ausência de profissionais especializados em dança nos cargos de gestão pública para o setor;</i></p> <p><i>*Insuficiência e precariedade de espaços adequados à prática da dança.</i></p>
Música	<p><i>*Monopólio de empresas multinacionais impede o avanço das economias regionais dos diversos setores de música;</i></p> <p><i>*Informalidade dos músicos auto-produtores impedindo o acesso ou importação, empréstimos e outros;</i></p> <p><i>*Mercado musical desregulamentado em setores de rádio difusão, direitos autorais e indústria fonomecânica (fonográfica);</i></p> <p><i>*A grande maioria dos produtos musicais brasileiros não consegue chegar à difusão e distribuição, logo não são consumidos;</i></p> <p><i>*As pesquisas atuais da economia da Cultura prestigiam modelos de negócios de macro indústria, ignorando a ampliação do mercado dos músicos que são auto-produtores e estão no mercado informal;</i></p> <p><i>*Problemas nas questões trabalhistas (OMB) DRT.</i></p>
Artes Visuais	<p><i>* Todos os pontos passaram ao grupos transversais.</i></p>
Teatro	<p><i>*Espaços públicos ociosos não aproveitados para o teatro;</i></p> <p><i>*Impacto econômico de espaços teatrais em comunidades locais desconhecidas;</i></p> <p><i>*Mapeamento dos espaços teatrais no Brasil é desconhecido;</i></p> <p><i>*Dificuldade de aquisição, reforma ou construção de teatros e/ou espaços para grupos e "cias";</i></p> <p><i>*Impacto econômico do teatro desconhecido;</i></p> <p><i>*Falta de registro, memória e divulgação de produção teatral brasileira.</i></p>
Circo	<p><i>*Canais de distribuição dos resultados artísticos circenses no mercado internacional inexistentes;</i></p> <p><i>*Poucos investimentos na pesquisa histórica e tecnológica;</i></p> <p><i>*Dificuldade de locais de exibição e equipamentos culturais para a atividade circense;</i></p> <p><i>*Desconhecimento dos agentes e dos impactos sociais e econômicos da atividade circense;</i></p> <p><i>*Dificuldade de manutenção de grupos, trupes e espaços de criação e exibição;</i></p> <p><i>*Desinformação e preconceito sobre a atividade circense.</i></p>

Subtemas Transversais

Não importância Cultura, pesquisa, experimentação ser assegurado no entendimento de negócio, indústria criativa.

Não estão sendo integrados, como fatores de influência na economia da Cultura, temas como educação, formação de público, difusão, questões trabalhistas, direitos autorais e outros.

Não existe levantamento dos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário que possam impedir o avanço da economia da Cultura.

Falta registro, memória e divulgação da produção Cultural brasileira.

Não existem estudos dos impactos dos produtos Culturais estrangeiros na economia da Cultura nacional.

Alto grau de informalidade.

Não tratamento dos diversos conteúdos específicos das linguagens da educação PCN, não foram colocados em prática.

Não formação de plateias em todos os níveis (TV digital/ferramentas).

Deficiência de programas continuados de difusão e circulação de Cultura no Brasil e no exterior.

Dificuldade de manutenção de trabalhos continuados nas diversas áreas Culturais.

Faltam programas de capacitação técnica nas áreas Culturais.

Não reconhecimento, por parte dos setores transversais (MEC/planejamento, economia) da importância das artes no desenvolvimento do país.

Abordagem multidisciplinar concentrada em um espaço itinerante (circo).

Concentração dos investimentos no eixo SP/RJ;

Distorções regionais na distribuição e acesso aos recursos disponíveis;

Uso ou destinação de recursos públicos através de critérios que não atendem aos setores.

Problemas nas garantias para os financiamentos;

Não organização dos setores na formação de um planejamento de desenvolvimento;

Dificuldade de linhas de financiamento com juros sociais;

Não acesso a recursos para a pesquisa, produção, circulação, assimilação da produção.

Nenhuma das pesquisas sobre economia da Cultura dá a dimensão da indústria informal (radiografia crítica);

Estão sendo considerados aspectos sociológicos que influenciam a economia da Cultura? Exemplo: baixa estima da população, desemprego, êxodo rural...);

Impacto econômico da Cultura desconhecido;

Estudos da economia da Cultura não prestigiam as especificidades regionais.

Priorização

Nenhuma das pesquisas sobre economia da Cultura dá a dimensão da indústria informal (radiografia crítica);

Estão sendo considerados aspectos sociológicos que influenciam a economia da Cultura? Exemplo: baixa estima da população, desemprego, êxodo rural...);

Impacto econômico da Cultura desconhecido;

Estudos da economia da Cultura não prestigiam as especificidades regionais.

Dificuldade de manutenção de trabalhos continuados nas diversas áreas Culturais.

Deficiência de programas continuados de difusão e circulação da Cultura no Brasil e no exterior.

Problemas nas garantias para os financiamentos;

Não organização dos setores na formação de um planejamento de desenvolvimento;

Dificuldade de linhas de financiamento com juros sociais;

Não acesso a recursos para a pesquisa, produção, circulação, assimilação da produção.

Concentração dos investimentos no eixo SP/RJ;

Distorções regionais na distribuição e acesso aos recursos disponíveis existentes;

Uso ou destinação de recursos públicos através de critérios que não atendem aos setores.

Falta registro, memória e divulgação da produção Cultural brasileira.

Não reconhecimento, por parte dos setores transversais (MEC/planejamento, economia), da importância das artes no desenvolvimento do país.

Não existe levantamento dos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário que possam impedir o avanço da economia da Cultura.

As Câmaras votaram quais subtemas transversais seriam prioridade, só não chegaram a um consenso em relação à hierarquização dessas prioridades. O grupo virtual será formado por Manoel de Souza Neto e Ana Glafira, tendo início em 07 de agosto de 2006.

Ata da reunião do GT
Direito Autoral
Brasília, 01 de agosto de
2006.

Participantes presentes:

Câmaras setoriais:

Dança: Marta Cesar

Música: Beto Peres, Paulo de Jorge.

Artes Visuais: Luis Gustavo Vidal

Teatro: Oseas B. Neto.

Circo: Ana Lamenha
ECAD: Gloria Braga e Samuel Fabel.
FUNARTE: Vitor Ortiz, Ana de Hollanda e Mayra Loey.
Gerência de direito autoral: Marcos Sousa, Clifford Guimarães, Angeline Prata.
SPC/MINC: Mariana Dornelles

I - Boas Vindas. Ana de Hollanda

II - Apresentação do plano nacional de cultura. Mariana Dornelles

III - Apresentação da gerência de direitos autorais:

Marcos Souza - gerente interino – A gerência de direitos autorais, como setor do Estado encarregado do Direito Autoral é uma sucessora do CNDA (Conselho Nacional de Direito Autoral) que possibilitava que as pendências não fossem ao judiciário, funcionando como Instancia Administrativo.No plano Collor se extinguiu o CNDA instituindo um Estado mínimo, de direito privado, tratado minimamente pelo Estado. Na recriação do ministério no governo Itamar a gerência passou a ser uma instância do Estado responsável pelo direito autoral, mas por uma perspectiva histórica o papel hoje não é igual ao do CNDA, não temos poder, por exemplo, para regular contratos, mas podemos esclarecer ao público questões de direito autoral, outra, a questão do direito autoral sendo regulada internacionalmente por tratados e convenções que são alvo de novos tipos de regulação, a gerência é responsável vinculada ao grupo de propriedade intelectual interministerial e a negociação é feita pelo Itamaraty. Outra questão é a legislação... somos demandados pelo congresso sempre que há proposta de alteração em projetos de lei que tratem da questão autoral. De uma forma geral essa

é a gerência. Estamos satisfeitos com a criação do GT que pode trazer subsídios para a formulação de políticas nacionais tratando dos direitos autorais. Em relação à última reunião, as câmaras estão lidando com titulares de direito, e às vezes usuários (transmissão pública) e direito autoral não se discute de um só ponto de vista, a perspectiva é que a de ser ter um equilíbrio dos titulares de direito e da sociedade que deve ter acesso à cultura.

Relação - Criação e investimento. Hoje, no sistema de propriedade intelectual há um privilegiamento ao investimento em detrimento à criação. Nós achamos que deve haver um equilíbrio. Não somos contra o investimento, a preocupação é que o sistema não proteja somente o investidor, mas possa equilibrar essa proteção também com a proteção ao criador.

IV - Apresentação Funarte

Vitor Ortiz.

Os GTs tem um objetivo bem delineado no sentido de que houve um trabalho nas setoriais em 2005, discutindo diversos temas, mais expressivamente na área da música. Somente na área do Circo houve apenas um seminário para tratar das questões do Circo. Uma das principais questões colocadas para a Funarte (responsável pelas câmaras) era sobre a questão dos encaminhamentos, o que seria feito com tudo que foi deliberado. Por essa razão esse ano trabalharemos as questões mais suscitadas tendo criado esses Gts por interessar a todas as áreas. Para que as câmaras possam dar uma contribuição mais efetiva. Essa é a primeira reunião e, portanto uma reunião de instalação para que esse grupo discuta as questões que serão trabalhadas, tendo a oportunidade de nos

encontrarmos uma segunda reunião e talvez uma terceira. O objetivo não é impor uma solução, mas pactuar sobre alternativas justas e consistentes para o desenvolvimento do primordial objetivo que é o desenvolvimento das áreas envolvidas.

V - Intervenções:

Gloria Braga - Em relação a câmara da música – foram pontuadas questões específicas que por não serem tratadas no âmbito interno do ECAD, essas questões que não poderão ser opinadas pelo ECAD. Em outras questões que não sejam execução pública.

Ana de Hollanda- essa instância colabora para a construção do plano, chamamos o ECAD como entidade que trata sobre direitos autorais mesmo que as entidades não se sintam representados pelas entidades.

Marcos – acredita que o ECAD possa colaborar nos pontos em que tem atuação, como a execução pública e a gestão coletiva.

Marta – o direito autoral, por exemplo, foi colocado como grupo de trabalho transversal, quando esse assunto não seria uma prioridade para a dança.

Vitor – qualquer deliberação da câmara é registrada.

Oseas – sentimos falta da consulta da câmara setorial na colocação dos GTs . Sem representação da ESBAT, desde que começamos só se falou em música.

Vitor – como sugestão de encaminhamento poderíamos listar as entidades que deveriam ser convidadas a participar das próximas reuniões, pela nossa estrutura podemos convidar até três.

Marcos - Toda área tem suas entida-

des de gestão coletiva que deveriam estar presentes aqui.

VI - Considerações das câmaras:

Teatro – Na câmara setorial não houve essa discussão. Esse ponto não está cogitado em pauta.

Dança – julga o tema importante, mas não prioritário. De toda forma as indicações são: ausência de um órgão de registro. Sugestão de estudo do sistema da França para o registro. Pergunta se é verdade que uma empresa espanhola tem a intenção de fiscalizar a dança e o teatro.

Marcos – sugere como Diretriz: a questão do direito autoral na área de dança que hoje é nula. Com a criação de um órgão. Sendo que o registro é menos importante que a gestão de órgãos coletivos.

Circo – sobre a especulação da empresa espanhola. Está acontecendo entre os sindicatos dos artistas e a empresa, que propõe a fomentação para que se crie uma empresa brasileira de arrecadação e eles dariam suporte, o interesse deles é a arrecadação das obras que vinculam aqui dos artistas estrangeiros.

Marcos – as obras são recolhidas aqui, pelo princípio de reciprocidade.

A preocupação do circo: a cobrança de 3.75 % sobre a arrecadação do circo. A questão do Direito Autoral é prioritária para a câmara de circo. Principalmente para que haja um critério de acompanhamento da arrecadação feita pelo ECAD.

Glória: O ECAD publica anualmente em veículos de grande circulação, um ba-

lanço auditado sobre a arrecadação feita pelo ECAD. O que não dá para ser feito é a publicação do montante que é destinado a cada autor/artista.

É importante ressaltar que quem promove o evento deve informar às músicas que serão vinculadas. Essa obrigação é da produção e não do ECAD.

Marcos - o Estado não tem competência legal para gerir os grupos de gestão coletiva. Hoje, o direito autoral é privado. Mas é preciso garantir a transparência desse processo. Como por exemplo, informar os usuários da sua responsabilidade de informar as músicas a serem vinculadas.

O ECAD se mostra aberto a discutir num contexto amplo a questão da arrecadação.

Artes Visuais – Trabalhamos na câmara, detectando o problema e sugerindo soluções, são elas:

14. A inversão do ônus da prova, nos casos de plágio e contrafação.

15. Difusão da lei 9610 através de cartilhas e mídia eletrônica bem como divulgação da necessidade de utilização de instrumentos contratuais.

16. Falta de crédito nas obras de arte fotografadas, mesmo nos casos do art. 46.

17. Falta de especificação do direito de Saisini que é albergado pelo direito de seqüência do art. 38, pleiteando também que recaia sobre as obras póstumas. (Mayra, tava escrito assim no documento deles.)

18. Inexistência de regulamentação da obra derivada, principalmente quando se trata de arte digital.

19. Necessidade de alteração do artigo 77 da lei 9610/98 quando aborda o direito de exposição da obra de arte adquirida.

20. Falta de previsão legislativa do quantum a ser arbitrada a título de danos materiais nos mesmos moldes do parágrafo

único do artigo 103 da lei 9610/ 98 propondo entre 40 e 100 salários.

21. Falta de previsão de como ficam os contratos de cessão dos direitos firmados por autor falecido. Necessidade de previsão contratual que se transfira às obras ou retorne à família no caso de omissão do contrato.

22. Saída indiscriminada de obras de artes dos pais sem critérios. Com a criação da figura do tombamento de obra de arte de forma a preservar divisas e o turismo cultural, dando a preferência de aquisição à União.

23. Regulamentar o parágrafo segundo inciso VI do artigo 24 da lei 9610/98, necessidade de classificação das imagens de obras que não estejam mais protegidas pela lei para livre utilização. A idéia sugerida é criar um selo de domínio público para essas obras com a devida inscrição e catalogação das mesma num catálogo de tombamento nacional (já existe no www.dominiopublico.gov.br). E ainda auxiliar e disponibilizar através de um banco de dados oficial a utilização de imagens de obras de arte sobre domínio público para utilização em diversos fins em especial na educação e difusão das artes visuais e de sua história.

Marcos – quanto à regulamentação ao art. 24, é necessário realmente à criação, devido ao conflito com o parágrafo primeiro. O site domínio público é um trabalho árduo desenvolvido pelo MEC, orientando a não ferir a lei autoral, havendo dois problemas as obras que realmente estejam em domínio público (70 anos após a morte do autor) e o creative commons que é um tipo de licença, onde alguns direitos ou nenhum direito pode ser reservado, cabendo até modificações em alguns casos.

Ana Lamenha – o ECAD recebe consultas sobre o domínio público das

obras. É preciso que haja realmente um lugar que informe quanto a esse aspecto.

Marcos – quanto à inversão do ônus da prova. No caso do plágio será que não estamos criando um estímulo ao escândalo do plágio? Uma indústria de pessoas de má fé acusando indiscriminadamente. No caso da contrafação, no plano de conselho nacional de combate à pirataria, se não me engano abarcamos essa idéia modificando o Código Penal, para inverter o ônus da prova.

Marcos - na questão de cessão de direitos patrimoniais se, se voltasse os direitos sobre a obra, aos familiares, talvez se criasse uma insegurança jurídica para a outra parte contratada.

Vidal – hoje, é necessário apenas regular, para que se coloque essa questão no contrato e no caso de omissão haveria o retorno das obras aos familiares.

Marcos – a idéia da fixação dos danos materiais deve ser global. É um assunto que merece discussão para abarcar todas as áreas.

Marcos – da necessidade de alteração do artigo 77 merece um estudo face às convenções internacionais.

Marcos – em relação à obra derivada devemos avaliar a necessidade já que é uma regra muito rígida pode gerar obstáculo para a criação de novas obras.

Vidal – a proposta não é de uma regra rígida. Por sugestão do representante das câmaras visuais, essa questão foi retirada de pauta.

Marcos – a questão do direito de Saisine deve ser estudada face ao direito internacional.

Marcos – no que tange à divulgação é necessário observar o direito dos membros da sociedade de ter acesso aos bens culturais.

Música – além da câmara setorial de música está presente o ECAD.

A câmara se preparou para uma apresentação transversal do tema, não abarcando apenas os aspectos tangenciais da música. Percebemos que a forma de discussão da câmara está um pouco alterada por que todas as propostas esbarram na legislação, como sugestão propomos um GT nomeado por portaria com todos os setores, o ECAD, algumas sociedades, sindicatos, para um estudo para a criação de um sistema único de arrecadação e distribuição de direito autoral. Onde ser faria um estudo de caso, realidade, envolvendo o poder público, sem perder o âmbito privado em que está envolvido o direito autoral.

Ana de Hollanda – no final ao fazermos os encaminhamentos, essa proposta pode ser encaminhada para ser avaliada pelo MINC.

Marcos – qual a vantagem de um sistema único?

Marta – é necessário pensar sobre o sistema, pois no caso da dança, por exemplo, talvez haja maior evolução se trabalharmos em conjunto com todas as áreas.

Marcos – o problema da classe artística, é a divergência generalizada. Somente criar um GT talvez não resolva o trabalho.

Oséas – se a proposta for aprovada, a câmara se mobilizará para que o grupo de trabalho aconteça.

Marcos – o problema é que o GT não vai fazer nenhum estudo, a proposta é válida, mas antes de formarmos um GT para fazer um estudo, seria melhor fazer um estudo prévio e depois de proposto poderia ser criado um GT para trabalhar esse estudo.

Gloria – o que é hoje a utilização de obras artísticas e literárias no mundo com o advento do mundo digital, que sabemos é feito em larga escala por grupos poderosos e multinacionais. O risco que corremos (criadores) é do nosso conteúdo se esvaír se não houver um controle sobre as obras, e não é só música, artes plásticas, é tudo. Nesse novo mundo, eu acredito que devemos trabalhar juntos, se a arrecadação do ECAD corre risco com toda sua organização que dirá dos setores que não estão organizados a idéia de estarmos juntos pressupõe, a uma, o fortalecimento de quem cria. Hoje quem não está organizado já está um passo atrás, nesse mundo não dá para trabalhar sozinho. O grande problema é a falta de sociedades organizadas que representem seus interesses. Posicionamento do ECAD sobre regulação: o ECAD não quer, por ter um receio de que uma entidade reguladora seja criada com as finalidades propostas e no final sejam tomadas pelos usuários das obras, grandes empresas, que visam somente seus interesses.

Durante a discussão foram apresentados argumentos favoráveis e contrários:

Argumentos favoráveis	Argumentos contrários
<p>- as obras são usadas sem benefícios aos criadores porque não há sociedades que representem seus interesses.</p>	<p>- juntar todos os tipos de obras pode enfraquecer determinadas linguagens. - risco de um GT não resolver o problema. Sugere que os estudo seja realizado antes do GT ser montado. - risco de ir contra o acesso à cultura.</p>

Marcos – a preocupação é com o usuário final, que esse sistema único, atinja também o cidadão que tem direito ao acesso à cultura.

VII - Encaminhamentos

1. O grupo requer um estudo do sistema único de arrecadação e distribuição (a exemplo da música), e de um órgão regulador e fiscalizador interligados. O ECAD ressalta que não concorda com a proposta de um órgão regulador e fiscalizador.

2. Pauta da próxima reunião:
Diagnóstico do direito autoral em cada setor (contendo: problemas e possíveis soluções)
Diretrizes referentes ao tema devem estar garantidas no PNC;
Estratégias para consolidar essas diretrizes em médio e longo prazo;
Resposta à proposta do GT sobre o sistema único de arrecadação e distribuição e do órgão regulador e fiscalizador.

3. Outros participantes do GT (as câmaras setoriais devem indicar quem participará da próxima reunião até o dia 20.08)

SBAT - sugerido pelo teatro

4. Formas de recolher e organizar contribuições à discussão antes do próximo encontro.

Até o dia 20 os participantes se comprometem a remeter o diagnóstico para a Mayra (mayraloey@funarte.gov.br) que encaminhará a gerência de direitos autorais (Marcos).

Do dia 20 ao dia 30 o Minc devolve com as considerações, perguntas e possíveis solicitações de ajuste.

Será montado um grupo no yahoo sob a responsabilidade de Oseas.

A Mayra deverá mandar ao Oseas com os e-mails do grupo.

Sobre o Plano nacional de cultura:

Elder - Secretaria de Políticas Culturais
Esses grupos nasceram de um balanço das cadeias produtivas das câmaras, que seriam grandes eixos para a estruturação do plano nacional de cultura se refletindo nas cadeias econômicas e em outros setores. A estrutura do plano, que tem por fundamento a cultura como item de desenvolvimento da sociedade, sob os eixos da diversidade cultural e da multidimensionalidade que precisa ser articulada.

Vale ressaltar que o prazo final para entrega do substitutivo é dezembro, devendo os GTs entregar até novembro seus documentos finais.

Cada câmara já está trabalhando para conceituar seu setor, fazendo um diagnóstico. O que esse grupo poderia fazer é conceituar direito autoral fazendo um diagnóstico e propondo diretrizes, a partir da perspectiva de cada câmara.
Vitor – O GT deve priorizar a formula-

ção de diretrizes para o plano, o que não invalida que se continue a trabalhar as propostas apresentadas nessa reunião.

Ata da reunião do GT Formação e Pesquisa – MEC e MinC

Brasília, 02 de agosto de
2006.

Participantes presentes:

Das Câmaras Setoriais
Circo: Rodrigo Matheus
Teatro: Hirtton Fernandes, Marbo Gianaccini e Joana Abreu.
Dança: Dulce Aquino
Artes Visuais: Wagner Barja
Livro: Maria das Graças M. Castro.
Funarte : Vitor Ortiz e Mayra Loey.

Associação Brasileira de Educação
Musical: Cristina Grossi
Moderadora: Miriam Brum
MEC: Carlos Alberto Xavier, Iguatemy e Sueli.
Secretário de Articulação Institucional:
Márcio Meira e Keila

O Papel dos GTs

Victor Ortiz

Os GTs estão sendo implantados ao longo dessa semana e da semana que vem acontecendo com a primeira reunião de cada grupo. O objetivo desse grupo de trabalho é atender as questões colocadas pelas câmaras. Primeiramente dar consequência às propostas elaboradas e a tentativa de uma forma mais direta. No caso desse

grupo, temos um caso diferente por causa do relacionamento desse GT com outro ministério. O afastamento da cultura do MEC gerou uma série de propostas pelas câmaras que vão desde a formação universitária à pesquisa. Hoje, a tendência é de reaproximação da cultura e da educação. Justamente por isso, o grupo tem a tarefa de opinar sobre uma formação transversal que perpassa por todas áreas.

Do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura

Márcio Meira

Os avanços da rearticulação entre o MinC e o MEC.

No caso do MinC, construímos uma série de mecanismos de participação, por exemplo, em 2003 do primeiro seminário foi o "Cultura para todos" culminando na conferência nacional de cultura em dezembro de 2005. Nesse meio tempo vários mecanismos de participação direta foram criados, como as câmaras setoriais que têm o foco de diálogo permanente com os parceiros da cultura. O encontro nacional de cultura populares mobilizou e trouxe para a discussão o "pessoal da arquibancada" que estava de fora a algum tempo da formação da política de cultura nacional. Todos esses mecanismos trouxeram análises de demandas e propostas para a cultura. Desses, cerca 1/4 dizia respeito à educação, muitas vezes pleiteando a presença do MEC como também, uma aproximação do MinC com o MEC. Esse GT não é uma mera vontade política do ministério, vem, portanto, de uma vontade manifestada pela população brasileira nesses encontros. Esse ano estamos fazendo o Plano Nacional de Cultura no mesmo ano da revisão do Plano Nacional de Educação²¹ O

que levou o MinC a fazer uma parceria com o MEC para participar desse processo. Dos mecanismos de participação resultou uma proposta de diretrizes e metas, a saber: 1. tornar cada escola em centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade escolar e de sua vizinha; 2. difundir em todo o sistema educacional um conceito amplo de cultura entendido como o conjunto de saberes e fazeres das sociedades, valorizando a diversidade cultural brasileira²²; 3. estabelecer em âmbito nacional, processos de formação e profissionalização continuada na área da cultura; 4. promover a permanente integração e troca de informações e conhecimento entre as instituições educacionais e culturais.

Isso significa que do ponto de vista político é um empoderamento relativo conferido aos secretários de cultura no município em relação à parte educacional. Outra consequência é que elas podem ajudar nos programas e ação que estão no Plano Plurianual - PPA, tanto do MinC quanto do MEC que hoje não têm interligação. Nos últimos anos avançamos na universalização do acesso à educação, hoje o problema da educação é justamente o de transformar esse acesso, num acesso de qualidade. Queremos que as políticas públicas de cultura e educação sejam integradas.

MEC

Carlos Alberto Xavier

A junção dos planos é um passo importante para recuperarmos a integração entre a cultura e a educação. A educação era pensada apenas no contexto escolar, não como pensava Anísio Teixeira cuja escola mantinha a criança num tempo de educação integral. Agora com a integração das

21- No caso da educação, o MEC no processo de revisão de seu plano, contratou o INEP que cruzando dados do IBGE, fez um diagnóstico detalhado da educação em todos os municípios do Brasil.

22- Comentário do Márcio: essa diretriz é justamente a necessidade de rever esse conceito de cultura que fala Iguatemy. A dimensão e a diversidade da cultura deve estar presente na ação cotidiana da escola.

ações, será possível materializar a articulação feita entre MEC/MinC.

Formação

Iguatemy – secretaria de educação superior – SESU

Não podemos prescindir dessa obrigação com a educação formal até por causa do mercado de trabalho. É importante e fundamental que haja educação para a cultura, para a educação física, entre outros, mas quando essas matérias roubam tempo da educação básica como português e matemática o que nos remete a questão da formação de professores sem retirar a responsabilidade da instituição, temos que pensar no que querem os professores quando saem da universidade. Deles é cobrado um excesso de informação, cultura, atualização, que muitas vezes inibe hoje, temos um déficit muito grande de professores. As pessoas não querem mais ser professores. Nesse contexto temos que refletir sobre o que o MEC tem feito para a inserção dos professores.

Quanto à integração: temos hoje muitas ações em conjunto o que interessa é conhecer. Qualquer projeto deve passar pela formação de professores²³. Dificilmente a universidade não está envolvida no processo cultural dos municípios, o que deve acontecer é deixarmos de ter as artes apenas como evento e passarmos a um processo de formação cultural efetivamente.

Outra coisa que deveríamos incluir na discussão a questão da extensão universitária, é o fórum de pesquisa e pós-graduação e o fórum de graduação.

Márcio - O foco é que deveríamos estabelecer uma agenda com esses fóruns para que esse GT e o MinC possam ampliar essa conversa.

Iguatemy – podemos informar a próxima reunião para que vocês estejam presentes.

Miriam – dificulta entender cultura enquanto não houver um entendimento de que mesmo um evento é resultado de um processo.

Iguatemy – é preciso saber o enfoque do evento, se há ou não a preocupação de pesquisa com a aplicação posterior. Há clareza nesse entendimento, que existem enfoques diferenciados.

Graça – o que é ensino, extensão e pesquisa na universidade? É preciso que informemos a sociedade e saibamos como cada área pode ser aplicada.

Miriam – a idéia é a mesma da incubadora de empresas. Fomentar os grupos para que eles se tornem independentes.

Márcio – propõe uma agenda de discussão da câmara com as universidades sobre a questão do patrimônio.

Victor – Há um GT sobre conhecimento, memória e patrimônio com o sistema de museus e o IPHAN, que se reúne na próxima semana podemos convidar alguém do MEC para a reunião. Existe também a possibilidade de criação de uma câmara interministerial MEC/MinC .

Iguatemy – o MEC têm um programa voltado para ensino com foco na tutoria cujo objetivo é otimizar o ensino, contudo, na área de música só temos um projeto.

Cristina – quanto aos parâmetros presentes em editais para a contratação de professores, com exemplo de um edital que pedia professores de edu-

23- Exemplos: Projeto PRO-DOCÊNCIA que vai ser lançado agora em agosto. O PROESTE começou como a ação da SESU e hoje temos a participação do Ministério Cidades e outros.

cação artística quando o MEC já extinguiu essa área. Precisamos alguém do conselho nacional de educação revise esses aspectos.

Carlos – Parâmetros e diretrizes são editados pelo Mec, mas o estado e municípios têm liberdade para baixar regras na educação de base.

Miriam – A proposta é que o GT se reúna com a câmara de formação de professores para encaminhar as demandas quanto à formação de professores.

Graça – Os conselhos municipais também devem ser acionados.

Barja – na questão da formação: uma questão grave da cultura no ensino médio, para que a cultura deixe de ser evento e passe a ser advento, e aí vem o suporte para o fazedor de cultura já no ensino médio. Temos que encarar a cultura nesse processo de produção cultural. O nível médio deve ser atacado de forma mais pontual que o ensino superior.

MEC

Currículos da educação Base

Sueli

Funcionamento da educação no Brasil. A educação no Brasil se organiza de forma completamente diferente de outras áreas. É totalmente descentralizada, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB deixou claro que a responsabilidade pela educação ficaria a cargo de estados e município e o MEC teria a responsabilidade de avaliar, monitorar e propor políticas de educação. Não há imposição, mas indução dos sistemas que são ausentes que implementem suas políticas. Embora a

educação básica seja de responsabilidade de Estados e municípios o MEC também responde por isso é, portanto um regime de colaboração entre União, Estados e municípios. Quando da discussão de políticas é necessário lembrar que o MEC não pode impor políticas justamente por causa dessa descentralização. A estrutura do MEC não se organiza por área de conhecimento, mas por níveis de escolaridade, uma positivista, a educação base engloba e educação infantil o ensino fundamental e o ensino médio além do programa do livro didático. Dessa forma, no MEC não temos pessoas de áreas específicas como dança e artes visuais para pontuar com vocês questões específicas dessas áreas.

Márcio - É por níveis, mas, por exemplo, para a educação especial tem uma secretaria própria, para a educação à distância, a mesma coisa. É, portanto, uma mescla de níveis e assuntos.

Barja – o que tem que ser incentivado são escolas técnicas para a formação de profissionais de cultura.

Joana – além desses profissionais que vão seguir esse caminho precisam garantir que o ensino base seja também um espaço de formação de plateias.

Graça – Quando formulamos no currículo, por exemplo, habilidade de leitura, linguagem artística, ainda não aponta metodologicamente como iremos trabalhar para que a criança de fato desenvolva essa habilidade.

Silvia – Verificamos descontinuidades no ensino médio e na educação infantil que precisam ser resolvidos. Nesse sentido, o que o MEC lançou uma nova política de ensino fundamental de nove anos. Antes, A escolaridade obrigatória era de oito. Nós estamos traba-

lhando para que não haja uma ruptura entre ensino médio e fundamental. Estamos trabalhando com o conceito de criança de 0-10 séries iniciais do ensino fundamental e de 11 até as séries finais. Até a quarta série entendemos que ainda é possível manter professoras com nível de magistério a partir daí é necessário que se tenham professores licenciados.

Queremos lidar com o currículo a partir de uma formação humana. Nesse ano vamos publicar uma série de livros sobre currículo e desenvolvimento humano. O mais importante é lidar com o desenvolvimento humano principalmente na infância. Cumprindo a determinação da Constituição Federal em seu artigo 214, elaboramos essas diretrizes para a educação de base. A escola deve ensinar e o aluno deve aprender uma série de questões devem ser observadas que não somente o conteúdo das artes.

Barja – o campo das artes visuais e seus aplicativos são formativos e tem mercado para isso.

Miriam – quanto sob que base o MinC e o MEC poderiam atuar juntos. Uma proposta trazida pela Iguatemy foi da participação do GT na câmara para o ensino superior, como fica para o ensino fundamental.

Graça – Como poderíamos formar um fórum de discussão dos pontos que estão propostos? Precisamos criar um canal para discutir a garantia da linguagem artística na escola.

Miriam – a proposta é de que esse GT possa colaborar com o MEC para garantir.

Silvia – O Conselho Nacional de Educação órgão auxiliar do MEC pode ser o órgão articulador para essas deman-

das, inclusive as diretrizes e bases para a educação infantil estarão sendo revistas até o fim do ano.

Miriam – A ideia é criarmos uma câmara para a discussão com os diversos representantes.

Rodrigo – Quanto a escola nacional de circo, que está para ser criada, como será sua relação com o MEC?

Silvia – Ela tem que entrar com um processo para a criação de uma universidade de ensino superior que forme professores. Reconhecer curso.

Miriam – a questão específica da escola do circo precisa ser discutida diretamente com o MEC e a FUNARTE.

Apresentação das Câmaras Setoriais.

Metodologia de trabalho: discussões virtuais com a criação de um grupo virtual sob a responsabilidade da Joana.

Keila – sugere que se discuta e revalide as diretrizes apresentadas pelo MinC para que seja levado ao Seminário de avaliação do Plano Nacional de Educação 23/24/25 de agosto em Porto Alegre.

Victor – esse GT deve produzir um texto até setembro com as propostas para o Plano Nacional de Cultura, que pressupõe a existência de um diagnóstico breve sobre cada ponto, as diretrizes sugeridas.

Graça – propõe que cada câmara identifique nos eixos do documento do ministério produzido na conferência nacional, as convergências dos documentos de cada câmara.

Miriam – a proposta de trabalho é primeiro lermos o documento da confe-

rência, e depois a leitura das diretrizes formuladas pelo MinC. Como segundo momento de trabalho por meio do grupo virtual iremos pontuar as questões não pontuadas em cada câmara.

Circo – a câmara traz como proposições:

1. Reconhecimento do notório saber ao artista;
2. Reconhecimento pelo MEC e pelo MinC da escola de circo como referência na América Latina;
3. Aceitação do cargo de professor no âmbito do MinC
4. Nacionalização das ações da escola de circo;
5. Investimento na formação continuada dos professores;
6. Inclusão do circo no censo.

Reconhecimento do circo como arte popular e patrimônio histórico. É necessário um mapeamento também das escolas em movimento.

Graça – sugere que as câmaras façam um exercício de reflexão definindo os conceitos, hierarquizando, o que o MinC vai priorizar, o que vai executar e o que vai recomendar.

Victor – propõe que a FUNARTE formule um documento básico sintetizando todos os documentos para que posteriormente as câmaras possam argumentar.

Cristina – os conceitos de formal e informal estão um pouco ultrapassados, sugiro uma outra terminologia, por exemplo: Ensino regular, outros contextos de ensino.

Ernesto – sugere que o documento traga a reflexão de qual a situação da formação das artes no Brasil, independente de um recorte de educação formal e não formal.

Barja – temos dados concretos que já estabelece vínculos claros entre MEC /MinC secretarias estaduais e municipais o elo de ligação é o arte educador. A partir do ponto de vista do arte educador esse vínculo já existente, tem que estabelecer um diálogo.

Victor – O documento das artes visuais servirá de base para que todos incluam o que se refere a cada área. Em um segundo momento, de posse desse documento, a Miriam dará uma formatação final.

Miriam – Eu envio o documento das artes visuais para que o grupo responda.

Vai ser enviado para todo o grupo de trabalho:

- O relatório das câmaras
- Relatório final da Conferencia Nacional de Cultura
- Propostas de diretrizes e metas do PNE
- Documento de metodologia PNC
- Plano Nacional do Livro e Literatura

Divisão Metodológica:

Ensino fundamental (educação infantil, séries iniciais e séries finais), médio (formal, técnico e profissionalizante), superior (ensino, pós-graduação e pesquisa e extensão) e outros contextos (processos educacionais, pesquisas artísticas e outros).

Encaminhamentos: 1. tentar com o Xavier a agenda com os fóruns do SESU (fórum de pesquisa e pós graduação e o fórum de graduação). 2. e a agenda com o Conselho Nacional de Educação. 3. estudar possibilidade de datas.

PARTE II

COLEGIADO SETORIAL DE DANÇA

1. Apresentação

O Colegiado Setorial de Dança sucedeu a Câmara Setorial com a missão de fortalecer o canal de diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil, a partir de um novo patamar institucional: enquanto órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC. Durante essa transição, buscou-se garantir a máxima participação da sociedade civil, de forma democrática, e o mapeamento da complexidade específica do setor, bem como suas demandas e carências. O Colegiado Setorial herdou as competências da Câmara, às quais se agregou a possibilidade de discutir, junto ao Poder Público, as políticas públicas para o setor da dança.

Em 2008, o Colegiado, já na estrutura do CNPC, ganhou status de órgão colegiado submetido ao Plenário do Conselho e com sua estrutura e competências definidas por instrumentos legais. Fatores que foram fundamentais para garantir a institucionalidade necessária para a estabilidade e o fortalecimento de uma arena legítima para a discussão democrática sobre políticas públicas. É com base nesse modelo institucional que artistas, produtores, técnicos, associações e entidades culturais articulam-se diretamente com o Governo Federal.

O desafio colocado a partir de 2009 foi o de promover eleições diretas para a composição do plenário do Colegiado, de forma ampla e que garantisse a representatividade setorial e regional. Assim, utilizou-se o espaço mais legítimo e democrático de articulação entre o Estado e a sociedade, ou seja, a Conferência Nacional de Cultura. As Pré-Conferências Setoriais foram fortalecidas na segunda edição da Conferência e estabelecidas a partir das áreas artísticas e de patrimônio com assento no Plenário do CNPC. Desta forma, o espaço constituído proporcionou ao segmento da dança a possibilidade de discussão das questões relativas ao segmento e criou a oportunidade para promover as eleições necessárias para o Colegiado. Estiveram presentes na Pré-Conferência de Dança representantes de todas as regiões do país e de todos os elos que compõem a estrutura criativa, produtiva e intelectual do segmento.

Neste cenário, os membros eleitos do Colegiado de Dança passaram a discutir a política nacional para o segmento, englobando não apenas a parte econômica, mas a institucional, a nacional e a federativa. O fruto dessa discussão materializou-se na definição das diretrizes gerais para o estabelecimento de um plano nacional para o setor da dança, aprovadas em 2010, e no estabelecimento do novo formato do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo de Artes Cênicas.

As discussões promovidas no Colegiado Setorial de Dança abordaram aspectos da atividade artística e produtiva que até hoje não haviam sido debatidos com a necessária profundidade. O Ministério da Cultura reconhece a diversidade de ideias e opiniões confrontadas nesta arena e o compromisso da institucionalização das diretrizes democraticamente definidas. A continuidade do debate de ideias e propostas é o objetivo central do Colegiado de Dança, focado agora na realização do mapeamento das manifestações e expressões do setor. Uma das principais demandas apresentadas pelo Colegiado visando dar continuidade aos trabalhos, o mapeamento do setor permitirá reconhecer

as singularidades do segmento para a elaboração de diretrizes cada vez mais direcionadas as suas necessidades e especificidades.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do CNPC

Marcelo Veiga

Coordenador-geral do CNPC

2. Regimento Interno

Portaria Nº 44, De 28
De Abril De 2010.

Publica o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Dança do Conselho Nacional de Política Cultural.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a alínea "a" do inciso VI do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 38 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, nos termos do § 4º do art. 12 do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar e publicar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regimento Interno do Colegiado de Dança, órgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no DOU de 30 de abril de 2010, seção 1, p. 29

Anexo
Regimento Interno
Colegiado Setorial de
Dança
Conselho Nacional de
Política Cultural

Art. 1º O Colegiado Setorial de Dança é órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos termos do art. 6º e do art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009.

Art. 2º O Colegiado Setorial de Dança é integrado por um Plenário, que será presidido pelo Secretário-Geral do CNPC, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade.

§ 1º A condução dos trabalhos deverá observar, no que couber e subsidiariamente, o disposto no Regimento Interno do CNPC.

§ 2º Na ausência do Secretário-Geral do CNPC o Plenário será presidido pelo Coordenador-Geral do CNPC, ou por pessoa por ele indicado.

Art. 3º Compete ao Plenário do Colegiado de Dança:

- I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas ao setor de dança;
- II – revisar, acompanhar e avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Dança;

III – promover o diálogo entre poder público, sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de idéias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais;

IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao setor;

V – promover pactos setoriais que dinamizem os arranjos produtivos relacionados ao setor nos planos nacional, regional e local;

VI – incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas no respectivo setor;

VII – estimular a integração de iniciativas sócio-culturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;

VIII – estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor de dança;

IX – estimular e incentivar ações por meio de parcerias com as Secretarias estaduais, distrital e municipais de Cultura;

X – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;

XI – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos e de políticas de fomento ao setor de dança e para a criação e avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo cultural;

XII – receber as informações necessárias para a avaliação e o aprimoramento dos editais aprovados e publicados;

XIII – auxiliar o CNPC em matérias relativas ao setor de dança, respondendo às demandas do Plenário;

XIV – incentivar a valorização das atividades e modalidades de exercício profissional vinculadas à dança, além da formação de profissionais do setor;

XV – incentivar a promoção de atividades de pesquisa e formação;

XVI – estimular a promoção e o apoio de ações voltadas para a mediação da área específica;

XVII – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções, proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do Sistema Federal de Cultura – SFC;

XVIII – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada pelo CNPC;

Art. 4º O Plenário do Colegiado Setorial de Dança será composto por, titulares e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura, conforme segue:

I – 5 (cinco) representantes do Poder Público, escolhidos dentre técnicos e especialistas indicados pelo Ministério da Cultura e/ou pelos órgãos estaduais, distrital e municipais relacionados ao setor e seus suplentes;

II – 15 (quinze) representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º As indicações e escolhas dos representantes citados nos incisos I e II deste artigo observarão, quando couber, normas publicadas pelo Ministério da Cultura.

§ 2º É membro nato do poder público o representante da entidade finalística integrante do SFC, cujas atribuições correspondam ao campo setorial de dança.

§ 3º A representação da sociedade civil, nos termos do inciso II, deverá contemplar as cinco macrorregiões administrativas e deverá atender critérios que contemplem, na medida do possível, as áreas artísticas, produtiva e de formação, relacionadas ao setor de dança.

§ 4º Para dirimir eventuais conflitos de interesses, o Ministro de Estado da Cultura poderá indicar até 3 (três) membros de reconhecida atuação no setor atinente.

§ 5º O mandato dos representantes do poder público será de um ano, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 6º O mandato dos representantes da sociedade civil será de dois anos, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 7º Cada titular terá um suplente, escolhidos no mesmo processo eleitoral.

Art. 5º Temas emergenciais e/ou transversais serão remetidos ao Plenário do CNPC, que deliberará sobre a conveniência e oportunidade de criação de Grupo de Trabalho ou Comissão Temática.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho e comissões temáticas constituídos poderão, caso necessário, solicitar a participação de especialistas da área, por indicação do Colegiado Setorial de Dança, em consonância com o Regimento Interno do CNPC.

Art. 6º As reuniões ordinárias do Colegiado Setorial de Dança serão semestrais, podendo ter sua periodicidade

elevada, excepcionalmente, em razão de Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Coordenação-Geral do CNPC.

Parágrafo único. O Presidente do Colegiado Setorial de Dança poderá convocar extraordinariamente o colegiado, a qualquer tempo.

Art. 7º As reuniões do Colegiado Setorial de Dança serão públicas, instaladas com a presença da maioria simples de seus membros e convocadas pelo Secretário-Geral do CNPC.

§ 1º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, em Brasília.

§ 2º Além das reuniões, o colegiado Setorial de Dança também utilizará recursos tecnológicos como meio de intensificar seus debates, especialmente videoconferências, fóruns de discussão na internet e mecanismos públicos de consulta não presenciais, a serem viabilizados pelo Ministério da Cultura.

§ 3º As atividades e decisões tomadas nas reuniões serão registradas em ata própria e tomadas públicas através da página eletrônica do CNPC na Internet.

§ 4º As reuniões deverão ser realizadas, preferencialmente, em datas não coincidentes com outras instâncias do CNPC.

Art. 8º As decisões do Colegiado Setorial de Dança serão tomadas por maioria simples de votos, salvo o disposto no art. 14 deste Regimento Interno.

§ 1º O exercício do direito a voz e voto é privativo dos membros titulares ou, na sua ausência, dos respec-

tivos suplentes eleitos na forma do art. 4º deste Regimento Interno, não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados.

§ 2º Todos os documentos, relatórios e atas de reuniões – presenciais ou remotas – produzidos pelo Colegiado Setorial de Dança deverão ser postos à disposição em sítio eletrônico, remetidos aos membros do colegiado e arquivados pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário pode ser apresentada por qualquer membro e constituir-se-á de:

I – recomendação, quando se tratar de manifestação sobre implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área da Dança; e

II – moção, quando se tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público e/ou à sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa.

§ 1º As recomendações serão encaminhadas à Secretaria-Executiva do CNPC, que as colocarão na pauta da instância apropriada do Conselho para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pelo Colegiado Setorial de Dança.

§ 2º As recomendações e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria-Executiva do CNPC coligi-las, ordená-las e indexá-las.

§ 3º As moções independem de

apreciação por outras instâncias do Conselho, devendo ser votadas na reunião plenária que forem temporariamente apresentadas ou, não havendo quorum ou tempo hábil para fazê-lo, na reunião subsequente.

Art. 10. A articulação das agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela Secretaria-Executiva do CNPC, em comum acordo com o Plenário do Colegiado Setorial de Dança .

Art. 11. A participação dos membros do Colegiado Setorial de Dança é considerada prestação de serviço de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 12. Poderão ser convidadas, pelo Plenário do Colegiado Setorial de Dança, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise.

Parágrafo Único. A presença de pessoas convidadas não será computada para efeito de quorum das reuniões do Colegiado.

Art. 13. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as normas estabelecidas pelo Regimento Interno do CNPC.

Parágrafo Único. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Plenário do CNPC, que, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao funcionamento do Colegiado Setorial de Dança e à ordem dos trabalhos.

Art. 14. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Plenário, com aprovação de dois

terços dos membros do Colegiado.

Art. 15. Este Regimento Interno deverá ser encaminhado ao Plenário do CNPC e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Cultura.

3. Portaria de Nomeação – Biênio 2010/2011

Portaria Nº 87, de 23 de
Julho de 2010.

Dispõe sobre a composição do Colegiado Setorial de Dança, no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, com fundamento no art. 6º, inciso III, e no art. 12, § 4º, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, bem como no art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e no art. 4º do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Dança, publicado pela Portaria nº 44, de 28 de abril de 2010, e em observância ao disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º O Colegiado Setorial de Dança, instituído por meio do art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional da Política Cultural, com base no art. 6º, inciso III, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, será composto pelos seguintes representantes do poder público e da sociedade civil:

- I - Meire Maria Monteiro Reis, titular, e seu suplente, Silvestre Antônio Gomes Santos;
- II - Liana Gesteira Costa, titular, e sua suplente, Maria Sofia Vilas Boas Guimarães;
- III - Rosa Maria Leonardo Coimbra, titular, e seu suplente, Kelson Joemir

- Panosso dos Passos;
- III - Solange de Jesus Borelli dos Santos, titular, e sua suplente, Lourdes Braga de Souza Carijó;
- IV - Marila Annibelli Vellozo, titular, e sua suplente, Marta Cesar;
- V - Sílvia Jacqueline Moura de Oliveira, titular, e seu suplente, João Fernandes Neto;
- VI - Marcos Lima de Moraes, titular, e sua suplente, Berenice Fluro Souto Cruzeiro;
- VII - Denise Vendrami Parra, titular, e sua suplente, Luciana dos Santos Caetano;
- VIII - Dulce Tamara da Rocha Lamego Silva, titular, e sua suplente, Valéria Maria Chaves de Figueiredo;
- IX - Cássia Navas Alves de Castro, titular, e sua suplente, Mônica Fagundes Dantas;
- X - Ana Cláudia Pinto da Costa, titular, e sua suplente, Denise Acquarone de Sá;
- XI - Cláudio Cardoso Lima Cruz, titular, e seu suplente, Hipólito de Sousa Lucena;
- XII - Marise Gomes Siqueira, titular, e seu suplente, Leonardo da Conceição Serra;
- XIII - Sacha Eduardo Witkowski Ribeiro de Mello, titular, e seu suplente, Marcos André Durand Pereira;
- XIV - Lúcia Helena Alfredi Matos, titular, e sua suplente, Rosane Gonçalves de Almeida Torres;
- XV - Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti, e seu suplente, Marcelo Veiga;
- XVI - Silvana Lumachi Meireles, titular, e seu suplente, José Luiz Herência;
- XVII - Marcelo Vitor Mendes Bones, titular, e seu suplente, Fabiano Carneiro da Silva; e
- XVIII - Leonel Borges Brum, titular, e seu suplente, José Maurício Moreira.

Parágrafo único. O mandato dos representantes da sociedade civil do Colegiado Setorial de Dança, de que trata este Decreto, será de dois anos, improrrogável, a contar do dia 06 de abril de 2010, data da posse, de acordo com o art. 10, § 5º, do Regimento Interno do CNPC.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Colegiado Setorial de Dança nas reuniões de 06 de abril de 2010 e 27 de maio de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no D.O.U. de 27/07/2010,
SEÇÃO 2, P. 5

4. Reuniões

1ª Reunião (13 / 10 / 2008)

Local: Hotel Carlton – Brasília/DF

Temas debatidos: Apresentação dos integrantes da Câmara Setorial de Dança; Discussão de tópicos relevantes relacionados à Câmara Setorial de Dança; Apresentação do Plano Nacional de Cultura; Discussão do regimento interno do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

2ª Reunião (06 / 05 / 2009)

Local: Hotel Sonesta – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Plano Nacional de Dança

3ª Reunião (28 / 10 / 2009)

Local: Hotel San Marco – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Dança; Apresentação das Pré-Conferências Setoriais.

Reunião Conjunta (06 / 04 / 2010)

Local: Academia de Tênis – Brasília/DF

Temas debatidos: Análise das políticas implementadas; Pauta para 2010: definição das propostas de prioridades.

4ª Reunião (27 / 05 / 2010)

Local: Hotel St. Paul – Brasília/DF

Temas debatidos: Explicação sobre o novo formato do FNC; Competências do Colegiado Setorial de Dança; Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do CNPC; Eleição do Representante do Colegiado para o Comitê dos Fundos Setoriais; Proposta de Estruturação do Fundo de Artes Cênicas.

5ª Reunião (30 / 11 / 2010)

Local: Teatro Glaucete Rocha – Rio de Janeiro/RJ

Temas debatidos: Formulação de diretrizes no campo da cultura e educação; Deliberações sobre o Plano Setorial de Dança.

5. Moções

MOÇÃO DE APLAUSO

O COLEGIADO SETORIAL DE DANÇA, órgão consultivo do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, reunido em Brasília aos 13 de outubro de 2008, aprova MOÇÃO DE APLAUSO ao Exmo. Sr. Juca Ferreira, Ministro da Cultura, extensiva à alta Direção do MINC, por ter retomado as atividades da Câmara Setorial de Dança.

Brasília, 13 de outubro de 2008

Ângela Ferreira – representante do Rio de Janeiro;

Cláudia Pires – representante do Ceará;

Dulce Aquino – representante da cadeia produtiva;

Jacqueline de Castro - representante da cadeia produtiva;

Lúcia Matos – representante da Bahia;

Lourdes Braga – Sindicato de Dança;

Marília Rameh - representante de Pernambuco;

Marta César - representante de Santa Catarina;

Marise Siqueira - representante do Rio Grande do Sul;

Rosa Coimbra -representante do Distrito Federal;

Rosane Gonçalves -representante do Paraná;

Rui Moreira - representante de Minas Gerais;

Sigrid Nora - representante da cadeia produtiva;

Solange Borelli - representante de São Paulo;

Waldete Brito - representante do Pará

O COLEGIADO SETORIAL DE DANÇA, órgão consultivo do Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, reunida em Brasília aos 13 de outubro de 2008, após discussões e esclarecimentos sobre o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, este ora em fase de consulta pública, recomenda: que os Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, em seus momentos de reformulação e/ou criação, visando

a sinergia com o Sistema Nacional de Cultura, tornem-se instâncias deliberativas, cuja composição paritária, entre sociedade civil e poder público, garanta uma representação das diversas áreas da cultura e, especificamente das linguagens artísticas (Artes Visuais, Circo, Dança, Teatro e Música), através da eleição direta de seu representante, por meio de convocação de artistas independentes, dos fóruns e das organizações representativas de cada área; que as catorze recomendações e as diretrizes elaboradas pela Câmara Setorial de Dança (em anexo), resultantes de dois anos de trabalho contínuo (2005 e 2006), sejam utilizadas como elementos subsidiários para a estruturação de Políticas Públicas para a Dança, nos âmbitos municipais e estaduais.

Brasília, 13 de outubro de 2008

Ângela Ferreira – representante do Rio de Janeiro;

Cláudia Pires – representante do Ceará;

Dulce Aquino – representante da cadeia produtiva;

Jacqueline de Castro - representante da cadeia produtiva;

Lúcia Matos – representante da Bahia;

Lourdes Braga – Sindicato de Dança;

Marília Rameh - representante de Pernambuco;

Marta César - representante de Santa Catarina;

Marise Siqueira - representante do Rio Grande do Sul;

Rosa Coimbra -representante do Distrito Federal;

Rosane Gonçalves -representante do Paraná;

Rui Moreira - representante de Minas Gerais;

Sigrid Nora - representante da cadeia produtiva;

Solange Borelli - representante de São Paulo;

Waldete Brito - representante do Pará

6. Pré-Conferências Setoriais

Com a palavra durante a 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Setorial de Artes Visuais, o consultor da Secretaria de Políticas Culturais, Pedro Domingues, traçou as linhas gerais das Pré-Conferências Setoriais. O evento, realizado de 7 a 9 de março de 2010, em Brasília, mobilizou cerca de 2 mil pessoas em debates setoriais, envolvendo 19 áreas da cultura. Configurou-se, ainda, como uma etapa importante para o amadurecimento dos Colegiados Setoriais e para os avanços das discussões no setor cultural.

Contudo, antes da realização das Pré-Conferências, o projeto foi apresentado aos Colegiados Setoriais, com o objetivo de discutir o formato desenvolvido e receber propostas quanto a sua organização. Assim, abriu-se um espaço para a construção conjunta da Pré-Conferência de Artes Visuais que, entre outros objetivos, marcaria a renovação de todos os membros do Colegiado Setorial.

Em sua apresentação sobre as Pré-Conferências Setoriais, Pedro Domingues a caracterizou como uma proposta de organização da participação dos setores na Conferência Nacional de Cultura. Colocou que as Pré-Conferências Setoriais de Cultura têm caráter mobilizador, propositivo e eletivo e são instâncias regionais da II Conferência Nacional de Cultura, relacionadas às áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento no Conselho Nacional de Política Cultural.

"Quanto às Pré-Conferências no regimento nacional de cultura, desde a primeira Conferência é previsto esse tipo de ação. Na primeira Conferência, o foco das Pré-Conferências Setoriais foram os movimentos sociais que tiveram encontros regionais, um por cada região. Já no processo de construção da segunda Conferência, foram observadas algumas questões que levaram a

essa proposta, e uma delas foi a constatação que na primeira Conferência Nacional de Cultura houve uma baixa representação dos setores artísticos culturais."

Segundo Pedro Domingues, o Ministério entendeu por bem que, nessa segunda edição da Conferência Nacional de Cultura, haver um processo de interlocução direta com os segmentos artísticos-culturais seria um ganho de qualificação dos debates. Para que as questões relativas aos setores artísticos-culturais e segmentos de patrimônio cultural fossem também melhor representados dentro desse contexto, a ideia seria que, a partir da realização dessas Pré-Conferências, houvesse canais de diálogos diretos entre o Ministério e os setores.

"Se em alguns setores isso já é recorrente, em outros não existe sequer uma interlocução inicial ainda. Então, o desafio que o Ministério se coloca é que se consiga constituir canais de interlocução com esses diversos segmentos, e aí o caráter mobilizador desses segmentos."

Pedro Domingues relatou, ainda, que os objetivos principais das Pré-Conferências seriam: promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas culturais; debater e encaminhar propostas relativas ao temário da II CNC; debater as diretrizes e ações específicas para cada segmento, de forma a contribuir com a formulação e avaliação dos respectivos Planos Nacionais Setoriais; eleger os delegados setoriais das cinco macrorregiões brasileiras para a II CNC, representantes das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento

no Plenário do CNPC; instalar os colégios eleitorais regionais, responsáveis pela eleição dos membros dos Colegiados Setoriais instalados no âmbito do CNPC, bem como pela elaboração de listas tríplices com indicação de nomes que comporão a representação setorial do Plenário do CNPC; e eleger os membros dos Colegiados Setoriais constituídos no âmbito do CNPC para o exercício do mandato referente ao biênio 2010/2011, nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural.

7. Análise das Políticas Implementadas

Durante a Reunião Conjunta dos Colegiados Setoriais, realizada no dia 6 de abril de 2010, foram apresentadas as políticas implementadas pelo Ministério da Cultura, com os avanços e desafios da política cultural no país. Destacou-se ainda a importância da sociedade civil, representada pelos Colegiados Setoriais, na formulação e controle dessas políticas.

ALFREDO MANEVY
(SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA)

“Eu gostaria de saudar a todos e a todas, parabenizá-los pelo mandato recebido ao longo da última Conferência e das Pré-conferências Setoriais, e dizer que hoje é um dia de muita alegria e de muita importância para a participação efetiva dos setores culturais, da sociedade brasileira na construção da política pública de cultura. É também um dia de celebração e reflexão sobre os avanços e desafios da política cultural brasileira. A participação da sociedade e a participação dos setores da cultura é um elemento recente e inovador da construção dessas políticas, e ela é parte da mudança de paradigma e da mudança de perspectiva que começa em 2003, com a própria afirmação da noção de política pública para a cultura. Quando nós chegamos ao Ministério, em 2002/2003, não se trabalhava com política pública, não se tinha uma noção do que é uma política pública de cultura. Era o único Ministério da Esplanada que não tinha um convênio com os institutos de estatística de informações, como o IBGE, para compreender o seu campo de atuação. Vamos imaginar o que seria o Ministério da Educação sem ter os índices de evasão e reprovação dos estudantes, sem compreender onde estão as escolas nos territórios, sem compreender os desafios da educação brasileira...

Era essa a situação da cultura, uma falta de relação com o conjunto da sociedade. O Ministério era feito para poucos, que tinha alguns setores da cultura como foco da relação e, dentro desses setores, relacionavam-se com uma pequena parcela de artistas e produtores que alcançavam os recursos do Ministério. Ou seja, o Ministério não tinha como foco nem o conjunto da vida cultural brasileira e nem o conjunto da sociedade brasileira. E esse é um ponto e uma mudança geral de paradigma que torna possível que a gente fale de política pública, que nos guiou nesses sete anos. O Ministério da Cultura tem que dialogar e construir políticas para um conjunto, para todos os setores da vida cultural do país, sem ignorar nenhum desses setores, sem excluir nenhuma das suas tendências, sejam elas de tradição ou de inovação, sejam elas de que parte do território for. Um Ministério de fato à altura da nossa complexidade e da nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, esse Ministério não poderia estar focado só naqueles que produzem e fazem cultura, sob pena de não compreender a sua grande missão, o seu grande papel no arcabouço das instituições públicas do Brasil, que é dar conta dos direitos culturais dos brasileiros e das brasileiras. E isso não é uma coisa que a sociedade brasileira tenha consensualizado na sua história recente, não é algo que as famílias políticas do país tenham trazido para o seu corpo de prioridades, é algo que, de fato, é preciso afirmar dia-a-dia para que se sedimente como um tema prioritário e estratégico do Brasil no século XXI.

Esse é um Ministério muito diferente do que foi concebido, em 1985. Quando foi criado, tinha um papel realmente periférico, banal e sua missão não era clara. Então quando falamos da abrangência da atuação desse Ministério, eu acredito que essa abrangência, hoje, são as Pré-Conferências Setoriais, a amplitude que esse Conselho e os Colegiados passaram a ter nesse último período, passando justamente a aceitar o desafio da abrangência. Internamente, o Ministério teve que colocar a abrangência como desafio de planejamento, de formulação de políticas para todas as áreas da cultura, logo demandando um orçamento público à altura dessa missão. O próprio esvaziamento do orçamento era sintomático da visão de uma não-política pública de cultura, ou de uma política cultural como transferência de responsabilidade, que se traduziu na Lei Rouanet, na qual explica a visão de Ministério que nós encontramos. E explica também a visão de Ministério que nós, com um imenso diálogo de contribuição da sociedade civil e do campo cultural, construímos nesses sete anos e com alicerces que vão dar fôlego para o Ministério do futuro, o Ministério que vai ter um grande papel no século XXI. Eu não tenho a menor dúvida que o Ministério da Cultura vai ser cada dia mais forte, cada dia mais influente, cada dia mais relevante e capacitado a intervir nas decisões do país. Na verdade, nós temos áreas que avançaram mais do que outras, nesses anos todos, e não se trata aqui de nivelar e nem de achar que realizamos todo o trabalho. Há muitas insuficiências e há muitos desafios, mas a missão dos Colegiados é decisiva na questão de apontar novos problemas, novas metas e novas questões. Eu também faço questão de lembrar a afirmação dos conceitos básicos que permitem que a gente esteja aqui, hoje. Porque a noção de política pública não pode prescindir dos indicadores de informações produzidos pelo IBGE, e acredito que vocês poderão contar com essas informações. No sistema de indicadores culturais que a Secretaria de Políticas Culturais coordena, as informações vão ser insumos valiosíssimos para que vocês formulem propostas, apontem problemas e questões com um olhar generoso sobre o Brasil. Ao mesmo tempo, uma política pública não pode ser feita dentro de gabinete, não pode ser mera reprodução ou mera mimese das boas ideias que estavam em um programa de governo, mas a participação permanente e a atualização desse diálogo é decisivo para a oxigenação do Ministério.

Outro ponto a ser destacado é em relação à pactuação. Além de formular, os Colegiados pactuam, ou seja, consertam. Nós temos aqui muitos elos das cadeias produtivas, das cadeias criativas e representantes de instituições que, muitas vezes, atuam em parceria e que se olham como conjunto. E ao se olharem como conjunto, podem ir além de ações pontuais, propondo políticas para o conjunto das questões. Este é o grande desafio do ponto de vista da representação que os Colegiados têm. É um desafio que nós temos, no Ministério, e que os Colegiados também têm.

A representação em todos os segmentos artísticos abrange, dentro de cada um deles, elos e forças, expressões, empresários, artistas, criadores, distribuidores, que são diferentes entre si e que, raramente, sentam na mesma mesa para pensar um projeto de nação, um projeto global para suas áreas. E o processo das Pré-Conferências avançou muito nessa ampliação da representação, até para que nós tenhamos aqui as contradições. É bom que aqui não seja um quorum de consensos, nem com o Ministério da Cultura e nem com os Colegiados. É bom que aqui

tenhamos reproduzidas as tensões do Brasil, as necessidades de concentrações regionais, a necessidade de democratizar as economias da cultura e fortalecê-las por meio de novos modelos de negócios, a necessidade de estruturar processos, a necessidade de promover o acesso cultural à população brasileira. Então esses são aspectos vitais nesse processo de representação.

Os números que o IBGE nos revelou são surpreendentes, porque eles revelam algo que eu acho que todos nós aqui, empiricamente, já sabíamos, antes mesmo de chegarmos ao Ministério. Porém, ao revelar estatisticamente, fortaleceu o lugar estratégico que a cultura precisa ter na vida política do país. Os dados revelaram algo que, talvez, só os dados pudessem dizer, porque eu não me lembro de estar na fala política da sociedade brasileira, até pouco tempo atrás, os índices de exclusão cultural no Brasil. O que o IBGE revela é que em torno de 90% dos municípios não tem equipamentos culturais, representando 5.500 cidades no Brasil. Revela, também, que em torno de 85% a 90% da população brasileira não tem acesso à sala de cinema, leitura, museus, galerias de arte, centros culturais e bibliotecas. Esses números nos mostram uma das mais perversas manifestações da desigualdade social brasileira, ao longo de cinco séculos, e como ela se expressou na vida cultural do país. Isso lança ao Ministério um desafio já mencionado, que é o alcance universal dessas políticas. Então é aí que lança, nessa nova etapa tanto do Colegiado quanto do Conselho, uma missão para todos nós. E é o que nós, no Ministério, estamos frequentemente revisitando para que nunca se perca de vista, sem menosprezar, sem desconsiderar e sem subtrair todas as questões setoriais, de cada uma das áreas que tem alguma representação nesse Colegiado e no Conselho Nacional de Política Cultural.

Isso tudo é super importante. Não podemos pensar que a política cultural é a somatória das necessidades de cada setor, até porque isso é uma coisa decisiva do processo de política cultural do século XXI. Nós não conseguiremos ter uma economia forte nas áreas representadas, não conseguiremos ter política de formação e capacitação decisiva com a escala que precisa ter, não teremos aportes técnicos e tecnológicos que precisam ter, não teremos o dinheiro e investimento que precisa ter, se não incorporarmos, na narrativa da formulação de política pública, o alcance de todos os brasileiros como foco de acesso cultural no Brasil. Esses são temas centrais que apontam a altura da nossa missão e do nosso desafio aqui posto.

O Congresso Nacional também tem aberto as portas para a agenda cultural. Nós tivemos, em 2009, mais de dez projetos de lei ou projetos oriundos do próprio Congresso tramitando a todo vapor, com espaço privilegiado. Isso aconteceu, em grande parte, pela mobilização da sociedade civil, dos produtores e dos artistas que passaram a interagir com o Congresso. Assim como nós, do Ministério, que passamos a ter uma interação estratégica com o Congresso, uma relação muito qualificada, baseada em projetos de lei e em políticas públicas que foram focos de debates nos Colegiados Setoriais, no Conselho Nacional de Política Cultural, em consultas públicas e em debate com a imprensa. Esse método foi usado em todos os projetos de lei que o gabinete do Ministério lançou no Congresso, como o Vale Cultura, a reforma da Lei Rouanet e o projeto de lei do Direito Autoral.

Em relação aos projetos oriundos do Congresso Nacional, cito a Proposta de Emenda Constitucional 150. Ela cria, na Constituição Federal, uma veiculação mínima de 2% para o orçamento cultural do país. Hoje, depois de oito anos de luta, chegamos a 1%. Isso é muito bacana, mas ainda é muito pouco. Porque a gente tem muito claro que o investimento em cultura deve ser uma tarefa estratégica do Estado brasileiro nesse século, e esse dinheiro ainda é pouco. Mas a PEC 150 estabelece um patamar que nós chamamos de piso de dignidade, ou seja, um patamar mínimo. Então é uma mudança muito importante de atitude do Congresso Nacional e também é muito importante a participação dos Colegiados.

Outra pauta que lá tramita é o Sistema Nacional de Cultura e a Cultura Como Direito Social, ou seja, a fixação assimilada da carta magna como um direito de todos os brasileiros e um direito social relevante. Entre todas essas reformas, uma em especial, que é do interesse de todos nós, é a reforma da Lei Rouanet. A reforma que nós mandamos para o Congresso foi debatida nos Colegiados, suas diretrizes foram debatidas no CNPC, passou por uma consulta pública de 45 dias e recebemos duas mil contribuições. De fato, a Lei Rouanet era de muito poucos. Os números revelam que, nesses 18 anos, 3% dos proponentes, dos artistas e produtores captaram mais da metade de todo esse dinheiro. Revelam, ainda, que duas cidades do Brasil captaram 80% de todo o recurso. Essa distorção chegou a um limite inaceitável. Então o Ministério fez um grande debate, o projeto de lei está no Congresso e ele cria o Fundo Nacional de Cultura como principal mecanismo de financiamento, ou seja, estabelece o orçamento público como principal organismo de gestão do orçamento da cultura e cria os fundos setoriais. Temas esses que também já apareceram nas pautas das Câmaras, Colegiados e nas Pré-Conferências Setoriais.

Esse ano, será implantado um modelo híbrido de fundos setoriais e vocês, nos Colegiados, vão ter um papel muito importante nisso. É uma proposta do Ministério para que haja uma participação dos Colegiados na construção dos investimentos estratégicos desse Fundo. Assim, além das grandes diretrizes, não vai faltar bons problemas para que os Colegiados se debrucem. E é importante dizer que o Ministério vai manter e aprofundar essa escuta e que esse locus de formulação vai, a cada dia, ganhar uma importância maior na contribuição da política cultural brasileira. Vocês vão ter, sem dúvida nenhuma, um papel a cada dia mais garantidor, mais premente e central nesse processo."

**SRA. SILVANA MEIRELES
(SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL)**

"No final da 1ª Conferência Nacional de Cultura, tínhamos como um dos desafios a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural. Desafio esse que o Ministério trouxe para si e instalou, em 2007. Agora com a 2ª Conferência Nacional, nós temos o desafio de consolidar esse Conselho Nacional de Política Cultural, e os Colegiados agora reforçados terão papel decisivo nessa consolidação do Conselho. Os Colegiados têm uma responsabilidade no fortalecimento do Conselho, que representa a participação e articulação da sociedade civil na construção, avaliação e acompanhamento das políticas públicas de cultura. E os Colegiados têm também,

junto conosco, a tarefa de transferir essa experiência no campo federativo, ou seja, para estados e municípios. Acredito que o Sistema Nacional de Cultura, que é uma das nossas pautas importantes e foi um dos pontos mais votados nas prioridades na 2ª Conferência Nacional, tem esse desafio, que é de instalar conselhos estaduais e municipais em todo o país, paritários.

Estamos vindo da 2ª Conferência Nacional de Cultura, uma conferência extremamente bem conduzida pelo Ministério e, sobretudo, pelos Colegiados. O fortalecimento do CNPC e dos Colegiados Setoriais, assim como todo o trabalho que foi feito por municípios e por estados desde a 1ª Conferência, com a assinatura dos protocolos de intenção por mais de dois mil municípios e por quase todos os estados brasileiros, foram responsáveis pelos resultados que tivemos na 2ª Conferência Nacional. Foram eleitas as 32 prioridades para o setor na Conferência Nacional, pelo plenário final, ao lado das prioridades setoriais, que também foram aprovadas em sua totalidade no plenário.

A Conferência e essas prioridades, tanto setoriais quanto gerais, apontam para a pauta que o CNPC e os Colegiados terão pela frente. Neste sentido, destaco três pontos importantes e que nós deveríamos pensar em trabalhar nos Colegiados de modo geral, que estão nas 32 prioridades. O primeiro deles diz respeito à cultura e educação, que foi uma presença decisiva e muito forte tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto na Conferência Nacional. É um desafio grande e creio que o Conselho Nacional de Política Cultural e os Colegiados, até pela presença de vários segmentos da sociedade e do próprio governo federal, estaduais e municipais, terão importante papel para que possamos avançar nessa maior interlocução entre cultura e educação.

O segundo ponto, que é bem imediato, diz respeito à consolidação da pauta que está no Congresso. Estão nas prioridades da 2ª Conferência Nacional consolidar o Sistema Nacional de Cultura, aprovar o Plano Nacional de Cultura e a PEC 150, ou seja, o conjunto de marcos regulatórios da Cultura. A reforma da Lei Rouanet também está citada como a maior prioridade da Conferência Nacional, e creio que o desafio do Conselho é grande. O papel dos Colegiados é fundamental junto a nós e ao Congresso Nacional, que tem sido um parceiro importante para que consigamos aprovar esse conjunto de marcos regulatórios e é quem vai garantir, em grande medida, esses avanços que foram feitos até agora.

O terceiro ponto que destaco é a capacitação. Capacitação artística, técnica e de gestores está presente tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto nas prioridades da II Conferência Nacional de Cultura. E nós sabemos que com esse aumento de recursos - 1% que nós já conseguimos, com a aprovação da PEC 150, com a criação do Fundo Pré-Sal - haverá uma injeção de recursos grande na cultura e precisamos estar preparados para esse novo mercado, para administrar esses recursos em todos os campos. Creio que esse é um desafio para todos os Colegiados Setoriais."

**SR. JOSÉ LUIZ HERÊNCIA
(SECRETÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS)**

"Hoje, no Brasil, vivemos um momento em que é possível dizer que existe uma política cultural contemporânea no nosso país, e esse é o momento em que vocês chegam para fortalecer esse processo. E se existe política cultural contemporânea, é preciso reconhecer que, durante muitos anos, havia apenas uma lei criada num contexto e em uma perspectiva em que Estado e mercado se opunham e a sociedade não fazia parte de qualquer tipo de processo, como hoje faz. O único mecanismo de uma lei criada de 1991 para 1992, que agora está completando 18 anos, e que se fantasiou de política cultural no Brasil. E quando digo que se fantasiou, podemos citar que o Ministério era o único que em 2002/2003 não tinha sequer um convênio com um órgão como o IBGE ou o IPEA, um órgão que coleta dados, interpreta esses dados e os transforma em indicadores. Significa que o Ministério não tinha nenhum plano de voo, não tinha nenhum instrumento de planejamento.

Por não ter instrumentos de planejamento e nenhuma ou quase nenhuma relação com a sociedade, a não ser um certo tipo de relação que se dava ainda dentro de um ambiente que a gente pode chamar de clientelista, um público muito específico, esse Ministério não possuía também orçamento. Então não existia nem instrumento de planejamento e nem capacidade de investimento. Hoje a situação é completamente diferente. Temos um Ministério e os Colegiados chegam aqui, nesse momento, para dar continuidade e fortalecer os trabalhos que os antecedentes fizeram. Vocês chegam, como diz no livro publicado sobre o CNPC, no ano da cultura. O ano da cultura, é claro, é uma bandeira, é um nome apenas para algo que é muito mais profundo.

E para que isso acontecesse era preciso reconhecer que o processo que levou à 2ª Conferência Nacional de Cultura foi muito importante. O aprimoramento metodológico em relação à 1ª Conferência se deu, pelo menos, em dois planos, sendo um plano horizontal, fazendo com que a Conferência chegasse a mais da metade dos municípios brasileiros e envolvesse cerca de 220 mil pessoas de todo o país. Por outro lado, verticalmente, aprofundando o diálogo com os setores ou com as formas de expressão artística e cultural. Isso é importante porque, de certa forma, a Conferência como ela se deu, o seu aprimoramento metodológico, exprime de forma muito clara algo que está no coração de toda a atuação do Ministério da Cultura e de seus dirigentes nesse momento. Se o Ministro Gilberto Gil, em alguma circunstância, disse que uma das marcas principais do Ministério da Cultura e da sua atuação é a abrangência, aqui também é representada na medida em que a gente aproxima setores que jamais se relacionaram com o Estado brasileiro de forma consistente, como moda, design ou artesanato. Exprime-se também pela demonstração clara de que não existe contradição entre abrangência e aprofundamento, entre abrangência e excelência. E quando eu digo excelência, eu digo o aprofundamento das questões propriamente estéticas, econômicas e políticas que dizem respeito à organização de cada um dos setores artísticos e culturais.

Para os que estão chegando, é importante fazer um alerta muito positivo, mas é da natureza de qualquer processo democrático, do jogo e da vida democrática,

que exista tensão. Apesar de existirem algumas áreas que conseguiram obter consenso, inclusive para a composição dos Colegiados, isso não é uma norma que precisa acontecer com todos os setores e jamais acontecerá. A tensão é o nervo da vida, e na vida social isso também é importante. Mas é preciso também muita generosidade em relação ao trabalho desenvolvido pelos seus antecessores. É preciso que os Colegiados se apropriem, com toda profundidade, de todo patrimônio produzido pelas Câmaras Setoriais e de tudo o que as dimensões das áreas que vocês representam produziram. Isso é importante e é importante também dizer que, em nenhum momento, o Ministério pensou ou pensa que a forma de organização de um setor artístico é redutível ou extensível a outros setores. Eu digo isso porque é preciso lembrar que o modelo das Câmaras Setoriais, de alguma forma, surgiu a partir da organização de uns setores ligados a indústria, ao desenvolvimento industrial e ao comércio. A complexidade do setor cultural é de outra natureza, é muito diferente. As questões são mais complexas aqui. Uma política cultural contemporânea precisa, sobretudo, avançar em relação à complexidade, agora com delicadeza, sabendo que em toda cadeia produtiva ou criativa existem setores que se organizam das duas formas, existem setores ainda que não têm capacidade de organização do ponto de vista econômico pleno. Tem uma frase que um jornalista usou em um artigo recente que para mim é muito importante: "Toda cadeia produtiva tem a força do seu elo mais fraco". Então é importante que todos nós contribuamos decisivamente para fortalecer os elos, mesmo os mais fracos, de cada cadeia produtiva, de cada cadeia criativa.

Em relação à questão dos planos setoriais, é necessário que todos vocês se apropriem do texto do Plano Nacional de Cultura. Esse plano é um instrumento de planejamento a longo prazo, mas o horizonte brasileiro hoje já transforma 10 anos em um prazo que não é tão longo assim. Até pela seguinte razão: é preciso que o setor cultural comece a se preparar para reagir ao próprio reposicionamento do país no quadro geopolítico atual. A economia da cultura brasileira vai se organizar como o país que está se tornando a 5ª economia do mundo, que tem uma classe média muito mais expressiva do que tinha há 10 anos e que vai sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo que, diga-se de passagem, foram conquistados pelo Brasil tendo como base a diversidade cultural brasileira. Estava no discurso do presidente, no discurso do Comitê Olímpico e do Ministro dos Esportes a capacidade do Brasil de abrigar não uma coleção de borboletas, mas algo que a gente pode chamar, e esse é um conceito muito sofisticado, de diversidade cultural.

Toda essa diversidade cultural tem lugar no Plano Nacional de Cultura, que é exatamente um planejamento de médio e longo prazo com metas que precisam ser claras, qualitativas e quantitativas, para equipamentos culturais, organização dos setores, desenvolvimento econômico desses setores, desenvolvimento estético, em um contexto que o marco regulatório do financiamento é muito grande no Brasil, o marco da gestão cultural, os marcos regulatórios de planejamento são outros. A Lei Rouanet não conseguiu, ao longo dos seus 18 anos de existência, nem estimular a inovação e nem o fortalecimento das instituições culturais do Brasil. Ela não conseguiu nem desenvolver uma economia da cultura, nem fortalecer a necessidade de investimento em fatores ou em áreas de inovação da cultura brasileira. Tudo isso precisa ser revertido e os fatores de reversão precisam ser indicados dentro do Plano Nacional de Cultura.

Nós teremos, após a aprovação do Plano Nacional de Cultura no Senado e a sanção do presidente, um prazo legal de 180 dias para desenvolver metas e indicadores claros para o desempenho e para o seu acompanhamento. O trabalho junto aos Colegiados Setoriais e ao Conselho Nacional de Política Cultural será fundamental para que isso aconteça de forma consistente e para que o Plano Nacional de Cultura deixe de ser um instrumento meramente declaratório, passando a interferir verdadeiramente na vida da sociedade brasileira.”

**SR. TADEU DI PIETRO
(DIRETOR DA FUNARTE)**

“Tudo o que foi dito significa uma análise das políticas que têm sido implementadas e como tem se dado a interação entre o estado e a sociedade. Os Colegiados, como representantes dessa sociedade, são muito importantes nesse processo de transformação. Por mais que a gente tenha propostas, por mais que a gente tenha políticas, sem sua contribuição fica difícil poder avançar de forma mais estruturada.

Além daquilo que foi colocado até agora, eu queria fazer uma proposta de futuro. Muitos aqui foram reeleitos por esse período, então já conhecem os procedimentos, já sabem como a coisa se dá e têm a experiência daquilo que é o tratamento do processo. Àqueles que estão chegando, fazemos um pedido, no sentido de que o nosso tempo é sempre curto, cada vez mais curto, então temos a necessidade de estruturar toda uma série de demandas que foram coroadas a partir da Conferência Nacional. Acredito que dois eventos são referências para que possamos ter em mente em que ponto nós estamos no processo. O primeiro foi a Conferência Nacional de Cultura, onde praticamente todas as propostas que saíram das Pré-Conferências e dos Colegiados foram aprovadas. O segundo é a aprovação das Leis para a Cultura que estão no Congresso.

Quero lembrar que nesse processo, estamos correndo contra o tempo. A Funarte vem, a partir desses últimos anos, se operacionalizando, ainda que dentro de seus limites, com a ideia de estar cada vez mais próxima, não apenas da população, mas principalmente do artista e, acima de tudo, seguindo sua missão que é a capacitação e o aperfeiçoamento. Outra questão é também da circulação ou da fruição. A Funarte quer ir além daqueles espaços em que ela está atuando tradicionalmente, estamos querendo avançar. Um dos exemplos, além da circulação e da capacitação, é a possibilidade de ampliarmos os editais quantitativamente e abrangermos, além das linguagens tradicionais como artes cênicas, a música e as artes visuais, também a literatura.

Implantamos um grande projeto que é o Portal das Artes, para alcançarmos muito mais lugares, ainda que virtualmente. Nós estamos na primeira fase do Portal abrindo um canal de comunicação sobre nossas atividades, editais, prêmios, etc. Na segunda fase, estaremos classificando, contextualizando e digitalizando os acervos históricos da Funarte, um dos maiores acervos sobre as artes do país permitindo o acesso a tudo aquilo que hoje existe de registro dentro do Cedoc, acervos riquíssimos. Queremos promover a interatividade, a interlocução cada vez mais rápida. Que a cultura digital e as manifestações possam se dar dentro de um processo onde, às vezes, é muito difícil a comunicação ou a reunião presencial. O que propo-

mos é essa possibilidade de inclusão não apenas digital, no conceito tecnológico, mas também opinião, a participação, contemplar a expressão cultural do Brasil também dentro das novas tecnologias.

Dentro disso, ainda estamos trabalhando na questão da implementação de uma área de Comunicação, Informação e Dados. Dados esses que serão consolidados e disponibilizados a todos através do Portal das Artes. Para que tudo isso aconteça, há necessidade de que a Funarte tenha sua reestruturação aprovada e essa nova configuração já está no Congresso. A vocês queremos dizer que estamos à disposição para participar do processo dentro de todas as linguagens, inclusive nas novas áreas que perpassam a questão das interações, da transversalidade, arte digital, moda, artes cênicas, música, artes visuais, literatura ou toda a nova forma de processo cultural que se estrutura.

Compete a nós juntarmos esforços para viabilizar as transformações, principalmente através da discussão e participação na aprovação das leis que estão no Congresso, seja o Plano Nacional de Cultura, a nova Lei Rouanet, a PEC 150 ou o Vale-Cultura.

Depois da II Conferência, esse deve ser nosso objeto de reflexão e participação, para implantarmos as mudanças que almejamos para a cultura.”

8. Fundo Nacional De Cultura: Competências Do Colegiado Setorial De Dança

Sr. Kléber Rocha (SEFIC/MinC)

“Existe uma expectativa bastante forte por parte da sociedade com relação à apresentação do que seria o novo Fundo Nacional de Cultura. Vocês têm conhecimento que, tradicionalmente, a política pública de fomento e incentivo à cultural tem tido uma pauta muito mais voltada ao apoio por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal a Projetos Culturais, colocando nas mãos dos incentivadores privados o direcionamento de um conjunto de políticas públicas culturais, em que pese a utilização de recursos público para tal.

Então o poder público, por meio do Ministério da Cultura, entendeu que existe uma necessidade muito forte de que essa pauta se inverta. Ao invés dos produtores culturais, dos articuladores na área cultural terem uma movimentação quase que de porta em porta buscando apoio junto a incentivadores privados, que o poder público, de alguma maneira, amplie a sua calha. Assim, o Incentivo Fiscal permanece, mas não com a magnitude que estava colocada para ele. O governo federal aporta, já no ano de 2010, um volume expressivo de recursos para o Fundo Nacional de Cultura. E mesmo que a legislação, o PL específico que fala das alterações da Lei Rouanet e que apresenta o PROCULTURA, ainda esteja tramitando no Congresso Nacional, o Ministério da Cultura entende que nós temos condição sim, temos legitimidade, temos base legal para propormos, já de imediato, algumas alterações em relação à apresentação de propostas culturais, quer sejam nos formatos de prêmios, editais, bolsas ou mesmo demanda espontânea contemplados em um plano de trabalho anual.

A novidade que o MinC está trazendo, para o ano de 2010, é a apresentação, no início do segundo semestre, de um plano de trabalho anual do Fundo Nacional de Cultura. Esse plano de trabalho anual define quais são as principais diretrizes do Fundo Nacional de Cultura, delimita a sua estrutura gestora, apresenta os prazos de apresentação do conjunto das propostas, identifica quais instrumentos tradicionais nós estaríamos utilizando com relação à possibilidade de pagamento de prêmios, bolsas e conveniamentos, e mesmo transferência para estados e municípios, se for o caso. Para isso, nós teremos que, de alguma maneira, formatar a estrutura do Fundo.

O Fundo estará estruturado em oito programações específicas, nas quais os Colegiados Setoriais vão poder se enxergar com tranquilidade. Essas programações específicas, na verdade, são aquilo que nós chamamos de fundos setoriais, no PROCULTURA. Assim, teríamos programações específicas de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Acesso e Diversidade, Patrimônio e Memória, Livro, Leitura, Literatura e Humanidades, Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais e Incentivo à Inovação do Audiovisual. O que tá sendo finalizado com relação ao Fundo Nacional de Cultura é que, dentro dessas programações específicas, tanto os editais quanto todas as formas de instrumentalização vão estar desenhadas para esses públicos. Quanto à programação específica chamada Ações Transversais e

Equalização de Políticas Culturais, elas englobam todas as pautas que, de alguma maneira, não estão colocadas nas outras sete programações culturais, ou, estando contemplada nas outras programações, necessitam adotar um caráter de unidade em uma célula específica, de equalização.

O Fundo Nacional de Cultura também terá um órgão colegiado. Esse órgão colegiado é a estrutura de topo e essa estrutura de topo é a Comissão do Fundo Nacional de Cultura. A Comissão do Fundo Nacional de Cultura tem como presidente, o Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, e como participantes os secretários das unidades finalísticas, os presidentes das unidades vinculadas e o representante do gabinete do Ministro. Se fossemos pensar na última vez que a Comissão Nacional do Fundo se reuniu, ela quando se reunia não era com esse perfil. Ela sempre se reunia com representantes desses titulares e trabalhavam com uma pauta bem operacional, com relação ao manuseio de projetos que tinham um parecer produzido pelas unidades vinculadas. Passavam a reunião toda deliberando em relação à aprovação, aprovação com alguma ressalva ou reprovação desses projetos. No desenho que está sendo solicitado agora para 2010, essa comissão trabalhará com uma pauta específica com relação aos elementos estruturantes de uma política pública que realmente interessa. Não vão se ater a projetos e processos específicos, mas com programas e ações de interesse de todos os Colegiados Setoriais e das programações específicas, em uma pauta estruturante. Essas reuniões serão no mínimo três, durante o exercício, e podem ser convocadas de maneira extraordinária. A estrutura da Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura tem ainda esse desenho porque ela ainda está respaldada legalmente pela Lei 8.313, Lei Rouanet, e pelo Decreto 5.761 de 2006, que a regulamenta. Qualquer alteração formal na estrutura da Comissão somente a partir da sanção do PROCULTURA.

O segundo integrante da estrutura gestora do Fundo é um órgão executivo, que fica a cargo da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a SEFIC. Este órgão executivo vai tratar da operacionalização, da organização dos processos e projetos de tramitação que serão recebidos no Ministério. Já o terceiro integrante dessa estrutura gestora são os órgãos consultivos, que são os Comitês Técnicos Específicos de Incentivo à Cultura. São nesses comitês técnicos, oito, ao todo, que os Colegiados Setoriais estarão representados. Cada Colegiado Setorial estará dentro de um desses comitês técnicos, que vão ter atribuições bem específicas no campo do assessoramento e da preparação das informações para o colegiado que compõe a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, propondo diretrizes e estratégias. Esses comitês técnicos também não vão debruçar-se com análise de projetos.

Neste sentido, os Comitês Técnicos de Incentivo à Cultura subsidiarão a elaboração dos programas e ações do Plano Nacional de Cultura apresentado ao Ministério da Cultura, através de uma das programações específicas. Terão composição paritária entre gestores públicos de governo, especialistas nas áreas setoriais e representantes da sociedade civil. Cada um de seus membros será nomeado por ato do Ministro da Cultura e serão presididos pelos titulares das secretarias ou órgãos do Ministério da Cultura, responsáveis estatutariamente pela área setorial específica correspondente.

Por último, a estrutura do Fundo compreende um órgão de monitoramento que está a cargo da Secretaria de Políticas Culturais, a SPC. Então, os comitês técnicos poderão subsidiar o Órgão de Monitoramento na elaboração de critérios técnicos para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, em consonância com o Plano Nacional de Cultura, e observadas as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura.

Assim, a novidade que está sendo implementada em relação à participação dos Colegiados Setoriais na gestão pública cultural, no que refere ao Fundo Nacional de Cultura, é a possibilidade efetiva do Colegiado tomar-se parceiro na construção e na estruturação dos elementos que requalificam o FNC."

9. Plano Setorial de Dança

Introdução

O Plano Nacional da Dança - PND, faz parte do Plano Nacional de Cultura, o qual tem como objetivo atender dispositivos legais presentes na Constituição Federal e na Emenda Constitucional no. 48/ 2005, e visa promover o planejamento e implementação de políticas culturais para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira através do Sistema Nacional de Cultura.

A elaboração do PND teve como pressuposto atender as demandas de todas as manifestações artísticas de dança, valorizando a produção brasileira em sua diversidade estética e levando em consideração seus diferentes contextos regionais, sociais, econômicos, políticos e artísticos. Com esse instrumento, espera-se que os benefícios das políticas culturais implementadas sejam acessadas pelos agentes da dança de todo o país.

Esta proposta da área de Dança está fundamentada nos resultados obtidos na 1ª Conferência Nacional de Cultura, nos trabalhos realizados pela Câmara Setorial de Dança, através de seus membros - 11 representantes de dez estados e do distrito federal, e 5 especialistas em áreas da cadeia produtiva - os quais assumiram o papel de propositores e mediadores entre o MINC/Funarte e seus fóruns regionais. Assim, durante os anos de 2005 e 2006 foram realizadas várias videoconferências e reuniões setoriais no território nacional com o intuito de debater, sugerir e encaminhar proposições sobre a cadeia produtiva da dança, as quais foram sistematizadas pela Câmara Setorial de Dança.

A primeira versão do PND, finalizada em 2009, foi apresentada ao Con-

selho Nacional de Políticas Culturais – CNPC, divulgada entre a comunidade de dança e referendada pelos delegados estaduais presentes na Pré-Conferência Setorial da Dança, ocorrida em março de 2010. Em novembro de 2010, já com a nova formação da câmara, agora transformada em Colegiado Setorial de Dança, o documento foi readequado aos cinco eixos do Plano Nacional de Cultura, prevendo propostas a serem implementadas ao longo dos próximos dez anos as quais são estruturadas em diretrizes e ações que estão articuladas aos temas de Gestão e Políticas Culturais; Economia e Financiamento da Dança; Formação em Dança e de Público; Pesquisa, Criação e Produção em Dança; Difusão e Circulação de Dança; Registro e Memória da Dança. Esta versão final foi aprovada na V Reunião do Colegiado Setorial de Dança, ocorrida no dia 30 de novembro de 2010, no Rio de Janeiro.

Diante do exposto, consideramos que o Plano Nacional da Dança aponta diretrizes que refletem a diversidade da área da dança, seus multifacetados aspectos e sua implementação contribuirá para a consolidação de políticas culturais para a dança.

Membros da Câmara Setorial de Dança 2005-2009:

Representante da área de Política Cultural e Articulação: Dino Garcia Carrera

Representante da área de Formação: Dulce Aquino

Representante da área de Difusão: Inês Bogéa

Representante da área de Produção: Jacqueline Alves de Castro

Representante da área de Questões Trabalhistas: Lourdes Braga de Souza Carijó

Representante da área Consumo/Formação de Público: Sigrid Nora

Representantes do Pará: Waldete Brito Silva de Freitas; Suplente - Marilene Melo

Representante do Ceará: Ernesto de Sousa Gadelha Costa; Suplente - Cláudia Pires

Representante de Pernambuco: Marília Rameh; Suplente - Roberta Ramos, Representante da Bahia: Lúcia Helena Alfredi de Matos; Suplente - Cristina Castro

Representante do Rio de Janeiro: Ângela Maria Gonçalves Ferreira; Suplente - Thereza Rocha

Representante de São Paulo: Sofia Cavalcante; Suplente - Solange de Jesus Borelli dos Santos

Representante de Minas Gerais: Rui Moreira dos Santos; Suplente - Suely Machado

Representante do Distrito Federal: Rosa Maria Leonardo Coimbra

Representante do Paraná: Rosane Gonçalves; Suplente - Gládis Trdapalli

Representante do Rio Grande do Sul: Marise Gomes Siqueira; Suplente - Flávia Pessato

Membros do Colegiado de Dança eleito em 2010:

Representante do Centro-Oeste: Rosa Maria Leonardo Coimbra (DF); Suplente - Kelson Joemir Panosso dos Passos (MT)

Representante do Nordeste: Liana Gesteira Costa (PE); Suplente - Maria Sofia Villas Boas Guimarães (BA)

Representante do Norte: Meire Maria Monteiro Reis (TO); Suplente - Silvestre Antônio Gomes Santos (RO)

Representante do Sudeste: Solange Borelli (SP); Suplente - Lourdes Braga de Souza Carijó (RJ)

Representante do Sul: Marila Annibelli Vellozo (PR); Suplente - Marta César (SC)

Representantes da área de Criação: Sílvia Moura (CE), Marcos Moraes

(SP) e Denise Parra (MS); Suplentes - João Fernandes (AM), Berenice Fuhro Souto (RS) e Luciana Caetano (GO)

Representantes da área de Formação: Dulce Aquino (BA), Cássia Navas (SP) e Ana Cláudia Costa (PA); Suplentes - Valéria Figueiredo (GO), Mônica Dantas (RS) e Denise Acquarone (RJ).

Representantes da área de Produção: Cláudio Cruz (RR), Marise Siqueira (RS) e Sacha Witkowski (GO); Suplentes - Hipólito Lucena (PB), Leonardo Serra (ES) e Marcos André Durand Pereira (AM)

Representante do colegiado anterior: Lúcia Matos (BA); Suplente - Rosane Gonçalves de Almeida Torres (PR)

Colegiado Setorial de Dança - 30 de novembro de 2010

Eixo I – Do Estado

FORTALECER A FUNÇÃO DO ESTADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADAS AO CAMPO CULTURAL

CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

1.1 Fortalecimento da ação do Estado no planejamento, execução, avaliação e continuidade das políticas públicas de dança.

1.1.1 Elaborar, implantar, apresentar publicamente e avaliar sistematicamente programas específicos para a

dança, nos diversos órgãos responsáveis pelas políticas públicas para a área no âmbito federal, e articular essas ações nos âmbitos estadual, distrital e municipal, visando o desenvolvimento e continuidade da pesquisa, produção, difusão, circulação, memória, manutenção de artistas, grupos e companhias, e a proteção da diversidade artística e cultural da dança no Brasil. (Curto, médio e longo prazo)

1.1.2 Incentivar a realização dos programas permanentes e regulares em todos os âmbitos – federal, estadual, distrital e municipal – em calendários previamente estabelecidos. (Curto prazo)

1.1.3 Incluir a dança, em sua abrangência artística e educativa, em programas governamentais multi-interdisciplinares, que visem contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade brasileira. (Médio e longo prazo)

1.2 Desenvolvimento de processos colaborativos entre as instâncias federal, distrital, estadual e municipal para adoção de políticas complementares.

1.2.1 Promover a colaboração entre as instâncias federal, distrital, estadual e municipal no planejamento e gestão das políticas públicas para a dança através do Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Dança, visando otimizar a aplicação de recursos públicos e evitar sobreposição de ações. (Curto e médio prazo)

1.2.2 Estimular a criação e inclusão de plano de metas para a dança na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual no âmbito federal, estadual, distrital e municipal. (Curto e médio prazo)

1.3 Consolidação da gestão e cargos relacionados à área da dança.

1.3.1 Consolidar e ampliar nas instituições culturais públicas órgãos de gestão próprios da dança, por meio da presença de profissionais especializados na área. (Curto e médio prazo)

1.3.2 Promover programa de formação, capacitação e qualificação de gestores públicos voltado para as especificidades da área da dança. (Curto prazo)

1.3.3 Promover programas de formação, capacitação e qualificação dos profissionais de dança em gestão cultural e administração pública. (Curto prazo)

1.3.4 Estimular a criação de cargos efetivos de gestores de dança nos organogramas das instituições públicas que atuam na área em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, e seus respectivos planos de carreira. (Médio prazo)

Eixo II – Da Diversidade

RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE

PROTEGER E PROMOVER AS ARTES E EXPRESSÕES CULTURAIS

2.1 Criação de política direcionada ao registro e preservação da memória da multifacetada produção artística e cultural da dança no Brasil.

2.2.1 Desenvolver políticas de fomento à pesquisa e registro (orais,

sonoros, iconográficos) direcionados à memória da dança, em sua diversidade. (Curto prazo)

2.1.2 Fomentar ações que visem à proteção, conservação, difusão e ampliação de acervos da área da dança, incluindo a adequação de espaços físicos e aquisição de equipamentos. (Curto e médio prazo)

2.1.3 Fomentar a produção e publicação de livros, periódicos, documentários, registros, mídias digitais, bancos de dados, entre outras atividades que contribuam para a difusão da memória. (Médio prazo)

2.1.4 Fomentar a criação de centros de referência e acervos direcionados à preservação, memória, divulgação de pesquisa e informação na área da dança. (Longo prazo / Meta: criação de, pelo menos, um centro de referência em cada região do país.)

2.2 Criação de políticas que incentivem, estruturem e consolidem a conjugação da diversidade cultural e artística.

2.2.1 Incentivar e consolidar programas e projetos, que promovam ações com foco nas questões de gênero, raça, crença, etnia e regionalidades culturais, na especificidade de cada uma delas ou em sua articulação. (Curto prazo)

2.2.2 Propor programas em que as ações específicas do campo da diversidade articulem-se a demandas e propostas de outros setores da dança, em busca da integração de estratégias gerais para toda a área. (Curto prazo)

2.2.3 Incentivar que, dentre programas e projetos já consolidados, es-

truture-se o trabalho em diversidade, mediante debates, ações pontuais e outras estratégias pertinentes à especificidade de cada iniciativa. (Curto prazo)

2.2.4 Prever recursos e mecanismos de incentivo que contemplem a diversidade da produção artística e cultural da dança do país. (Curto e médio prazo)

Eixo III – Do Acesso

UNIVERSALIZAR O ACESSO DOS BRASILEIROS À ARTE E À CULTURA

QUALIFICAR AMBIENTES E EQUIPAMENTOS CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO E FRUIÇÃO DO PÚBLICO

PERMITIR AOS CRIADORES O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E MEIOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

3.1 Promoção do acesso ao ensino da dança como linguagem artística na educação básica e consolidação da área no ensino superior, em articulação com o Ministério da Educação.

3.1.1 Apoiar a ampliação da oferta de cursos de formação profissional em dança em nível técnico, observando critérios de descentralização. (Curto prazo)

3.1.2 Apoiar a implantação de cursos de graduação e de pós-graduação nas instituições públicas, buscando verbas que consolidem ações de extensão e pesquisa na área. (Curto prazo / Meta: pelo menos um curso de graduação em cada estado e Distrito Federal, observando critérios de descentralização.)

3.1.3 Implementar instrumentos jurídicos e legais que assegurem a inclusão do ensino da dança nos currículos do ensino básico de todas as escolas públicas e privadas. (Médio e longo prazo / Meta: 100% de docentes contratados para a área com Licenciatura em Dança.)

3.2 Incentivo ao ensino da dança em seu âmbito não formal, como linguagem artística, forma de conhecimento, manifestação da cultura e campo de ação sócio-cultural.

3.2.1 Apoiar iniciativas de qualificação e capacitação de profissionais com atuação no ensino não formal – escolas livres, ONGs, organizações sociais e organizações de classe.

3.2.2 Incentivar e implementar ações, projetos e programas que matricialmente proponham intercâmbios entre os pólos de ensino não formal, a nível federal, estadual, distrital e municipal.

3.2.3 Incentivar programa de acompanhamento de ações da educação não formal, a partir de protocolos deliberados entre os atores do campo, intermediados pelos entes públicos.

3.2.4 Promover o intercâmbio, o debate e a discussão entre os profissionais que atuam na educação não formal e graduações.

3.3 Criação de política direcionada à pesquisa, criação e produção, assegurando a diversidade artística e cultural da dança na Brasil.

3.3.1 Desenvolver políticas específicas de apoio às pesquisas e publicações na área da dança, em mídia digital ou impressa. (Curto prazo)

3.3.2 Incentivar que os programas e ações atendam a diversidade da produção artístico-cultural da dança, no campo amador, profissional e das manifestações populares. (Médio prazo)

3.3.3 Estimular a criação de um Centro Nacional de registros autorais de dança, garantindo os benefícios dos direitos autorais e conexos ao criador em todas as configurações de dança, de acordo com a legislação dos direitos autorais. (Longo prazo)

3.3.4 Criar programa permanente de difusão e circulação nacional e internacional de produtos artísticos e conhecimentos sobre a dança, com ações continuadas e editais específicos e regulares, estruturado por meio de parcerias com instituições nacionais e internacionais. (Curto e médio prazo)

3.3.5 Promover a inclusão da dança nos programas e eventos de promoção e difusão do Brasil em território nacional e no exterior, dentre outras ações. (Curto e médio prazo)

3.3.6 Incentivar a produção de publicações e de programas de audiovisual específicos para a área. (Médio prazo)

3.3.7 Criar e ampliar os espaços para veiculação das produções e programas específicos sobre a dança nos canais públicos de televisão e rádio, buscando garantir espaço para a divulgação da produção local e regional. (Médio prazo)

3.4 Promoção da integração entre as instituições educacionais e culturais.

3.4.1 Integrar programas do Ministério da Cultura e do Ministério da Edu-

cação para implantação de ações que articulem a produção artística, cultural, científica e educativa na área de dança. (Curto e médio prazo)

3.4.2 Criar programas de capacitação técnica, técnica-artística e de produtores culturais de dança, articulando ações conjuntas entre MinC e MEC, incluindo a cessão de bolsas de estudo para o aprimoramento de artistas, pesquisadores e técnicos no exterior e no Brasil. (Curto prazo)

3.4.3 Criar programa entre MinC e MEC, visando assegurar junto aos governos estaduais, distrital e municipais a aquisição de materiais didáticos, como livros, registros e vídeos específicos de dança, para o sistema público de bibliotecas. (Curto prazo)

3.4.4 Criar editais para o fomento de programas não-formais de ensino continuado em dança. (Curto prazo)

3.5 Adoção de estratégias de formação de público.

3.5.1 Promover a criação de programas colaborativos para o desenvolvimento de atividades extra-curriculares nas escolas públicas, oferecendo diferentes oportunidades de conhecer, apreciar e fazer dança. (Curto prazo)

3.5.2 Fomentar a realização de mostras de dança amadora de caráter não-competitivo nos municípios e estados. (Curto prazo)

3.5.3 Ampliar e dar continuidade a Programas de Apoio a festivais de dança profissional, seminários e conferências, nas esferas federais, distrital, estaduais e municipais. (Curto prazo)

3.5.4 Criar mostras de dança universitária. (Curto prazo)

3.5.5 Estimular ações transversais da dança com outras áreas como educação, turismo, ação social, meio ambiente, ciência e tecnologia, dentre outras, objetivando ampliação e formação de público. (Curto prazo)

3.5.6 Criar programas que promovam a permanente integração e troca de informações e conhecimentos entre as instituições educacionais e culturais. (Médio prazo)

3.5.7 Incentivar programas de formação de público para a dança, enfatizando professores e alunos do ensino básico, das redes públicas e privadas. (Curto, médio e longo prazo)

Eixo Iv – Do Desenvolvimento Sustentável

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

PROMOVER AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA DA CULTURA

INDUZIR ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS CULTURAIS

4.1 Implantação de programas para o desenvolvimento dos eixos de pesquisa, criação, produção e manutenção de artistas, grupos e companhias de dança.

4.1.1 Estimular ações continuadas para a manutenção de artistas, grupos e companhias independentes de dança no Brasil. (Curto prazo)

4.1.2 Criar programas que estimulem a produção e a difusão da dança nas suas formas de relação com diversas mídias, tais como documentários, registros de coreografias, obras de videodança e cine-dança, instalações multimídia, web, entre outras tecnologias. (Curto prazo)

4.1.3 Ampliar, adequar e manter espaços públicos destinados à pesquisa e criação em dança com políticas transparentes e democráticas de ocupação. (Curto e médio prazo)

4.1.4 Estimular a criação de centros de criação e produção em dança nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. (Médio prazo)

4.1.5 Criar programas de incentivos para a construção de espaços cênicos, que atendam as especificidades da dança, notadamente em municípios onde a ausência desses equipamentos se configure. (Médio prazo)

4.1.6 Estabelecer políticas culturais de intercâmbio e residência artística nacional e internacional, para a área da dança. (Médio prazo)

4.2 Realização de mapeamento da área da dança.

4.2.1 Cadastrar acervos e mapeamentos já existentes na área da dança. (Curto prazo)

4.2.2 Realizar pesquisas de campo, levantamentos e análises de dados sobre a produção da dança nos diversos estados e Distrito Federal,

estimulando a participação de pesquisadores e especialistas da área de dança, criando bancos de dados específicos, em permanente atualização. (Curto e médio prazo)

4.2.3 Fomentar redes digitais interligadas com o objetivo de difundir as informações e/ou mapeamento sobre a dança no Brasil. (Curto e médio prazo)

4.2.4 Identificar estatisticamente os diversos elos da cadeia produtiva, com o estabelecimento de mecanismos para obtenção de dados sobre a economia da dança e seus reflexos na economia da cultura. (Curto e médio prazo)

4.3 Criação e ampliação de programas de fomento para a dança.

4.3.1 Criar Fundo Nacional de Dança e estimular a criação de fundos específicos para a dança no âmbito estadual, distrital e municipal. (Curto prazo)

4.3.2 Consolidar por meio de leis específicas e outros instrumentos legais os programas de fomento à dança, garantindo a periodicidade anual de destinação de recursos. (Curto prazo)

4.3.3 Definir dotação orçamentária própria para a dança no âmbito federal com aplicação descentralizada dos recursos, estimulando o mesmo nos âmbitos estaduais, distrital e municipais. (Curto e médio prazo)

4.3.4 Implantar mecanismos democráticos e transparentes de acesso a recursos de fundos federais, e articular com os de âmbitos estaduais, distrital e municipais. (Curto e médio prazo)

4.3.5 Fomentar a criação de micro-crédito para produtores de dança de pequeno e médio porte e de linhas de crédito especiais para projetos de formação e de difusão da dança. (Curto e médio prazo)

4.3.6 Estabelecer mecanismos diferenciados de acesso aos recursos públicos para entes públicos e privados, evitando a concorrência entre os mesmos. (Curto e médio prazo)

4.3.7 Ampliar e atualizar o sistema de acompanhamento das informações e dados relativos às ações, editais e recursos econômicos da área cultural, buscando garantir a transparência e o acompanhamento dos processos em curso. (Curto, médio e longo prazo)

4.4 Construção de canal institucionalizado, em âmbito federal, para discutir e aprimorar a legislação que dispõe sobre a estrutura tributária para a produção artística e sobre a regulamentação da profissão de artista.

4.4.1 Estimular o debate com vias de promover uma reforma da legislação tributária de forma a contemplar as especificidades da produção artística, sua sazonalidade e a desoneração da cadeia produtiva. (Curto prazo)

4.4.2 Realizar Seminários Nacionais periódicos sobre as questões trabalhistas relativas à área da dança. (Curto e médio prazo)

4.4.3 Realizar estudos e debates respaldados pela Classificação Brasileira de Ocupações /MTE 2002, visando à criação de lei própria que regulamente o exercício do profissional da dança, em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego. (Curto e médio prazo)

Eixo V – Da Participação Social

ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO DE INSTÂNCIAS CONSULTIVAS

CONSTRUIR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

AMPLIAR O DIÁLOGO COM OS AGENTES CULTURAIS E CRIADORES

5.1 Consolidação dos sistemas de participação social na gestão de políticas culturais para a dança.

5.1.1 Criar e fortalecer mecanismos de participação da sociedade, incluindo critérios específicos do setor, na construção, acompanhamento e avaliação das políticas públicas implementadas para a dança, por meio dos Conselhos, ouvidorias, colegiados, redes sociais, no âmbito federal, distrital, estadual e municipal. (Curto prazo)

5.1.2 Ampliar os instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas culturais voltadas para a dança, com a divulgação e análise desses resultados. (Curto prazo)

5.1.3 Garantir que o Colegiado Setorial de Dança seja composto por representantes de todos os estados e do Distrito Federal que possuem organizações representativas da classe de dança e estimular que os Fóruns Estaduais representem as especificidades da dança e sua abrangência no estado. (Curto prazo)

5.1.4 Propor aos Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura para que se tornem instâncias deliberativas, com composição no mínimo paritária entre sociedade civil e poder público. (Curto e médio prazo)

5.1.5 Assegurar a representação da dança em Fundos Setoriais e Câmaras Temáticas das diversas áreas da cultura e, especificamente das linguagens artísticas (Artes Visuais, Circo, Dança, Teatro e Música), através da eleição direta de seu representante. (Curto e médio prazo)

5.1.6 Assegurar a participação de representantes indicados por entidades da dança nas comissões de avaliação dos projetos inscritos nos editais. (Curto prazo)

5.1.7 Estimular a criação de associações, entidades de classe, fóruns e redes sociais específicas de dança. (Curto prazo)

5.1.8 Estimular espaços de diálogo entre os gestores e a classe artística de dança na estrutura do Sistema Nacional de Cultura. (Médio prazo)